



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
DOUTORADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

EDUARDO DE LIMA MELO

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE DO ESTADO DO CEARÁ
DE 2007 A 2018

FORTALEZA
2024



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
DOUTORADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

EDUARDO DE LIMA MELO

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE DO ESTADO DO CEARÁ
DE 2007 A 2018

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação Física da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para
obtenção do título de doutor em
Educação Física
Orientador: Prof. Dr. Pedro Fernando de
Avalone Athayde

FORTALEZA
2024

EDUARDO DE LIMA MELO

**Análise das políticas públicas de esporte do Estado do Ceará de 2007 a
2018**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação
Física do departamento de Educação Física da Universidade de Brasília

Professor Dr. Pedro Fernando Avalone de Athayde (PPGEF-UNB)
Presidente

Professor Dr. Edson Marcelo Húngaro (PPGEF-UNB)
Membro Interno

Professor Dr. Jonatas Maia da Costa (PPGEF-UNB)
Membro Interno

Professor Dr. Lino Castellani Filho (UNICAMP)
Membro externo

Professor Dr. Valmir Arruda de Sousa Neto (IFCE)
Membro externo

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre me incentivaram e contribuíram com as minhas conquistas e vitórias no âmbito acadêmico.

Aos meus filhos, Yan melo, Yohana Melo e João Pedro Melo, exemplos de amor maior da minha vida. Aos meus irmãos, Neto Melo e Ednardo Melo, exemplo de companheirismo e amizade verdadeira.

Aos meus colegas professores, que serviram de inspiração e exemplo de sucesso na educação física.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Fernando Avalone de Athayde, pela paciência e dedicação na orientação deste trabalho.

Aos colaboradores do mestrado em políticas públicas, pelas aulas inspiradoras e esclarecedoras para minha formação.

**A Núbia Melo (in memoriam), mãe,
guerreira e grande incentivadora
da minha trajetória acadêmica e
profissional.**

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar as políticas públicas de esporte do Estado do Ceará no período de 2007 a 2018. Verificar as variáveis econômicas, políticas e sociais das gestões Cid Gomes I e II e Camilo Santana I no intuito de entender as decisões políticas que compõe o desenvolvimento/lacunas das políticas de esporte neste período. Como delineamento metodológico usamos a pesquisa bibliográfica e documental organizados nas seguintes categorias e documentos de análise: (i) configuração política e contexto sócio cultural; (ii) programas e projetos no período; (iii) financiamento e gasto; (iv) gestão e participação social. Com abordagem exploratória utilizamos como documentos balizadores os seguintes instrumentos: PPAs e mensagens do governador, portal da transparência e site de execução orçamentária, relatórios da ouvidoria e controladoria como também o serviço de ouvidoria do usuário e solicitação de informação. Os capítulos estão organizados em introdução, o primeiro capítulo transcorre sobre o histórico sócio cultural e configurações políticas do Ceará; o segundo capítulo trata dos programas e projetos executados no período do estudo; o terceiro capítulo trata do financiamento e gasto e o quarto e último capítulo apresenta elementos sobre gestão e participação social. As análises demonstram que as políticas públicas do estado do Ceará sofreram grandes influências da política nacional e que as mesmas não ficaram isentas das inclinações de prioridade de atender as demandas dos megaeventos esportivos em detrimentos ao desenvolvimento das políticas locais. O estudo também apresentou que a oscilação do orçamento rege de acordo com os interesses da burguesia e do desenvolvimento do capital tanto nacional como de forma local. Por fim a gestão e participação social precisa ser incentivada e mantida como meta de governo como ferramenta eficaz para a educação da população na participação e entendimento que eles devem ser protagonistas desde o planejamento, fiscalização e avaliação.

Palavras chave: políticas públicas; esporte; financiamento; gasto público; orçamento público.

ABSTRACT

This study aims to analyze public sports policies in the State of Ceará from 2007 to 2018. Verify the economic, political and social variables of the Cid Gomes I and II and Camilo Santana I administrations in order to understand the political decisions that makes up the development/gaps in sports policies in this period. As a methodological design we used bibliographic and documentary research organized into the following categories and analysis documents: (i) political configuration and socio-cultural context; (ii) programs and projects in the period; (iii) financing and spending; (iv) management and social participation. With an exploratory approach, we used the following instruments as guiding documents: PPAs and messages from the governor, transparency portal and budget execution website, reports from the ombudsman and controllership as well as the user ombudsman service and information request. The chapters are organized into an introduction, the first chapter covers the socio-cultural history and political configurations of Ceará; the second chapter deals with programs and projects carried out during the study period; the third chapter deals with financing and spending and the fourth and final chapter presents elements on management and social participation. The analyzes demonstrate that public policies in the state of Ceará were greatly influenced by national politics and that they were not exempt from the priority inclinations of meeting the demands of mega sporting events to the detriment of the development of local policies. The study also showed that budget fluctuations are in line with the interests of the bourgeoisie and the development of capital both nationally and locally. Finally, social management and participation needs to be encouraged and maintained as a government goal as an effective tool for educating the population in participation and understanding that they must be protagonists in planning, inspection and evaluation.

Keywords: public policies; sport; financing; public spending; public budget.

1 INTRODUÇÃO	8
2 HIPÓTESES	17
2.1 HIPÓTESE PRIMÁRIA	17
2.2 HIPÓTESE SECUNDÁRIA	17
3 OBJETIVOS	17
3.1 Objetivo geral	17
3.2 Objetivos específicos	17
3 METODOLOGIA	18
4 CONTEXTO POLÍTICO E PANORAMA ESPORTIVO	24
4.1 Histórico político governamental	25
4.2 Perfil socioeconômico e demográfico	51
4.3 Panorama da realidade esportiva	63
5.PROGRAMAS E PROJETOS (2007 A 2018)	79
5.1 Governo Cid Gomes I – 2007 a 2010	84
5.2 Governo Cid Gomes II – 2011 a 2014	110
5.3 Governo Camilo Santana I – 2015 a 2018	120
5.4 Equipamento da Secretaria do Esporte	126
5.5 Eventos nacionais e internacionais apoiados	130
6. FINANCIAMENTO E GASTO	136
7. GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL,.....	202
CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
REFERÊNCIAS	225

INTRODUÇÃO

Um dia me disseram
Que as nuvens não eram de algodão
Um dia me disseram
Que os ventos às vezes erram a direção

Um dia me disseram
Quem eram os donos da situação
Sem querer eles me deram
As chaves que abrem essa prisão¹

Um dia me disseram que as nuvens não eram de algodão! Assim é meu sentimento na busca de conhecimento sobre política de um modo geral, afinal a política não se trata simplesmente da arte de governar, mas segundo Bertoldo e Silva (2011, pág. 141), “a política não é uma esfera neutra mediante os conflitos econômico-sociais, o Estado toma partido de uma parte dos envolvidos na luta de classes, deixando a outra à sua própria sorte”.

Ao desenvolver esta tese para obtenção de título de doutor pela Universidade de Brasília, adentro na expectativa de desvelar o que está por trás da “cortina do pragmatismo” da política de forma substancial. Assim iniciamos este trabalho de investigação de políticas de esporte na busca por elementos que possam subsidiar essa análise no Ceará no século XXI, buscando não apenas apresentar dados ou números que possam quantificar essas ações esportivas, mas cotejar essa política com as dimensões econômica, política, cultural e social.

Mas por que política de esporte? Afinal, qual a intencionalidade em se debruçar sobre esse tema? Bem, precisamos perceber que o esporte como manifestação cultural e social de um determinado período, pensando historicamente, sempre esteve caminhando estreitamente com as ideologias dominantes de cada época e seu desenvolvimento coberto de intencionalidades de intervenção na manutenção do “status quo” da sociedade e no controle do pensamento hegemônico do Estado (Athayde et. al., 2016).

De acordo com Bracht (2005), o esporte é um fenômeno encontrado em praticamente todas as civilizações modernas, desse modo esporte e política

¹ Trecho de música dos Engenheiros do Hawaii.

se tornam peças fundamentais para exercer influência nos indivíduos e em seu cotidiano.

Esporte e sociedade, dentro do histórico das civilizações, sempre estiveram ligados numa perspectiva em que o próprio desenvolvimento do esporte acompanha as transformações societárias, com isso o esporte ao longo da história teve uma relação direta com diversas manifestações culturais, artísticas e políticas da sociedade, apresentando suas características que adquirem no desenvolvimento das próprias civilizações nas quais estão inseridas.

Elias e Dunning (1992) já caracterizavam o esporte como disciplinador de comportamentos corporais e sua organização uma forma de reprodução do modo capitalista, onde o próprio consumo do esporte e a segmentação das práticas são uma reprodução fiel da organização social vigente. Para Elias (1994), analisar as práticas desportivas lhe permite compreender a sociedade, sendo que o esporte é um dos fenômenos essenciais da nossa civilização, embora as formas dessa manifestação se apresentar sejam diferentes, variam de acordo com seus participantes, por isso o desporto apresenta uma característica completamente com significação social.

Em todas as formas de desporto, os seres humanos lutam entre si direta ou indiretamente, o desporto é sempre, em todas as suas variedades, uma luta controlada, num quadro imaginário, quer o adversário seja a montanha, o mar, a raposa ou outros seres humanos (Elias, 1994, p. 84).

Pode-se destacar Mauss (2003), que comenta sobre a sistematização das atividades físicas, algo que só o ser humano conseguiu desenvolver de forma singular em comparação aos outros animais, atribuindo-lhes uma significação simbólica que, de sociedade em sociedade, pode transformar as relações sociais a partir do corpo entre os indivíduos de sua época.

Sob a perspectiva da teoria crítica, o esporte pode ser compreendido como uma prática social atravessada por relações de poder e dominação, onde a lógica do rendimento e da mercantilização reforça desigualdades estruturais (Brohm, 1976). Para essa abordagem, o esporte moderno não pode ser

dissociado da sociedade capitalista e suas contradições, pois, ao mesmo tempo que promove ideais como meritocracia e mobilidade social, também mascara e reproduz relações de exploração e alienação (Bourdieu, 1983).

De acordo com Rigauer (1981), há uma relação intrínseca entre o esporte e a organização do trabalho no capitalismo, pois a busca incessante por performance, eficiência e maximização do rendimento no esporte espelha a lógica produtivista e disciplinadora do mundo do trabalho. Nesse sentido, o atleta, assim como o trabalhador, é submetido a processos de racionalização e controle que visam otimizar seu desempenho dentro de um sistema que privilegia o lucro e a espetacularização.

Ainda nessa linha, Guttman (1978) argumenta que o esporte moderno se caracteriza por um processo de burocratização, quantificação e especialização, transformando-se em um fenômeno que reforça a lógica instrumental da modernidade. Além disso, o avanço da indústria do entretenimento e das grandes corporações esportivas intensifica a espetacularização do esporte, tornando-o um produto altamente lucrativo e um meio eficaz de controle ideológico (Horkheimer & Adorno, 1985).

Dessa forma, as manifestações esportivas não são neutras, mas carregam em si contradições que refletem e reproduzem a lógica da sociedade capitalista. Embora o esporte possa representar um espaço de resistência e contestação, ele também funciona como um mecanismo de conformismo social, ao desviar a atenção das massas das lutas políticas e sociais, naturalizando hierarquias e perpetuando estruturas de dominação (Brohm, 1992).

Assim podemos verificar que também no Brasil, o esporte teve fundamental contribuição na organização da sociedade, pois sempre caminhou lado a lado com interesses do Estado. “O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes” (Behring; Boschetti, 2008, p.75). O esporte por sua vez esteve juntamente com estado fortalecendo as características descritas pelas as autoras citadas, apesar das contradições e dos tensionamentos das lutas de classes e pelas buscas dos direitos, na atualidade ainda seguem na mesma direção dos interesses do Estado e das classes dominantes.

O esporte, por sua vez, esteve juntamente com o Estado fortalecendo as características descritas pelas autoras citadas, apesar das contradições e dos tensionamentos das lutas de classes e das buscas por direitos. Na atualidade, ainda segue na mesma direção dos interesses do Estado e das classes dominantes, que o instrumentalizam como ferramenta de controle social, manutenção da ordem e reforço das ideologias que sustentam o sistema capitalista. Esses interesses se manifestam de diversas formas, como na espetacularização do esporte, transformando-o em uma mercadoria altamente lucrativa que beneficia grandes corporações, conglomerados midiáticos e patrocinadores, enquanto desvia a atenção das massas das desigualdades estruturais e das lutas políticas (Brohm, 1976). Além disso, o esporte moderno reproduz a lógica produtivista do trabalho capitalista, ao valorizar o alto rendimento, a competitividade extrema e a disciplina rígida, naturalizando a exploração e reforçando a ideologia meritocrática que obscurece as barreiras estruturais impostas pelo próprio sistema (Rigauer, 1981).

O Estado também utiliza o esporte como instrumento de propaganda e reforço da identidade nacional, especialmente em megaeventos esportivos, nos quais o prestígio internacional é colocado acima das demandas locais, muitas vezes resultando em processos de exclusão e gentrificação que aprofundam desigualdades (Guttmann, 1978). Além disso, o incentivo ao esporte em comunidades periféricas, quando desvinculado de uma perspectiva emancipatória, funciona como mecanismo de pacificação social, mantendo a juventude ocupada e afastada da mobilização política e da reivindicação de direitos (Horkheimer & Adorno, 1985). Embora o discurso dominante apresente o esporte como uma via de ascensão social, na prática, ele reforça desigualdades, uma vez que o acesso às estruturas esportivas de alto nível é profundamente marcado por classe, raça e gênero, além de impor aos atletas um desgaste físico e psicológico que os torna descartáveis pelo sistema após seu auge competitivo (Bourdieu, 1983).

Dessa forma, apesar de sua potência como ferramenta de transformação social, o esporte segue sendo hegemonicamente moldado pelos interesses do capital e do Estado, operando como um espaço de disputa onde

as lutas pela democratização e emancipação se confrontam com estruturas que visam mantê-lo como um instrumento de dominação e reprodução das relações de poder existentes.

A partir da década de 1990, com a ascensão das políticas neoliberais no Brasil, o esporte passou a ser cada vez mais orientado por uma lógica mercadológica, na qual o Estado reduziu sua participação direta na oferta de políticas públicas e ampliou a influência do setor privado na gestão e no financiamento esportivo (Mascarenhas, 2005). Esse movimento se intensificou nos anos 2000, especialmente com a entrada do Brasil na rota dos megaeventos esportivos, como os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, onde o modelo de desenvolvimento esportivo adotado priorizou os interesses do capital, em detrimento da democratização do acesso ao esporte e lazer como direito social (Coakley & Souza, 2013). O discurso liberal sustentou a ideia de que a organização desses eventos traria benefícios econômicos e estruturais duradouros para a população, mas, na prática, evidenciou a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, beneficiando grandes empreiteiras, redes de mídia e patrocinadores, enquanto aprofundava processos de gentrificação e exclusão social (Gaffney, 2015).

Além disso, a partir desse período, o esporte passou a ser visto como um setor economicamente estratégico, no qual políticas de fomento esportivo foram direcionadas à captação de investimentos privados e à criação de parcerias público-privadas, reduzindo o papel do Estado como agente garantidor de direitos e fortalecendo a lógica da gestão empresarial do esporte (Brouchoud, 2012). Isso resultou em um modelo que prioriza o alto rendimento, a profissionalização e a espetacularização do esporte, relegando a um segundo plano as políticas de acesso ao esporte educacional e comunitário, que possuem menor retorno financeiro imediato. Dessa forma, podemos destacar que o interesse do Estado, citado anteriormente, se caracteriza com mais ênfase liberal pela entrada do Brasil na rota dos megaeventos esportivos, onde surge o tensionamento entre a construção de uma política de garantia ao acesso ao esporte e lazer como direito social e a busca de investimentos na execução de eventos de nível mundial que priorizam os interesses do capital (Matias et al., 2015). Assim, a lógica neoliberal aplicada ao esporte reforça um modelo

excludente, no qual a centralidade do lucro e da eficiência empresarial sobrepõe o esporte como prática social emancipatória, consolidando-o como um espaço de disputa entre diferentes projetos de sociedade.

Em pleno Século XX acompanhamos a crescente demanda na adesão das políticas de esporte no desenvolvimento dos megaeventos esportivos, bem como um maior direcionamento dos gastos para, ora esporte de rendimento ou equipamentos esportivos (Matias et al., 2015). Entretanto, Bracht (2005) ressalta que, mesmo o esporte sendo entendido com uma política de segunda grandeza, da qual comparado a educação, saúde e segurança, por exemplo, não recebem o mesmo destaque, não impede de que o Estado não invista em seu desenvolvimento, tal é sua relevância social em nosso país. Esse fenômeno de apropriação do esporte pelo Estado então vem sendo percebido de forma acentuada com início da ênfase na realização dos eventos esportivos, onde o Estado e política tiveram um direcionamento nos gastos no esporte de rendimento ou em estruturas esportivas.

Com esse crescimento entendemos que as políticas de esporte, assim como seu financiamento, se voltam a atender mais a demanda do capital e do consumo, restringindo o acesso de quem mais necessita. Esse movimento vai de encontro a formatação política que vinha se desenhando desde 2002, uma vez que a partir da introdução do governo Lula², tivemos uma sinalização maior preocupação em fomentar políticas que realmente aumentem o acesso e a participação popular no processo de tomada de decisões. Mascarenhas (2009) destaca que o Brasil passou por diversas transformações, principalmente nas políticas sociais e o esporte também acompanha esse processo de um governo mais popular. Presenciamos na primeira década do século XXI a criação do Ministério do Esporte, a realização das Conferências Nacionais de Esporte e a implantação de programas e projetos voltados à ampliação do acesso à prática esportiva. A criação do Ministério do Esporte, em 2003, representou um marco na institucionalização das políticas públicas para o setor, consolidando uma

Luis Inácio Lula da Silva. Eleito em 2002, primeiro presidente do Brasil representando o Partido do Trabalhadores, responsável pelo desenvolvimento de uma agenda mais popular e de uma maior participação popular na elaboração e no processo de tomada de decisões das políticas públicas.

estrutura governamental exclusiva para a formulação e implementação de políticas esportivas no Brasil (Mascarenhas, 2005). Esse período foi caracterizado por uma ampliação dos investimentos e pelo fortalecimento do esporte como ferramenta de inclusão social, impulsionado por programas como o Segundo Tempo, que visava democratizar o acesso ao esporte educacional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (Tafarelo & Starepravo, 2012).

Outro avanço significativo foi a realização das Conferências Nacionais de Esporte, que tiveram papel fundamental na construção participativa das diretrizes das políticas esportivas. A 1ª Conferência Nacional de Esporte, realizada em 2004, buscou estabelecer um modelo de governança democrática para o setor, promovendo o diálogo entre diferentes atores sociais e instituindo o Plano Nacional do Esporte (Melo, 2005). As conferências seguintes, realizadas em 2006 e 2010, consolidaram um espaço de deliberação coletiva, onde foram debatidos temas como financiamento, inclusão e estruturação do esporte no Brasil (Castellani Filho, 2010).

Além disso, programas como o Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Bolsa-Atleta tiveram papel central na ampliação do acesso ao esporte. O PELC, implementado a partir de 2003, tinha o objetivo de garantir o direito ao esporte e lazer para comunidades periféricas e grupos historicamente marginalizados, promovendo práticas esportivas como elementos de sociabilidade e educação (Paes de Barros & Souza, 2011). Já o Bolsa-Atleta, criado em 2005, visava apoiar financeiramente atletas de diversas modalidades, permitindo que esportistas de alto rendimento pudessem se dedicar aos treinamentos e competições sem depender exclusivamente de patrocínios privados (Goellner & Silva, 2014).

A implementação desses programas ocorreu em um contexto de maior intervenção estatal nas políticas esportivas, refletindo a busca por um modelo de esporte voltado não apenas para o alto rendimento, mas também para a inclusão social e a democratização do acesso às práticas esportivas (Brouchoud, 2012). No entanto, mesmo com esses avanços, as contradições do período revelam que os investimentos ainda estavam fortemente atrelados à lógica dos megaeventos esportivos e à inserção do Brasil no cenário esportivo

global, o que gerou tensionamentos entre as políticas de garantia de direitos e os interesses do capital (Gaffney, 2015).

Porém a história não é linear, todavia presenciamos uma “reviravolta” das formulações das políticas de esporte, outrora sendo conduzidas de forma mais voltadas às políticas de acesso e universalização do esporte. Tendo como estopim das mudanças o olhar para os megaeventos esportivos que desde então vem influenciando o direcionamento dos gastos e formulações das políticas de esporte no Brasil, com reflexos nos âmbitos estaduais e municipais. Mesmo que na atual conjuntura, os gastos têm tido uma diminuição relevante, ainda temos como características das políticas públicas, uma “onda” de conservadorismo e uma diminuição na garantia de direitos.

Recentemente, acompanhamos um aumento da proeminência do esporte na agenda pública brasileira. No entanto, esse crescimento da atenção dedicada ao fenômeno esportivo não fortalece a perspectiva de garanti-lo como direito, pois é corolário do recrudescimento, seja pelo Estado, seja pelos representantes do grande capital, da funcionalidade ideopolítica do esporte e, mais efusivamente, da supervalorização de sua dimensão econômica (ATHAYDE, 2015, pág. 25).

Nesta perspectiva, voltamos à indagação inicial da introdução: a preocupação em estudar políticas de esporte não está em apenas traçar de forma narrativa como o esporte e a política se desenvolveram cronologicamente, porém a questão norteadora será uma análise crítica do papel do Estado e da sua relação com a sociedade no setor esportivo, identificando quais são os avanços e retrocessos dessa relação, bem como os interesses atendidos por ela. Boschetti (2009) já alerta sobre as formas de avaliação das políticas sociais:

A ênfase na aplicação de um arsenal de métodos e técnicas avaliativas, desprovido de criticidade acerca do conteúdo e papel do Estado e das políticas sociais no enfrentamento das desigualdades sociais, levou a uma profusão de produções teóricas sobre avaliação, mais preocupadas com a medição e desempenho de uma suposta intervenção técnica e neutra do Estado, do que interessadas em revelar suas funções e papel na produção e reprodução das desigualdades sociais. (Boschetti, 2009. pág. 3)

Com a proposta de analisar a política de esporte do Ceará no século XXI, temos a intencionalidade de avançar para além dos estudos simplesmente resultantes de custo benefício. Nesse sentido avaliar e analisar as políticas preconizam situar o papel do Estado na construção de direitos de cidadania. Entendemos que o modo tradicional de avaliar as políticas (verificar volume de investimento e número de atendimentos) acaba maquiando uma das principais funções do estado: reprodução do capital.

Tal investigação surge da própria construção da identidade do pesquisador em seu percurso acadêmico e profissional, que por sua vez teve a oportunidade de participar da idealização, elaboração, realização e avaliação das políticas públicas de esporte no estado do Ceará e na cidade de Fortaleza, porém tal participação era feita pautada no espontaneísmo e falta de conhecimento de forma aprofundada das significações dos entrelaçamentos entre política, Estado e esporte.

Desde o ano de 2000, engajado nas políticas de esporte vinculadas à prefeitura municipal, porém sem noção da função social da qual aquela prática estava proposta. Ainda como estagiário desenvolvendo atividades esportivas em áreas de risco e de contato direto com comunidades e suas mazelas até final de 2004. Todavia, em 2005 tive a oportunidade de, como professor coordenador, gerenciar um equipamento esportivo de médio porte e que possuía a oferta de diversas modalidades e espaços voltados à prática de esporte e lazer.

Neste momento percebo que o trabalho de políticas públicas do esporte vai muito além da qualificação generalista que se obtém na graduação, compreendendo que para o estudo mais aprofundado nesta área iria preconizar uma aproximação maior da sociologia, política e políticas públicas, sendo deficitários essa aproximação na graduação.

A partir disso, um estagiário, que “caiu de paraquedas” nas políticas de esporte, passou a desenvolver um trabalho de agente político dentro das comunidades e neste contexto podemos destacar as seguintes ações: mediação de conflitos para utilização dos espaços públicos de esporte; garantia a comunidade do entorno o acesso ao esporte e lazer mesmo sem as condições materiais adequadas; aprendizado de convivência com as contradições e mazelas sociais no cotidiano, que muito influenciam o funcionamento de um

equipamento público esportivo; e, por fim, fazer a mediação entre os interesses políticos de quem governa com as necessidades da população.

Dessa dimensão empírica emergiu a necessidade de reflexão e compreensão teórica da experiência vivida e, ao mesmo tempo, uma qualificação da própria intervenção. Essa demanda amplia-se a partir da atuação em sala de aula como docente a partir de 2009, na tentativa de contribuição com a formação da consciência crítica de novos profissionais, que atuarão nas políticas públicas do estado do Ceará. Nesse percurso realizei mestrado de 2013 a 2105 em Políticas Públicas na Universidade Estadual do Ceará, tema pouco comum para a formação inicial de educação física, pelo menos para o Estado do Ceará. Sendo essa caminhada abrilhantada pela chegada ao programa de pós-graduação em Educação Física, na Universidade de Brasília na Linha de estudo de políticas públicas, onde encontrei o grupo AVANTE, grupo de pesquisa responsável por diversos estudos na área das políticas públicas de esporte no Brasil, do qual tem contribuindo muito com minha formação.

Este estudo se justifica devido à escassez de pesquisas no tema no Estado do Ceará. Em pesquisa preliminar, utilizando o Google acadêmico, com os descritores política, esporte e Ceará, foram encontradas apenas 16 pesquisas relacionada ao tema, corroborando com nossa afirmação de baixa produtividade na área no Estado do Ceará.

Temos a convicção de que um estudo que possa aprofundar mais as relações das políticas públicas e seus entrelaçamentos com a política, economia e cultura, permitirá colaborar com futuras reflexões pertinente ao tema e quiçá colaborar com novos rumos das políticas de esporte do Ceará.

Sem embargo do atual crescimento das pesquisas e trabalhos acadêmicos dedicados à análise das políticas públicas sociais no âmbito esportivo, em tempo recente, verifica-se que a abrangência de estudos relacionados à referida temática ainda se mantém reduzida. [...] pressupomos que tal quadro – incipiente – é produto de uma somatória de fatores, entre os quais se destaca, inicialmente, a irrefletida compreensão de que o esporte constitui um direito de menor relevância para atendimento das necessidades humano-sociais contemporâneas (Athayde, Pag. 25, 2015).

Pedagogicamente, o desenvolvimento desta tese traz elementos de reflexões fundamentais para a transcendência de olhar mais apurado para as políticas públicas de esporte à medida que compreendo o tema de forma mais ampla e complexa. Para o materialismo em Lukács (2003), o fenômeno estudado se caracteriza por um complexo formado por um conjunto de complexos, interligados e em constante movimento e que, para sua compreensão são necessárias sucessivas aproximações para um melhor entendimento da reprodução real do fenômeno. Nessa situação, à docência ganha muito, pois à medida que existe uma evolução no olhar acadêmico, vai melhorando a formação de quem futuramente vai desenvolver políticas de esporte.

Baseando-se nas ideias de Behring e Boschetti (2006), numa avaliação de forma mais abrangente, a intencionalidade de analisar as políticas de Esporte no Ceará no Século XXI, também se organizará dessa forma: buscando o maior número de variáveis possíveis influentes nas políticas de esporte como também nas sucessivas aproximações a possibilidade de aparição de pontos importantes a investigar, sem a intenção de amarrar a avaliação ou análise em categorias “fechadas” e imutáveis de forma a querer apenas categorizar ou classificar as políticas.

Reconhecendo os fatos acima citados, ficamos com as seguintes indagações: No período de 2007 a 2018, o Ceará conseguiu avançar nas políticas de acesso ao esporte? Quais os períodos mais favoráveis a garantia do direito de acesso ao esporte? Como foi a participação e a gestão popular dessas ações? Os recursos disponibilizados têm relação direta com desenvolvimento econômico e a orientação política governamental?

Inicialmente, partimos do princípio que o estado é predicado da sociedade civil, pois de acordo com Marx (2005, pág. 32) “o estado é produto da sociedade civil, expressa suas contradições e as perpetua” [...] o estado e o regime político são elementos subordinados às relações econômicas capitalistas, ou seja, o modo de como as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas são elementos fundantes para a construção das relações sociais e a consciência humana.

Baseado nisso, temos como hipótese primária que as políticas de esporte do Ceará estão sujeitas as mesmas influências que outras áreas

políticas sofrem com viés de reprodução capitalistas. Percebe-se que a divisão do orçamento, investimento em equipamentos, formas de participação e atividades privilegiadas estão diretamente ligadas ao modo de produção capitalista, sendo influenciadas pela mídia, consumo e produção material.

Contudo, em contraponto, nossa hipótese secundária é que, mesmo com toda essa subordinação ao modo de produção capitalista, fazendo um recorte inicial do Ceará no século XXI, notamos que, nesse período, os governos denominados de “esquerda” ou social-democratas conseguem tencionar de forma mais efetiva essa perpetuação da função do estado de reprodução capitalista, trazendo para dentro do debate e das ações a sociedade de forma mais efetiva.

Observando o método materialista histórico, Netto (2011) destaca que a aparência do objeto serve como ponto de partida para as primeiras impressões, porém as aproximações e a saturação das determinações deste serão fundamentais para a compreensão mais concreta do fenômeno em questão. Então, nesse estudo, partimos do princípio que em quase 12 anos de políticas de esporte do Ceará, o período de maior acesso e participação popular aconteceu no governo de esquerda, porém no intuito de afirmar a hipótese nos debruçaremos nessa questão de forma ampla e complexa do objeto.

Considerando Ceará, como também demais estados, repleto de contradições e desigualdades sociais, impregnados das estruturas capitalistas, onde o acesso aos bens culturais e materiais derivam das relações de consumo, o esporte por sua vez não vem descolado dessa realidade e de forma bem explicitada, pensamos em desvendar como isso ocorre de forma minuciosa no esporte.

Para exemplificar nosso pensamento, podemos destacar o volume de investimentos que a cidade teve nos últimos anos (copa das confederações e copa do mundo) e que eles foram direcionados para construções de arenas esportivas e equipamentos que privilegiam apenas uma pequena parcela da população. De acordo com o relatório do PNUD (2017), as competições esportivas e o esporte de rendimento são realidade de uma parcela mínima da população. Ainda no diagnóstico do Estado do Ceará, a política que mais está

em voga na última gestão são campos de futebol, denominados “Areninhas”³, na qual consiste na construção de campos de futebol com grama sintética, onde a crítica cabível a essa escolha seria que as outras modalidades estão sendo preteridas a uma prática mais evidenciada em nossa cultura.

Nesse contexto, temos o intuito de analisar todo percurso de desenvolvimento das políticas de esporte do Estado do Ceará neste século e as diversas variáveis (características dos programas e projetos, volume direção dos gastos como também a gestão a participação social) que influenciaram a sua constituição.

³ É um equipamento multifuncional certificado pela FIFA e com garantia de cinco anos, no qual possui o formato de campo Society com grama sintética e dimensões de 20x40, que virá acompanhado por dois containers, tendo possibilidade de diversos usos, desde sala de administração até depósito de materiais. desde sala de administração até depósito de materiais.

2 HIPÓTESES

2.1 HIPÓTESE PRIMÁRIA

As políticas de esporte, assim como as demais políticas, são resultantes e subordinadas às relações de produção de uma determinada sociedade, independente da orientação político-partidária do governo, estarão sujeitos à reprodução real da vida material, na qual a lógica capitalista orienta a organização política do Estado e suas relações com a sociedade.

2.2 HIPÓTESE SECUNDÁRIA

Não obstante os determinantes econômico, político, social e cultural que impactam o desenvolvimento das políticas públicas de esporte, seriam nos governos com orientação social democrata que conseguiríamos identificar mais avanços no acesso à prática esportiva e na incorporação de uma perspectiva democrática e participativa de gestão.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar as políticas públicas de esporte no Estado de Ceará no período de 2007 a 2018.

3.2 Objetivos específicos

- Descrever a configuração política do Estado do Ceará no período de 2007 a 2018;
- Avaliar as características dos programas, projetos e ações esportivas, público alvo, abrangência e formas de acesso no Estado do Ceará;
- Identificar as fontes de recursos, magnitude e direção dos gastos aliados ao desenvolvimento econômico do Estado do Ceará e as manifestações esportivas.
- Verificar as formas de gestão e participação social nas políticas gerais e políticas de esporte do Estado do Ceará no período de 2003 a 2018.

4 METODOLOGIA

De acordo com Gil (1999), define-se a pesquisa como um processo formal e sistemático de desenvolvimento de método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir as respostas para os problemas através do emprego de procedimentos científicos. Esse estudo fundamenta-se no método marxista, partindo do suposto de que esse é o referencial teórico-metodológico que nos possibilitará um conhecimento mais aprofundando e dialético acerca da totalidade da realidade social investigada.

O cenário da pesquisa é as políticas de esporte que estão sob responsabilidade da Secretaria do Esporte do Estado do Ceará (SESPORTE). Essa secretaria é o órgão da Administração Direta do Governo que é o responsável pelo planejamento, normatização, coordenação, execução e avaliação da política estadual do desporto.

Da mesma forma compete a SESPORTE a responsabilidade pela administração do Estádio Governador Plácido Castelo, o Castelão, atualmente com a denominação de Arena Castelão, além do Autódromo Virgílio Távora e de todas as Vilas Olímpicas. É também da competência da SESPORTE promover o esporte amador, apoiando os eventos das ligas e os atletas via federações oficiais e outras entidades esportivas. São também consideradas atribuições da SESPORTE articular ações do Governo do Estado no sentido de promover a valorização e inclusão social dos jovens utilizando-se da prática do esporte (CEARÁ, 2015).

A pesquisa em questão adota como procedimento metodológico a análise documental, realizada por meio de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. O objetivo central é analisar as políticas de esporte no estado do Ceará no século XXI, com foco na descrição e compreensão da complexidade dessas políticas. Para tanto, foi realizado um levantamento exaustivo de fontes documentais disponíveis, incluindo Planos Plurianuais (PPA's), Leis Orçamentárias Anuais (LOA's), relatórios de gestão, mensagens do governador, contratos e convênios, entre outros.

Os Planos Plurianuais (PPA's) foram acessados por meio de arquivos digitais disponíveis no portal oficial do Governo do Estado do Ceará, bem como em bibliotecas públicas e acervos institucionais. Esses documentos, que

estabelecem as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos, estão localizados na Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Ceará. As Leis Orçamentárias Anuais (LOA's), que detalham as receitas e despesas previstas para cada ano, incluindo os recursos destinados às políticas de esporte, foram consultadas nos diários oficiais e plataformas digitais do governo estadual, estando disponíveis na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e no site oficial do governo.

Os relatórios de gestão, que apresentam os resultados alcançados pelas políticas públicas implementadas, incluindo aquelas relacionadas ao esporte, foram obtidos por meio de solicitação via Lei de Acesso à Informação (LAI) e consulta aos portais das secretarias responsáveis. Esses documentos estão localizados na Secretaria do Esporte e Juventude do Ceará e na controladoria geral do estado. As mensagens do governador, que trazem as diretrizes e prioridades do governo estadual, incluindo menções às políticas de esporte, foram pesquisadas em arquivos digitais e físicos dos discursos públicos e documentos oficiais, estando disponíveis no acervo do Governo do Estado do Ceará e em plataformas de transmissão oficial.

Por fim, os contratos e convênios, que formalizam parcerias e acordos para a execução de políticas públicas no âmbito do esporte, foram acessados por meio dos sistemas de transparência pública e solicitação de documentos via LAI. Esses documentos estão localizados no Portal da Transparência do Ceará e nos órgãos responsáveis pela gestão de contratos.

A seleção dos documentos foi realizada com base na relevância para o tema da pesquisa, buscando abranger a maior diversidade possível de fontes que permitissem uma análise detalhada das políticas de esporte no estado. A descrição de cada documento incluiu o nome completo, a forma de busca, seja por meio digital ou físico, e a localização, ou seja, a instituição ou plataforma onde o documento foi acessado. Essa abordagem garantiu a rastreabilidade e a confiabilidade das fontes utilizadas, contribuindo para a robustez da análise qualitativa realizada.

O período estudado será compreendido do ano de 2007 a 2018, sendo considerados 3 gestões do governo do Estado do Ceará, pois considerando as impressões empíricas do pesquisador foi um momento de

grande ascensão das políticas de esporte do estado do Ceará, inclusive com a participação na realização de megaevento esportivo (Copa do Mundo FIFA 2014).

O procedimento da pesquisa foram a análise documental e para a coleta de dados sendo adotados dois percursos: (i) consulta ao portal de transparência ativa, onde os dados já são disponibilizados pelo Governo do Estado de forma espontânea; e, (ii) solicitações junto ao portal da transparência dos dados que não se encontram no site, porém o cidadão pode solicitar por meio do canal oficial, sendo essa forma denominada de transparência passiva.

As visitas aos órgãos correspondentes foram realizadas ao longo do período de coleta de dados, compreendido entre os anos de 2017 e 2018, com o objetivo de solicitar documentos e relatórios oficiais referentes aos programas e projetos esportivos desenvolvidos no estado do Ceará entre 2007 e 2018. Os encontros foram agendados previamente, de forma a garantir o acesso às informações necessárias e a colaboração dos responsáveis pelos setores visitados.

Na Secretaria de Controladoria, os encontros foram realizados com técnicos e gestores responsáveis pela fiscalização e transparência dos programas públicos, incluindo representantes da área de auditoria e controle interno. Na Secretaria da Fazenda, as reuniões ocorreram com equipes ligadas à gestão orçamentária e financeira, responsáveis pelos repasses de recursos e execução dos projetos esportivos. Já na Secretaria de Gestão e Planejamento, os contatos foram estabelecidos com profissionais da área de planejamento estratégico e monitoramento de políticas públicas, que forneceram dados sobre os Planos Plurianuais (PPA's) e outras diretrizes relacionadas ao esporte.

Em todos os casos, os encontros foram conduzidos de forma presencial, com o apoio de servidores públicos designados para atender às demandas da pesquisa. Esses profissionais foram essenciais para orientar a busca pelos documentos solicitados e esclarecer dúvidas sobre a implementação e execução das políticas esportivas no período analisado.

Também foi realizado um levantamento documental sobre a legislação existente sobre o direito ao esporte e ao lazer, leis gerais nacionais que tratam

do assunto e outras formas de legislação que porventura venha a influenciar a legislação Estadual. A partir disso foi feito um levantamento sobre a legislação específica do Estado que transcorre na consecução das políticas de esporte e lazer.

A pesquisa indireta é interpretada como sendo o levantamento dos dados de diversas fontes, independente de qual seja o método, e servem para trazer conhecimento da área de campo de interesse (Marconi; Lakatos, 2012).

Segundo Marconi e Lakatos (2012), a pesquisa documental tem como características, mesmo que as fontes de coleta de dados estejam restritas aos documentos, escritos ou não, mas que se constituem naquilo que se determina de fontes primárias de informações.

Sobre os equipamentos esportivos, buscaremos identificar nos documentos coletados, quais as manifestações esportivas, quem são os responsáveis pela sua gestão, quando foram construídos e quais são seus beneficiários.

Como critério de inclusão para análise da pesquisa, foram incluídos: as políticas de esporte desenvolvidas pela Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará.

Ações esportivas que não estão sob responsabilidade desta secretaria foram excluídos do estudo.

De acordo com a perspectiva de Gil (2008, p. 27), a pesquisa exploratória tem a finalidade de “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos [...] envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso”.

Dado isto, a pesquisa, portanto, é de cunho exploratório, visto que tem por objetivo proporcionar um maior envolvimento com o problema, e caracteriza-se como sendo um estudo de caso, que, ainda segundo Gil (2008), tem como função: (1) identificar situações da vida real, onde os limites não estão claramente definidos; (2) relatar as situações no contexto em que estão sendo feitas as investigações; (3) explicar as variáveis causais dos fenômenos e situações que ocorrem.

Como direcionamento do estudo, tratamos das seguintes categorias: legislação, organização política, orçamento, gestão as políticas e características das ações. Todas essas características serão aprofundadas de forma interligadas e sistêmica, verificando as implicações existentes de correlação na atuação do Estado.

Para nortear a análise de todos os dados coletados no período foi utilizado uma matriz de análise de políticas de esporte, fundamentado em Boschetti (2009), Salvador e Teixeira (2014), Paloma (1994), sobre análise de política sociais, elaborado pelo Grupo de Pesquisa AVANTE da UnB, que apontou categorias fundamentais para compreensão e análise das políticas de esporte no âmbito estadual. Foram definidas as seguintes categorias:

QUADRO 1 - Matriz de análise políticas de esporte no âmbito Estadual.

RESUMO MATRIZ DE ANÁLISE		
1	Contexto Regional	1.1 Perfil socioeconômico e demográfico
		1.2 Aspectos históricos e socioculturais
		1.3 Histórico político-governamental
		1.4 Panorama da realidade esportiva
2	Configuração política	2.1 Ordenamento legal
		2.2 Dispositivos políticos
		2.3 Ações e programas
		2.4 Outras ações setoriais
3	Gestão e controle social	3.1 Relações governamentais
		3.2 Relações entre governo e outros atores
		3.3 Estrutura organizacional e pessoal
		3.4 Formas e mecanismos de controle social e democrático
4	Abrangência e estrutura	4.1 Alcance dos programas e projetos
		4.2 Acesso ao esporte
		4.3 Espaços e equipamentos
5	Financiamento e Gasto	5.1 Fonte
		5.2 Direção
		5.3 Magnitude

Fonte: Elaboração AVANTE / Boschetti (2009).

1. **Contexto Regional** - Diagnóstico da realidade regional, com delineamento de seus aspectos histórico-geográficos, demográficos, políticos, econômicos e socioculturais. Além disso, descrição panorâmica da realidade esportiva na região.
 - **Perfil socioeconômico e demográfico** - Conjunto de variáveis e indicadores demográficos, econômicas e sociais daquela região, que possibilitam compreender melhor a sua situação econômica e a realidade social de sua população.
 - **Aspectos históricos e socioculturais** - Dados e informações sobre a história e desenvolvimento da região, bem como de suas características socioculturais.
 - **Histórico político-governamental** - Levantamento dos partidos ou coligações partidárias que estiveram à frente do governo local nos últimos anos e de sua relação com o Governo Federal, desenhando quadro/cenário político da região.
 - **Panorama da realidade esportiva** - Dados históricos e da situação atual do esporte na região.
2. **Configuração política** - Análise da ação estatal no setor esportivo, a partir do levantamento do ordenamento legal, dos dispositivos de orientação política, dos programas/projetos e das relações entre seus diferentes setores.
 - **Ordenamento legal** - Levantamento das legislações estaduais ou distrital, que dizem respeito ao esporte.
 - **Dispositivos políticos** - Levantamento dos documentos oficiais, que normatizam ou orientam administrativa ou pedagogicamente as políticas de esporte da região.
 - **Ações e programas** - Mapeamento dos programas, projetos e ações do órgão gestor do esporte regional dentro do recorte temporal estabelecido.
 - **Outras ações setoriais** - Identificação das ações governamentais de outros setores que se relacionam com o esporte.
3. **Gestão e controle social** - Análise da organização da gestão da política esportiva regional e do nível de participação e controle social e democrático.

- **Relações governamentais** - Identificação das características das relações entre a esfera estadual com Governo Federal e os municípios.
 - **Relações entre governo e outros atores** - Identificação dos diferentes atores que interagem com o órgão gestor do esporte na gestão da política esportiva.
 - **Estrutura organizacional e pessoal** - Mapeamento da estrutura institucional de governo e pessoal disponível para atuar na política de esporte.
 - **Formas e mecanismos de controle social e democrático** - Caracterização dos espaços e mecanismos de controle social e democrático que a população local dispõe para acompanhar a política de esporte.
4. **Abrangência e estrutura** - Estudo sobre a amplitude acesso ao esporte e oferta da política pública, bem como da rede de espaços e equipamentos disponível para sua implantação.
- **Alcance dos programas e projetos** - Quantificação e caracterização do perfil de usuários ou atendimentos dos programas e projetos, comparando com o público-alvo potencial e com as metas estabelecidas.
 - **Acesso ao esporte** - Levantamento das informações sobre práticas esportivas e atividades físicas do Estado ou Distrito Federal.
 - **Espaços e equipamentos** - Mapeamento e caracterização dos espaços e equipamentos públicos para a prática de esporte e lazer sob gestão estadual, bem como aqueles de natureza privada que são utilizados na implantação da política de esporte do Estado ou Distrito Federal
5. **Financiamento e Gasto** - Estudo da matriz de financiamento público do esporte dos Estados ou Distrito Federal e seus impactos na natureza e alcance das políticas de esporte.
- **Fonte** - Identificação das fontes de financiamento (orçamentárias, extra orçamentárias e indiretas), o que permite verificar se há um perfil progressivo ou regressivo de financiamento na política de esporte.

- **Direção** - Análise da aplicação dos recursos da política esportiva, observando sua distribuição entre os programas/projetos e geográfica.
- **Magnitude** - Análise do volume de investimento na política de esporte, acompanhando seu comportamento longitudinal e seu percentual de execução.

Para a elaboração deste texto foram utilizados autores que tratem do tripé estado, política e esporte, para fundamentar e nos preparar para o momento empírico de investigação

5. CONTEXTO POLÍTICO E PANORAMA ESPORTIVO

Terra da luz! Assim é conhecido o Ceará. Não pelo sol ou por qualquer aspecto climático da região, mas por ter sido o primeiro Estado brasileiro a abolir a escravidão, exatamente no município de Redenção⁴. O nome do município é uma alusão à abolição da escravatura e o termo “luz” de terra da luz⁵, representa os ideais iluministas que permeavam o pensamento abolicionista da época.

[...] nos primeiros anos da década de 1880 o movimento abolicionista cearense tornou corpo até chegar ao dia 25 de março de 1884 e a província passou a ser denominada “Terra da luz” expressão atribuída a José do Patrocínio para se referir ao Ceará por sua “iluminadora” liderança e exemplo a ser seguido na luta abolicionista no império Brasileiro (MARQUES, 2008 P.37)

Exatamente no intuito de poder localizar os leitores acerca da pesquisa aqui proposta é que faremos uma breve exposição do Estado do Ceará como parte integrante do modelo de avaliação e análise de políticas estaduais de esporte. Sobremaneira, entendemos que um olhar amplo sobre o objeto colabora com a compreensão de sua totalidade. Os aspectos destacados neste

⁴ Redenção Localiza-se a 55 km de distância de Fortaleza. Antiga Vila do Acarape, Redenção foi fundada em 1942. O município recebe esse nome por ter sido a primeira cidade brasileira a libertar todos os seus escravos. <https://www.redencao.ce.gov.br/omunicipio.php> acessado em 01 de maio de 2020.

⁵ A abolição cearense, quatro anos antes do resto do País, deu ao Ceará a alcunha de “Terra da Luz”. O título foi dado pelo jornalista e abolicionista José do Patrocínio, em artigo publicado no jornal carioca Gazeta da Tarde, em abril de 1884. Em torno deste título foi construído discurso de que a escolha por liberar os cativos foi fruto de uma elite humanista. <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/dom/2014/03/22/noticiasjornaldom,3224539/pesquisas-questionam-o-mito-da-terra-da-luz.shtml> acessado em 01 de maio de 2020.

capítulo serão: aspectos históricos e socioculturais; perfil sócioeconômico e demográfico; histórico político governamental; panorama da realidade esportiva; ordenamento legal e dispositivos legais.

Segue então, o convite para um “passeio” sobre a história da terra da vaquejada e carne de charque, do patriarcado e das disputas políticas, do coronelismo chegando até a sua modernização, caracterizado pelo governo das mudanças⁶ de Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Todos estes elementos servirão de lupa para um olhar mais crítico para as características e contradições das políticas de esporte do Estado do Ceará.

5.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS

É de conhecimento geral que o Brasil foi “descoberto” em 1500 pelos portugueses, aqui chegando Pedro Álvares Cabral, dando início a colonização e exploração do novo continente. Porém, de acordo com Pinheiro (2000), a ocupação da capitania do Ceará (siará-Grande), não ocorreu da mesma forma que ocorrera em outras capitanias. Com interesse nas riquezas minerais e vegetais, os portugueses logo fincaram raízes em territórios que pudessem explorar para suas metrópoles. No Nordeste, podemos citar as capitanias da Bahia e de Pernambuco como terras prósperas, principalmente ao cultivo da cana de açúcar, da qual foi o primeiro modo de extração de riqueza na época pelos colonizadores.

Farias (2015) e Chaves (2016) destacam que a ocupação do território cearense se deu de forma mais lenta, ao contrário das terras férteis açucareiras. Podemos destacar diversos fatores: a escassez de minérios (ouro e prata), o solo não era propício para o plantio em grande escala para a cana de açúcar, não possuía especiarias nem riquezas. Não despertava a cobiça da metrópole por falta de atrativos econômicos, inclusive até para navegação era complicado, pois as correntes marítimas do atlântico mudavam de direção

⁶ Desde as eleições de 1986, começou um novo momento na história política do Ceará: o dos Governos das Mudanças, capitaneados pelos governadores Tasso Jereissati (1987-1990; 1995-1998; 1999-2002), Ciro Gomes (1991-1994) e Lúcio Alcântara (2003-2006). Contrapondo-se ao coronelismo que dominaram a política cearense entre as décadas de 1970 e 1980. A “Geração das Mudanças” propunha modernizar o Ceará. Uma geração formada em seu núcleo inicial por jovens empresários ingressados na política com o objetivo de desenvolver o estado, que se encontrava, segundo avaliavam, em situação de atraso e miséria. (Barbalho, 2007 p.112)

exatamente na localização geográfica do Ceará. A terra passou praticamente o século XVI esquecida.

A maior prova desse abandono, no tocante as capitâneas hereditárias, o donatário do Siará-Grande nunca nem pisou no solo cearense por falta de incentivos e atrativos comparados a outras capitâneas. (FARIAS, 2015)

Esse abandono não se deu apenas no Ceará, pois segundo Martins (2010, p.20) “Assim (...) as capitâneas do litoral do norte Brasileiro, [atuais Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão] foram criados sob a dependência direta da coroa lusitana, nunca tendo efetivamente pertencido aos donatários”.

Em consequência desse abandono das capitâneas do Norte, nações estrangeiras invadiram alguns territórios para exploração. Exemplo disso era que na capitania do Maranhão, onde os franceses fundaram uma colônia chamada de França Equinocial em 1612, e em consequência disso foi que a coroa portuguesa buscando reaver, povoar e explorar as capitâneas do Norte, usou se o Ceará com ponto de apoio para os caminhos das capitâneas do Piauí e do maranhão, das quais não tinham sido explorados ainda por Portugal.

Não é por acaso que o começo da história oficial cearense girou em torno de fortes, os quais situavam-se, na maioria das vezes, na porção média (meio) do litoral, evidenciando o papel logístico defensivo (basta perceber a localização de Fortaleza, que divide o Ceará em dois). (Lemenhe, 1991 Apud Farias, 2015 p.12)

Numa dessas invasões estrangeiras as colônias do Norte, os holandeses construíram um forte denominado *shoonenborch* e que, logo na retomada portuguesa desse território, renomeou o forte de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, do qual surgiria futuramente, o nome da Cidade de Fortaleza.

Primeiramente, não houve o interesse em implantar uma sede administrativa no Ceará, pois o local apenas era utilizado para proteção militar e utilização de caminho para o Piauí e o Maranhão e não tinha povoamento. No entanto, essa a apropriação da capitania de Siará Grande veio a acontecer depois por meios dos vaqueiros e a implantação de pecuária no sertão do Estado. (FARIAS, 2015). Mesmo com esses acontecimentos em Fortaleza, o

povoamento do Ceará se deu um pouco depois no sertão de seu território e não na capital.

No intuito de colonizar as terras improdutivas e desvalorizadas do sertão, o governo português estava oferecendo a posse das terras a quem interessar.

De acordo com Silva (2005) para obter a concessão da terra bastava solicitar por meio das cartas de sesmarias⁷, com a obrigação de torna-las produtivas em 5 anos. Sendo assim a coroa lusitana ocupava os sertões como também garantiria seu desenvolvimento econômico e cobrança de impostos e produtos a posteriori. Nessa oportunidade, vários donos de terras em Pernambuco e na Bahia mandaram seus “capatazes” com a missão de adquirir mais terras ao norte, levando gado para implantação da pecuária, atividade que era mais propícia para as características da região. Surgiam então **os vaqueiros (grifo nosso)** na história da colonização do Ceará.

Ainda de acordo com a autora, os vaqueiros vieram com as situações mais adversas possíveis (clima, falta de recursos, a resistência dos índios) para implantar as fazendas de gado para seu senhor, iniciando assim o processo de povoamento do Ceará, principalmente pelo interior do estado, favorecendo o aparecimento de grandes latifúndios, que conseqüentemente contribuiu ao monopólio das terras pelos senhores de posse vindo de Pernambuco e Bahia e que até hoje essas famílias tradicionais mantem o poder econômico e político das regiões correspondentes a esses povoamentos.

As fazendas de gado, além de ocuparem grandes hectares de terra para criação do rebanho e de pequenos animais (galinha, porco, cabras), também mantiveram plantações de milho, mandioca, arroz, feijão e outras culturas para consumo próprio. Aos poucos os “capatazes” denominados de vaqueiros, iam agregando pessoas para no cultivo da terra e dos animais com a

⁷ **Sesmarias** eram terrenos abandonados pertencentes a Portugal e entregues para ocupação, primeiro no território português e, depois, na colônia, o Brasil, onde perdurou de 1530 até 1822. O nome sesmaria deriva de sesmar, dividir. Por esse sistema, as terras cultivadas nas comunidades eram divididas conforme o número de habitantes e, depois, sorteadas. O objetivo era **garantir o cultivo das áreas**, que eram denominadas sesmo porque correspondiam à sexta parte do valor de cada terreno. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/sesmarias> acessado em 03/05/2020

promessa de divisão de parte da produção e cada vez mais essas fazendas iam tornando-se “feudos” independentes economicamente, favorecendo seu crescimento e desenvolvimento. Vale lembrar que mesmo com as concessões das cartas das sesmarias, não havia por parte da coroa portuguesa uma vigilância acerca desse povoamento e as fazendas cresciam de forma arbitrária e sem controle algum. (FARIAS, 2015)

Exatamente neste contexto de dificuldades e adversidade que se constituíram as primeiras elites do Ceará, por meio da criação do gado e das atividades dos vaqueiros, inicialmente com convivência áspera com a população nativa nos anos iniciais. À medida que os conflitos iam diminuindo, boa parte dos indígenas passaram a fazer parte dessa população pobre e livre, da qual veio a predominar a povoamento da capitania. (Putoni, 2002 e Albuquerque, 2002).

Em pouco tempo, as fazendas foram se consolidando. Vilas e povoados foram surgindo nas rotas e caminhos de passagem do gado caracterizando os primeiros delineamentos da identidade do Ceará como território próprio: a terra que outrora não tinha valoração alguma a partir de então para a ter seus “donos” e correspondia a “status de poder” e domínio da região. E dessa consolidação começou uma interação entre as fazendas para troca de mercadorias produzidas como também a venda de gado.

Esses encontros entre fazenda geralmente aconteciam no final de junho exatamente no final da quadra invernos da região as fazendas definiam um ponto de encontro para suprir as necessidades daquilo que era produzido internamente e também começaram a produzir os primeiros sinais de comércio da região. Nesses encontros surgem dois fenômenos interessantes e característicos do Nordeste: 1) a cultura do milho que nessa época da festa junina⁸ é bem valorizada e tem como carro-chefe da culinária da região surgiu

⁸ As festas juninas surgiram nos países europeus católicos e eram chamadas de “joaninas”, em homenagem a um santo católico, São João. Elas foram trazidas para o Brasil no período colonial, pelos portugueses. A princípio, comemorava-se apenas a festa de São João, depois, como os dias de São Pedro e Santo Antônio aconteciam no mesmo mês, foram incorporados às festas juninas. Apesar de todo o Brasil comemorar as festas juninas, é na Região Nordeste que elas são mais difundidas. O mês de junho é aproveitado também para agradecer aos santos pela colheita farta, principalmente a do milho. Não é à toa que a maioria das comidas típicas das festas juninas são feitas de milho, afinal, junho é mês de

exatamente desse período; 2) surgimento da das primeiras características da vaquejada⁹ que durante o percurso para o encontro desses eventos os vaqueiros tinham que tocar boiada pelos caminhos e quando novilho desgarrava dos demais os vaqueiros corriam atrás segurando o gado pelo rabo e derrubando a afim de trazê-lo de volta para o caminho proposto.

Como iniciamos nosso texto falando sobre escravidão, tais características do povoamento no interior do Ceará citadas anteriormente, favoreceram para que negros fossem trazidos para o sertão tenham sido em menor número em relação a outras capitanias. Chaves (2016) destaca que a pecuária era bem menos lucrativa que o cultivo de cana de açúcar dificultando a compra de escravos que no período era um artigo caro. Outra característica relevante à pecuária era que o número de escravos necessários para cuidar do gado era bem menor que para cultivo de cana de açúcar, fator também relevante que contribuiu para uma escravidão diminuta no Ceará. De certo não estamos querendo romantizar aqui a escravidão na região, pois mesmo em menor número, a crueldade e os maus tratos eram similares em qualquer parte do Brasil.

Com o desenvolvimento do povoamento e a expansão do território, vários percursos de leva de gado foram abertos no intuito de crescimento do comércio. Rolim (2012) enfatiza que o mesmo gado que chegou ao Ceará para ajuda no povoamento agora era o que começou a abastecer os Estados da Bahia e de Pernambuco, porém a longa trajetória implicava no enfraquecimento dos animais, muitos chegavam ao seu destino magro e desvalorizado. Nesse período que surgem a famosa carne seca ou “carne do Ceará”, que juntamente com a pecuária foram os pilares da economia do Ceará no período colonial.

colhê-lo em muitas regiões. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2015/06/conheca-tradicoes-juninas-no-brasil> Acessado em: 21/05/2020

⁹ A origem da vaquejada remonta ao sertão nordestino no período entre os séculos XVII e XVIII. Nesse período as fazendas não tinham cercas e o gado ficava solto em meio a vegetação que era abundante. Durante o mês de junho chegava ao fim a estação de chuvas e os vaqueiros das fazendas eram designados para apartar os bois, isto é, trazer de volta as cabeças que haviam saído do território da fazenda. Porém, apenas nos anos 40 do século passado, a vaquejada passa a ser considerada uma modalidade oficial. Disponível em : <https://blog.rodeowest.com.br/curiosidades-rodeio/conheca-historia-da-vaquejada/> Acessada em: 14/05/2020.

Para evitar mais prejuízos, o gado ao invés de ser levado vivo, a partir da segunda metade do século XVIII, passou a ser abatido e transportado aos mercados consumidores. Isso se tornou possível devido à realização de um processo de salga que implicou na conservação da carne bovina. Iniciou-se as charqueadas no Ceará (Lemenhe, 1991 p. 138)

É importante salientar que esse período foi fundamental para o fortalecimento dos proprietários e criadores de gado que ao mesmo tempo que vendiam carne, couro e outros derivados da pecuária começaram um comércio intenso também de caracterização das cidades. Por meio de materiais de construção, pratarias, porcelanas, cristais e outros materiais, dando assim uma arquitetura diferenciada para as pequenas cidades do Ceará que começaram a se desenvolver também a característica da esfera política e social da época.

Por fim Girão (1984) e Lemenhe (1991) destacam que o período colonial se caracteriza pelo a criação de gado e pela venda das derivadas da pecuária do qual simbolizava o poder econômico e político da época. Essas técnicas garantiram a sustentabilidade da capitania cearense no período que teve grande rentabilidade até o aparecimento da outra cultura econômica que é o **algodão** do qual vai caracterizar muito o período imperial.

A partir de aqui passaremos a tratar do período Ceara império, que teve como características o início do ciclo do cultivo do algodão, da organização política local e da escravidão no Ceará.

No período colonial já se tem registro que o cultivo de algodão já era realizado pelos povos indígenas da região e que aos poucos foram incorporadas as fazendas de gado e passaram a conviver juntos com a atividade da pecuária. Ao contrário do que se pensa, a produção algodoeira não prejudicou a criação do gado pois a existência nas duas culturas era extremamente favorável para permanência e desenvolvimento do sertão.

De acordo com Girão (1995) no final do período colonial o Ceará foi marcado por duas grandes secas no qual a população de rebanho quase foi dizimada. Com isso o Ceará não conseguia atender o consumo interno nem as demandas de Pernambuco e Salvador, enfraquecendo completamente o comércio de carne seca e de venda do gado que se consolidou nas últimas décadas.

Com favorecimento das navegações e do desenvolvimento das estradas a carne do Rio grande do Sul e de Minas gerais passaram a atender as demandas da região inclusive do consumo interno do Ceará. Exatamente nesse momento que a produção de algodão passa a ser a principal atividade econômica da capitania Siará Grande.

Nesse momento de efervescência da produção do algodão no Ceará é que Fortaleza passa a ser a grande protagonista cidade do Estado do Ceará. Impulsionadas principalmente pela Guerra de independência dos Estados Unidos e do início da Revolução industrial a atividade econômica do Ceará se volta para a costa litorânea deixando para trás a primazia do sertão que iniciou o processo de povoamento do Ceará. Fortaleza entra na rota da mundialização do capital. (Girão, 1984 E 1995).

Desse modo, embora algumas vilas ainda prevalecessem a concentração da economia cearense algodoeira. Fortaleza se tornou o único centro de exportação da Província. Vale salientar que no porto de Fortaleza, havia estrutura para ancorar navios a vapor, enquanto em Aracati não havia tamanho suporte. (Girão, 1995).

A partir desse protagonismo econômico a cidade de Fortaleza passa por diversas transformações (urbanização, comércio, povoamento) como também se inicia os conflitos e acomodações políticas locais caracterizada pelas famílias tradicionais do sertão em detrimento a nova elite local crescente na cidade de Fortaleza. “Fora recorrente, entre os grandes discursos alusivos à política brasileira do século XIX, atribuir uma lógica própria no decorrer das eleições. Grupos familiares e confluências perpetuavam a política de mando através das possibilidades que a concentração de atribuições legais ofertava”. (Carvalho, 2006, p.404).

Com a chegada da coroa portuguesa e o território brasileiro passamos também a perceber uma maior preocupação da coroa em dominar os territórios que outrora foram negligenciados. Freitas (2011) relata que uma nova configuração política desenhada e organizada a partir da família real geraram muitos conflitos em algumas colônias inclusive as do Nordeste que por sua vez estavam acostumados a se organizarem de forma independente, se viram numa

condição de se curvar aos interesses da coroa em detrimento aos interesses locais.

Nesse período imperial podemos presenciar diversos conflitos no território nacional inclusive no Nordeste. Um grande exemplo desses conflitos foi a Confederação do Equador¹⁰ que por sua vez tinha uma elite nordestina independente e pretensiosa que relutava aos desmandos da coroa portuguesa.

Os ideais pela liberdade inspiraram esse movimento de caráter separatista e libertador republicano que se iniciaram em Pernambuco e pretendia tornar as Províncias de Pernambuco, Piauí, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas independentes do restante do país.

De acordo com Carvalho (2006, p.308):

Insatisfeitas com a constituição de 1824 e temerosas em perderem seus domínios, a elite dominante, localizado na região Nordeste, surgiu em movimento revolucionário com objetivos contrários as ideias políticas do Império. É importante ressaltar que embora a elite tenha aderido a esse movimento, sua base era constituída pela participação popular. O fato é que esse movimento de caráter separatista contestava o autoritarismo e a centralização administrativa do Império, administrado inicialmente por D. João e depois por D. Pedro I.

Ainda na época do império podemos destacar outro protagonismo da região Nordeste que foi a precoce libertação dos escravos no Ceará exatamente no ano de 1884, 4 anos antes da libertação dos escravos em todo território nacional. Decerto iremos explicar aqui os motivos dessa libertação e as suas consequências. Vale ressaltar como dissemos anteriormente que o Ceará teve escravos em menor número em relação a outros estados do Brasil, porém a violência a crueldade com que esses escravos eram tratados era caracterizada da mesma forma como também a própria resistência e bravura dos escravos em lutarem por sua liberdade também foi um Marco importante para o Estado do Ceará.

O alto custo de mão de obra escrava, as secas prolongadas contribuíram para que esta Província decretasse liberdade oficial aos cativos em 24 de março de 1884. Porém, devemos atentar para outro

¹⁰ A Confederação do Equador foi uma das muitas revoltas ocorridas no Brasil Imperial. Ocorreu no ano de 1824 iniciada na província de Pernambuco como um movimento de resistência ao governo e às medidas do Imperador D. Pedro I. Também tinha, entre seus objetivos, a intenção de separar-se efetivamente do território brasileiro, constituindo nova república. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/confederacao-do-equador/> Acessada em: 24/05/2020.

fator importante, as condições nas quais passariam a viver os homens livres. Para uma sociedade de cultura escravista aceitar que o negro possuísse os mesmos direitos de cidadania que um branco seria uma afronta. (Funes, 2007, p.103).

Para encerrar o “passeio” pelo Ceará no período imperial, não poderíamos deixar de lembrar do famoso lendário Dragão do Mar, jangadeiro que encabeçou uma greve no porto de Fortaleza em alguns dias de janeiro de 1881 não se embarcou nenhum escravo para os navios ancorados na costa. (Marques, 2008).

Conhecido como Chico da Matilde, o Dragão do Mar, levado pelos ideais abolicionistas na época como também a insatisfação pelo controle dos portos pela coroa portuguesa aderiu à alguns movimentos libertários na época como sociedade perseverança e provir e sociedade cearense libertadora que tinha o intuito de libertar os escravos no Ceará.

No entanto, a lógica abolicionista não estava preocupada apenas com a libertação dos escravos, porém tinham os interesses da elite da época que não enxergava, mas viabilidade na manutenção da escravidão. O Negro no Ceará apesar de liberto precocemente no Ceará teve todas as dificuldades de enfrentamento pelo Negro em relação ao preconceito inclusive vivido nos dias de hoje no Brasil.

Nesse período iniciou-se uma fase denominada de República velha ou Primeira República que concentrou nas primeiras décadas do século 20. No âmbito brasileiro, presenciamos uma república oligárquica que foi caracterizada pela alternância do poder das elites de São Paulo e de Minas gerais. Esse revezamento no poder foi denominado de política café com leite.

No Ceará também presentes nessa política oligárquica do qual no final do século XVIII e início do século XX nós tivemos dois nomes que representaram bem essa política oligárquica caracterizada pelo autoritarismo nepotismo violência e corrupção. Como seus principais representantes temos Antônio Pinto Nogueira Acioli e Franco Rabelo que no início do século XX foram os líderes das oligarquias coronelismo no Estado do Ceará.

Nogueira Acioli ou denominada oligarquia Accioly na teve no poder entre os anos de 1896 a 1912. Já em 1912 Franco Rabelo toma o poder assim acabando com a supremacia aciona dos últimos 16 anos vale ressaltar que essa

disputa de poder resultou em diversos conflitos políticos que igualmente no Brasil e no Ceará tiveram suas características particulares. “Apenas aconteceu uma mudança de grupos políticos no poder estatal. Permaneciam as velhas práticas do coronelismo, com suas velhas tramoias, feitas de violência e arbitrariedade”. (Lopes, 2007, p.349).

A partir dos anos 30 com a revolução de Getúlio Vargas e a introdução do estado novo o Ceará passou a desenvolver a sua política também de forma polarizada, porém não mais sustentada em nomes ou famílias específicas e passam a se organizar ou se configurar por meio de organizações políticas.

Podemos destacar nesse cenário a (LEC) Liga Eleitoral Católica e a (LCT) Liga Cearense do Trabalho foram organizações políticas e organizadas também pela sociedade civil igreja associações e sindicatos que defendiam seus interesses por meio de seus representantes. O Ceará seguindo tendência brasileira também passou por diversos conflitos internos na disputa de poder e pelo tensionamento entre representantes mais progressistas contra representantes mais conservadores. (Silva, 2015).

O coronelismo no Ceará foi um período em que se sucedeu na época da ditadura militar e com as mesmas características de militarismo no poder tivemos uma alternância de poder dos coronéis Virgílio Távora Adauto Bezerra e César Cals que dominaram a política cearense nas décadas de 60 até 80.

De acordo com Parente (2007), a identificação do termo governo dos coronéis se remetem a duas situações distintas. Primeiro por meio do golpe militar de 64 que tiveram os militares no poder e nesse contexto Virgílio Távora César Cals e Adauto Bezerra eram de fato militares de carreira e possuíam a patente de coronel. Por outro lado, o termo coronel também identifica um termo que vem na época do império onde os grandes proprietários de terra eram denominados de coronel pois ganhavam essa patente proferida pelas autoridades imperiais. Então o termo coronel ele perpassa pelo imaginário popular de uma figura de poder econômico e político no Ceará, mas como também se atribui a uma patente de fato de uma carreira militar do qual se refere a esses governadores do Ceará que estavam no poder.

Com exceção a esse rodízio de militares no poder te vemos o governo de Plácido Aderaldo Castelo que também foi apoiado por militares e que teve uma importância para o esporte no Estado do Ceará, porém será explicado um pouco mais à frente na pesquisa.

Seguindo toda a lógica do governo militar brasileiro é o coronelismo no Ceará né implantou uma política desenvolvimentista no intuito de tomar o Ceará um estado moderno fortalecendo a economia e o setor industrial. (Parente, 2007).

No próximo tema iremos transcorrer sobre um período que foi de fundamental importância para transformação do Estado do Ceará no qual ele possui sua identidade atualmente. Estamos nos referindo da década de 80 onde o Ceará era protagonista nos índices de pobreza no Brasil e principalmente do analfabetismo e da mortalidade infantil.

Atualmente o Ceará encontra-se como um dos Estados destaques do Nordeste e do cenário brasileiro. Pois nos últimos 30 anos Ceará deu um salto qualitativo em alguns aspectos socioeconômicos e dessa forma é que vamos a partir de agora tentar fazer um raio x de como se procedeu essa mudança. O coronelismo do Ceará representando pelos militares na alternância do poder no período militar que no Ceará em detrimento a modernização do Ceará chamado por pelos historiadores de governo das mudanças que foram encabeçadas pelo político Tasso Jereissati e Ciro Gomes.

5.2 Histórico político- governamental

Em meados da década de 70 o Brasil apresentava muitos problemas em decorrência de crise econômica, insatisfação da sociedade civil com relação às políticas gerais desenvolvidas no período militar como também um crescimento do sentimento de uma abertura do governo alavancado os diversos movimentos sociais e setores da sociedade.

Isso gerou declínio no período de ditadura militar no Brasil e que no início da década de 80 culminou para o encerramento do período militar. Particularmente no Ceará existia um grupo de empresários que também se

apresentavam descontentes com os governos militares estaduais e decidiram posicionar-se contra a composição desse governo decidindo assim adentrar no cenário político com uma maior participação efetiva dos pleitos eleitorais. (Chaves, 2016).

Essa elite empresarial do Ceará se fazia representada pelo CIC¹¹ centro industrial do Ceará e que o mesmo pela formação, juventude e militância pelo empresariado buscaram se engajar de forma mais efetiva no processo de tomada de decisões da política do Ceará. É importante refletirmos que essa ascensão desses empresários se restringiu a um pequeno grupo da elite dominante que possuía um projeto de governo pautado na racionalização administrativa, na limitação da participação do Estado. (Parente 2007).

O centro industrial do Ceará era contrário à velha política praticada pelos coronéis que era caracterizada por uma proximidade obscura, falta de transparência, autoritarismo e financiamento daqueles que não criticam o governo federal como também a prioridade para as atividades que a ditadura achava importante, deixando muitas vezes de lado os interesses de um empresariado que exige a modernização. Dessa maneira se aproximando os pleitos eleitorais de 1986 e sem conseguir o fechamento de um projeto de governo que pudesse atender suas expectativas, sem pretensões iniciais e de certa forma com um amadorismo aparente o nome do jovem empresário Tasso Jereissati na época se lança como candidato ao governo do estado do Ceará. (Nobre, 2008 e Silva, 2013)

A escolha do nome Tarso Jereissati para disputa das eleições de 86 se deu por três motivos passo teria sido um dos últimos dirigentes do CIC seu nome estava em evidência né não junto à opinião pública ele era uma liderança marcante que ele conferir uma formação e uma marca muito grande principalmente por ter sido filho de senador do Estado do Ceará que trabalhou como no período de 50 a 63 e o trânsito livre da mídia local dado sua esposa Renata Jereissati seria herdeiro e de um dos principais conglomerados midiáticos do Ceará sistema verdes mares de comunicação FM 93, AM 810 e o jornal diário do Nordeste.(Silva, 2013. P.58)

¹¹ Fundado em 27 de julho de 1919, o Centro Industrial do Ceará (CIC) é uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída por pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades industriais ou afins. Objetiva coordenar e defender, de forma articulada com a FIEC, os interesses das indústrias, bem como promover a difusão de conhecimentos essenciais à competitividade do setor produtivo cearense. Disponível em: <https://www.anuariodoceara.com.br/perfis/centro-industrial-do-ceara-cic/> Acessado em: 17/04/2020.

Com a primeira candidatura de Tasso Jereissati inicia-se assim uma polarização não só de grupos políticos, porém de ideias que permearam a campanha política e que foram elementos centrais para o debate na época era o novo contra o velho, o atraso versus modernidade, coronéis versus democráticos, profissionais versus amadores. Durante o pleito se utilizaram dos diversos pontos positivos e negativos dessa polaridade para realizarem uma verdadeira guerra na campanha. (Parente, 2007).

No dia 15 de março de 1987 começava um novo momento na história política do Ceará: o dos Governos das Mudanças¹² capitaneados pelos governadores Tasso Jereissati (1987-1990; 1995-1998; 1999-2002) e Ciro Gomes (1991-1994) e Lúcio Alcântara (2003 – 2006). (Barbalho, 2007).

Claro que em um Estado onde vigoravam relações clientelistas, o empreguismo, o nepotismo, a apropriação privada da coisa pública e o descontrole total das finanças governamentais, a adoção de condutas e políticas de modernização representou uma diferença indiscutível e visível. Tanto que Tasso e Ciro receberam os melhores índices de aprovação entre os governos estaduais do país. (Barbalho, 2007)

Precisamos também enfatizar quem 1986 estava posta novas regras de campanhas políticas onde os candidatos puderam experimentar novas formas de campanha política onde a publicidade e a mídia ganham destaque. De acordo com Barbalho (2007), Tasso Jereissati desde o início da campanha criou uma estrutura profissional e sofisticada de campanha que vai desde pesquisa sistemática como recursos avançados de audiovisuais existentes na época. Dessa forma está inaugurada o pioneirismo de um padrão midiático publicitário marcado pelas transferências de técnicas de marketing como também entende o eleitor como consumidor de um produto político e transforma candidatos em uma personificação identificada com eleitor e diferente dos demais.

¹² O “governo das mudanças”, “tassismo” ou a “Era Tasso” foi o período de vinte anos, iniciado em 1987, marcado pelo domínio político do ex-governador Tasso Jereissati no estado do Ceará. Os estudos sobre esse período destacam o papel modernizante do grupo liderado por Tasso, a política de investimentos em grandes obras, a racionalização da administração pública e a importância da mídia, mas também enfocam: o distanciamento dos movimentos sociais, o descaso com os servidores públicos e o agravamento da miséria (Farias, 2012; Nobre, 2008; Heredia, 2008; Arruda, 2002).

QUADRO 2 – Resultado das eleições 1988

Disputa 1986	Senadores da coligação	Deputados federais	Deputados estaduais	Prefeituras de apoio
Tasso Jereissati	Mauro Bene vides e Cid Carvalho	PMDB	PMDB	
52,32%		12 - 54,5%	24 – 52,2%	86 - 47%
COLIGAÇÃO		COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO
PMDB/PDC/PCB/PC do B		12 - 54,5%	24 - 52,2%	

Fonte: Elaboração própria

Na eleição de 86 Tasso Jereissati conseguiu Vitória com torno de 52% dos votos válidos como também conseguiu eleger a maioria dos deputados estaduais 26 do total de 46. Também eleitos em 86 da mesma coligação os dois senadores da coligação: Mauro Benevides e Beni de Carvalho

Segundo Chaves (2016), no seu primeiro governo Tasso Jereissati promoveu uma ruptura de poderes dos grupos clientelistas, deixando para trás o coronelismo e as velhas práticas citadas anteriormente. Dessa forma se pode ver o fortalecimento de uma burguesia que agora estava no poder e fortaleceram o capitalismo. De certo as áreas sociais não tiveram poder de destaque nesse primeiro momento, porém o que se viu foi um projeto de modernização e progresso que valorizava o crescimento do empresariado que outrora andava descontente, mas que manteve longe desses ganhos as camadas mais pobres da população.

Com isso, todas as promessas de democracia e diálogo pautados durante a campanha eleitoral foram abandonadas, gerando um descontentamento e processo de ruptura tanto com alguns empresários, grupos políticos que queriam ter mais participação no governo e setores da sociedade que esperavam uma maior participação popular. Tasso mostra então seu lado autoritário e parte de seu apoio político costurado no período das eleições. (PARENTE, 2007 e BARBALHO, 2007).

O relacionamento de Tasso com partida oficial - PMDB - era preocupante. Os deputados estaduais confrontavam se abertamente com o governo. A imprensa empreendia acirrada campanha de

desmoralização do Governo e da pessoa do governador. O estilo de governar era imperial: recebia poucas pessoas; esnobava solenidades; trabalhava à noite; não aceitava convites para festas, casamentos. não lia jornais; não respondia as críticas; olhava a solenidade por cima do ombro; não despachava com os secretários. (Mota, 2013. P. 110).

Dessa forma logo passo gera muitos conflitos no PMDB do qual logo deixa a legenda emigra para um partido que foi fundado recentemente e assim começa o seu protagonismo que se perpetua até hoje no então PSDB. Muitos aliados inclusive Ciro Gomes até então deputado estadual pelo PMDB, após a vitória para prefeitura de Fortaleza, também faz a opção de mudança de legenda.

Silva (2013) aponta que uma das primeiras ações de sucesso e da manutenção dessa era Tasso Jereissati foi exatamente 1988, a escolha por Ciro Gomes a frente da Prefeitura de Fortaleza onde a família Gomes já tinha uma forte uma força política na cidade de Sobral e que deram apoio a Tasso Jereissati nas eleições estaduais de 86, sendo das primeiras cidades do interior a apoiar sua candidatura e o jovem Ciro Gomes que estava em segundo mandato de deputado estadual colocava-se ao lado de Tasso Jereissati afim de fazer uma forte chapa para manutenção do poder na década de 90 e 2000.

Fato bem interessante que vale ser ressaltado é que no período da escolha de Ciro Gomes para concorrer à prefeitura de Fortaleza em 88 é que o prazo de troca de domicílio eleitoral era de pelo menos um ano. Tasso Jereissati então recorreu ao senador da época Mauro Benevides que modificou as disposições transitórias da constituição federal em cortando o prazo para 4 meses exatamente o tempo que restava para o Ciro Gomes concorrer a essa questão do da prefeitura de Fortaleza. Em troca Mauro Benevides indicaria o médico Juracy Magalhães para vaga de vice-prefeito. Juracy Magalhães que por 3 mandatos ficou à frente do município de Fortaleza e é reconhecido por muitas mudanças estruturais e melhorias na Cidade na década de 90. (NOBRE, 2008 e SILVA, 2013).

Quadro 3 – resultado eleição 1988

Coligação	Candidatos	Partidos	Votação
Coligação das mudanças	Ciro Gomes	PMDB, PMB	25,79%
Frente democrática	Edson Silva	PDT, PC do B.	25,05%

Fonte: Elaboração própria

Ciro Gomes é eleito prefeito de Fortaleza com uma pequena vantagem sobre o radialista Edson Silva. Até hoje são questionadas a legitimidade e a lisura quanto a apuração dos votos.

Sendo agora um dos grandes aliados de Tasso Jereissati, CIRIO Gomes também implanta em Fortaleza um projeto de modernização e, em 2 anos realiza muitas mudanças estruturais em Fortaleza em conjunto com Governo do Estado.

Na prefeitura de Fortaleza, em pouco tempo CIRIO Gomes se tornou destaque. Colocou em funcionamento os serviços de limpeza e manutenção viária, conseguiu o pagamento de mais de 20 mil funcionários da cidade que durante anos estava em atraso e por fim conseguiu um índice de 77% de aprovação do seu mandato de acordo com pesquisas na época.

E na chegada da véspera da escolha dos candidatos aos pleitos de 1990, Tasso Jereissati de forma monocrática escolhe o nome de CIRIO Gomes que deixou cargo da prefeitura de Fortaleza para concorrer ao governo de estado, contrariou todas as orientações partidárias das quais tinham como possibilidade de candidatura outros nomes de seu partido para possível candidatura aos prefeitos de 1990. (Barbalho e Parente, 2007).

Os dois nomes preferidos pelo partido e já com a carreira política consolidada eram de Sérgio Machado e Lúcio Alcântara que foram preteridos pelo até então Jovem de Sobral, CIRIO Gomes. Tal costura política foi feita e para acomodação e evitar conflitos esses dois nomes foram indicados para concorrer ao senado federal em 1994 e chegaram a lograr êxito diminuindo assim as tensões geradas pela decisão arbitrária de Tasso Jereissati. (Silva, 2013).

Quadro 4 – resultado eleição 1990

Disputa 1990	Senadores da coligação	Deputados federais	Deputados estaduais	Prefeituras de apoio 1992
CIRIO gomes	Beni Veras	07 - 31,8%	18 – 39,1%	86 – 47%
44,19%				
COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO
PSDB/PDT/PDC		10 - 45,5%	22 - 47,5%	91 49,7%

Fonte: Elaboração própria

Já em 90 eleito governador do estado pelo PSDB e o segundo mais jovem governador eleito na época, Ciro Gomes desenvolve a continuidade de trabalho da redução da máquina administrativa. Combater uma sonegação de impostos aumentou a arrecadação estadual e investiu fortemente em saúde, educação e logo a sua gestão também se torna uma das mais populares do Brasil, chegando a 74% de aprovação pelos institutos de pesquisa da época, também sendo escolhido pela revista *Time* como uma das cem lideranças emergentes no cenário Mundial.

Exatamente nesse período que a imagem do Ceará começa a ter grandes modificações no cenário nacional. No início da década de 80 o Ceará era destaque negativo no Brasil em desnutrição, mortalidade infantil, índices socioeconômicos todos abaixo dos índices nacionais e nordestinos e com o início do projeto de modernização do Ceará os números passam a ser mais evidentes. (Parente, 2007; Barbalho, 2007; Nobre, 2008 e Silva, 2013).

Como governador, Ciro elevou a renda per capita do estado do Ceará de R\$ 1.467,00 para R\$ 1.637,00 (termos absolutos). Um aumento acumulado de 11,6%, enquanto o Brasil teve um aumento de 6,3% e o Nordeste, um aumento de 4,2%. Elevou a representação do PIB cearense de 1,65% do PIB nacional e 12,45% do PIB nordestino para 1,72% e 13,3%, respectivamente. No período, o PIB industrial do Ceará cresceu 1,38%. Saiu do Governo do Estado com 74% de aprovação, mesmo enfrentando oposição de sindicatos e movimentos sociais por ter arrochado salários e terceirizado alguns serviços públicos. (Nobre, 2008. p.134)

Também reduziu em 32% a taxa de mortalidade infantil e o Programa Viva Criança recebeu o Prêmio Maurice Paté da Unicef, entregue em Nova Iorque, sendo o primeiro governante latino-americano a receber o prêmio. O Programa Viva Criança, divulgado por Renato Aragão, foi iniciado em 1987 por Tasso e em seis anos levou o Ceará para as melhores posições no ranking de mortalidade infantil do país. (Nobre, 2008. p.134).

De certo todos esses feitos abriram caminho para um retorno ao Tasso Jereissati ao Governo do Estado em 1994 e assim consolidando toda a primazia do processo de redemocratização e da Era Tasso Jereissati que se instaurou no Ceará em 1986. Essa parceria se manteve fiel entre Ciro Gomes e Tasso Jereissati até 2010 onde houve uma ruptura que será explicitado a seguir.

Quadro 5 – resultado eleição 1994

Disputa 1994	Senadores da coligação	Deputados federais	Deputados estaduais	Prefeituras de apoio 1996
Tasso Jereissate	Lúcio Alcantara e Sergio Machado.	11 - 50,0%	20 – 43,5%	79 42,9%
43,80%				
COLIGAÇÃO		COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO
PSDB/PDT/PTB		11 - 50,0%	27 - 60%	

Fonte: Elaboração própria

No segundo mandato de Tasso Jereissati ele consegue uma pavimentação do seu projeto de modernização e de favorecimento para classe empresarial. Ocorreram profundas mudanças socioeconômicas no estado acompanhadas de grandes obras das quais puderam favorecer todas as demandas da classe burguesa do Ceará em relação ao seu crescimento buscando competitividade no cenário nacional.

Podemos destacar a construção do açude Castanhão, o complexo portuário do Pecém, a expansão do aeroporto Pinto Martins, a construção do canal de integração, vários projetos de rodovias e eletrificação. Nesse período Tasso foi destaque no cenário nacional pelo projeto Sanear I e II, dos quais foram considerados os maiores projetos de saneamento básico realizados no Brasil na década de 90. Em contrapartida, nesse período Tasso recebeu muitas críticas por deixar em segundo plano projetos de caráter sociais e de distribuição de renda e de redução das desigualdades. Segundo Barbalho (2007), seu governo não conseguiu aproximação com a esquerda em nenhum momento por optar por privilegiar apenas os interesses do empresariado.

Agora por meio do instituto da reeleição Tasso Jereissati organiza a sua permanência no poder. Seguindo a tendência nacional também de reeleição do até então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Precisamos compreender que nessa época o parceiro e fiel companheiro de empreitada política Ciro Gomes também disputaria as eleições de 1998 pelo PPS concorrente direto ao correligionário Fernando Henrique do

PSDB. Não deu outra, Tasso abandona a campanha do psdebista e joga todos os esforços na campanha do amigo Ciro Gomes que por sinal foi o primeiro colocado nas urnas no Estado do Ceará, porém não evitou a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. (Barbalho, 2007 e Parente, 2007).

Tasso então segue para uma vitória esmagadora em 98. Sempre seguindo os elementos fundamentais e decisivos para uma eleição 2 pontos apoio maciço do empresariado cearense, monopólio dos principais meios de comunicação do Estado do Ceará como também o apoio de esmagador das casas legislativas e das prefeituras do interior do qual fizeram reafirmar mais quatro anos de mandato sob sua tutela. (Nobre, 2008).

Quadro 6 – resultado eleição 1998

Disputa 1998	Senadores da coligação	Deputados federais	Deputados estaduais	Prefeituras de apoio 2000
Tasso Jereissati	Luís Pontes	12 - 54,6%	21 – 45,7%	83 - 45,1%
47,54%				
COLIGAÇÃO		COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO	
PSDB/PPB/PPS/PSD/PTB		13 - 59,1%	29 - 63,0%	

Fonte: Elaboração própria

Já o terceiro mandato de Tasso Jereissati foi marcado por diversos conflitos. Tamanha era as desavenças em seu mandato que inclusive seus colegas de partido tiveram desavenças com as costuras do governador.

Tasso Jereissati promoveu diversas ações que causaram verdadeira revolta na população cearense podemos destacar: privatização do banco do Estado do Ceará, privatização da companhia de energia elétrica do estado do Ceará, veto ao aumento dos servidores públicos estaduais durante o período de seu mandato como também falta de diálogo dos movimentos sociais e as organizações sindicais. De acordo com Parente (2007), passo manteve uma postura tão autoritária que até as emendas parlamentares foram vetados causando uma verdadeira indignação na assembleia legislativa.

Por fim seu governo teve que encarar abertura de uma CPI para investigar as privatizações pois Tasso estava sendo acusado de mais uma vez privilegiar os interesses dos empresários no Estado do Ceará.

Desacostumados com processo de negociação, com todo o histórico de truculência e autoritarismo, os taxistas tiveram que enfrentar o clima de euforia na assembleia legislativa. As galerias da casa ficaram lotadas de servidores do legislativo, fazendários, policiais civis e militares. Todos os atingidos por veto do executivo. A cada resultado divulgado compra o governo, seguiam-se aplausos e gritos de entusiasmo. (Bruno, 2002, p.80)

De repente, esvaindo-se a maioria governamental, na assembleia instalou-se CPI para investigar gestão temerária no BEC, derrubando se vetos, discutindo se orçamento, entre outras mutações no comportamento legislativo. Quebrou-se, assim, o pacto entre governador e deputados estaduais, marcado pela vinculação partidária e pela coalizão de parlamentares majoritários. (Moraes, 2002, P. 8).

O enredo do rompimento tem como tônica a postura imperial do governo no trato com os políticos, até mesmo aliados, implicando em frustrações das pretensões de candidatos a cargos majoritários não ungidas por suas Graças. Pela primeira vez, as lideranças das esquerdas dialogam para um projeto de União frente a hegemonia do PSDB no Estado do Ceará. (Carvalho, 2002, P.7)

Junto a tudo isso o cenário político nacional ver um enfraquecimento dos partidos de direita, inclusive o PSDB e uma a sessão da esquerda que culminou inclusive na eleição do presidente Lula.

E nesse ambiente desfavorável Tasso deixa o governo em 2001 para concorrer a uma vaga ao senado em 2002 e mais uma vez reúne forças com Ciro Gomes que também estava candidato à presidência da república, para tentar eleger seu sucessor. Nobre (2008), frisa que a bola da vez fica então com experiente Lúcio Alcântara, político experiente e que tem uma abertura política com diversos partidos, torna-se então o candidato da continuidade da era Tasso.

Quadro 7 – resultado eleição 2002

Disputa 2002	Senadores da coligação	Deputados federais	Deputados estaduais	Prefeituras de apoio 2004
Lucio Alcântara	Patrícia Saboya e Tasso Jereissati.	9	17	94
47,73%				
COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO

PSDB-PPB-PSD- PV		9	20	
---------------------	--	---	----	--

Fonte: Elaboração própria

Tasso então consegue se eleger para o senado federal e de quebra consegue eleger Patrícia Saboya, ex-esposa de Ciro Gomes a reboque.

Já no resultado pelas eleições para governador, pela primeira vez um grupo apoiado por Tasso Jereissati no governo iria para o segundo turno, obtendo uma vitória apertada com apenas 3.000 insignificante votos para o concorrente do PT José Airton Cirilo. Destacamos que todos os candidatos do primeiro turno que não chegaram para a segunda parte do pleito, apoiaram a candidatura do PT, ou seja, todos estavam contra Tasso. Desenha-se então o fim da “Era Tasso” depois de 16 anos no poder.

Ainda sobre os resultados, Barbalho (2007) salienta a repetição do enredo de 98, Tasso apoia Ciro Gomes para a presidência da república em 2002 e abandona José Serra, seu colega de partido, na campanha do Estado do Ceará. A fidelidade dos dois estava posta e era escancarada para todo o cenário nacional.

Eleito senador, Tasso Jereissati passa então a concentrar seus esforços e principalmente seu tempo com as atividades na capital federal. Seu sucessor, Lúcio Alcântara, acaba herdando todos os conflitos e opositores herdados por 16 anos de arbitrariedade e autoritarismo do modelo Tasso de governar.

Lúcio Alcântara se vê como alvo de todas as críticas dos opositores e o próprio esvaziamento do apoio dos empresários e de seu representante maior, Tasso Jereissati, que não desenvolve um bom trabalho à frente de seu mandato.

Nobre (2008), relata que para piorar a situação, Tasso Jereissati, seu correligionário de partido acaba esvaziando o apoio a sua reeleição, se volta com seus aliados para a candidatura de Cid Gomes, até então um desconhecido na política no cenário estadual, porém irmão do grande aliado de Tasso Jereissati, Ciro Gomes. Sem êxito na reeleição, Lúcio Alcântara em 2007 abandona o PSDB e se filia ao PR para dar continuidade a sua vida política.

Cid Gomes então, chega ao poder com apoio dos partidos de esquerda, do empresariado que veio a chamado de Tasso Jereissati, e de seu irmão Ciro Gomes então ministro do governo Lula. Todos esses fatores favoreceram ao novo governador desempenhar um ótimo mandato e com isso encerrando a era Tasso e dando início a “Era Ferreira Gomes” no governo do estado.

Contrariando todas as expectativas éticas e morais partidárias, Tasso e Ciro ficam Unidos e há 20 anos influenciaram as decisões e a vida política no cenário cearense (Nobre, 2008).

A vitória de Cid ao governo do Estado oferece pistas sobre a ação dos grupos políticos que transcenderia a dos partidos políticos, que funcionam principalmente como siglas institucionais nos quais se abrigam em função de interesses conjunturais. Não é a filiação a um determinado partido que marca a identidade de um grupo político, mas o reconhecimento pessoal de quem exerce sua chefia. Como implícito na própria nomeação dada pela mídia “os irmãos Ferreira Gomes¹³” passam a ser reconhecidos como chefes de um “grupo político” estadual cuja gramática é determinada não por filiações partidárias, mas pela capacidade de agregar seguidores que os apoiam e a quem retribuem apoio político (Monte, 2019, P.124).

Favorecido pela inércia do governo Lúcio Alcântara, Cid Gomes se fez valer pelo alinhamento com o governo federal, ótimos indicadores econômicos, parceria com o empresariado e um pensamento grandioso de fazer política ajudou o novo governador com grandes avanços dentro do Estado do Ceará.

Barbalho (2007), Parente (2007), Nobre (2008) e Silva (2013) destacam as realizações no primeiro mandato de Cid Gomes, tais como: construção do centro de eventos, a siderúrgica do Ceará, ampliação e modernização do Porto do Pecém, a finalização do metrô de Fortaleza, a construção de grandes hospitais regionalizados no interior do estado, a implantação dos upas no Estado do Ceará como também ampliação dos diversos serviços da saúde com alinhamento a política nacional. Cid Gomes era

¹³ A família Ferreira Gomes é de origem portuguesa, porquanto os capitães Domingos Ferreira Gomes e Bernardino Ferreira Gomes são naturais de Leiria, em Portugal. Os primeiros nomes do clã, que desembarcaram no porto de Acaraú, em 1790, tornaram-se, posteriormente, importantes proprietários de terra e criadores de gado – atividades que a família acompanharia por muito tempo. (MONTE, 2019).

conhecido como “megalomaníaco” no cenário político do Estado, pois materializou grandes obras estruturais nesse período.

Outro destaque foi no plano educacional onde o PAIC¹⁴ o programa de alfabetização na idade certa primeiramente implantado em Sobral, implementado no Estado do Ceará tornando-se então uma ação referência que seria adotada pelo Governo Federal. Fortaleza consegue oficializar sua escolha como sede para realização das Copa das Confederações e Copa do Mundo.

No plano da segurança pública, foi responsável pela reestruturação das carreiras militares e civis no Ceará como também o maior investimento na história em equipamentos inteligência jamais vistos anteriormente no Estado do Ceará. (Barbalho, 2007).

Com seu primeiro mandato indo sem grandes problemas, com proximidade dos pleitos de 2010, também se inicia a primeira crise política.

Com vida própria e o apoio incondicional do PT a nível nacional, Cid Gomes se vê num grande dilema, inclusive sendo destaque da história da política do Estado do Ceará.

Cid Gomes caminha a passos largos para sua reeleição, porém o grande dilema estaria na campanha para o senado federal. Com duas vagas destinadas para o senado federal, uma já seria priorizada para campanha de Eunício Oliveira, já costurado nos pleitos de 2010 restando apenas uma vaga, a qual já estaria destinada a Tasso Jereissati, que teria esvaziado o apoio do colega de legenda Lúcio Alcântara em 2006 em detrimento ao apoio a Cid Gomes e o amigo Ciro Gomes nessa nova fase do Governo do Estado (Monte, 2019).

Surge então o impasse, o Governo Federal exige que o Ceará lance um candidato do PT para disputa do senado federal e solicita apoio de Cid Gomes que estava diretamente alinhado aos governos de Lula e então candidatura de Dilma Rousseff.

¹⁴ Criado em 2007, o Programa Alfabetização na Idade Certa (**PAIC**), promoveu a alfabetização de crianças, com foco no 2o ano do Ensino Fundamental (EF). O programa prioriza a gestão voltada à aprendizagem do aluno e à mudança de cultura das gestões municipal e escolar (CEARÁ, 2012).

Cid e Ciro se vem numa situação vexatória pois tiveram que abandonar sozinho para campanha de senador o companheiro de longas datas Tasso Jereissati e apoiar o candidato Pimentel do partido dos trabalhadores para eleição de 2010 (Monte, 2019 e 2016).

Tasso Jereissati que durante sua trajetória política acostumou-se a dar rasteiras políticas em seus aliados, se vivia numa situação de traição política pois todo apoio fiel dado ao companheiro Ciro Gomes nas eleições presidenciais de 1998, 2002 e na campanha do Governo do Estado de seu irmão Cid Gomes em 2006 de nada serviram para obter o apoio que tanto desejava para concorrer novamente ao senado em 2010 (Monte, 2016).

Em meio a sua arrogância e a sua história política de nunca ter perdido um pleito no Estado do Ceará, Tasso Jereissati concorreu sozinho para vaga ao senado federal e pela primeira vez na história obteve uma derrota. É bom destacar que a derrota nas urnas foi uma surpresa geral, inclusive para os institutos de pesquisa que apontavam Tasso Jereissati como favorito nas pesquisas. Se nas eleições passadas, com a derrota de Lúcio Alcântara acabava o fim da era Tasso, em 2010 encerra-se também a supremacia do ex-governador nas urnas amargando assim uma derrota completamente inesperada. Fato esse que ficará na memória da política cearense (Diógenes, 2002).

Neste percurso histórico de declínio da era Tarso em 2006 e o início da era Ferreira Gomes temos uma consolidação do segundo grupo em relação a deputados federais, estaduais e prefeitos, marcando assim a trajetória política similar de Tasso Jereissati no seu período de Apogeu político.

Na verdade, toda Era Tasso buscou estabelecer diversas possibilidades para acumulação de capital no Ceará em consonância com a mundialização do capital e a reforma de um estado que favorecia para tal. Na verdade, temos a contradição do amplo crescimento econômico, porém a manutenção das desigualdades sociais, novas formas de aumento do capital foram gerados, melhorando os índices socioeconômicos do Ceará em termos de indústria e serviços, porém no tocante de distribuição de renda e de ascensão social tivemos um estancamento (Nobre, 2008).

Com este conceito, demarco os processos sócio-políticos e econômicos relativos à expansão capitalista no período mais recente da história cearense, com enorme impulso para a industrialização, a agropecuária e o setor de serviços, mas conservando o caráter concentrador de renda e de propriedade que tornam esta sociedade extremamente desigual. Em termos políticos, como veremos ao longo desta pesquisa, a modernização realizada no sentido da reformatação do Estado não consegue superar os traços da política conservadora, quer dizer, articula novos elementos que resultaram da ampliação do Estado a partir da incorporação de novos setores que influem em suas políticas, mas preserva o caráter patrimonialista típico da sociedade brasileira. (NOBRE, 2008. P. 48)

Assim no final das eleições de 2010 Cid Gomes seria reeleito com 63% dos votos Marcos Carlos apoiado por Tasso com apenas 20,01% dos votos pelos Alcântara com 16.9% dos votos de ressaltar que Marcos Carlos do PSDB passou três anos e três meses como secretário de governo Cid Gomes onde foi convocado pela ruptura Jereissati ao governo Cid Gomes.

É lógico que essa perda do capital político de Tasso foi percebida nos anos seguintes, por exemplo 2012 o PSDB conseguiu eleger apenas 15 prefeitos de 184, tendo chegado a governar mais de 80, quando os tempos eram mais fecundos da Era Tarso, enquanto isso o Governo Cid Gomes conseguiu eleger 56 prefeituras. (Diógenes, 2002).

De acordo com Monte (2016), o segundo mandato de Cid Gomes não foi tão tranquilo quanto primeiro. Sem um apoio formal de Tasso Jereissati e de seu grupo de empresários favoreceram a não consolidação de alguns projetos. A crise do governo do PT e seu esfacelamento político a nível nacional também colaboraram para a perda do seu capital político e deu apoio maciço que tiver em outros momentos.

A sombra do conservadorismo, o crescimento dos representantes do legislativo do pensamento militarista faz com que vários conflitos entre policiais civis e militares e a crise da segurança pública seja posta em evidência em todos seu segundo governo.

Para os pleitos de 2014, seu ex secretário dos seus últimos mandatos e integrante do PT, Camilo Santana foi indicado como sucessor de Cid Gomes apesar de muitas críticas do próprio PT estadual. Muitos políticos do PT diziam que Camilo Santana apesar da filiação, teria mais comprometimento com os

Ferreira Gomes do que propriamente dita as pautas do partido dos trabalhadores. Vale ressaltar que para essa campanha de eleição de Camilo Santana foi realizado um verdadeiro latifúndio de coligação onde 18 agremiações de diferenças diferentes tendências firmaram seu apoio aos Ferreira Gomes frente ao declínio de Tasso Jereissati como liderança política visto anteriormente. (Monte 2016, 2019).

Em 2014 Camilo Santana consegue se eleger, porém 2018 sem o PT no poder, mas por influência da candidatura de Ciro Gomes à presidência da república assim mantendo a hegemonia dos Ferreira Gomes no Estado do Ceará. Como era de se esperar Ciro Gomes fica mais uma vez em primeiro colocado no Estado do Ceará, porém no restante do Brasil não teve a votação esperada no ano de 2018.

De 2006 a 2018, o grupo dos Ferreira Gomes conseguiu consolidar-se como a principal força política do Ceará. Esse feito se deu a partir de uma bem-sucedida rede de alianças, integrada pela maioria dos deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores, além do apoio formal das grandes forças partidárias do Estado, compondo uma articulação que produziu um dos arranjos mais poderosos do Nordeste na atualidade. Esse aglomerado, marcado pela heterogeneidade de lideranças e partidos, laços familiares, apoio da gramática lulista e extremo pragmatismo, pode oferecer pistas importantes sobre os desdobramentos de um grupo político na atualidade. (Monte, 2019, p.124).

Camilo Santana em seus dois mandatos se dedicou prioritariamente em amenizar os conflitos enfrentados internamente no partido dos trabalhadores, pois como foi citado anteriormente ele atendia politicamente muito mais aos anseios e a manutenção do projeto de poder dos Ferreira Gomes do que as pautas governistas do partido dos trabalhadores. Inclusive nas eleições municipais de 2012 Camilo Santana ficou mais no papel de neutro do que declarar apoio incondicional a sua colega de partido Luciane Lins que disputou a prefeitura pelo partido do PT, com correndo diretamente contra Roberto Cláudio candidato do PDT e apoiado pelos Ferreira Gomes. Esses conflitos causam um racha no partido observados até hoje e que terão desdobramentos em pleitos futuros.

Assim como manda a regra de um bom grupo político os Ferreira Gomes buscaram nesse período fortalecer parcerias, melhorar suas coligações de bancada, aumentar suas prefeituras de apoio, buscando assim fortalecer seu projeto de manutenção do poder exatamente da mesma forma que seu apoiador de política de outrora, Tasso Jereissati. (Nobre, 2008)

Exatamente nesse período político de 2007 a 2018 que se trata do início do projeto de poder dos Ferreira Gomes, começando com Cid Gomes e complementado por Camilo Santana, é que vamos nos debruçar para olhar as políticas de esporte do Estado do Ceará.

Vamos analisar o processo de continuidade, contradições e rupturas em um mesmo projeto de poder verificando qual os avanços de uma mesma política são dados por um processo de continuidade na frente do poder.

5.3 Perfil socioeconômico e demográfico

Nesta seção, iremos falar sobre os indicadores socioeconômicos e demográficos do Estado do Ceará. Tal ação se justifica, pois, o Ceará possui particularidades que o leitor preconiza um conhecimento prévio para que ele entenda o restante desta pesquisa acadêmica.

Ao se tratar de uma análise estadual de políticas públicas precisamos compreender a sua totalidade, porém destacando suas particularidades e peculiaridades.

Esses números, indicadores, dados, informações gerais serão de fundamental importância para a concretização das análises propostas a partir do referencial metodológico escolhido para esta pesquisa. Por exemplo: quando descrevemos as macrorregiões do estado para o leitor estamos facilitando a compreensão da regionalidade e abrangência das políticas de esporte do Estado do Ceará. Quando nos referimos ao desempenho socioeconômico do Estado, podemos reconhecer as fragilidades das fontes de financiamento, da sua magnitude e sua direção.

Por fim quando caracterizamos a sua população e o acesso as políticas públicas podemos analisar a efetividade e o alcance dos objetivos

propostos dentro de uma política ampla estadual de esporte. Novamente destaco que esses elementos do trabalho descrito a seguir serão de fundamental para a aproximação do objeto, porém uma aproximação crítica e tentando fazer a reprodução real da realidade do período proposto.

Com relação a pesquisa, esta seção uso quase que sua totalidade dados oficiais do Governo do estado do Ceará por meio de sua autarquia denominada de IPECE – Instituto de pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará.

É uma autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, fundada em 14 de abril de 2003, o IPECE é responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que possibilitem analisar os programas e subsidiar a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Criada pela Lei 13.301/2003, a autarquia foi instituída em substituição a extinta fundação instituto de pesquisa e informação do Ceará - IPLANCE. Destacamos que a autarquia possui organização vinculada, porém independente para desenvolver estudos e avaliações nas diversas secretarias, ações, programas e projetos do Estado do Ceará. Os servidores que compõem esta secretaria são de carreira, possuem plano de cargos e salários e exercem especificamente a função de pesquisadores oficiais do Estado do Ceará.

Com relação às suas linhas de pesquisa, o IPECE possui quatro grandes eixos de estudo, sendo eles: estudos econômicos, estudos sociais, estudos de gestão pública e estatística, geografia informações.

Dentre os diversos produtos produzidos por esta secretaria podemos destacar: o anuário estatístico do Ceará, Ceará em mapas, Ceará em números, indicadores econômicos do Ceará, indicadores sociais do Ceará, painel de indicadores municipais e publicações para debate. Sendo estes utilizados para fundamentar nosso texto a seguir.

De acordo com IPECE (2020), o Ceará possui um território de 148,9 mil km², o que representa 9,6% da Região Nordeste (1.554,3 mil km²) e 8,3% da área de atuação do BNB (1.789,5 mil km²). Do Nordeste, ele é 4º em extensão, perdendo apenas para a Bahia, Maranhão e Piauí. Correspondendo

apenas 1,7% da área total do território nacional, (8.515,8 mil km²). Fazendo fronteira ao sul como Estado de Pernambuco, ao leste com o Estado do Rio Grande do Norte e Paraíba, a oeste com o Estado do Piauí e ao norte com o Oceano Atlântico.

O Ceará atualmente é composto por 184 municípios, sendo que no que tange a divisão político-administrativa o Estado é composto por 14 regiões de planejamento. De acordo com a Secretaria de Planejamento (SEPLAG) regiões são: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste / Vale do Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão dos Crateús, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Sobral e Vale do Jaguaribe. Estas regiões foram criadas a partir de aspectos semelhantes vinculados as características geoambientais, socioeconômicas, culturais e de rede de fluxos dos municípios. Destacando-se as Regiões Metropolitanas de Fortaleza, do Cariri e de Sobral, constituídas de 19, 9 e 18 municípios, respectivamente. (IPECE, 2020).

Fortaleza é sua capital e a região metropolitana compreende 19 municípios. São eles: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi. (Ceará, 2017).

Vale ressaltar que esta divisão regional é exatamente a utilizada no plano plurianual "PPA", onde no momento do planejamento o pesquisador pode utilizar esta informação como referência para o estudo de forma regionalizada, distribuição das ações e do recurso como também avaliação das políticas implantadas em todo o Estado do Ceará.

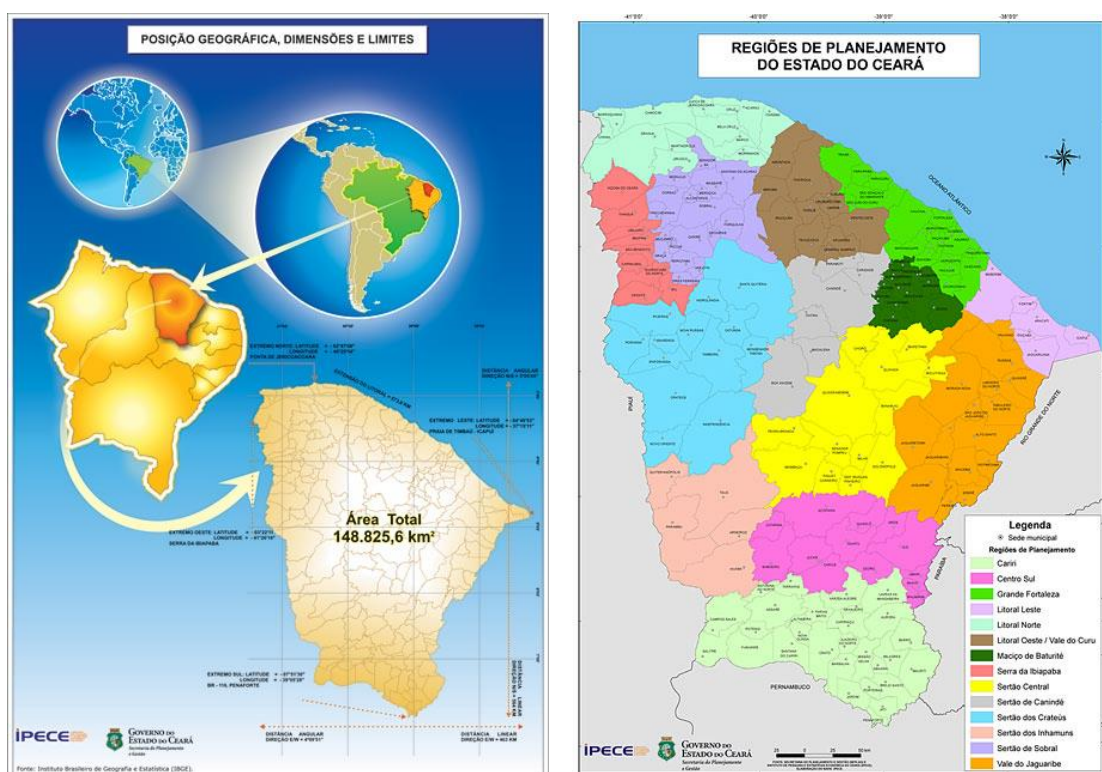
Também é interessante citar que essa regionalização empregada é diferente da utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com IBGE o Ceará compreende sete mesorregiões e 33 microrregiões geográficas, que são formados pelos aspectos físicos geográficos, e de estrutura produtiva.

Sendo escolhido para a utilização do trabalho como metodologia e referência de análise as 14 horas regiões de divisão político-administrativa

utilizada pelo Governo do Estado por meio de sua secretaria de planejamento pois assim conseguiremos fazer uma análise mais fiel a realidade da sua regionalização de suas políticas de esporte.

Esta mesma regionalização é utilizada para o planejamento geral do Estado e seguido por secretarias de saúde, de educação, da fazenda e todo e qualquer órgão que hoje faça parte da sua estrutura administrativa.

Mapa 1 e 2 – localização do Ceará no Nordeste e Regiões Administrativas.



Fonte: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas>

Segundo Freire (2002) o Ceará é o **único (Grifo Nosso)** Estado do Nordeste que possui seu território inteiramente caracterizado pelo bioma da Caatinga¹⁵, que tem como característica a baixa pluviosidade, concentrada em apenas quatro meses (março a junho), a caatinga possui fauna e flora adaptadas

¹⁵ Caatinga é a vegetação que predomina no Nordeste do Brasil e está inserida no contexto do clima semiárido. A área da Caatinga é de 844.453 Km² (IBGE, 2004) e a totalidade de seus limites encontra-se dentro do território brasileiro, ou seja, seu patrimônio biológico não é encontrado em nenhuma outra região do mundo. Abrange os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Maranhão e também a faixa norte de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.acaatinga.org.br/sobre-a-caatinga/> Acessado em: 13/04/2020

à escassez de água. Essa informação do bioma e da baixa pluviosidade é importante para que futuramente possa demonstrar alguns projetos com características locais ou algumas fragilidades que também se fortalecem pela sua característica peculiar.

O clima predominante no estado é o Tropical Quente Semiárido, abrangendo 98 (53%) das 184 sedes municipais. Esse tipo climático possui características de escassez e irregularidade pluviométrica associado a altas taxas de evapotranspiração, condições que tornam o estado susceptível ao fenômeno das secas. (Ceará, 2017)

O litoral cearense possui uma extensão de 609 km, o que representa 5,6% da costa brasileira e 11,8% da nordestina. Além dos recursos pesqueiros, referido litoral possui potencial turístico.

Sobre a população, o Ceará possui 9.073,000 habitantes (Ceará, 2019) e se caracteriza como terceiro do Nordeste e com a sexta maior densidade demográfica da região com 59,4 habitantes/km². A população do Estado representa 16% da região Nordeste e 4,4% da população brasileira em 2018. A taxa de urbanização da população cearense, em 2018, era de 76,1%, mais alta que a do Nordeste (74,3%), e inferior à nacional (85,6%). (Ceará, 2017).

Com relação a raça, o Ceará segue a tendência brasileira de possuir mais negros e pardos em relação aos brancos. Segundo IPECE (2018) a representatividade de grupos amarelos indígena São incipientes para constarem nas estatísticas oficiais. Em 2018 o Ceará possui 71% da sua população considerada Negra e 28% considerada branca, seguida pelo Nordeste com 74,5% de negros e 24,6% de brancos.

Em 2000, a expectativa de vida no Ceará era de 69,4 anos e passou para 72,4 anos em 2010, superior à da média do Nordeste (71,2 anos) e próxima à do Brasil, de 73,9 anos, para este ano. No período citado, o Estado sempre foi a segunda melhor expectativa de vida no âmbito do Nordeste, perdendo somente para o vizinho Rio Grande do Norte.

Após essa breve apresentação de alguns dados informativos sobre a caracterização e descrição do Estado do Ceará, agora iremos apresentar para o leitor, mesmo que de forma sucinta e resumida, uma das maiores contradições

existentes no Ceará nos Últimos 30 anos: Grande crescimento econômico onde podemos destacar a evolução do PIB, desempenho do comércio e indústria e, principalmente o desempenho do turismo no estado.

Porém, de acordo com os dados estatísticos do Ceará, tendo como base seus números oficiais, essa riqueza e desenvolvimento e riqueza não tem chegado de fato em sua população mais pobre, onde ainda presenciamos índices preocupantes de pobreza e desigualdades tratados a seguir no texto.

Com relação ao PIB (produto interno bruto), o IPECE (2020) destaca que numa série histórica de 2003 a 2018, o Ceará teve o resultado do PIB maior que Brasil em pelo menos 10 anos, acumulando ganho em torno de 30% no período contra apenas 23% de Brasil. Neste mesmo período, o Ceará se apresenta entre os 5 maiores Estado da federação acerca de investimentos públicos, ou seja, com mais capacidade de gastos e endividamento para prover seus projetos e programas em seu planejamento. Quando destacamos os maiores setores que receberam investimentos do Estado, destacamos: 28,7% em infraestrutura (rodovias, portos, aeroportos, construções, etc.), 12,57% em recursos hídricos e obras contra seca e 10,16% no turismo. Mais de 50% dos seus investimentos voltados para a atividade econômica e sendo que unindo os investimentos em educação, esporte e cultura, não chegamos a 10% dos investimentos na mesma época.

Com relação ao crescimento industrial o Ceará de 2012 a 2017 teve um acúmulo total de ganhos na indústria de 19% sendo pouco abaixo da média nacional que foi 20%, ou seja, obteve um desempenho similar ao nacional que de um modo geral oscilou no período entre ganhos e perdas de acordo com as crises econômicas de cada época. No caso do comércio e serviços o Ceará também foi destaque no Nordeste e a nível nacional obtendo uma média acima de 5% no crescimento deste setor quando comparamos com o desenvolvimento brasileiro e nordestino. (IPECE, 2018).

Podemos dizer que o Ceará é, sem dúvida, destaque nacional em relação ao turismo, pois nos últimos 15 anos possui crescimento maior que o Nordeste e Brasil quando comparados no mesmo período.

De acordo com os dados estatísticos do IPECE (2018), neste período o turismo teve um crescimento a geral de 52,3%, porém quando delimitamos apenas o turismo internacional chegamos ao crescimento de 93% no mesmo período. Com relação à taxa de ocupação anual o Ceará saltou de 58,7% para 70, 2%. Uma taxa considerada alta e acima de Brasil e do Nordeste independente da sazonalidade.

No turismo internacional podemos destacar os estrangeiros da Itália que corresponde a 25,23% do total, seguidos por Portugal 20,80 %, França 8,0%, Suíça e Alemanha ambas com 5,0% e Espanha com 4,73 %. Os demais representam 31,13%. No turismo interno podemos destacar os paulistas com 25,23%, os cariocas com 12,6%, o Distrito Federal com 9,50%, seguidos dos mineiros com 7,22%. Os turistas do Rio grande do Norte com cinco pontos 6,69% e Pernambuco com 6,73%. O restante representa 32,57%.

Tais números justificam o direcionamento dos investimentos. Quando fazemos uma análise global e uma série histórica do Ceará nos últimos anos, podemos afirmar que em relação ao desenvolvimento econômico o Ceará possui lugar de destaque no cenário nacional inclusive sendo propaganda ou referência de um modelo para o turismo e comércio como também referência em termos fiscais pois nesse período não se há registro de crise em termos de pagamento dos servidores públicos nem tão pouco uma crise em relação as suas contas.

Porém na contramão desse desenvolvimento percebemos que alguns indicadores sociais, principalmente com relação a pobreza e a distribuição de renda ainda temos muito que avançar. Apesar de não ser objetivo de aprofundamento desta tese é percebido que o crescimento social do Ceará não acompanha o seu desenvolvimento econômico. Segue abaixo então alguns dados socioeconômicos do Estado do Ceará.

De acordo com os últimos números encontrados, IPECE (2018), o Ceará possui cobertura insuficiente de esgoto fossa séptica em seus domicílios. Neste quesito o Ceará possui apenas 43,4% de seus domicílios com este serviço seguidos de 44.6 % de Nordeste e 66% em relação ao Brasil. Com relação a água encanada, encontramos o Ceará com 79,6% de domicílios, seguido de Nordeste 80,2% e Brasil com 85,8% de domicílios com água encanada. Nestes dois quesitos o Ceará se encontra abaixo da média do Nordeste e de Brasil.

Com relação ao serviço de eletricidade podemos considerar que o Brasil conseguiu quase que universalizar este serviço pois encontramos o Ceará com 98%, seguidos de Nordeste com 95% e Brasil com 97% de sua população com serviço de energia elétrica. Também encontramos o Ceará acima da média do nordeste do Brasil quando nos referimos ao serviço de coleta de lixo realizado regularmente. Ceará 72%, maior que a taxa do Nordeste que é 69,6% e menor que Brasil 83,0%.

A seguir iremos nos desdobrar sobre a taxa de analfabetismo, taxa de alfabetização da população como também a taxa de escolaridade. Iremos fazer uma comparação com Nordeste e com o Brasil e analisar avanços ou não na educação.

Quadro 8 – taxa de analfabetismo*, alfabetização* e escolaridade* no Ceará, Nordeste e Brasil em 2018.

2018	Analfabetismo	Alfabetização	Escolaridade
Brasil	6,8%	79,6%	9,3 anos
Nordeste	13,9%	71,8%	7,9 anos
Ceará.	13,3%	76,9%	8,1 anos

Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE Elaboração: IPECE.

*Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (em %).

*Taxa de alfabetização das pessoas de 6 a 9 anos de idade que frequentam escola ou creche (em %).

*Número médio de anos de estudos das pessoas de 25 anos ou mais de idade.

De acordo com o IPECE 2018, a baixa escolaridade e as taxas de analfabetismo da população brasileira de um modo geral são reflexos de problemas históricos e que mesmo com certa evolução dos últimos anos ainda padecemos deste problema educacional que assola a população mais pobre da população brasileira de um modo geral.

O analfabetismo, chegando, em 2018, à taxa de 13,3%. Embora tenha apresentado taxas inferiores ao Nordeste (13,9%), em 2018, o estado do Ceará ainda se encontra com taxas de analfabetismo bastante elevadas, exibindo o dobro da taxa nacional (6,8%).

De acordo com o IBGE (2018), o Brasil possui cerca de 99,6% de crianças de 6 a 9 anos frequentando a escola ou creche. Porém apenas

frequentar a escola não significa a manutenção da taxa de alfabetização. O quadro de alfabetização dessas crianças apresenta, no Brasil com 79,6%, Nordeste 71,8% e Ceará, estava em torno de 76,9%, respectivamente.

De acordo com o tempo de estudos da população adulta, observa-se que o Ceará segue uma tendência de estar à frente do Nordeste, porém abaixo da média brasileira. Em 2018, a escolaridade média de um brasileiro era de 9,3 anos de estudos, enquanto dos nordestinos e cearenses estava em torno de 7,9 e 8,1, respectivamente.

Com relação a mercado de trabalho o Ceará possui dados gravíssimos. Uma contradição quando olhamos para os dados de desenvolvimento do comércio do turismo ou da própria evolução do PIB interno bruto que teve um crescimento acima do nacional, porém como ressaltamos a riqueza do estado não está chegando para toda sua população.

Quadro 9 – população fora da força de trabalho*, desalentados* e desocupados* no Ceará, Nordeste e Brasil em 2018.

2018	Fora da força de trabalho	Desalentados	Desocupados.
Brasil	38%	7,6%	12%
Nordeste	45,2%	14,2%	14,5%
Ceará.	44,1%	11,5%	11,5%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

* Proporção da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho – Brasil, Nordeste e Ceará (em %).

* Proporção da população de 14 anos ou mais de idade pertencente à força de trabalho, mas classificada como desalentada - Brasil, Nordeste e Ceará (em %).

* Proporção da população de 14 anos ou mais de idade desocupada – Brasil, Nordeste e Ceará. (em %).

Primeiramente precisamos compreender que a força de trabalho corresponde a população ocupada e desocupada em determinado período, ou seja, a população ativa no mercado de trabalho. Quando nos referimos a população fora do mercado de trabalho estamos falando da população e nativa, hora aposentado e pensionista ou aquela pessoa que temporariamente está fora do mercado de trabalho, mas futuramente possa voltar como força ativa para o mercado.

Nesse quesito o Ceará com 44,1% está ainda muito aquém da média brasileira que é de 38%. Está praticamente similar com a média do Nordeste que é 45,2%. Índice considerado elevado dado é o seu desenvolvimento para o setor econômico e produtivo.

No tocante aos desalentados (pessoas que simplesmente desistem de buscar trabalho), o Ceará possui em 2018 uma melhora com relação ao nordeste que tem 14,2% da população desalentada em relação a economicamente ativa. Porém o Ceará com apenas 11,5% da população desalentada está longe de alcançar a média brasileira que é de 7,6% de desalentados em relação à população ativa para o mercado de trabalho.

Sobre a taxa de desocupados no Ceará realmente encontramos o Ceará (11,5%) a frente de Brasil com 12%, Nordeste com 14,5%.

Só que quando comparamos com os dados de 2012 o Ceará possuía apenas 7,7% de taxa de desocupação, se tratando de número relativo no período o Ceará foi o estado que mais aumentou o seu número de desocupados.

Na esteira da precarização do trabalho, juntamente com as baixas taxas de escolaridade e alfabetismo, também levando em consideração as taxas de força de trabalho, encontramos a informalidade como grande calcanhar de Aquiles dos dados sócio econômicos do estado.

Quadro 10 – taxa de informalidade no Ceará, Nordeste e Brasil em 2018*, taxa do Ceará por idade em 2018* e taxa do Ceará por escolaridade 2018*.

2018	Informalidade	Por idade Ceará	Ceará 2018	Por escolaridade	Ceará 2018
Brasil	46,4%	14 – 29 anos	61,1%	Anal/fund. Inc.	82,2% ⁶
Nordeste	62,1%	30 – 59 anos	60,6%	Fundamental	66,6%
Ceará.	61,9%	60 ou mais	77,3%	Médio	49,8%
-	-	-	-	Superior	28,4%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

* Proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada informalmente – Brasil, Nordeste e Ceará - 2018 (%).

* Proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada informalmente por faixa etária – Ceará (em %).

* Proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada informalmente por nível de escolaridade. (em %).

Com relação a informalidade, mais da metade da população ocupada do Ceará (61,9%) encontra-se na informalidade em relação ao mercado de trabalho, assim como observado na região Nordeste (62,1 %) e no Brasil (46,4%). Claro que é informalidade vai gerar sérias consequências tanto para a população quanto para a economia, pois a geração de riqueza para o estado vai ficar comprometida como também os benefícios de assistência e seguridade social da população vai ficar desassistido. Vale ressaltar que o Ceará acompanhado de Nordeste possui índices preocupantes de informalidade.

Quando segmentamos a informalidade por idade encontramos uma estabilidade no grupo de 14 a 29 anos (61,1%) e 30 a 59 anos (60,6%), seguindo a média cearense de informalidade geral que é de 62,5%.

Porém quando nos referimos ao grupo acima de 60 anos e levamos essa porcentagem para 77,3% da população ativa ocupada, caracterizando uma dificuldade das pessoas mais velhas de se inserirem no mercado de trabalho formal consequentemente afetando para a possibilidade de aposentadoria como também uma qualidade de vida mais saudável.

Por fim, na sedimentação por escolaridade, encontramos 82,2% da população ocupada ativa do mercado de trabalho na informalidade que possui o ensino fundamental incompleto ou é analfabeto. Em contraponto quem possui nível superior essa taxa de informalidade cai para 28,4% das pessoas ocupadas e ativos do mercado de trabalho, provando que a escolaridade é um fator decisivo para a entrada no mercado formal de emprego e ocupação.

Ainda na contramão do crescimento do desenvolvimento econômico do Ceará em relação ao PIB, comércio e turismo, chegamos no quesito rendimento do trabalho principal que é calculado pelo ganho real do trabalhador assumindo uma jornada diária de 8 horas de trabalho.

Quadro 11 – Rendimento médio mensal por trabalhador*, rendimento médio per capita mensal por domicílio* e rendimento médio forma e informa*.

2018	Rendimento médio trabalhador	Rendimento médio domicílio	Rendimento médio	Ceará 2018
Brasil	2.163 R\$	1.337 R\$	Formal	1.937 R\$.
Nordeste	1.441 R\$	815 R\$	Informal	772 R\$
Ceará.	1.419 R\$	845 R\$	-	-

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

* Rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal – Brasil, Nordeste e Ceará - 2018 (em R\$).

* Rendimento domiciliar *per capita* médio mensal – Brasil, Nordeste e Ceará – 2018 (em R\$)

* Rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal para ocupações formais e informais – Ceará - 2018 (em R\$).

A reboque da informalidade, quando se trata de renda média do trabalhador encontramos que o Ceará fica abaixo do Nordeste e do Brasil com 1.419 reais, 1.441 reais e 2.163 reais respectivamente. Ao substituímos a renda mensal do trabalhador e passamos para renda per capita por domicílio encontramos uma ligeira melhora do Ceará (845 reais) em relação ao Nordeste (815 reais), porém ainda muito aquém da média brasileira (1.337 reais).

Quando nos referimos apenas ao Ceará com relação ao rendimento médio do trabalhador e fragmentamos isso em trabalho formal e informal encontramos uma discrepância enorme com relação a formalidade do trabalho pois o trabalhador informal ganha apenas R\$ 772 em detrimento a R\$ 1.937 do trabalhador formal, correspondendo mais que o dobro do rendimento médio do trabalho.

Por fim quando chegamos na pobreza e na concentração de renda também encontramos resultados negativos do Ceará em relação ao nordeste e ao Brasil, fechando assim a nossa constatação de que por mais que o Ceará apresente dados positivos em relação ao seu crescimento econômico nos últimos 15 ou 20 anos as riquezas produzidas não chegam ao trabalhador como também não existe uma diminuição de concentração de renda no Ceará.

Quadro 12 – Índice de Gini¹⁶ (extrema desigualdade)*, rendimento domiciliar per capita de até R\$ 89 mensais (extrema pobreza)* e rendimento domiciliar inferior a ½ salário mínimo *.

2018	Índice de Gini (desigualdade)	Rendimento até R\$ 89 mensais (pobreza)	Rendimento até R\$ ½ salário mensal
Brasil	0,545	4,2%	29,4%
Nordeste	0,545	8,4%	48,7%
Ceará.	0,548	7,0%	46,9%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

* Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* mensal – Brasil, Nordeste e Ceará – 2018

* Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza (critério definido pelo Bolsa Família) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2018

* Rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal para ocupações formais e informais – Ceará - 2018 (em R\$).

O índice de Gini é calculado pela proporção acumulado de renda e pela proporção acumulada pela população, ou seja, o índice resulta do somatório da frequência da população pela renda de cada um. Por exemplo de acordo com IPCE (2020), podemos destacar que no Ceará 10% da população mais rica possui 40% de todas as riquezas produzidas no estado. Ainda em relação a esse índice percebe-se que o Ceará se encontra ligeiramente acima da média do Nordeste e de Brasil, porém podemos considerar que a desigualdade de um modo geral no Brasil ainda é muito alta.

Definitivamente, com todos os indicadores e os dados estatísticos citados nessa sessão podemos perceber que o desenvolvimento do Ceará está pautado no favorecimento do capitalismo, os seus maiores investimentos estão em infraestrutura, turismo e abastecimento de água. Em detrimento aos menores investimentos em outras áreas como educação, cultura, segurança, Esporte e distribuição de renda, gerando índices preocupantes e alarmantes de uma menor renda per capita dos cearenses, grandes taxas de desocupação e de analfabetismo como também a pobreza e as desigualdades sociais muito latentes quando nos referimos a um estado que tanto notícia para o Brasil inteiro

¹⁶ O índice de Gini assume valores no intervalo entre 0 e 1, no qual 0 corresponde à completa igualdade (todas as pessoas têm a mesma renda) e 1 corresponde à extrema desigualdade (quando uma pessoa detém toda a renda e as demais nada recebem).

que possui uma condição socioeconômica favorável e que se encontra em pleno desenvolvimento. Tal afirmativa ela é contraditória e tentaremos explicar e descrever na seção a seguir que vai tratar do panorama esportivo como também das relações políticas encontradas no Ceará nos últimos 30 anos.

5.4 panorama da realidade esportiva

No panorama da realidade esportiva do Estado do Ceará nós iremos traçar um paralelo histórico do desenvolvimento do esporte ao longo dos anos tentando situar como se deu toda a estruturação do esporte na atualidade compreendendo em que período e que ações foram desenvolvidos para chegarmos uma configuração atual esportiva.

De fato, mesmo sendo um passeio rápido ou superficial sobre as manifestações esportivas surgidas no Ceará e o seu desenvolvimento com certeza serviram de base para a compreensão da realidade esportiva hoje.

Nessa trajetória nós iremos comentar um pouco sobre os clubes de praia de Fortaleza que praticamente foram o berço da prática esportiva no Ceará, do surgimento do futebol praticado no início do século 20 não só no Ceará, mais em todo o Brasil também localizar temos o surgimento aparição do sistema “S” no Ceará do qual o governo passa a desenvolver um olhar mais crítico sobre a manutenção e o controle do tempo livre do trabalhador chegando na ditadura militar do qual nós podemos destacar as grandes construções do estádio Castelão, kartódromo, o projeto a implantação dos centros sociais urbanos locais onde a população poderia desenvolver sua prática esportiva e cultural e que antecipa a fase de redemocratização do Brasil e que elas serviram de combustível de premissa para compreensão da realidade esportiva hoje no Estado do Ceará.

De acordo com Anjos (2008), o mundo vem passando por diversas transformações que implicaram de forma decisiva na organização dos níveis de sociedade. O anseio pela modernização e pelo desenvolvimento tornou-se uma obsessão das nações economicamente fortes no cenário nacional.

Novas máquinas surgiram nesse período gerando novas necessidades de consumo incrementadas pelo crescente apelo da propaganda.

Eletrrodomésticos e outras novidades aliaram-se à imagem de progresso e modernidade, renovando hábitos e modos de ser e interagir com a cidade; o bonde, as fábricas, a pavimentação de ruas e avenidas e a iluminação elétrica mudariam definitivamente a feição urbana. Surgiu então um novo tempo de percepção da realidade citadina: o tempo acelerado das metrópoles. Grande parte da cultura imagética gerada nesse período ostenta as insígnias da modernidade e do progresso; a velocidade é a nova ordem do dia e o tempo das carroças e do arado deu lugar ao tempo das locomotivas, máquinas a vapor e eletricidade. (ANJOS, 2008. P.34)

Provavelmente a elite econômica e social cearense, seguindo o exemplo de cidades influentes e cosmopolitas como Paris, Londres e Nova York, passou a adotar e reproduzir tendências culturais e comportamentais que refletiam os padrões de modernidade e sofisticação vigentes na época. Girão (1979) destaca que, no final do século XIX e início do século XX, Fortaleza vivenciou um fenômeno conhecido como *belle époque*, período marcado pela adoção de costumes, modas e valores da sociedade francesa, que eram considerados símbolos de progresso e civilização. Essa influência se manifestou em diversos aspectos da vida urbana e social da capital cearense, desde a arquitetura e o urbanismo até as práticas culturais e os hábitos cotidianos da elite local. A *belle époque* em Fortaleza não apenas refletiu a conexão da cidade com os centros culturais europeus, mas também evidenciou o desejo de uma parcela da sociedade cearense de se afirmar como moderna e civilizada, alinhando-se aos ideais de uma época de transformações e aspirações globais.

O processo de modernidade já se consolidava na Europa desde o século 16 a noção de progresso de fundiu-se um acidente no século XIX e século XX essa força incorpora a crença de que a ciência e técnica podem resolver os problemas da humanidade e dos homens atingirem a felicidade a emergência de tal conceito ocorre no contexto da proliferação nas ideias e teorias e estudos relacionados a sociedade e a natureza ao direito até mesmo a religião

A cidade de Fortaleza então com todo seu desenvolvimento passa a ter passa a disponibilizar espaços públicos de lazer que passam a ser frequentados pela sociedade. Nesse período podemos destacar a construção de cinemas, teatros, praças públicas e o surgimento de diversos cafés no formato francês, ou seja, a sociedade cearense passa a dispor de um comportamento completamente influenciado pelo modelo europeu.

Porém Castro (2000) ressalta que nesse período a sociedade em Fortaleza era composta por uma elite dominante que dispunham o poder político local como também diversos flagelados e população pobre que vinha em um crescimento vertiginoso por motivo das sucessivas secas no sertão e quais diversos retirantes buscavam sustento trabalho algumas possibilidades na cidade e acabavam ficando vivendo numa sociedade de completa segregação social onde os espaços que agora se tornariam de lazer serão completamente separados e diferenciados.

Assim sendo nesse período as elites buscavam se afirmar exatamente na especificação e na diferenciação da ocupação dos espaços, daí surgem os clubes sociais esportivos caracterizado por serem locais de frequência estritamente limitado e segregado onde só há alta classe burguesa de Fortaleza poderiam frequentar e praticar as atividades ofertadas por esse clube. Modelo de segregação de separação e de diferenciação social foi imposta de forma a deixar bem claro quem e onde deveriam ser ocupados os espaços na sociedade inclusive como um aparato do estado da mídia e das instituições sociais da época (Fontes, 2005).

Nas três décadas do século 20 foi observado em Fortaleza o surgimento de diversos clubes da qual em sua maioria estavam ficavam situados na faixa litorânea e quanto mais próximo da praia maior significava o seu poder aquisitivo daquela associação agremiação. Levando em consideração que o planejamento Urbano e paisagístico de Fortaleza estava em fase inicial o acesso à praia e os espaços litorâneos não eram acesso de qualquer um apenas a elite local que conseguiram chegar até de espaços. E os clubes tinham diversas formas de caracterização: poderiam ser entidades de classe, grupos de comerciantes, representantes de governo e representantes de município do interior.

A partir do período Vargas tivemos um início de industrialização no Ceará também tivemos o crescimento da população das cidades inclusive de trabalhadores organização de trabalhadores em entidades representativas e isso contribuiu também para o aparecimento de vários clubes sociais esportivos nas periferias dando total possibilidade das pessoas que não faziam parte da elite e que não faziam parte da burguesia da época também terem o frequentarem os

seus espaços de lazer assim Fortaleza nos anos 50 e 60 passam a configurar no seu território mas de 50 clubes de diversas natureza e assim também o surgimento de vários clubes no interior do Estado.

Corroborando com essa lógica de segregação social e de divisão de classes sociais, nós também iremos tratar do surgimento o aparecimento do futebol no Estado do Ceará do qual seguiu exatamente a mesma lógica dos produtos sociais pois é a sua pratica o seu desenvolvimento a sua caracterização se deu por meio conflituoso entre as elites que queriam dominar o esporte e as classes mais abastadas que iniciaram esse processo de prática do futebol no Estado do Ceará, porém por meio legal foram praticamente excluído das primeiras organizações oficiais do futebol no Estado do Ceará.

Inicialmente devemos destacar que de acordo com Damasceno (2011) grande historiador do esporte cearense a chegada do futebol no Estado do Ceará tem histórias controversas que até hoje são centro de debates de alguns historiadores que se debruçam sobre o tema. Bem para não contrariar ou não tomar partido daquilo que é conflituoso nós vamos descrever de forma sucinta a duas histórias: primeiro em 1903 por meio de ingleses em um navio atracado no porto aqui de Fortaleza que trouxeram o esporte e disputaram algumas partidas aqui na capital cearense despertando a curiosidade das pessoas que presenciaram nesse momento. O segundo enredo e bastante defendido inclusive por Damasceno (2011) é que José Silveira Filho de cearense que estudou na Suíça regressou ao Ceará em 1904 trazendo uma bola de couro livro de regras e dois conjuntos de uniforme que possibilitou as primeiras manifestações do futebol em solo Alencarino. (Damasceno 2011). Data-se do dia 24 de dezembro de 1904 a realização da primeira partida organizada de futebol na história do Ceará.

A partir daí o futebol passa a ser praticado neste período principalmente pelas camadas mais populares de forma improvisado em ruas e praças dos quais foram ganhando mais adeptos daquela modalidade. Pinto (2004) faz um paralelo em relação aos clubes de praia que surgiram para atender as demandas da elite do Ceará tivemos uma diferenciação de modalidades pois o vôlei a natação o tênis basquete sempre foram praticados de forma amadora dentro dos clubes por uma parcela pequena de pessoas setores socialmente

privilegiados enquanto futebol nesse período foi mais popular e conseguiu o lugar de destaque na cidade.

O foot-ball, introduzido pelos “filhos ilustres” da cidade de Fortaleza, não obteve um caráter social abastado único e acabou convivendo com as classes subalternas durante toda a sua formação. O convívio com o proletariado favoreceu o surgimento dos clubes da classe. Foram esses primeiros momentos da formação do esporte na cidade de Fortaleza e a sua proliferação nos subúrbios que abriram espaços para que os trabalhadores socialmente periféricos pudessem se organizar diante de uma prática lúdica e associativa. É nessa “vulgarização” que o foot-ball da high-society citadina se tornou Futebol durante a década de 1920; o esporte se popularizou na periferia da cidade de Fortaleza e passou a ser expressão dos grupos de excluídos sociais (Pinto, 2007. p.03)

Apesar de praticado desde 1904 historicamente só existe documentos oficiais em relação a partidas de futebol a partir de 1911 onde a liga Metropolitana cearense já realizava competições com clubes formados pela classe trabalhadora e as classes abastados das periferias de Fortaleza. O esporte começa a ganhar notoriedade o público das partidas vespertinas de domingo passa a ter mais espectadores inclusive em algumas disputas do campeonato com a presença ilustre do prefeito de Fortaleza e do governador do Estado (Damasceno, 2011).

Com tanta notoriedade o futebol passa a ser motivo de cobiça das autoridades locais que por sua vez para manter o controle nesta nova modalidade que arrastava multidões descobriu um jeito de tomada de poder. A criação da associação desportiva cearense que passa a ser representante oficial do futebol cearense que anteriormente era comandada pela liga Metropolitana passando assim de mãos o controle da modalidade.

Como futebol quase que em sua maioria era praticado pelas classes subalternas e isso incomodava muito elite local na época a associação desportiva cearense com o novo regulamento e modelo de competição credencia novos clubes formados pelas elites e os clubes praianos que representavam a supremacia do poder político social da época colocando os clubes que já praticavam futebol e já participavam de competição para uma chamada segunda divisão do futebol cearense (Farias, 2005)

Enquanto a Associação Desportiva Cearense se solidificava e limitava seus participantes a associados de origem nobilíssima, como é o caso do Fortaleza e do Ceará — esses dois times são os únicos remanescentes atuais das primeiras formações futebolísticas na cidade — além do Guarany e do Bangu, surgiam na periferia da cidade de Fortaleza jogos promovidos pelos moradores da região, como resposta à formação de uma liga que impedia a sua participação. Valdemar Caracas conta em suas memórias: “uma proibição da ADC, não permitindo que seus filiados preliassem, mesmo amistosamente, com equipes não filiadas”. (Caracas, 2002. p.16)

Apenas em 1936 com a entrada do ferroviário Atlético clube conhecido carinhosamente como “ferrin” foi que associação desportiva cearense aceitou a participação de um clube fundado por trabalhadores fazer parte de sua competição oficial.

O Ferroviário tem sua fundação em 1933 e se formou por meio da União dos operários que trabalhavam na rede de viação cearense por isso é chamada de ferroviários. Tal feito foi tão importante para integração do futebol cearense entre a as camadas mais abastadas e a elite que até hoje o clube tem a simpatia dos torcedores das equipes adversárias sendo o ferroviário o xodó do futebol cearense.

A partir dessa integração o futebol cada vez mais sendo democratizado e ganhando adeptos de todas as classes sociais e em 1941 inaugurado no dia 14 de setembro a cidade ganha um estádio de futebol chamado de estádio Presidente Vargas que para os moldes da época era considerado ultramoderno e que até hoje faz parte da história e da identidade do surgimento do futebol cearense. (Caracas, 2002 e Farias, 2005).

Aproveitando o ensejo do futebol faremos aqui um parêntese para destacar o futsal do Estado do Ceará. Com a chegada da modalidade no Ceará e a fundação da federação cearense de futsal em 1956 essa modalidade passa a figurar oficialmente entre os cearenses e a partir disso surge denominado gigante do futsal brasileiro: o SUMOV Atlético clube.

Como descrevemos anteriormente a partir da década de 50 no Ceará passa a figurar clubes sociais e esportivos, porém para uma parte da população menos favorecida sendo conhecido como clubes de periferia inclusive alguns formados por secretaria e instituições municipais e estaduais.

O clube de futsal foi fundado no dia 12 de agosto de 1965 e era mantido pela superintendência municipal de obras e viação da prefeitura municipal de Fortaleza. Com essa colaboração da prefeitura o SUMOV torna-se um fenômeno do Estado inclusive do Brasil e passou a configurar entre destaques nacionais e internacionais no futsal. (FCFS, 2020)

Para ilustrar o nosso texto recorreremos a seleção brasileira de futsal que foi campeão mundial de futsal disputado em Hong Kong (1992) dos quais os 12 convocados¹⁷ da seleção sete jogavam no Estado do Ceará daí compreende-se a importância do futsal cearense no cenário nacional. (FPFS, 2016)

A equipe é hoje o maior campeão estadual de futsal com 22 conquistas e durante muito tempo figurou como um dos maiores vencedores do Brasil com diversos títulos sendo eles: seis títulos da taça Brasil de clubes, dois títulos sul-americanos. Esse domínio se figurou até a década de 90 logo após a destituição desta secretaria e a diminuição de investimentos das empresas locais na modalidade fizeram a equipe entrar em declínio. Atualmente o futsal cearense amarga o ostracismo e sem patrocínio tanto público como privado hoje não se encontra entre o rol de clubes que disputam a divisão de elite do futsal brasileiro. (Diário do Nordeste Online, 2018)

¹⁷ Seleção Brasileira campeã mundial de 1992 – Goleiros: Serginho (Impacel) e Mazureik (Votorantin); Fixos: Serginho Bigode (Sadia), Chiquinho (Sumov) e Morillo (Banespa); Alas: Vander (Banfort), Fininho (Sumov), Manoel Tobias (Banfort), Rogério (Banespa), Edinho (Sumov); Pivôs: Ortiz (Sumov) e Jorginho (Banfort). Disponível em: <http://www.federacaopaulistadefutsal.com.br/novo/retrospectiva-fpfs-em-1992-selecao-conquistava-mundial-de-futsal/> Acessado em: 22/05/2020

Outro fator contribuinte para o desenvolvimento do esporte no Estado do Ceará foi a introdução do sistema S¹⁸ (SESC¹⁹ e Sesi²⁰) no Estado do qual o serviço social da indústria e o serviço social do comércio foram fundamentais para o levantamento de espaços esportivos voltados para a classe trabalhadora.

Para compreendermos o fenômeno do sistema S no Brasil precisamos recorrer ao período de 1930 a 1964 que na história do Brasil corresponde ao período nacional-desenvolvimentista da nação. De acordo com Peixoto (2005) nos governos de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek houve uma intensificação da industrialização a proletarianização da população rural e a burguesia começa a desenvolver um projeto na década de 30 no intuito de controle da organização dos trabalhadores através das leis trabalhistas e a conformação da classe trabalhadora através de projetos sociais esportivos e culturais. Regulamenta-se o ensino industrial e secundário (1942), o ensino comercial (1943), normal e primário agrícola (1946), complementado pela criação do Sistema “S” (SESC, SENAI, SENAC e Sesi) e

¹⁸ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s> Acessado em: 22/05/2020

¹⁹ Fundado a sua unidade no Ceará em 20 de maio de 1948, o Serviço Social do Comércio (Sesc) é uma instituição social, de caráter privado e sem fins lucrativos, mantida por empresários do comércio de bens, turismo e serviços. As ações do Sesc propagam princípios humanísticos e universais. Atua como agente facilitador da transformação da sociedade, estimulando o desenvolvimento da cidadania e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos comerciários e comunidade em geral, em todo o Brasil, através de ações nas áreas de Educação, Cultura, Lazer, Saúde e Assistência. Disponível em: <https://www.sesc-ce.com.br/institucional/sobre-o-sesc/> Acessado em: 22/05/2020

²⁰ O Serviço Social da Indústria (SESI) é uma rede de instituições paraestatais [brasileiras](#) e de atuação em âmbito nacional, com a finalidade de promover o bem-estar [social](#), o desenvolvimento [cultural](#) e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador que atua nas [indústrias](#), de sua família e da comunidade na qual estão inseridos, em geral. Em 1948, o Sesi chegou ao Ceará. Seu trabalho é pautado na educação, desenvolvimento de habilidades, cuidados em saúde, segurança e conteúdo cultural. Disponível em: <https://www.sesi.org.br/noticia/116663/sesi-ceara-comemora-70-anos> Acessado em: 22/05/2020

das bases daquele que será o maior Sistema de Prestação de Serviços em Lazer no Brasil.

Dentre os projetos realizados podemos destacar a experiência do serviço de recreação operária (SRO) implementada no Governo Federal nos anos de 1943 a 1963.

Neste contexto, a programação ofertada pelo S.R.O. destina-se à (1) instrução dos trabalhadores analfabetos; (2) à realização de atividades recreativas culturais (excursões, escotismo, teatro, cinema, música, biblioteca, torneios e campeonatos esportivos). As atividades recreativas, levando o homem a uma atividade diversa a que está obrigado no ambiente cotidiano, são cuidadosamente escolhidas, tendo-se em mente a recuperação da fadiga psicológica e muscular decorrente do trabalho nas máquinas; o condicionamento físico e moral para o trabalho (Braga, 2005. p.111)

De algum modo o sistema de recreação operária foi um modelo de projeto que logo mais tarde seria vitrine para implantação do sistema s destinado a prestação de serviços de lazer no momento em que os governantes tinham a preocupação do controle político por meio de uma nova formatação da política pão e circo para a classe operária no Brasil.

Essas ações governamentais de acordo com a autora se justificam por dois motivos principais. Primeiro pelos grandes conflitos que a própria burguesia enfrenta na implantação de uma legislação trabalhista burguesa e a força sindical em conformação a classe trabalhadora e segundo do pensamento dominante entre as elites burguesas que o proletariado não sabe aproveitar o tempo livre do qual ele tanto batalha para conseguir por meio da sua falta de formação educacional por isso o surgimento de alguns eixos propostos como: projetos educacionais de alfabetização, qualificação para a indústria e principalmente qualificação para a fruição das horas livres que agora a classe trabalhadora dispunha por meio de legislação trabalhista nesse período.

[...] se o desajustamento entre o homem, como ser biológico, e a técnica, decorre do atraso da cultura em relação à técnica, cabe-nos, agora, criar e generalizar uma cultura social equivalente à realidade, para que possamos controlá-la e dirigí-la, usufruindo os benefícios materiais da sociedade sem prejuízo de nossa vida biológica (Sussekund,1943, P. 11).

De nada valerá o direito ao trabalho e ao descanso para o operário analfabeto, ou simplesmente alfabetizado, porque não terá possibilidade de progredir no seu emprego, obtendo melhores salários,

nem poderá utilizar suas horas de repouso com proveito para o seu espírito, visto que as formas mais sadias de recreação estarão sempre situadas num plano que não pode ser alcançado pela sua inteligência restrita e ignorante. De conseguinte, a recreação pressupõe a educação, pelo menos primária, daquele que pretende com ela se beneficiar (Sussekind,1943, P. 11).

De acordo com o governo na época fica evidenciado que o trabalhador não possui nível de Cultura adequado, cabendo ao governo desenvolver a melhoria da Cultura compreendendo os fenômenos científicos, econômicos, sociais e políticos. Assim a educação do proletariado torna-se elemento central da política governamental.

Por fim a política de lazer e recreação é propagado com otimismo na condição de valorização proteção tutela e direito do trabalhador e que vai parecer uma conquista da classe proletariado que dê certo contribui para a dignidade do homem à medida que ele mantém requisitos mínimos de prevenção da sua saúde física mental e social no trabalho.

Entendemos que é mesmo estudos e documentos se referindo especificamente ao lazer e a recreação também entendemos que as estruturas implantadas nos Estados inclusive no Ceará do sistema s também contribuíram para o desenvolvimento do esporte como forma de garantia a um trabalhador a um espaço de possibilidade e de acesso.

Atualmente o Sesi possui 7 sedes em cinco diferentes cidades do Estado do Ceará e desenvolve na área do esporte, atividades como: natação hidroginástica musculação ginástica futebol futsal vôlei basquete e atividades de orientação de caminhada e corrida de rua. Já o Sesc no Ceará possui estrutura um pouco mais complexa sendo composta por 9 sedes administrativas, em 8 municípios, porém com pequenos projetos de educação, arte e cultura presente em diversos municípios. Atualmente essas instituições ainda colaboram muito com o esporte no Estado devido a sua estrutura física ampla e diversificada para a prática, trabalhando prioritariamente com a indústria e comércio.

Continuando nosso percurso histórico do panorama do Esporte no Ceará, chegamos ao período militar. No século 20 o estado utiliza o esporte para conquistar o apoio popular como também disciplinar e reforçar pensamentos dominantes no intuito de manutenção de determinados regimes nesse período.

O regime militar também não ficou de fora dessa possibilidade onde o mesmo utilizou o esporte como Pilar principal de apoio popular e político.

De acordo com Nascimento (2006), principalmente no governo de general Emílio Médici o Estado passou a investir na propaganda do esporte sobremaneira na escola trazendo a formação de um grupo de estudiosos que pudessem se debruçar sobre o diagnóstico do desporto no país. Em 1971 foi publicado um diagnóstico da educação física e desportos no Brasil que serviu com como apoio para futuras ações governamentais e o disciplinamento da legislação na época.

*A preocupação do governo militar com o desporto é demonstrada desde 1971, com a criação do Plano de Educação Física e Desporto³, e culmina com a criação da Política Nacional Educação Física e Desportos - PNED, elaborada conforme lei nº 6.251 de 8 de outubro de 1975, que define desporto como *um dos mais valiosos elementos de apoio à formação do homem e de coesão nacional e social* que contribuirá para solução de problemas gerados pela sociedade moderna *como o aumento da faixa do tempo destinado ao lazer e à diminuição da necessidade de esforço físico no trabalho humano*. Sendo um dois de seus objetivos *a elevação do nível técnico desportivo das representações nacionais e a difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer* (MEC, 1975. P.27).*

Seguindo o pensamento ideológico desse período surge então em 1975 o programa nacional de centros urbanos ao simplesmente CSU's que visavam a construção e o aparelhamento de diversos equipamentos que pudessem promover a integração nas cidades por meio de atividades comunitárias no campo da educação, cultura, desporto e saúde como também a nutrição, trabalho, previdência, assistência social e recreação e lazer.

De acordo com Olímpio (2019), da mesma forma como foi citado anteriormente no sistema S esse programa se percebe como uma política introduzida dentro de espaços de convivência no Estado do Ceará que foi trazido para fortalecimento do pensamento ideológico do governo sobre de como as pessoas deveriam se comportar se disciplinar e pensar por meio da fruição do seu tempo livre.

Vale destacar que no Período da ditadura militar que foi construído o estádio Castelão²¹, hoje o maior equipamento esportivo do Estado do Ceará e o ginásio Paulo Sarasate²², maior do Estado do Ceará, porém pertencente a Prefeitura Municipal do Fortaleza.

No Estado do Ceará, a construção dos Centros Sociais Urbanos foi realizada pelo Governo do Estado por meio da SEPLAN - secretaria de planejamento do Estado, porém a sua administração interna ficou a cargo das prefeituras onde os centros foram construídos. Para os Estado do Ceará foi planejado e executado 28 unidades sendo, 8 em Fortaleza e região metropolitana.

Apesar de em Fortaleza já existir em alguns locais de prática esportiva Olímpio (2019) destaca que o diferencial dos centros sociais urbanos se dá pela unificação dos diversos serviços e áreas correspondentes em um só lugar. De acordo com o programa de criação dos centros sociais urbanos tinham como objetivo “promover uma ampla integração dos mais diferentes setores da ação social, com programas de prevenção a marginalização do menor, qualificação da mão de obra, educação sanitária, desportos e programa de saúde previdência”. (Sampaio, 1974. P.553)

Localizados principalmente nas áreas mais carentes da cidade, o discurso de pano de fundo dos centros sociais urbanos seriam que as pessoas se ajudariam e se organizariam de forma comunitária, porém Olímpio (2019) alerta que este pensamento serviria apenas para encobrir ir sua verdadeira função. O governo militar objetivaria promover a ordem e o desenvolvimento da

²¹ “**Castelão**” ou Estádio Governador Plácido Castelo localizado à Avenida Alberto Craveiro s/n – bairro Castelão, é o maior e mais moderno estádio do Estado do Ceará. Atualmente, tem capacidade para 60.326 pessoas. Coube ao então governador Plácido Aderaldo Castelo dar início à construção de um Estádio Olímpico em Fortaleza em 1968. Plácido Castelo queria que o estádio fosse erguido no Bairro do Alagadiço, na zona oeste de Fortaleza. 11 de novembro de 1973, o então governador César Cals inaugurou o estádio Castelão, com capacidade inicial para 70 mil lugares. Disponível em: <https://www.esporte.ce.gov.br/estadio-castelao/> Acessado em: 23/04/2020.

²² O **Ginásio Paulo Sarasate** localizado em [Fortaleza](#), [Ceará](#). Pertence à Prefeitura Municipal de [Fortaleza](#). Possui capacidade atual total para 15.100 espectadores. A construção do ginásio teve início em 5 de maio de 1963, na gestão do ex-prefeito Murilo Borges (1963-1967) produto de um esforço desenvolvido junto ao governo federal através do então Dep. Paulo Sarasate do qual O nome do ginásio homenageia e foi inaugurado em [24 de setembro](#) de [1971](#).

nação por meio da disciplina do cidadão que seria trabalhada no seu tempo livre nesses espaços que surgiram exatamente para manutenção dessa ideologia de governo.

Mesmo com todo seu pensamento ideológico os CSU'S foram bem sucedidos de interação e aceitação das comunidades onde eles foram inseridos por dois principais motivos: primeiro pensando geograficamente Fortaleza, esses centros foram implantados em periferias bem distantes do centro e das áreas nobres, do qual a dificultava as comunidades não frequentarem outros clubes, clubes e a segunda questão seria a econômica, muitas pessoas não teriam condição de pagar valor algum para frequentar algum clubes e as atividades ofertadas pelos CSU's eram completamente gratuitas. Vale ressaltar que o CSU foi decisivo para a vida esportivo do pesquisador desta tese.

Destacando a oferta esportiva do CSU's podemos citar as seguintes modalidades e espaços dos pontos: campos de futebol, quadras poliesportivas, salão de jogos, piscinas, sala de lutas e vários espaços para atendimento de saúde.

Os CSU's até hoje são presentes na realidade do Estado do Ceará, porém o seu poderio esportivo está completamente comprometido e em muitos espaços sequer existem mais. Essa decadência aconteceu no início dos anos 90 pois a substituição das políticas e o pensamento do gestor público em favoreceu novo em detrimento do velho fez com que as instalações físicas esportivas dos centros sociais urbanos ficassem completamente deterioradas.

De acordo com a visita do jornalismo do jornal O povo²³ em 2012 as instalações da parte esportiva de desses centros estariam precários e deteriorados. A atual situação dos antigos CSUs visitados pelo O POVO não é das melhores. “A reportagem visitou cinco equipamentos e percebeu situação de abandono e descaso em todos eles. Eles eram espaços destinados à aprendizagem, ao lazer e às práticas esportivas”. (O POVO ONLINE, 2012)

²³ Jornal O Povo. Matéria publicada em 06 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/12/06/noticiasjornalfortaleza,2966681/2012-0612cd0410-antigos-csus-funcionam-sem-estrutura-adequada.shtml> Acessado em: 14/05/2020

Chegamos então no período de redemocratização, com a promulgação da constituição de 88 e também com a mudança de pensamento dos gestores e do pensamento esportivo e nela aparecem programas de outra natureza.

Na década de 90 no Estado do Ceará podemos destacar dois grandes projetos do qual permearam a política de esporte do Estado do Ceará. Primeiro veio Projeto ABC²⁴ que surge em moldes parecido com dos centros sociais urbanos só que dessa vez ele fica sob tutela da STDS- Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social como uma forma de pensar as políticas sociais, mas como acesso às pessoas que precisam a que disciplinar os corpos em tempo livre. Em segundo lugar podemos citar as Vilas Olímpicas do Ceará²⁵ projeto a nível nacional que surgiu na época que Edson Arantes do Nascimento, Pelé era secretário de esporte e que idealizou um equipamento amplo de esporte e este sim estava tutelado sobre a secretaria da juventude.

O projeto ABC surge sobre um novo formato de pensar política pois de acordo com Moreira (2010) o Governo do Estado implementa o Projeto ABC, porém a sua gestão e suas atividades são realizadas de forma coparticipativa com associações da sociedade civil, representantes das comunidades de bairros periféricos de Fortaleza e setores interessados para pensarem de forma coletiva um projeto de política de forma mais ampla e participativa. Podemos perceber a preocupação com a formação mais humana e humanitária quando nos referimos aos seus documentos norteadores, como destaca abaixo:

O objetivo do Projeto ABC é contribuir com ações sociais por meio do esporte, arte, lazer e cultura. Busca retirar crianças e adolescentes da rua, proporcionando-lhes, educação e desenvolvimento de habilidades, para que possam se preparar para a inserção no mercado de trabalho e conviver, harmoniosamente em sociedade. (Ceará, 2002. p.16).

²⁴ Projeto ABC – Aprender, Brincar e Crescer: nomenclatura usada tanto para designar o equipamento quanto o próprio projeto, atende crianças de 07(sete) á 17 (dezesete) anos e integra o programa Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

²⁵ Atualmente chamada de Vilas do Esporte, as vilas olímpicas têm como propósito de fomentar e incentivar a prática de atividades esportivas voltadas principalmente para crianças e adolescentes em espaços planejados e dotados com equipamentos para diversas modalidades desportivas e de lazer, fazendo com que os jovens encontrem novas perspectivas de vida através do esporte, da arte educacional e de práticas culturais como dança e música. Disponível em: <https://www.esporte.ce.gov.br/vilas-do-esporte-e-lazer/> Acessado em: 20/04/2020.

Quanto à educação, um dos objetivos do Projeto ABC é preparar os alunos para serem cidadãos ativos e críticos, membros solidários e democráticos para a sociedade. Quanto ao campo do trabalho, busca a capacitação desse público, tanto para o mercado formal como informal. Em relação à família das crianças participantes, o Projeto ABC tem como propósito provocar mudança de comportamento e percepções, que produzam efeitos positivos na dinâmica das relações do grupo familiar e comunitário. (Ceará, 2002. p.17).

De acordo com Moreira (2010) O projeto foi implementado em todo o interior do Estado, sendo 18 em Fortaleza e região metropolitana e 24 no interior do Estado. O público alvo de atendimento era de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 17 anos, podendo participar, nos três turnos diários e de mais de uma atividade sendo elas educativas, esportivos, culturais, capacitação profissional. Destacamos que mesmo sendo um equipamento hoje existente no Estado, ele ficou de fora na análise das políticas de esporte, pois ele não é da responsabilidade da Secretaria de Esporte e não se encontra no escopo de desenho central do estudo.

As Vilas olímpicas chegaram no Ceará em 1997. O projeto existe a nível nacional e iniciou suas atividades com apadrinhamento do Rei Pelé do futebol que na época era ministro dos esportes²⁶. As vilas olímpicas buscam a integração social por meio do esporte fortalecendo o desenvolvimento físico e mental dos participantes e atende crianças, jovens, adultos e idosos, que vivem em comunidades carentes e famílias de baixa renda (Ceará, 2008).

Este programa foi mais tímido que os projetos ABC pois apenas cinco equipamentos foram inaugurados em Fortaleza e apenas um no interior do Estado. Mesmo trabalhando com aspectos educacionais e culturais as suas atividades eram em quase sua totalidade o esporte daí então o nome vila olímpica. Outro fator que vale ressaltar é que este sim é equipamento é responsabilidade direta da secretaria do esporte e até hoje encontra-se sob sua responsabilidade (Pereira, 2012).

²⁶ A partir de 1995, o esporte começa a ser mais priorizado. O presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, nomeando o ex-jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento - Pelé (1995 a 1998), cabendo à Secretaria de Desportos do Ministério da Educação, ainda sob a direção de Marcos André da Costa Berenguer, prestar o apoio técnico e administrativo. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/historico12> Acessado em: 13/04/2020

Tendo o seu apogeu de utilização nos anos 90 e 2.000, porém com a chegada dos megaeventos esportivos as Vilas olímpicas começaram seu declínio. Esta matéria veiculada em 2014, pelo Jornal O Povo²⁷, ilustra bem o abandono das Vilas:

As quatro Vilas Olímpicas de Fortaleza seriam espaços de lazer, esporte e práticas culturais para os bairros onde estão instaladas. Atualmente, no entanto, falta de profissionais e estruturas deficientes, com falta de manutenção adequada, tornam os espaços pouco convidativos à comunidade. O uso é pela persistência e, principalmente, pela ausência de outras áreas para o lazer e a prática esportiva. (O Povo Online, 2014)

Atualmente encontra-se parcialmente fechada, pois apenas algumas atividades encontram-se funcionando as Vilas olímpicas do Ceará hoje denominados de vila do esporte acabaram sendo preteridos pelo poder público.

Vale ressaltar que mesmo a vila olímpica com este nome específico nunca teve o objetivo de desenvolver o esporte de rendimento pois situando-se em áreas de risco e com famílias de baixa renda a prioridade sempre foi a inclusão social desenvolvimento da Educação e da qualidade de vida por meio do esporte e algumas atividades complementares. (Ceará, 2008).

Finalizamos aqui o nosso panorama esportivo da realidade do Estado do Ceará. Esta pequena viagem no tempo foi de fundamental importância para compreensão de como o estado Ceará e suas regiões se desenvolveram esportivamente e de certo sofreram influências das políticas nacionais, dos governos correspondentes e dos pensamentos políticos ideológicos vigentes em cada período. Dessa forma é fundamental entender que mesmo estudando a política de esporte do Estado do Ceará, compreende-se que ela não é estanque, que ela sofre influências e direto de agentes externos nacionais e internacionais e dessa forma entraremos diretamente no objeto de estudo que é compreender todas as variáveis e sua complexidade que compõem a política de esporte do Estado do Ceará de 2007 a 2018 compreendendo suas rupturas, avanços e contradições.

²⁷ BID Jornal O Povo. Matéria veiculada em 19/07/2014. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/07/19/noticiasjornalcotidiano.3284641/a-pesar-do-abandono-populacao-usa-vilas-olimpicas.shtml> Acessada em: 15/04/2020.

6.PROGRAMAS E PROJETOS (2007 A 2018)

No começo de sua trajetória no Brasil, o esporte se desenvolveu de forma independente do Estado, com base na liberdade de iniciativa e associação. Porém, durante o período do Estado Novo (1937-1945), ele passou a ser controlado e utilizado pelo Estado para diversos propósitos, como promover o nacionalismo, representar o país no cenário internacional e formar uma juventude disciplinada e saudável. As instituições esportivas privadas (associações, federações, clubes, etc.), ainda que tenham se mantido operantes, estavam agora submissas ao Estado, destituídas de autonomia. (Canan, Milani, Starepravo, 2018).

Até a década de 1980, principalmente, este esporte foi amplamente promovido e apoiado pelo governo, com foco na competição de alto nível e na formação de atletas, deixando de lado ou atendendo de forma limitada as pessoas menos habilidosas. (Linhaes, 1996; Manhães, 2002; Veronez, 2005).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o esporte passou a ser considerado um direito social. Entretanto, o reconhecimento das desigualdades estruturais presentes em nossa sociedade no texto da CF 88 criou a expectativa de que tais disparidades seriam combatidas. Aqueles que acreditavam nisso se decepcionaram diante das contrarreformas implementadas a partir de 1990, que resultaram na desestruturação do Estado e na perda de direitos. (BEHRING, 2008), com impactos mais profundos nas regiões menos desenvolvidas e com menor acesso às políticas públicas (Carneiro, Castellani Filho, 2021).

Deste modo, embora na CF 88 o lazer se faça presente como um direito social e o esporte como um direito individual sendo ambos direitos reconhecidos legalmente e que deveriam ser garantidos pelo Estado brasileiro por meio de políticas públicas, a realidade é que eles não conseguiram se efetivar “[...] devido ao recuo da participação do Estado frente aos avanços das políticas neoliberais, desintegrando direitos sociais, transformando-os em direitos de consumo, mercadoria. (Flausino; Mascarenhas, 2012, p. 21).

Nesse contexto de contradições e disputas que nos debruçamos nas ações realizadas pelo Governo do Ceará no âmbito esportivo no intuito de apontar em que medida poder público conseguiu garantir os direitos constitucionais e em que medida existe algum distanciamento do ente público frente as pressões capitalistas e neoliberais.

Primeiramente, este capítulo será dedicado a apresentar os programas e projetos realizados no período do governo Cid Gomes e Camilo Santana. Mais especificamente iremos tratar das temáticas dos programas e projetos propostos, ou seja, que tipo de característica ou dimensão esportiva foi desenvolvido enquanto a ação esportiva e sua abrangência. Seguindo a matriz de avaliação e análise de políticas públicas esportivas buscamos focar nas manifestações esportivas, no público alvo e na abrangência em que essa ação desenvolve com seu público alvo. (Athayde et al. 2021)

Apesar de um período abrangente de 2007 e 2018, buscamos apresentar uma evolução e desenvolvimento dos programas e projetos da secretaria estadual do esporte do estado do Ceará - SESPORTE, porém de forma separada por gestão e mandato para que os leitores consigam nortear a compreensão de sua totalidade, contudo podendo verificar as contradições e virtudes das políticas públicas do esporte nesse período.

Destacamos que como pesquisador estivemos bem próximos das ações das políticas públicas do esporte nesse período, tanto como agente protagonista da realização de algumas ações como também um observador crítico dessas políticas na qualidade de professor de graduação de educação física em uma faculdade particular de fortaleza, na qual ministrei disciplina de políticas públicas do esporte de 2009 a 2017.

Ainda assim mantemos a coerência de balizar nossa pesquisa de forma ética e com direcionamento de rigor metodológico que um trabalho dessa envergadura preconiza.

No capítulo anterior enfatizamos um breve histórico do Estado do Ceará no cenário político e esportivo apresentando as contradições e os avanços que a política apresenta com suas nuances de ganhos e perdas a partir dos espaços de tensionamento em que encontramos as lutas de classes e a contradição do estado burguês.

Como podemos observar no período do Tassismo (1990 a 2006) o Ceará promoveu de forma efetiva o seu desenvolvimento econômico e social por meio de obras estruturantes e estratégicas para o Estado, contudo a resultante desse investimento tivemos um avanço na concentração de renda e um estado

em consonância dos interesses do capital. Não podemos afirmar que não tivemos avanços no combate à pobreza, porém os avanços são sempre de forma diminuto em relação aos ganhos do empresariado cearense. Levando em consideração que Tasso Jereissati nasceu para a política no berço da federação dos industriais do Ceará de certo cumpriu à risca sua missão em defender os interesses de seu grupo econômico.

Podemos afirmar que a “era Tasso” teve seu fim por conta que seu sucessor, o Governador Lúcio Alcântara, não teve apoio de Tasso Jereissati para sua reeleição, pois Tasso optou por se abster no apoio para abrir caminho para o até então candidato ao governo do estado Cid Gomes, irmão de Ciro Gomes que era parceiro político de Tasso de longas datas. A falta de apoio e o silêncio de Tasso contribuíram para o início da era dos “Ferreira Gomes”.

Também não podemos desconsiderar o cenário nacional que em 2002 Lula chega a presidência da república e no cenário regional a até então deputada estadual Luizianne Lins chega a prefeitura de Fortaleza e ambos subiram ao mesmo palanque do candidato Cid Gomes que chegou para disputar o governo do estado como um ilustre desconhecido, sendo prefeito de Sobral* e irmão do ministro Ciro Gomes, porém sem visibilidade política no restante do estado Ceará. Também neste contexto temos o descontentamento das políticas neoliberais desenvolvidas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e Tasso Jereissati no estado do Ceará, marcado pelo arrocho do funcionalismo público, política de privatizações, investimentos voltados para o grande capital e poucos avanços nas áreas sociais.

Então com a chegada de Cid Gomes no Governo do estado do Ceará, podemos considerar que ele “surfa” na onda que se apresenta no contexto brasileiro: o avanço das políticas progressistas no Brasil e nos estados, uma intenção de ruptura da política posta anteriormente e visibilidade das camadas mais populares no centro do debate político e com participação nas tomadas de decisões.

Nas políticas de esporte, que é o elemento central da discussão nesta tese, podemos observar que durante era Tasso as políticas de esporte que mais impactavam o público alvo eram desenvolvidos por secretarias que não são do esporte. Podemos citar como exemplo O projeto ABC, equipamento esportivo e

que oferecia também cursos profissionalizantes, eram gerenciados pela secretaria do trabalho e desenvolvimento social e as Vilas Olímpicas* que eram de responsabilidade da secretaria de desenvolvimento econômico. Todos esses equipamentos com ações esportivas consideradas tradicionais: ofereciam as modalidades esportivas futsal, futebol, vôlei, basquete e handebol. O projeto ABC criado em 1992 e as vilas olímpicas criadas em 1997 foram a forma que o Estado do Ceará promoveu o esporte como política.

Tratando de políticas pública de esporte desenvolvido por secretaria própria ou setor específico, neste período o governo do estado tinha a FADEC - Fundação de Apoio ao Esporte do Estado do Ceará, extinta em 1999, sendo constituída como setor na SEJUV - Secretaria de Juventude, sendo as duas entidades responsáveis pelo esporte no desenvolvimento centrado na realização de jogos e competições oficiais do Estado do Ceará. Em 2004 em parceria com ministério do esporte, a SEJUV desenvolve o projeto segundo tempo que consistia em oferecer o esporte no contra turno da escola e em diferentes espaços públicos do estado.

Por fim, após esse preambulo de apresentação do momento de transição da era Tasso para a era Ferreira Gomes e que vamos explorar os períodos de governo Cid Gomes (2007 – 2010 e 2011 a 2014) e governo Camilo Santana (2015 a 2018).

Choque de gestão, mudança de direção, ruptura e coalisção. Podemos considerar que o início da gestão do governador Cid Gomes foi influenciado não só pela onda citada anteriormente, porém um momento econômico privilegiado e base política forte eleita no pleito de 2006. Caminho livre e sem resistência ou oposição Cid Gomes se viu capaz de realizar todas as mudanças que acharia interessante para o período.

Como justificativa da escolha do período de estudo (2007 a 2018) se faz por ser um período considerado como ponto chave para a mudança de rumos nas políticas de esporte do Estado do Ceará. Também podemos afirmar que o Estado do Ceará sofreu influência nas suas políticas públicas de esporte das políticas até então desenvolvidas pelo governo federal.

Na verdade, a história da política do Ceará se confunde com a história da política nacional quando tratamos do tema a partir da redemocratização. No Ceará, chegando primeiro ao poder em 1986, Tasso Jereissati promoveu um grande desenvolvimento no estado do Ceará em termos de estrutura e crescimento econômico, porém foi muito eficaz também nas políticas neoliberais, se considerarmos a diminuição do estado, arrocho do funcionalismo público e as privatizações. No Brasil tivemos Fernando Henrique Cardoso fazendo o mesmo caminho a partir de 1994, baseando sua gestão no controle do câmbio, da inflação, contudo muito forte a sua política de privatizações.

E o que temos em comum entre o estado do Ceará e Brasil: em 2002 Lula chega ao poder com a esperança de um processo de ruptura da política de seu antecessor e Cid Gomes chega ao poder em 2006 também com o mesmo sentimento do eleitor e levando pela influência do crescente política da esquerda no país.

O ciclo do governo de FHC chegou ao fim em 2002, e, no ano seguinte, Lula assumiu a Presidência da República. O governo Lula criou uma pasta exclusiva para o esporte. O Ministério do Esporte (ME) surge com a missão de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano. (BRASIL, 2003, p. 1).

Ainda fazendo um paralelo entre a política estadual e federal: Lula chega ao poder e cria um ministério específico do esporte, desenvolve metodologia de participação organizada em conferências e inicia um processo de criação de programas e projetos que são mais inclusivos e voltados para o esporte educacional e de participação. Segundo Castelan e Flausino (2003) essas medidas foram fundamentais para uma “virada de chave” nas políticas públicas do esporte.

Aqui no Ceará, com a chegada de Cid Gomes em 2006, tivemos um movimento política quase que coincidente: primeiro feito do governador foi criar a secretaria do esporte, órgão específico do esporte que até então não existia ou fazia apenas parte como apêndice de outras secretarias.

Em 2002, Lula decidiu contemplar o PC do B entregando o ministério do esporte ao então deputado Agnelo Queiroz que por sinal foi considerado um bom ministro durante o período que permaneceu durante a pasta.

Em 2006, aqui no Ceará, Cid Gomes escolheu para seu secretariado o ilustre desconhecido Ferrucio Feitosa²⁸. Apesar de fazer parte de família de políticas influentes no Estado do Ceará, Ferrucio Feitosa que era empresário do ramo de transportes na Cidade de Fortaleza assumiu a pasta para conduzir o esporte no primeiro mandato no período de 2007 a 2010. Vale ressaltar que Ferrucio Feitosa até então não tinha filiação partidária nem tampouco experiência em cargos do executivo ou do legislativo, mas como foi citado anteriormente a política estadual sofreu influências da política nacional de esportes e isso contribuiu para um direcionamento daquilo que seria proposto pela secretaria estadual do esporte e pelo inexperiente secretário do esporte.

6.1 Governo Cid Gomes I – 2007 a 2010.

Vamos tratar agora das ações a frente da secretaria do esporte no período de 2007 a 2010. Recém criada em fevereiro de 2007 pela Lei nº 13.875. Foi iniciado então uma reestruturação tanto na parte física como na estrutura organizacional.

O Estado do Ceará possui uma organização administrativa parecida com Brasília. Parte das secretarias estaduais estão concentradas em um centro administrativo chamado CAMBEBA²⁹, situado em um bairro de mesmo nome. Lá podemos observar um conglomerado de prédios divididos por secretarias e setores responsáveis pela administração do estado. Em 2006, até por não ser legalmente uma secretaria específica, a secretaria do esporte ficava situada em um prédio no CAMBEBA, dividida em três ou quatro salas que mal comportavam seus servidores que atuavam nesta secretaria. Fato esse pode ter sido presenciado por várias vezes pelo próprio pesquisador desta tese que durante

²⁸ Empresário e advogado, foi secretário do Esporte do Estado do Ceará (Sesporte) e também comandou a Secretaria Especial da Copa 2014 (Secopa). Foi um dos responsáveis pelo sucesso do projeto da candidatura de Fortaleza à Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014. Foi ainda conselheiro da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos, da Companhia de Desenvolvimento do Ceará, da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará e da Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE). Foi presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará (Adece) e titular da Secretaria Regional II de Fortaleza. Na atual gestão municipal, atuou como secretário da Conservação e Serviços Públicos.

²⁹ O Centro Administrativo do Governo do Estado foi inaugurado no início dos anos 1980 e, atualmente, funcionam no local as secretarias da Educação, Planejamento e Gestão, Cultura, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Turismo e Cidades, além do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, Escola de Gestão Pública, Companhia de Desenvolvimento do Ceará e Tribunal de Justiça. Abriga também o Escritório Regional do Unicef e, em breve, a nova sede do Tribunal de Contas dos Municípios.

vários anos participou das olimpíadas escolares e que frequentava essas salas do setor de esporte situado no CAMBEBA.

A então recém criada Secretaria do Esporte mudou toda sua estrutura para o estádio Castelão³⁰. A secretaria então ganhou espaço adequado para suas atividades e ainda em 2007 quase triplicou seus números de funcionários dedicados a esta secretaria.

Outros dois fatores que são importantes descrevermos para entendimento das nossas análises é a modernização do Estado do Ceará na parte administrativa de gestão. Destacamos então o MAPP e a GPR.

A materialização deste novo modelo de gestão do Governo, se deu a partir da instituição do MAPP, instrumento de acompanhamento das ações realizadas por meio da aproximação da sociedade neste período.

O Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários – MAPP consiste numa ferramenta informatizada, onde o Governador do Estado, a partir de proposições feitas pelos Secretários de cada área, prioriza os projetos a serem executados. A ferramenta permite o acompanhamento da execução financeira a partir da sua interligação com os sistemas que registram a execução orçamentária e financeira do Estado, bem como o acompanhamento físico a partir de informações alimentadas pelas diversas áreas responsáveis pelos projetos. (Ceará, 2015)

Todo mês, o chefe do governo se encontrava com seus secretários para avaliar os impactos alcançados com a implementação dos programas e projetos estabelecidos nos planos do governo. Dessa maneira, tanto o governador quanto a sociedade têm um meio eficaz de acompanhar os resultados esperados. É importante ressaltar que a cada três meses são divulgados os resultados financeiros e os indicadores de cada iniciativa.

Ainda na esteira do MAPP, o governo do Ceará criou indicadores de avaliação para cada pasta no intuito de poder verificar o desenvolvimento das suas ações de forma concreta e mensurável. A união do MAPP e seus indicadores foram chamados de GPR – gestão por resultados.

³⁰ O Estádio Governador Plácido Castelo, também conhecido como Arena Castelão, ou simplesmente Castelão, é um estádio de futebol brasileiro localizado em Fortaleza, Ceará, e inaugurado em 1973. O estádio foi inaugurado em 11 de novembro de 1973, pelo então Governador César Cals de Oliveira Filho. Um público calculado de 70.000 pessoas assistiu à partida inaugural entre Ceará e Fortaleza.

De acordo com Gomes (2009) a gestão por resultados – GPR é uma das principais características da administração contemporânea é a busca pela efetividade dos projetos alinhada aos interesses do cidadão. Nesse sentido, esse modelo se destaca pela transformação dos objetivos planejados em resultados tangíveis, possibilitando que, durante a fase de aprimoramento e continuidade das ações, estas sejam reavaliadas e adaptadas conforme a realidade das situações apresentadas.

A GPR é um modelo em que o setor público passa a adotar uma postura empreendedora, voltada para o cidadão como cliente e buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência. É uma gestão que busca reduzir custos para a sociedade e compromete o Estado com a satisfação dos cidadãos. É um modelo em que o governo é um meio e não um fim em si mesmo. (Ceará, 2015)

Nessa estrutura, o governo interage de maneira contínua com organizações da sociedade civil, buscando meios de monitorar e avaliar suas ações governamentais. O objetivo de aprimorar os indicadores constantemente traz consigo uma responsabilidade por parte do governo e uma preocupação maior com o acompanhamento por parte dos cidadãos.

De maneira abrangente, a GPR considera o indivíduo como um consumidor, implementando uma abordagem mais formal na execução de suas políticas e práticas no ambiente de trabalho. A eficácia dos programas e iniciativas é constantemente alinhada com as metas e objetivos, obtendo resultados que atendem efetivamente às necessidades e expectativas das pessoas que recorrem às políticas governamentais em busca de soluções para seus desafios e carências.

A Secretaria do Esporte, juntamente com todas as secretarias do Estado, possuía indicadores balizadores de resultados. Estes indicadores eram a forma do Governado fazer o acompanhamento das ações e prestar contas com a sociedade. Em relação ao esporte, os indicadores utilizadores eram pessoas beneficiadas em ações e equipamentos públicos de esporte e lazer, equipamentos de esporte e lazer e público em eventos de esporte e lazer.

Indicador 1: Pessoas beneficiadas em ações e equipamentos públicos de esporte e lazer.

Descrição do indicador: Total de pessoas beneficiadas (assistidas e/ou atendidas) com ações, projetos desenvolvidos pela SESPORTE e equipamentos públicos de esporte e lazer (Vilas Olímpicas e quadras de esporte em escolas estaduais).

Indicador 2: Equipamentos de esporte e lazer

Descrição do indicador: Total de equipamentos de esporte e lazer (Quadras de Esporte, Coberta de Quadras em Escolas Estaduais, Vilas Olímpicas, Estádio, Campo de Futebol) implantados pela Secretaria em todo o Estado.

Indicador 3: Público em eventos de esporte e lazer.

Descrição do indicador: Total de pessoas com acesso aos eventos esportivos e de lazer locais, nacionais e internacionais promovidos pela SESPORTE no ano. (Ceará, 2007)

Os marcadores de desempenho auxiliam na avaliação, implementando um modelo comparativo do que se pretende alcançar com os resultados. De acordo com Carley (1985), os indicadores representam uma maneira concreta de medir o que antes era vago e abstrato, substituindo avaliações sociais subjetivas e inconsistentes por abordagens quantitativas mais compreensíveis para os envolvidos.

Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Ou seja, são os indicadores que viabilizam a tradução dos objetivos em medidas apreensíveis, e no presente caso, a tradução dos objetivos em indicadores de resultados (Jannuzzi, 2005, p. 138)

Desta forma, o Ceará adentra na perspectiva de uma gestão moderna e o esporte por sua vez, consegue seu espaço entre as políticas importantes também no cenário das políticas públicas. Mesmo que os indicadores não possam traduzir de forma tão eficiente todos os benefícios que os programas e projetos esportivos oferecem a população, de certo já observamos um avanço num olhar de constituição de política e o acompanhamento social.

E a criação da Secretaria do Esporte em 2007, conseqüentemente a mudança de local da secretaria para o estádio Castelão de certo concentrou esforços para realização das ações exclusivas para o esporte, com organização e recursos exclusivos da pasta. Destacamos abaixo o organograma da SESPORTE após sua criação.

Quadro 13 - estrutura organizacional da SESPORTE

I – DIREÇÃO SUPERIOR	Secretário do Esporte	
II – GERÊNCIA SUPERIOR	2.1 Secretaria Executiva de Esporte (Sexec- ESP) 2.2 Secretaria Executiva de Gestão Interna do Esporte (Sexec-PGI)	
III – ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO	3.1 Assessoria Jurídica (Asjur) 3.2 Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria (Ascouv) 3.3 Responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidora Substituta 3.4 Assessoria de Comunicação (Ascom)	
IV – ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA	4 . Coordenadoria de Desenvolvimento do Esporte (Codes)	4.1. Célula de Formulação de Políticas Esportivas (Cefop) 4.2. Célula de Fomento ao Esporte (Cefoes) 4.3. Célula de Inclusão Recreativa, 3ª Idade e Pessoas com Deficiências e Recreativos (Cogrer) 4.4. Célula de Formação Esportiva (CEFOESP)
	5. Coordenadoria de Gestão de Recursos e Equipamentos Esportivos e Recreativos (Coger)	5.1. Célula de Gestão dos Equipamentos Esportivos e Recreativos (Ceger)
V- ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL	6. Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (Codisp)	6.1. Célula de Desenvolvimento Institucional (Cedin) 6.2. Célula de Planejamento, Orçamento e Monitoramento (Cepom)
	7. Coordenadoria Administrativo-Financeira (Coafi)	7.1. Célula Financeira (Cefim) 7.2. Célula de Suporte Administrativo (Cesad)

		7.3. Célula de Recursos Humanos (CERH) 7.4. Célula de Prestação de Contas (Cepcon) 7.5. Célula de Tecnologia da Informação (Cetinf)
VI- ÓRGÃO COLEGIADO	8. Conselho do Desporto (Codesp)	

Partindo da análise desse organograma podemos compreender a complexidade que exige a as demandas de uma secretaria independente, principalmente nos setores de apoio, mas podemos destacar na coordenadoria de desenvolvimento do esporte uma divisão segmentada e racional para desenvolvimento dos programas e projetos esportivos a partir de suas características.

Contendo célula de formulação de políticas esportivas, célula de fomento ao esporte, célula de inclusão de grupos específicos, célula de formação esportiva, célula de gestão de recursos e equipamentos esportivos. Compreendemos que uma secretaria que tem setores específicos e bem definidos que vão desde de pensar a política, planejar e executar nas suas diversas manifestações já compõe elementos de um início propício ao êxito no desenvolvimento das políticas públicas de esporte.

Ainda na busca da compreensão da organização desta secretaria fizemos uma busca no portal Ceará Transparente e fizemos um levantamento de quantos servidores de carreira a SESPORTE continha.

Quadro 14 – servidores SESPORTE

Servidores de carreira da SESPORTE		
Servidores SEJUV 92 total - 54 ativos	14 - Meio	Motorista, auxiliar de manutenção e serviços gerais.
	17 - Técnico	Agente de administração e operador de áudio visual.
	24 - Fim 08 - Livre nomeação	Coordenador, orientador de célula e assessor técnico e assessor especial.

	05 – cedidos	
--	--------------	--

Na busca encontramos um total de 92 servidores, sendo 54 na ativa. Ainda que no período deste estudo não encontramos nenhuma iniciativa de realização de concurso público para a carreira na SESPORTE, os servidores que atuam nesta secretaria são remanescentes da antiga FADEC – Fundação de apoio ao desporto do Ceará (1970 – 1999), como também servidores da SEJUV – secretaria de juventude que existia antes da SESPORTE e que puderam fazer a opção de migrar para a nova secretaria. Destacamos também que dos 24 servidores que hoje atuam na atividade fim da secretaria do esporte, 8 são indicações e nomeações do governador e que na pesquisa efetuada os mesmos são considerados servidores, ainda que temporários, na organização e disponibilização dos dados da SESPORTE. São eles o secretário de esporte, 2 secretarias executivas, 2 cargos de desenvolvimento institucional e 1 de assessoria jurídica. Por fim, com 5 servidores de atividade fim, restam apenas 11 servidores de carreira que atuam nesta pasta.

De certo, apenas 11 servidores de carreira não conseguem dar vazão as demandas de uma secretaria independente, então em pesquisa também no Ceará transparente buscamos as informações sobre o quadro de terceirizados que compõe a secretaria do esporte, complementando o trabalho juntamente com os servidores de carreira, segue então a composição do quadro abaixo:

Quadro 15 - terceirizados SESPORTE.

Atividade	meio	técnica	fim
	58	40	38
Terceirizados			Monitor
	Vigilante	Analista de sistema I	Auxiliar técnico I
	Copeira	Analista de sistema II	Auxiliar técnico II
	Porteiro	Auxiliar de serviços diversos	Auxiliar técnico III
	Serviços gerais	Auxiliar administrativo I	Auxiliar técnico IV
	Motorista	Auxiliar administrativo II	Assistente técnico I
	Eletricista	Auxiliar administrativo III	Assistente técnico II
	Op. logística	Auxiliar administrativo IV	Assistente técnico III
	Bombeiro hidráulico	Assistente administrativo I	Assistente técnico IV
			Auxiliar de gestão I

			Auxiliar de gestão II Auxiliar de gestão III Assistente de gestão I
--	--	--	---

A SESPORTE possui contrato com empresa terceirizada que no qual ainda que o termo sendo realizado por meio de licitação, a escolha dos empregados da área técnica e da atividade fim são escolhidos pela própria secretaria. Neste caso temos a divisão acima de acordo com a organização do organograma da secretaria e cada cargo possui valores específicos que variam de acordo com o setor e responsabilidades de cada contratado. No capítulo de orçamento tratamos de forma mais minuciosa os valores e os contratos no período de estudo.

Partindo deste contexto histórico de mudança de gestão, mudança de secretaria e reformulação organizacional é que vamos partir da nossa análise de programas e projetos realizados no período de estudo desta pesquisa.

Contudo para tratar de um marco zero, para ter um parâmetro de análise, também faremos um breve resumo acerca do que foi desenvolvido no período anterior ao do nosso estudo para fundamentar algum tipo de valoração do trabalho da secretaria do esporte no tocante a avanço e retrocesso partindo do ponto inicial de análise como também usaremos autores que tratam do assunto e que definem ou trazem elementos norteadores de boas práticas de desenvolvimento de política de esporte. O período corresponde de 2003 a 2006 e tinha como governador Lúcio Alcântara exatamente no final da era Tasso, no qual descrevemos anteriormente.

Quadro 16 - resumo de orçamento e ações da gestão 2003 a 2006

Governo Lúcio Alcântara	2003	2004	2005	2006
Orçamento	4.945.812,04	2.540.624,57	5.987.923,30	6.235.864,90
Secretário da pasta	André Figueiredo	André Figueiredo	Lúcio Bonfim	Joaquim Guedes

	10/03/2003 06/01/2005	10/03/2003 06/01/2005	10/01/2005 03/06/2006	03/06/2006 31/12/2006
Programas e projetos	Jogos escolares Jogos abertos Segundo Tempo	Jogos escolares Jogos abertos Segundo Tempo I conferência estadual do esporte	Jogos escolares Jogos dos servidores Jogos abertos Jogos paraolímpicos Segundo Tempo Esporte de massa	Jogos escolares Jogos dos servidores Jogos abertos Jogos paraolímpicos Esporte de massa

Ainda fazendo uma leitura descritiva dessas ações, nesse período específico foram realizados: jogos escolares e jogos abertos em todo período; Projeto segundo tempo de 2003 a 2005; I Conferência estadual do esporte em 2004; jogos paraolímpicos, jogos dos servidores e projeto esporte de massa em 2005 e 2006. Vale salientar que nesse período o esporte era apenas um setor dentro da secretaria da juventude, que já existia, e ficava situado no CAMBEBA.

Para clareza das categorias de análise dos programas e projetos das políticas públicas de esporte do período de 2007 a 2018 iremos fazer primeiramente uma divisão de período de gestão. Este período compreende em governo Cid Gomes I (2007 a 2010), Cid Gomes II (2011 a 2014) e Camilo Santana I (2014 a 2018).

Em cada período listado iremos realizamos uma análise das temáticas dos programas e projetos, listando as ações de esporte educacional, esporte de rendimento e esporte de participação e lazer e gestão e formação do esporte, tal divisão que encontramos na Lei que trata das manifestações esportivas vigentes.

Com variável fundamental de compreensão das manifestações e avaliação dessas ações traçamos uma relação entre natureza do programa e projeto, público atendimento e abrangência da ação. Por fim, no intuito de criar indicadores de comparação apresentamos os números de atendimento dos programas e projetos a fim de verificar as variações de tendências e intencionalidades neste período.

Como documentos norteadores dessas informações utilizamos as mensagens do governador³¹, tal documento enviado anualmente a assembleia legislativa e traz em seu conteúdo as realizações no período traçando um paralelo entre o planejado e executado, apresentando números dos beneficiários não apenas da secretaria do esporte, mas de toda estrutura organizacional do governo do estado do Ceará. Também como suporte das informações coletadas utilizamos o portal de transparência³² do Estado do Ceará, sítio que hospeda todos os convênios e contratos realizados pelo estado contendo termo de referência e planos de trabalhos das ações realizadas pela SESPORTE. Segue abaixo um resumo dos programas e projetos

Quadro 18 - Governo Cid Gomes I				
Secretário Ferruccio Feitosa - 01/01/2007 A 31/12/2010				
Ano	2007	2008	2009	2010
Orçamento	20.302.897,67	43.033.739,73	56.729.674,87	104.382.543,09
Programas e projetos	2007	2008	2009	2010
Esporte educacional	Jogos escolares	Jogos escolares	Jogos escolares	Jogos escolares
	Segundo tempo	Segundo tempo	Segundo tempo	Segundo tempo
	Esporte superação	Não realizado	Não realizado	Não realizado
	Não realizado	Esporte na escola	Esporte na escola	Esporte na escola
Esporte de rendimento	Jogos paraolímpicos	Jogos paraolímpicos	Jogos paraolímpicos	Jogos paraolímpicos
	Jogos abertos	Jogos abertos	Jogos abertos	Jogos abertos
	Bolsa esporte / bolsa atleta	Bolsa esporte / bolsa atleta	Bolsa esporte / bolsa atleta	Bolsa esporte / bolsa atleta
Esporte de participação e lazer	Mão amiga	Mão amiga	Mão amiga	Mão amiga
	Viva +	Viva +	Viva +	Viva +

³¹ A Comunicação à Assembleia é um relatório que apresenta as atividades do governo, demonstrando transparência e publicidade das ações governamentais, bem como permitindo o controle social. No artigo 88, inciso VIII, da Constituição cearense é estipulado que é responsabilidade do Governador encaminhar à Assembleia Legislativa um comunicado com o panorama atual do estado.

³² O Ceará Transparente foi desenvolvido com o objetivo de tornar mais fácil a consulta de dados e informações públicas para os cidadãos. Através dos gráficos, é possível visualizar de forma clara os repasses e gastos realizados pela administração pública. Dentro do âmbito da gestão pública, a Lei da Transparência estabelece que todas as informações detalhadas sobre os dados públicos devem estar disponíveis em tempo real.

	Não realizado	Não realizado	Não realizado	Esporte na minha cidade
	Jogos indígenas	Jogos indígenas	Jogos indígenas	Jogos indígenas
	Jogos feliz idade	Jogos feliz idade	Jogos feliz idade	Jogos feliz idade
	Circuito das águas	Circuito das águas	Circuito das águas	Circuito das águas
	Não realizado	Ceará ventura	Ceará ventura	Ceará ventura
Gestão e formação no esporte	Não realizado	Cursos de capacitação	Cursos de capacitação	Cursos de capacitação

Fonte: Elaboração própria

O esporte educacional no primeiro mandato de Cid Gomes é caracterizado pelos Jogos Escolares, Programa Segundo Tempo (parceria com governo federal), Esporte Superação e Esporte na Escola, este último implantado apenas em 2009.

O principal objetivo dos Jogos Escolares do Ceará é mobilizar os estudantes, promovendo a prática esportiva como meio de integração e incentivando a participação dos alunos em atividades físicas dentro do ambiente escolar, ao mesmo tempo em que busca identificar e potencializar talentos esportivos.

Segundo Machi Junior (2010), com a atualização da legislação brasileira em relação às manifestações esportivas, as olimpíadas escolares passaram a fazer parte do cenário do esporte educacional, que por muito tempo foi visto apenas como algo voltado para o alto rendimento e alto desempenho. Atualmente, os jogos são considerados uma importante ferramenta para a educação e o desenvolvimento dos jovens participantes. De acordo com o Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013, ao praticar esportes, busca-se evitar a competição excessiva entre os participantes, visando assim o desenvolvimento integral do indivíduo, sua formação para exercer a cidadania e também promover o lazer. (BRASIL, 2013).

A atenção de promover um torneio esportivo sem perpetuar padrões excludentes e rivalidades extremas foi devidamente considerada nas diretrizes das políticas esportivas e implementada nos campeonatos realizados.

Segundo Belbenoit (1976), a prática esportiva bem aplicada na escola promove bons hábitos, não só no que se refere à saúde física, mas também em termos de valores éticos, na disciplina das competições e na formação de todos

os envolvidos nessa atividade. O esporte é visto como uma atividade benéfica no contexto escolar, onde contribui para a concentração, disciplina e desenvolvimento intelectual dos participantes.

O programa Segundo Tempo, também realizados na gestão anterior, deu continuidade como forma de desenvolver o esporte educacional no contra turno da escola. Esta iniciativa em parceria com governo federal se perdurou em todo período do primeiro governo Cid Gomes.

O projeto proporciona práticas esportivas no período oposto ao das aulas, visando contribuir para a integração social, saúde física, prevenção de doenças e para o completo desenvolvimento de jovens e adolescentes que vivem em áreas menos favorecidas de nossa região.

Conforme Oliveira (2012), o projeto Segundo Tempo busca reforçar o esporte como uma iniciativa governamental, ressaltando a amplitude do projeto e a colaboração do governo federal para assegurar a participação em atividades esportivas e recreativas. Com foco nas regiões mais desfavorecidas, o Segundo Tempo visa promover hábitos saudáveis durante os períodos de tempo livre de crianças e jovens. Nas áreas rurais, especialmente as com recursos limitados, o Segundo Tempo surge como uma oportunidade significativa para promover o esporte e o lazer para aqueles que mais necessitam e para os municípios que não têm condições de oferecer atividades esportivas para a população em geral.

O método Segundo Tempo opera de maneira organizada com a participação dos seguintes: estagiário, docente, coordenador de setor, equipamentos esportivos e alimentação (durante a maior parte do programa). Durante o primeiro período de gestão da SESPORTE, o projeto incluía suporte educacional, com um pedagogo atuando nos locais comunitários em parceria.

Os esportes destacados no projeto são: futebol, vôlei, basquete, handebol, futsal, atletismo, natação, dança, capoeira, tênis de mesa, karatê, judô, e diversas outras modalidades.

No ano de 2007, a Secretaria do Esporte implementou um projeto chamado Superação, inspirado no programa Segundo Tempo. Esse projeto utilizou recursos do tesouro estadual e, posteriormente, passou por uma transição para se tornar o programa Segundo Tempo. Durante esse período, os

professores e estagiários envolvidos no projeto original continuaram a desenvolver as atividades nos núcleos esportivos.

Sobre o esporte na escola, o formato de realização da atividade, nos moldes parecido com programa segundo tempo e esporte superação, tem seu funcionamento nos fins de semana e diferente deles, o núcleo esportivo funciona obrigatoriamente dentro do ambiente escolar.

A iniciativa estimulou a prática de esportes na escola aos sábados, criando uma conexão entre os moradores locais e a instituição de ensino. O objetivo era promover a integração entre esportes recreativos e competitivos, com os instrutores separando os alunos por nível de habilidade e interesses.

De acordo com Bento, Garcia e Graça (1999), a prática esportiva não pode ser vista de forma isolada. É necessário dar atenção a cada contexto e significado para o seu desenvolvimento. Tanto o esporte de alto rendimento quanto o esporte de participação exigem abordagens diferentes, considerando a importância e limitações de cada manifestação.

Em comparação ao período do governo anterior temos apenas o projeto esporte na escola de realização diferente, sendo as olimpíadas escolares e o programa Segundo Tempo uma constante desde gestão anterior.

Com a descrição das características do programas e projetos no esporte educacional, agora vamos fazer uma análise sobre público alvo, abrangência e natureza da oferta das atividades.

Quadro 19 -Esporte educacional 2007 a 2010				
Projeto	natureza	público	Abrangência	Formato
Jogos escolares	Competição esportiva adaptada	7 a 17 anos	Todo o estado	Etapas municipais e regionais
Segundo tempo	Escolinha no contra turno da escola	7 a 17 anos	Todo o estado	233 a 466 núcleos – 184 municípios
Esporte superação	Escolinha no contra turno da escola	7 a 17 anos	Todo o estado	184 núcleos – 01 por município
Esporte na escola	Escolinha nos fins de semana na escola	7 a 17 anos	Todo o estado	50 núcleos – 10 na RMF e 40 no interior

Fonte: Elaboração própria

Considerando o quadro 19, podemos verificar que todos os programas e projetos apresentados na área escolar possuem o mesmo público alvo: jovens de 7 a 17 anos que estão em idade escolar e que mostra a congruência da característica educacional da ação. Em destaque encontramos a abrangência das ações já que atingem 100% dos municípios, sendo que os jogos escolares são realizados por etapas municipais, depois etapas regionais onde os vencedores representaram o estado na etapa nacional.

Considerando o projeto segundo tempo, que iniciou com 233 núcleos em 2007 e chegando a 466 núcleos em todo estado e tinha seu funcionamento no contra turno da escola sendo realizado em locais diversos de práticas de esporte e lazer, este é considerado a maior ação programática desenvolvida pelo governo do estado nesse período.

Por fim o esporte na escola, implantado em 2018, lançou mão do espaço físico da escola e o tempo dos fins de semanas para realizarem suas atividades. Contou com 50 núcleos sendo 32 no interior do estado. Podemos considerar que neste período os estudantes do estado do Ceará foram agraciados com atividades esportivas, dentro e fora da escola, na semana e fins de semana.

Quadro 20 - Atendimentos Esporte educacional 2007 a 2010				
Projeto	2007	2008	2009	2010
Jogos escolares	14.045	10.000	11.131	22.000
Segundo tempo	36.000	46.600	46.600	70.000
Esporte superação	9.200			
Esporte na escola	-	7.500	4.671	5.000

Fonte: Elaboração própria

Com relação aos atendimentos aos atendimentos dos jogos escolares e do programa segundo tempo, tivemos um aumento significativo quando comparamos de 2007 a 2011, onde os jogos escolares passaram de 14.045 para 22.000 atendimentos e o segundo tempo de 36.000 para 70.000 mil usuários, sendo no período o maior convênio do governo federal com um estado da federação.

A SESPORTE apresentará os novos números da renovação do convênio que dobrou a quantidade de núcleos de 233 para 466 nos 184 municípios do Estado, beneficiando 46.600 crianças e adolescentes. O Programa Segundo Tempo no Ceará é o maior convênio do Brasil. Com isso, o Estado do Ceará avança a passos largos para a promoção do esporte como instrumento de inclusão social, como também na valorização dos profissionais de Educação Física que estão envolvidos diretamente em todo o processo de execução e planejamento do Programa. (Ceará, 2009)

O Esporte Superação foi um projeto realizado apenas em 2007, com 9.000 atendimentos, sendo ele apenas de transição para implantação para o programa segundo tempo.

Com relação aos números de atendimento apenas o esporte na escola teve uma diminuição dos seus números de 2008 a 2010, iniciando com 7.500 atendimentos e chegando a 5.000 alunos em seus núcleos. Analisando os números e características gerais do esporte educacional no período Cid Gomes I podemos considerar que tivemos uma constância nas ações com números progressivos positivos para essa manifestação esportiva.

Partiremos então para a próximas manifestação esportiva caracterizada pela competição com cerne central da ação com o quadro abaixo as ações desenvolvidas neste período de primeiro governo.

Quadro 21 - Esporte rendimento 2007 a 2010				
Projeto	natureza	público	Abrangência	Formato
Jogos paraolímpicos	Competição esportiva	deficientes	Fortaleza	Competição anual
Jogos abertos	Competição esportiva	adulto	Todo estado	Etapas municipais e regionais
Bolsa esporte	Auxílio financeiro	7 a 17 anos	Atletas diversos	Bolsa mensal
bolsa atleta	Auxílio financeiro	Aberto	Atleta de alto rendimento	Bolsa mensal

Fonte: Elaboração própria

No período compreendido de 2007 a 2011 tivemos como ações privilegiadas para o esporte de rendimento os jogos abertos, jogos paraolímpicos e a concessão de bolsa esporte e bolsa atleta.

O objetivo dos Jogos Abertos do Ceará é incentivar a união entre os municípios do Estado, promovendo o esporte como meio de integração social e encorajando a prática de atividades esportivas, além de descobrir novos talentos.

A prática esportiva tem sido cada vez mais difundida como forma de promover a cidadania, um mundo melhor e mais pacífico, livre de discriminação, e promovendo valores como compreensão mútua, fraternidade, solidariedade, cultura da paz e fair-play. Através de modalidades esportivas como futsal, basquetebol, handebol, voleibol, badminton e tênis de mesa, jovens e adultos constroem seus valores, socializam-se e vivenciam o esporte. Os Jogos Abertos do Ceará proporcionam um momento de atividade saudável e ocupação, indo contra problemas como sedentarismo, uso de drogas e álcool, entre outros.

Promovida pela Secretaria do Esporte do Estado do Ceará (SESPORTE), a competição Jogos Paraolímpicos tem como objetivo incentivar e apoiar a prática esportiva para pessoas com deficiência em um evento que pretende reunir todos os atletas paraolímpicos do Estado do Ceará, buscando melhorar o desempenho e a profissionalização desses competidores, elevando assim o padrão de excelência esportiva a nível nacional. Durante os Jogos, são disputadas competições de diversas modalidades adaptadas, como atletismo, natação, futsal, basquete em cadeira de rodas, tênis de mesa, xadrez, taekwondo, karatê, voleibol sentado, goalball e bocha.

A proposta dos Jogos Paraolímpicos no Ceará é estimular e promover a prática esportiva adaptada e descobrir possíveis talentos para competições paraolímpicas, visando ampliar o alcance da inclusão de pessoas com deficiência em nosso Estado. Este evento tem como fundamento central a coordenação de iniciativas para a integração social, colaborando com o desenvolvimento pleno de pessoas com deficiência.

O esporte adaptado teve origem com o intuito de unir indivíduos que antes se viam como limitados, transformando-os em atletas ativos. Com o avanço das investigações e das diversas modalidades esportivas, as competições destinadas aos indivíduos com deficiência já contam com regulamentos próprios, equipamentos específicos, instalações adaptadas e classificadores funcionais que classificam as deficiências e agrupam os

participantes em categorias semelhantes para as disputas das competições. (DUARTE; WERNER, 1995)

O Bolsa Esporte é direcionado para indivíduos com ganhos mensais inferiores a metade do salário mínimo, que vivem em regiões com indicadores sociais preocupantes, com idade mínima de 10 anos.

O projeto escolhe e oferece auxílio financeiro para crianças, adolescentes e adultos residentes no Estado do Ceará, que se enquadrem nessas condições e precisem de suporte para participar de atividades esportivas iniciantes e avançadas. O intuito do projeto é proporcionar apoio financeiro e incentivar a performance esportiva de atletas que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nível I: Para solicitar a bolsa, o atleta deve ser iniciante no esporte e participar de escolinhas de iniciação esportiva, desenvolvidas nas escolas ou projetos de sociais;

Nível II: Para atletas que já participaram de competições locais, como as Olimpíadas Escolares do Ceará ou qualquer evento promovido pela Secretaria do Esporte do Estado do Ceará e tendo sido colocado até o 10º lugar;

Nível III: Para serem contemplados os atletas devem ter participado das mesmas competições que os esportistas incluídos no nível II e tendo sido colocado até 6º lugar nas competições disputadas. (SESPORTE, 2020)

O Programa Bolsa Atleta de Alto Desempenho tem como objetivo fornecer bolsas esportivas no Estado do Ceará, oferecendo apoio financeiro a crianças, jovens e adultos, tanto com deficiência quanto sem, para estimular e aprimorar a prática esportiva de cada um deles.

Nível Estadual/Regional – 60 (sessenta) bolsas esportivas, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), destinadas a atletas que possuam classificação até a 10º (décima) colocação em eventos esportivos realizados a níveis Estaduais/Interestaduais e ou Regionais (Nordeste).

II. Nível Nacional – 50 (cinquenta) bolsas esportivas, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), destinadas a atletas que possuam classificação até a 10º (décima) colocação em eventos esportivos promovidos pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) e/ou confederação/órgão federal da respectiva modalidade

III. Nível Internacional – 20 (vinte) bolsas esportivas, no valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), destinadas a atletas que possuam classificação até a 10º (décima) colocação em

eventos esportivos promovidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), Federação Internacional do Desporto Universitário (FISU), Federação Internacional do Desporto Escolar (ISF), Confederações ou Federações Sul-Americanas e/ou federação internacional da respectiva modalidade esportiva pleiteada. (SESPORTE, 2020)

Com relação as passagens aéreas, 200 atletas a nível nacional foram beneficiados pelo auxílio do projeto bolsa atleta e 1.067 passagens aéreas foram garantidas pela Secretaria do Esporte para incentivo e manutenção do esporte cearense.

De acordo com Pontes e Silva (2013), O programa Bolsa Atleta oferece uma chance de apoio financeiro aos esportistas. Muitas vezes, jovens talentos acabam abandonando suas carreiras esportivas cedo devido à necessidade de encontrar emprego rapidamente, o que prejudica a identificação e desenvolvimento de novos talentos no meio esportivo.

Conforme o COB (2012), é mencionado em suas pesquisas que os governos apóiam os países e atletas que conquistam resultados superiores em torneios internacionais, incentivando-os a participar de intercâmbios e competições em outras regiões, além de seus locais de origem. As vivências adquiridas pelos atletas resultam em benefícios para o desenvolvimento pessoal e para um desempenho mais eficaz em competições de elite.

Traçando um comparativo com a gestão anterior, podemos destacar o desenvolvimento da bolsa esporte e bolsa atleta, que de certo foram inspirados pela iniciativa do governo federal, contemplando atletas de baixa renda como também atletas de alto rendimento esportivo e com resultados expressivos em suas respectivas federações e competições.

Apesar de esta fora do escopo do período de investigação desta pesquisa, destacamos que em 2019 o projeto bolsa esporte e bolsa atleta se torna uma política de estado e se torna lei, garantindo sua continuidade independente de governo ou gestor que assuma a pasta do esporte.

O Programa Ceará Atleta foi aprovado na Assembleia Legislativa e vai garantir essa ação como uma política de estado fortalecendo o surgimento de novos atletas e garantindo que eles possam dar continuidade o crescimento do esporte do estado.

A lei prevê três tipos de auxílios financeiros: o bolsa esporte (para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social), o bolsa atleta (para atletas e paratletas que já apresentam performance em sua modalidade) e o bolsa monitoramento (para estudantes de graduação de Educação Física e Gestão do Desporto e Lazer). (SESPORTE, 2019)

Os valores de cada nível de desempenho e o período de duração do auxílio serão fixados por ato do Poder Executivo, com base em estudos técnicos. A novidade é a ampliação das vagas também para os atletas paraolímpicos, entre 15% e 20% do total (SESPORTE, 2019).

Quadro 22 - Atendimento Esporte rendimento 2007 a 2010				
Projeto	2007	2008	2009	2010
Jogos do paraolímpicos	-	350	452	530
Jogos abertos	8.000	8.000	8.000	8.000
Bolsa esporte I	1.013	1.013	1.013	1.237
Bolsa esporte II	300	300	300	300
Bolsa esporte III	200	200	200	200
bolsa atleta	50	50	50	50
Passagens aéreas	78	156	187	245

Fonte: Elaboração própria

Com relação aos atendimentos do esporte de rendimento no primeiro mandato de Cid Gomes encontramos uma estagnação em relação aos números de atendimentos nas ações do esporte de rendimento com exceção dos jogos paraolímpicos, bolsa esporte nível I e passagens aéreas que tiveram um aumento no último ano do primeiro mandato.

Neste ponto entraremos na descrição dos projetos e ações de participação e lazer. Comparando ao período anterior esta manifestação esportiva é que traz mais inovações em termos de natureza da ação e público atendido, seguindo abaixo o resumo das ações do esporte de participação e lazer.

Quadro 23 - Esporte participação e lazer 2007 a 2010				
Projeto	natureza	público	Abrangência	formato
Mão amiga	Atividade esportivas	Geral	Todo estado	30 núcleos – 12 capital e 12 no interior

Viva +	Atividade esportivas e de lazer	Geral	Fortaleza	10 núcleos em fortaleza
Esporte na minha cidade	Atividade esportivas e de lazer	Geral	Todo estado	Projeto itinerante semanal Interior do estado
Jogos indígenas	competição	Etnias	Interior do estado	Etapa única anual
Jogos feliz idade	festival	Idoso	Fortaleza	Etapa única anual
Circuito das águas	competição	Geral	Interior do estado	2 etapas anuais Lagoas e rios
Ceará aventura	competição	Geral	Interior do estado	2 etapas anuais Esporte de aventura

Fonte: Elaboração própria

Com o intuito de promover o crescimento do esporte no Ceará, a Secretaria de Esportes realiza o Projeto Mão Amiga, por meio de planejamento, articulação, coordenação e execução de programas e projetos. Esse projeto possibilita que crianças e jovens de escolas públicas e de famílias menos privilegiadas tenham a oportunidade de participar de atividades esportivas em locais públicos e privados, como clubes e associações, promovendo a inclusão social e a interação saudável com indivíduos de diferentes classes sociais. Além disso, busca promover parcerias entre escolas públicas e instituições privadas para inserir crianças e jovens nesse ambiente esportivo diversificado e de difícil acesso.

Sendo ofertado em 30 núcleos, 18 no interior o que caracteriza de positivo neste projeto Mão Miga é a parceria entre o privado e o público onde clubes e entidades privadas cedem suas espaços e equipamentos para crianças e jovens de baixa renda desenvolverem atividades esportivas. As modalidades de ginástica rítmica, nado sincronizado, triátlon, atletismo, karatê, natação, capoeira e Wind surf com poder público bancando todo suporte de matérias e equipamentos para essas práticas que não são de fácil acesso a pessoas de baixa renda.

A Secretaria de Esportes apresenta à população cearense o Programa Viva+, como uma proposta inovadora e impactante. Este programa está alinhado com os princípios e metas fundamentais, com foco na inclusão social e no acesso aos direitos básicos das pessoas, incluindo esporte e lazer,

sem qualquer tipo de preconceito. As atividades do Programa Viva+ têm como objetivo promover a inclusão e melhorar a qualidade de vida dos jovens em situação de vulnerabilidade social e pessoal, que moram na Região Metropolitana de Fortaleza.

O objetivo é utilizar os benefícios das práticas esportivas e de entretenimento para prevenir a prostituição, a violência e o uso de substâncias químicas.

Estimular por meio de eventos noturnos diários a disponibilidade de práticas esportivas, de entretenimento e culturais visando ao crescimento pessoal, à inclusão social e ao aprimoramento da vida dos jovens em condições precárias, nos momentos de maior fragilidade, colaborando para a conexão dos jovens com suas famílias e sociedade, reduzindo as chances de envolvimento com atividades criminosas e exploração sexual.

O projeto viva + que no Estado do Ceará trouxe uma proposta inovadora de um projeto realizado no período da madrugada. Baseado numa experiência da cidade de Brasília, o esporte a meia noite, o Ceará entrava de forma oficial no combate e prevenção ao consumo de drogas, prostituição e outras mazelas sociais. Com funcionamento de 22 horas as 02 da madrugada os professores e estagiários nas comunidades, as ações oferecidas também contribuíam para uma melhor utilização dos espaços públicos de lazer nos horários de maior vulnerabilidade.

Neste caso o projeto Viva mais funciona em praças abertas em áreas de vulnerabilidade social em horário diferenciado. Nesta ação os professores atuantes nos núcleos esportivos trabalham mais como mediadores nas atividades e de conflitos com empréstimo de materiais e condução de jogos nos espaços disponíveis.

As competições dos povos indígenas visam promover a união das diferentes etnias presentes na região, promovendo a partilha de vivências, o reforço dos direitos civis, da cultura étnica, favorecendo a valorização de suas origens por todos os setores da sociedade.

Além das expressões culturais, ocorrem competições em oito tipos de esporte: Tiro com Arco, Lançamento de dardo, Guerra de corda, Corrida com tronco, Futebol, Braço de ferro, Canoagem e Revezamento de Triatlo.

Com o intuito de promover a valorização, preservação e estímulo das práticas esportivas e culturais dos povos indígenas, os Jogos Indígenas do Ceará buscam integrar a comunidade indígena à sociedade em geral, assegurando sua participação nas atividades esportivas tradicionais e incentivando o intercâmbio entre diferentes grupos étnicos, conforme previsto no artigo 17 da Constituição Federal.

Através de uma ação corajosa do Governo Estadual, por meio da Secretaria de Esportes (SESPORTE), o Programa Esportivo na Minha Cidade chegou mensalmente a quatro cidades do Ceará, contando com a participação de atletas campeões olímpicos e mundiais que proporcionaram atividades esportivas, momentos de diversão e cursos de capacitação em mais de 15 modalidades ao longo de dois dias de evento.

Uma das metas centrais do programa "Esporte na Minha Cidade" é promover a conscientização sobre a relevância da prática esportiva nas áreas rurais. Em relação às oportunidades de lazer e atividades esportivas, os envolvidos terão a disposição uma variedade de opções, como brinquedoteca, jogos reduzidos, tratamentos de massagem, desafios esportivos, competições recreativas, avaliações físicas, dentre outras atividades.

O principal programa esportivo do governo estadual cearense visa promover a prática esportiva em diversas regiões, indo desde os municípios mais remotos até os bairros periféricos da capital.

Com um grande investimento da secretaria de esportes, o programa vai a cada final de semana a uma cidade distinta, levando consigo todo o equipamento necessário para promover diversas modalidades esportivas. Em Fortaleza, o projeto esportivo local atua com a mesma abordagem, porém nos diversos bairros da cidade, promovendo atividades em locais diferentes a cada final de semana.

O projeto Felicidade foi criado em 2007 para incentivar o esporte e a saúde entre as pessoas da terceira idade, o projeto atende as comunidades das

cinco Vilas Olímpicas (Conjunto Ceará, Genibaú, Messejana, Canindezinho) administradas pela SESPORTE.

O programa visou a recuperar a autoestima das pessoas da terceira idade, proporcionando um lazer contínuo com atividades recreativas e sócio esportivas e culturais. O projeto atendeu cerca de 1000 idosos, com faixa etária a partir de 50 anos, distribuídos nas cinco Vilas Olímpicas.

O projeto consiste em promover uma competição esportiva entre idosos que praticam atividade física nos núcleos esportivos do governo. A ação surgiu da necessidade de aglutinar as pessoas que frequentavam as aulas de ginástica das vilas olímpicas do Ceará, equipamento esportivo administrado pelo esporte, numa competição diferenciada, disputada em regime de festival, valorizando a participação e a socialização de todos os inscritos.

O Circuito das Águas é um projeto realizado pela Secretaria do Esporte em parceria com municípios interessados em promover uma competição voltada para modalidades em sua maioria aquática, privilegiando as práticas de canoagem, natação, kitesurf, windsurf, mini regata, pesca adulto e infantil, handebol de areia, futvôlei, futebol de areia, vôlei de areia e atletismo.

O Circuito Aquático busca promover e disseminar as práticas esportivas aquáticas no território estadual, além de estimular as modalidades já existentes na área. São organizadas competições de diversos esportes aquáticos em rios, lagos, açudes e lagoas, acompanhadas por oficinas, palestras e workshops sobre os esportes selecionados para a comunidade local, visando a integração e a troca de conhecimento entre os participantes do evento.

O torneio se desenrola em fases, com pelo menos cinco etapas anuais, onde um município anfitrião se torna a capital verde do estado durante o final de semana.

O Ceará Aventura foi tradicional na difusão do esporte pelas serras, praias e sertão cearense, sendo uma realização da Secretaria do Esporte do Estado do Ceará (SESPORTE). Além da pulsão esportiva, o evento tem função sócio ambiental com a realização de palestras sobre a conscientização ecológica, sem falar no incentivo ao turismo cearense ao interiorizar os esportes radicais e divulgar o imenso potencial do Estado nas modalidades de aventura.

Nas modalidades de canoagem, corrida de orientação, parapente, asa delta, *skate*, patins *in-line*, *bicicross*, arvorismo e tirolesa.

O programa Ceará Aventura também contou com uma significativa colaboração na divulgação de atividades esportivas de diversão, ecologia e desafio.

Conforme as orientações da Política Nacional de Esporte, essas iniciativas são consideradas como programas especiais. Durante a execução do projeto, aproximadamente 1970 pessoas participaram de competições com atividades extremas, como asa delta, parapente, entre outras modalidades.

O ponto forte dessa iniciativa é que, de forma constante realizada dentro do território estadual, cada seleção procura valorizar uma particularidade local marcante que incentiva a prática esportiva, juntando essa abordagem com a preservação do meio ambiente.

O esporte de participação e lazer apresenta várias novidades no primeiro manda de Cid Gomes, que vão desde do projeto da madrugada, parcerias com entidades e clubes privados contemplando também dois projetos que valorizam as características locais como o Circuito das águas e o Ceará Aventura representando um avanço para o raio de ação da secretaria. O projeto esporte na Minha cidade chegou no período como grande ação da pasta, pois percorria todo estado mudando a rotina dos municípios em um fim de semana.

Quadro 24 - Atendimento Esporte participação e lazer 2007 a 2010				
Projeto	2007	2008	2009	2010
Mão amiga	1.270	3.000	1.865	3.100
Viva +	700	520	935	620
Esporte na minha cidade	-	-	-	138.000
Jogos indígenas	685	469	661	612
Jogos feliz idade	500	1800	710	800
Circuito das aguas	1.350	2.050	2.000	2.100
Ceará ventura	-	350	350	400

Fonte: Elaboração própria

Com relação aos atendimentos verificamos uma variação baixa de número de público participante ao longo dos 4 anos, contudo com a introdução do projeto Esporte na minha cidade o governo do estado conseguiu dar um salto quantitativo em números de público atendidos e com maior amplitude de alcance de público.

O projeto Esporte na minha cidade é um projeto itinerante que tem duas vertentes: uma parte do projeto faz um percurso itinerante fazendo rodízio nos bairros de fortaleza aos domingos e a outra parte percorre o interior do estado e toda semana está em um município diferente. As atividades são ecléticas e abrangentes: disponibilização de espaços para recreação a atividades físicas diversas, curso de capacitação, palestra com atleta olímpico, corrida de rua, torneio esportivo, aulas de ginástica e lutas e brinquedos infláveis para as crianças.

No capítulo de orçamento exploramos mais essa ação realizada pela SESPORTE em relação a esta iniciativa em termos de recursos e natureza da ação.

Quadro 25 - Gestão e formação no esporte 2007 a 2010				
Projeto	natureza	público	Abrangência	formato
Cursos de capacitação	Formação	Geral	Todo estado	Curso de 20 ou 40 horas
Ano	2007	2008	2009	2010
Público	-	2.307	1.100	415
cursos	-	05	10	20

Fonte: Elaboração própria

Na última manifestação esportiva encontramos na gestão I do então governador Cid Gomes a oferta de cursos para professores de educação física, monitores e desportistas em geral. Os cursos aconteceram em todas as regiões do estado e tiveram diversas temáticas.

O Projeto Capacitação e Incentivo ao Esporte procurou suprir uma necessidade de qualificação na área de formação dos especialistas que trabalham com esporte e recreação em Fortaleza e nas cidades do interior do Estado do Ceará, com o objetivo de difundir conhecimentos teórico-práticos que buscam a obtenção de saberes e habilidades técnicas que auxiliem esses

profissionais nas atividades diárias envolvidas no processo de ensino e aprendizagem.

A SESPORTE investiu bastante na formação de recursos humanos no período do estudo. Podemos destacar que todos os anos os cursos foram direcionados pelas macrorregiões do interior do Estado do Ceará, organizados em diversas temáticas como: arbitragem de futsal, vôlei, basquete, handebol, atletismo, futebol, ginástica rítmica, gestão desportiva, políticas públicas, elaboração de projetos, prestação de contas, atividades para o idoso e cursos técnicos de várias modalidades.

Houve uma intenção em capacitar não apenas o educador para as aulas, mas também em preparar os líderes e as organizações interessadas em firmar parcerias com a própria SESPORTE e iniciativas futuras. Todos os treinamentos eram oferecidos sem custo e incluíam material didático de suporte para os participantes. A carga horária dos cursos ministrados variava de 20 a 30 horas.

De acordo com UNESCO (2012), é imprescindível que todos os profissionais da área de educação física e esportes estejam cientes de sua responsabilidade na formação e na prestação de serviços de excelência à sociedade. Nesse sentido, é fundamental que o poder público elabore um plano de capacitação apropriado, visando aprimorar a qualidade do trabalho desenvolvido. Isso porque, simplesmente executar ações voltadas para o esporte e o lazer, sem se preocupar com a qualificação dos profissionais responsáveis pelo contato direto com o público, resulta em um atendimento desalinhado com a realidade. Um profissional mal preparado não consegue alcançar de maneira eficaz os objetivos das políticas públicas.

Para Behrens (1996, p. 135) “A essência da formação continuada é a construção coletiva do saber e a discussão crítica reflexiva do saber fazer”. Quando ocorrem oportunidades de interação para o aprimoramento profissional, a vivência de cada participante se torna uma fonte de conhecimento através do compartilhamento e da conversa. Ao trocar experiências do dia a dia, os profissionais conseguem analisar suas ações com mais cuidado e dedicar mais atenção aos resultados obtidos, buscando assim desenvolver novas estratégias para aprimorar o ambiente de trabalho.

A SESPORTE atuou na capacitação de profissionais e estudantes de educação física, oferecendo uma ampla gama de temas e oportunidades de crescimento profissional, especialmente nos municípios do interior do Estado que necessitam de mais formação acadêmica e desenvolvimento profissional.

Quadro 26 - Gestão Pública por Resultados – GPR
Evolução dos Indicadores 2007-2010

Indicadores de Resultados Setoriais	2007	2008	2009	2010	Variação %
Público em eventos de esporte e lazer (nº)	674.012	841.111	1.377.366	1.891.415	180,6
Pessoas beneficiadas em ações e equipamentos públicos de esporte e lazer (nº)	712.344	869.986	908.909	1.065.033	49,5
Equipamentos de esporte e lazer (nº)	7	72	75	140	1.900,0

Fonte: Secretaria do Esporte/Assessoria de Desenvolvimento Institucional (ADINS)

Sobre os resultados dos indicadores escolhidos pela SESPORE para servir de avaliação de seus resultados, compreendemos que esses números são insólitos e insuficientes para qualquer tipo de parâmetro. Segundo Boschet (2009) os modelos de avaliações devem transcender essa perspectiva de número de atendimentos ou gasto por grupo de usuários, mas sim verificar a política como um todo buscando se aproximar de sua complexidade e real função social dessa política monitorada.

Pensando de forma panorâmica a primeira gestão do governador Cid Gomes compreendemos que tivemos alguns avanços: no governo em geral temos a implantação do sistema MAPP de monitoramento de ação assim como os indicadores de resultados que serão colocados em comparação periodicamente, ainda que esses indicadores sejam incipientes.

Em relação ao esporte no tocante a criação e modernização de uma secretaria independente como também o surgimento de algumas ações inéditas, principalmente no esporte de participação e lazer. Verificamos a implantação do bolsa atleta e bolsa esporte e um projeto itinerante nos bairros da capital e municípios do interior do estado. As diversas manifestações atendidas, atingindo a abrangência de todo estado e o público de todas as idades.

Vale ressaltar que durante todo período a manutenção do secretário de esporte Ferruccio Feitosa contribuiu para a continuidade dos programas e projetos e consolidação de uma percepção de esporte que até então estava sendo definida naquele período.

6.2 GOVERNO CID GOMES II

Inicialmente precisamos fazer um preambulo de introdução ao segundo governo Cid Gomes. Compreendendo o esporte como um fenômeno complexo que precisa ser pensado de forma ampla e a reboque de outros fatores. Dessa maneira o entendimento de que o ano de 2007 foi o início de um “flerte” com uma política pública mais ampla e inclusiva na perspectiva de que o estado seja promotor do direito ao esporte e lazer.

Então vamos enumerar a sucessão de acontecimentos: chegada de um governo progressista; criação de secretaria independente; maior aporte de recursos; surgimento de projetos nos diversos segmentos; população com possibilidade de participação na formulação das políticas; maior visibilidade do esporte no cenário geral das políticas. Bem, de certo poderíamos estar falando da política nacional de esporte com a chegada do presidente Lula ao poder em 2002, porém estamos nos referindo a chegada de Cid Gomes ao poder e os caminhos percorridos pela até então criada Secretaria do esporte.

No meio desse caminho tinha uma pedra³³, disse o poeta Carlos Drummond de Andrade, assim fazemos a analogia na política de esporte: no meio do caminho tinha os megaeventos esportivos!

Ainda em 2007, Brasil concorrendo como sede a copa do mundo de 2014, tem sua candidatura confirma no final daquele ano, assim aponta o Jornal o globo com a notícia abaixo:

A Associação das Federações Internacionais de Futebol (Fifa, na sigla em inglês), confirmou há pouco a escolha do Brasil como país sede para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Em cerimônia com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros de estado e governadores, o presidente da entidade, Joseph Blatter, confirmou a escolha. O comitê executivo decidiu dar a responsabilidade - não apenas o direito, mas a responsabilidade - de organizar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 ao Brasil, anunciou há pouco Blatter. O fato

³³ Poema de Carlos Drummond de Andrade.

de o Brasil ter sido escolhido para sediar a copa de 2014 é motivo de alegria e festa, mas também de que vamos voltar para o Brasil com o peso da responsabilidade nas costas, pois organizá-la é uma tarefa imensa, diria incomensurável, disse o presidente Lula, após a confirmação do país como sede.

Nessa esteira da copa do mundo a cidade de Fortaleza ganha como uma capital sede para fazer parte desse megaevento esportivo. Dessa forma verificamos que elementos vamos analisar para entender as influências que a copa do mundo de 2014 teve no desenvolvimento das políticas públicas de esporte do estado do Ceará, principalmente no período de 2011 a 2014, onde houve a criação da secretaria especial da copa.

Nesse contexto que iniciamos nossa análise do governo Cid Gomes II a partir do quadro de resumos de atividades abaixo, destacando características dos programas e projetos, natureza da ação, abrangência e público alvo.

Quadro 27 - Governo Cid Gomes II				
Secretário	Goni Arruda	Goni Arruda	Gilvan Paiva	Gilvan Paiva
Ano	2011	2012	2013	2014
Orçamento	316.416.640,85	60.570.418,71	92.574.714,24	65.324.817,55
Programas e projetos				
Esporte educacional	Jogos escolares	Jogos escolares	Jogos escolares	Jogos escolares
	Segundo tempo	Segundo tempo	Segundo tempo	Segundo tempo
	Esporte na escola	Não realizado	Não realizado	Não realizado
Esporte de rendimento	Jogos paraolímpicos	Jogos paraolímpicos	Jogos paraolímpicos	Jogos paraolímpicos
	Jogos abertos	Jogos abertos	Jogos abertos	Jogos abertos
	Bolsa esporte / bolsa atleta	Bolsa esporte / bolsa atleta	Bolsa esporte / bolsa atleta	Bolsa esporte / bolsa atleta
Esporte de participação e lazer	Mão amiga	Não realizado	Não realizado	Não realizado
	Viva +	Não realizado	Não realizado	Viva +
	Não realizado	Não realizado	Não realizado	PELC
	Esporte na minha cidade	Esporte na minha cidade	Não realizado	Não realizado
	Não realizado	Jogos indígenas	Não realizado	Não realizado
	Jogos feliz idade	Jogos feliz idade	Jogos feliz idade	Não realizado
	Circuito das águas	Circuito das águas	Não realizado	Não realizado
	Ceará ventura	Ceará ventura	Não realizado	Não realizado
Gestão e formação no esporte	Cursos de capacitação	Cursos de capacitação	Cursos de capacitação	Cursos de capacitação

No final de 2010 o secretário do esporte deixa o posto e vai assumir a secretaria especial da copa. Ferruccio era um iniciante na política em 2007 e nunca tinha exercido um cargo no executivo, ainda assim conseguiu realizar uma gestão de desenvolvimento e consolidação de proposta novas no esporte. Para seu lugar foi convidado para o cargo de secretário de esporte o então político Goni Arruda, político experiente, deputado estadual de alguns mandatos inclusive com a presidência da mesa na assembleia legislativa.

Fato interessante que precisa ser descrito aqui no trabalho é que, Goni Arruda era dos quadros políticos do PSDB, partido rival do governador Cid Gomes e também rival dos partidos de esquerda no âmbito nacional. Tal escolha se deve a relação próxima de Tasso Jereissati e Ciro Gomes na política Cearense. Como tratamos no contexto político geral esses dois políticos foram aliados e responsáveis por comandar o estado na década de 90. Nos bastidores era notório que dentro do estado do Ceará Tasso Jereissati nunca apoio o próprio partido nas eleições para presidente exercendo uma postura neutra no intuito de não atrapalhar a campanha do amigo Ciro Gomes. O irmão de Ciro, Cid Gomes como governador do estado acabou pagando a conta do apoio político coma indicação de Goni Arruda para secretaria do esporte no período de 2011.

De acordo com a matéria do G1, PSDB se pronuncia sobre a desfiliação de Gony Arruda. O presidente do partido confirma que irá manter o processo disciplinar. Motivo seria a decisão de Arruda assumir a pasta do Esporte no CE.

O presidente do PSDB-CE, Marcos Cals, afirmou em nota que o partido manterá o processo disciplinar contra Gony Arruda no conselho de ética no partido. De acordo com o comunicado, o partido recebeu o pedido de desfiliação no início desta tarde e ainda assim pretende tomar as medidas necessárias quanto à decisão do então deputado ter aceito o convite do governador para assumir a pasta de Esportes do Ceará, governo ao qual o partido é opositor. No começo desta tarde, Gony Arruda informou que havia se desfiliado do partido e se disse “perseguido e injustiçado”. (G1, 2010)

Neste ambiente de disputa que iniciamos a apresentação das realizações das políticas de esporte no segundo mandato Cid Gomes.

Quadro 28 - Esporte educacional 2011 a 2014				
Projeto	Natureza	Público	Abrangência	Formato

Jogos escolares	Competição esportiva	7 a 17 anos	Todo o estado	Etapas municipais e regionais
Segundo tempo	Escolinha no contra turno da escola	7 a 17 anos	Todo o estado	466 núcleos – 184 municípios
Esporte na escola	Escolinha nos fins de semana na escola	7 a 17 anos	Todo o estado	50 núcleos – 10 na RMF e 40 no interior

Fonte: Elaboração própria

No período de 2011 a 2014 a secretaria do esporte manteve as mesmas ações que foram desenvolvidas no período de 2007 a 2010. Os jogos escolares e o programa segundo tempo permaneceram em todos os anos do segundo mandato, porém o projeto esporte na escola foi executado apenas no ano de 2011 e depois foi extinto das realizadas da secretaria do esporte, ou seja, em termos de esporte educacional e período volto a ter as mesmas menos ações que no período de 2003 a 2006, pois nesse período a secretaria tinha o projeto esporte de massa também na composição do esporte educacional.

Quadro 29 - Atendimentos Esporte educacional 2011 a 2014				
Projeto	2011	2012	2013	2014
Jogos escolares	22.000	17.000	20.000	15.000
Segundo tempo	46.600	46.600	48.388	46.600
Esporte na escola	5.000	-	-	-

Fonte: Elaboração própria

Com relação aos atendimentos do público alvo fica visível que os jogos escolares e o programa segundo tempo mantiveram uma regularidade em termos de atendimento do público alvo. O projeto esporte na escola teve o mesmo nível de atendimentos nos anos de 2010 e 2011, logo após sendo extinto pela secretaria do esporte. Ainda que o orçamento geral da secretaria seja maior que no primeiro mandato de Cid Gomes a secretaria do esporte optou por não permanecer mais com essa ação.

Em relação a manifestação do esporte de rendimento encontramos as ações exatamente da mesma forma que no período anterior. Dentre as opções de escolha da secretaria do esporte na realização das suas ações o esporte educacional não teve cortes ou suspensão se mantendo em todo período.

Quadro 30 - Esporte rendimento 2011 a 2014				
Projeto	natureza	público	Abrangência	Formato
Jogos do paraolímpicos	Competição esportiva	deficientes	Fortaleza	Competição anual
Jogos abertos	Competição esportiva	adulto	Todo estado	Etapas municipais e regionais
Bolsa esporte	Auxílio financeiro	7 a 17 anos	Atletas diversos	Bolsa mensal
bolsa atleta	Auxílio financeiro	Geral	Atleta de alto rendimento	Bolsa mensal

Com relação aos atendimentos nesse período verificamos a manutenção dos números, inclusive em verificação dos planos de trabalho no portal de convênios, encontramos exatamente as mesmas descrições e projeção de atendimentos. Nada de inovação ou ação diferente. Estagnação.

Quadro 31 - Atendimento Esporte rendimento 2011 a 2014				
Projeto	2011	2012	2013	2014
Jogos do paraolímpicos	613	700	700	700
Jogos abertos	8.000	8.000	8.000	8.000
Bolsa esporte I	1.237	1.237	1.267	1.267
Bolsa esporte II	300	300	300	300
Bolsa esporte III	200	200	200	200
bolsa atleta	50	50	50	50
Passagens aéreas	395	390	454	229

Fonte: Elaboração própria

Esporte de participação e lazer esta manifestação esportiva merece uma atenção especial neste momento da pesquisa, pois exatamente neste período que encontramos a maior distorção na execução nas políticas. Com relação as características dos projetos do esporte de participação e lazer tivemos apenas duas diferenças: a inclusão do PELC no hall de projetos executados pela secretaria do esporte.

A implantação e funcionamento do PELC visam promover o desenvolvimento de atividades esportivas, recreativas e de lazer.

Democratizar o lazer e o esporte recreativo no Estado do Ceará para que os participantes sejam protagonistas na condição de cidadãos integrados à sociedade.

Em 2015, a parceria entre a Secretaria do Esporte e o Ministério do Esporte teve início. O Programa de Esporte e Lazer nas Comunidades (PELC) foi implementado em várias cidades do Estado com uma abordagem inovadora, onde a comunidade beneficiada é envolvida na escolha e decisão das atividades que serão priorizadas. Este projeto tem como objetivo alcançar 40.000 pessoas em 100 centros esportivos, culturais e artísticos.

Segundo Matias (2014), o Programa Esporte e Lazer na Cidade se apresenta como uma iniciativa governamental inovadora, já que sua implementação difere de outras parcerias com o governo federal, onde o projeto é desenvolvido de forma centralizada, sem espaço para planejamento ou questionamento por parte do parceiro. No PELC, as ações são guiadas por diretrizes, mas o funcionamento é discutido e decidido pela comunidade. Além disso, é importante ressaltar o papel dos agentes sociais, que participam ativamente na proposta, interagem com a comunidade, identificam demandas e convidam todos a participar das atividades do projeto.

Outra modificação percebida em termos de característica nas ações é em relação ao projeto Viva +, que anteriormente era realizado em praças abertas e na madrugada, passa a ser desenvolvido em parcerias com comunidades terapêuticas, dentro das suas instalações e em parcerias com a parte esportiva da secretaria. Em 2014 o projeto foi repaginado e suas ações foram desenvolvidas dentro de comunidades terapêuticas, colaborando com a reabilitação de jovens dependentes químicos.

Quadro 33 - Esporte participação e lazer 2007 a 2010				
Projeto	natureza	público	Abrangência	formato
Mão amiga	Atividade esportivas	Geral	Todo estado	30 núcleos – 12 capital e 12 no interior
Viva +	Atividade esportivas e de lazer	Geral	Fortaleza	14 núcleos em fortaleza
PELC	Atividade esportivas e de lazer	Geral	Todo estado	100 núcleos – 20 capital e 80 no interior
Esporte na minha cidade	Atividade esportivas e de lazer	Geral	Todo estado	Projeto itinerante semanal Interior do estado

Jogos indígenas	competição	Etnias	Interior do estado	Etapa única anual
Jogos feliz idade	festival	Idoso	Fortaleza	Etapa única anual
Circuito das águas	competição	Geral	Interior do estado	2 etapas anuais Lagoas e rios
Ceará ventura	competição	Geral	Interior do estado	2 etapas anuais Esporte de aventura

Sobre a execução e atendimento dos projetos de participação lazer encontramos lacunas importantes, tais como:

- Extinção do projeto Mão Amiga em 2011;
- Parada do projeto Viva + nos anos de 2012 e 2013, retornando em 2014 com características diferentes;
- Implantação do PELC em 2014;
- Realização dos jogos dos povos indígenas apenas em 2012;
- Extinção dos jogos da feliz idade em 2013;
- Extinção do projeto esporte na minha cidade, circuito das águas e do Ceará ventura no ano de 2012.

Percebe se também não só a extinção da maioria dos projetos como também uma diminuição significativa do fluxo de público alvo nas realizações ainda no período dos dois primeiros anos deste mandato.

Quadro 34 - Atendimento Esporte participação e lazer 2011 a 2014				
Projeto	2011	2012	2013	2014
Mão amiga	3.000	-	-	-
Viva +	710	-	-	700
PELC	-	-	-	40.000
Esporte na minha cidade	140.000	70.000	-	-
Jogos indígenas	-	800	-	-
Jogos feliz idade	600	600	600	-
Circuito das águas	1.249	400	-	-
Ceará ventura	470	400	-	-

Fonte: Elaboração própria

Para esses fatos vamos considerar duas hipóteses: primeiro a atenção voltada a realização da copa do mundo, pois os recursos da secretaria especial da copa ficaram maiores que a secretaria do esporte com isso prejudicando as realizações que eram mais diversificadas e abrangentes no primeiro mandato de Cid Gomes. Segundo que a SESPORTE ainda em 2012 passa a ser investigada por suspeitas de desvio de recursos por meio de seus convênios com a entidades convenientes.

SESPORTE é investigada pelo TCE-CE por irregularidades em convênios. Tribunal identificou prestações de contas pendentes em convênios da Secretaria. Inadimplência ultrapassa R\$ 7,2 milhões, desde 2007:

A Secretaria do Esporte do Estado do Ceará (Sesporte) é alvo de investigação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) após serem encontradas irregularidades em convênios firmados pela entidade. A investigação está sendo realizada pela 14ª Inspeção de Controle Externo (14ª ICE) junto ao Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios (SACC) e identificou prestações de contas pendentes de análise pela Sesporte relacionadas a convênios com a associação Ciranda da Vida. (Jornal o Povo, 2013)

Segundo o TCE, a SESPORTE estabeleceu parcerias com a instituição sem ao menos prestar contas de parcerias anteriores. O Tribunal identificou algumas falhas, como a falta de informações no plano de trabalho, especificando como os recursos seriam utilizados, e dificuldades na identificação das entidades, que não correspondiam ao que constava no contrato. Conforme informações do TCE-CE, o relator do processo tem a possibilidade de recomendar a aplicação de uma medida cautelar, a qual interromperia os repasses de recursos para a SESPORTE, devido à investigação em andamento.

Essas investigações culminaram na demissão do secretário de esporte Goni Arruda como também o bloqueio e impedimento de novos convênios pela secretaria do esporte. Para seu lugar o governador chama um antigo secretário seu na época que era prefeito de Sobral: Gilvan Paiva, professor e ex secretário de educação do município de Sobral. Gilvan Paiva passou 2013 e 2014 apagando incêndio dentro da secretaria do esporte e respondendo processos e colaborando com o ministério público na apuração das denúncias.

Como parte das apurações e desdobramentos das investigações, em 2016 foram presos alguns envolvidos responsáveis pelas entidades que foram

denunciadas por desvio de recursos da secretaria do esporte. De acordo com o site G1 (2016):

Cinco pessoas foram presas na operação “Bola da Vez” deflagrada pelo Ministério Público do Estado do Ceará (MP-CE). De acordo com o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do MP-CE, a operação investiga o desvio de recursos públicos por meio de convênios celebrados entre a Secretaria do Esporte do Estado do Ceará (Sesporte) e associações esportivas, entre os anos de 2009 e 2013. A ação contou com o apoio da Procuradoria dos Crimes contra a Administração Pública (Procap) e Núcleo de Investigação Criminal (Nuinc) e das Polícias Militar e Civil. (G1, 2016)

Segundo os promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), a fraude de verbas públicas ocorria por meio da assinatura de contratos ou parcerias entre a Secretaria de Esporte e diversas entidades esportivas, com o propósito de promover atividades de lazer voltadas para idosos e pessoas com deficiência em regiões carentes. As propostas dos acordos eram alteradas para viabilizar pagamentos não autorizados, sem a prestação de serviços ou entrega dos materiais supostamente comprados. De acordo com o Gaeco, o montante desviado pode ultrapassar R\$ 47 milhões.

Foram expedidos pelo juízo da 16ª Vara Criminal da Capital seis mandados de prisão, sendo quatro preventivas e dois mandados de prisões temporárias. Foram cumpridas, ainda, buscas e apreensões em diversas associações desportivas e residências dos investigados, nestas últimas, algumas armas de fogo foram encontradas e apreendidas. A investigação abrangeu oitiva de testemunhas, quebra de sigilos telefônico, bancário e fiscal, complementados nesta fase com as buscas e apreensões. Os promotores de Justiça aguardam a consolidação do trabalho e das oitivas para o oferecimento da denúncia.

De certo esses fatores aqui descritos foram fundamentais para a desconfiguração do desenvolvimento de parte das ações executas pela SESPORTE.

Por fim, sobre a análise das realizações da secretaria do esporte na manifestação da gestão e formação no esporte verificamos continuidade dos cursos de capacitação, inclusive incremento de número de participantes que praticamente duplicou em 4 anos de gestão, sendo um resultado positivo.

Projeto	natureza	público	Abrangência	formato
Cursos de capacitação	Formação	Geral	Todo estado	Curso de 20 ou 40 horas
Ano	2011	2012	2013	2014
Atendimento	958	1.580	1.600	1.920
curso	08	20	32	32

Fonte: Elaboração própria

Assim finalizamos a apresentação das análises do período de gestão do governo Cid Gomes II compreendendo que algumas iniciativas importantes foram deixadas pelo caminho e que, juntamente com o aumento de volume de recursos da secretaria, vieram junto aos indícios de corrupção que a reboque das influências da copa do mundo interromperam um crescimento na diversidade das ações das políticas públicas de esporte do estado do Ceará.

Quadro 35 - Gestão Pública por Resultados – GPR
Evolução dos Indicadores 2011 -2014

Indicadores de Resultados Setoriais	2011	2012	2013	2014	Variação %
Público em eventos de esporte e lazer (nº)	877.680	884.643	917.421	1.287.385	
Pessoas beneficiadas em ações e equipamentos públicos de esporte e lazer (nº)	1.079.570	1.179.370	1.062.508	1.377.215	
Equipamentos de esporte e lazer (nº)	147	40	34	32	

Fonte: Secretaria do Esporte/Assessoria de Desenvolvimento Institucional (ADINS)

Para finalizar as análises do governo Cid Gomes II trazemos à tona este quadro de indicadores que foram escolhidos pelo governo como parte da gestão por resultado e acompanhamento pelo MAPP. Percebe-se que este quadro com atendimento em eventos e pessoas beneficiadas em equipamentos não reflete a realidade do que se caracterizou o período do segundo governo Cid Gomes. Por um lado, se enxergarmos apenas os indicadores de forma isolada, podemos considerar avanços em dois dos três indicadores apresentados.

De fato, se analisarmos o contexto político, as ações realizadas ou extintas, problemas de corrupção e descontinuidade de políticas, verificamos o

quanto tivemos retrocessos nas políticas públicas de esportes no Estado, porém analisando a Mensagem do Governador à assembleia legislativa verificamos um jogo de indicadores para encobrir as poucas realizações nesse período.

6.3 GOVERNO CAMILO SANTANA I (jan/2015- dez/2018)

O preâmbulo do primeiro Governo do Camilo Santana foi marcado por um período de instabilidade política, principalmente no cenário nacional. A eleição da Presidente Dilma foi por meio de uma disputa muito acirrada e no estado do Ceará não foi diferente. Com o crescimento do conservadorismo e avanço na extrema direita no cenário político brasileiro exigiu da esquerda um esforço maior no período para manutenção dos mandatos em disputa em 2014.

O cenário no estado do Ceará foi praticamente o mesmo, com Camilo Santana disputando o governo do estado como sucessor de Cid Gomes teve que fazer alianças políticas “impensáveis” pela esquerda com objetivo de lograr êxito na eleição.

E os efeitos na secretaria do esporte foram evidentes! Iniciamos evidenciando a forma com que a Secretaria do Esporte foi conduzida: mudanças frequentes de secretário; acomodação de parceiros políticos sem afinidade alguma com a pasta e apagão de todos os avanços que as políticas públicas de esporte ocorridas nos últimos anos.

Segue abaixo um resumo das ações de esporte no período de 2014 a 2018.

Quadro 36 - Governo Camilo Santana I				
Secretário	David de Albuquerque Durand 01/01/2015 – 20/02/2015 José Jeová Souto Mota 13/03/2015 – 28/11/2016	Márcio Pereira Brito 28/11/2016 – 01/02/2017	Gelson Ferraz de Medeiros 01/02/2017 – 30/06/2017	José Euler de Oliveira Barbosa 01/06/2017 – 31/12/2018
Ano	2015	2016	2017	2018

Orçamento	20.302.897,67	43.033.739,73	56.729.674,87	104.382.543,09
Programas e projetos				
Esporte educacional	Jogos escolares	Jogos escolares	Jogos escolares	Jogos escolares
	Segundo tempo			
			Brincando com esporte	Brincando com esporte
Esporte de rendimento	Jogos abertos			
	Bolsa esporte / bolsa atleta		Bolsa esporte / bolsa atleta	Bolsa esporte / bolsa atleta
Esporte de participação e lazer	Viva + PELC	Viva + PELC		
	Esporte na minha cidade	Esporte na minha cidade	Esporte na minha cidade	
	Lazer em ação no Cocó	Lazer em ação no Cocó		
Gestão e formação no esporte	Cursos de capacitação	Cursos de capacitação	Cursos de capacitação	Cursos de capacitação
Eventos principais				

Fonte: Elaboração própria

O esporte educacional neste período não apresentou evolução significativa. Tivemos a manutenção dos jogos escolares, porém com uma interrupção em 2018, ainda uma constante nas realizações do governo do estado. Também verificamos o desenvolvimento com projeto segundo tempo, porém com interrupção em 2015. Em 2017 e 2018 tivemos a introdução do projeto brincando com esporte, em parceria com governo federal, contudo essa ação foi desenvolvida apenas nas férias escolares, duas vezes ao ano. Em comparação com programa segundo tempo uma ação de menos magnitude.

Quadro 37 - Esporte educacional 2015 a 2018				
Projeto	natureza	público	Abrangência	Formato
Jogos escolares	Competição	7 a 17 anos	Todo o estado	Etapas municipais e regionais
Segundo tempo	Escolinha no contra turno da escola	7 a 17 anos	Todo o estado	466 núcleos – 184 municípios
Brincando com esporte	Nas férias escolares	7 a 17 anos	Capital do estado	13 núcleos na capital

Fonte: Elaboração própria

Com relação ao atendimento ao público alvo os jogos escolares tiveram uma oscilação bem significativa saindo de 15000 atendimento para 75 mil, mas com descontinuidade em 2018. O programa segundo tempo manteve

seus números de atendimento com relação ao período anterior, contudo com interrupção em 2016.

Por fim o projeto brincando com esporte, o que veio de novo em termos de projeto e parceria com governo federal, funcionou apenas em período de férias escolares e atenderam 1300 crianças por realização, número bem abaixo do segundo tempo. Podemos então concluir que o próprio ministério do esporte teve uma queda nas suas realizações.

Quadro 38 - atendimentos Esporte educacional 2015 a 2018				
Projeto	2015	2016	2017	2018
Jogos escolares	15000	6.225	75.000	
Segundo tempo	46.600			
Brincando com esporte			1300	1300

Fonte: Elaboração própria

O esporte de rendimento nesse período também teve suas perdas. Os jogos paraolímpicos não foram realizados deixando uma parte importante de público alvo sem atendimento nesse quesito. A inclusão não foi pauta do primeiro governo de Camilo Santana.

Os jogos abertos que atendia todo estado com público adulto também ocorreram apenas no período de 2015 sendo deixado de lado nos períodos posteriores da mesma gestão.

Não menos importante, o bolsa esporte que atendia jovens atletas de baixa renda também ocorreu apenas em 2015 e o bolsa atleta que atendia atletas com ranqueamento tem sim sua execução preservada no período.

Quadro 39 - Esporte rendimento 2015 a 2018				
Projeto	natureza	público	Abrangência	Formato
Jogos do paraolímpicos	Competição esportiva	deficientes	Fortaleza	Competição anual
Jogos abertos	Competição esportiva	adulto	Todo estado	Etapas municipais e regionais
Bolsa esporte	Auxílio financeiro	7 a 17 anos	Atletas diversos	Bolsa mensal
bolsa atleta	Auxílio financeiro	Aberto	Atleta de alto rendimento	Bolsa mensal

Fonte: Elaboração própria

O atendimento do esporte de rendimento nesse período também foi prejudicado assim como foi na sua execução. Nenhum atendimento ao público deficiente em relação a sua competição oficial. Os jogos abertos que ocorreram apenas em 2015 também tiveram atendimento abaixo do esperado se comparados ao período de 2011 a 2014. O bolsa esporte teve atendimento mantido em 2015 e abandonado nos anos posteriores.

Quadro 40 - Atendimento Esporte rendimento 2015 a 2018				
Projeto	2015	2016	2017	2018
Jogos do paraolímpicos				
Jogos abertos	15.000			
Bolsa esporte I	1.237			
Bolsa esporte II	300			
Bolsa esporte III	200			
bolsa atleta	50	12	50	841
Passagens aéreas	249	109	73	95

Fonte: Elaboração própria

De certo o fato positivo que ocorreu nesse período foi a aprovação da lei que institucionaliza o bolsa atleta e seus efeitos foram visto em 2018 já com aumento significativo dos atendimentos que soltou para 841. Em contrapartida o bolsa esporte que atende atletas de baixa renda não entrou no bojo da lei, nesse sentido o atleta de rendimento teme supremacia de escolha no apoio em detrimento ao atleta de base que não possui ainda resultados expressivos em competições oficiais.

Tivemos a manutenção das passagens aéreas para o Ceará ter representatividade nas competições oficiais fora do estado em todo período do governo.

Iniciando a nossa análise do esporte de participação e lazer do período Camilo Santana I vamos destacar as ações que foram abandonadas ou não retomada:

Quadro 41 - Esporte participação e lazer 2015 a 2018				
Projeto	natureza	público	Abrangência	formato
Viva +	Atividade esportivas e de lazer	Geral	Fortaleza	14 núcleos em fortaleza

PELC	Atividade esportivas e de lazer	Geral	Todo estado	100 núcleos – 20 capital e 80 no interior
Esporte na minha cidade	Atividade esportivas e de lazer	Geral	Todo estado	Projeto itinerante semanal Interior do estado
Lazer em ação no Cocó	Atividades de aventura e natureza	Geral	Fortaleza	Semanal

Fonte: Elaboração própria

O projeto Mão Amiga que atuava em parceria com clubes e entidades privadas não foi retomado, uma importante ação para o desenvolvimento de modalidades esportivas diferenciadas e de difícil acesso a comunidade pobre não foi mais realizado.

O projeto Viva + foi realizado até 2016 e como foi citado anteriormente agora em parceria com comunidades terapêuticas que trabalham com reabilitação de pessoas em vício de drogas.

Os jogos indígenas e os jogos da felicidade não foram realizados nesse período, ou seja, grupos específicos que merecem atenção do poder público ficou de fora das realizações.

Não obstante, a secretaria criou o projeto Lazer em Ação no Parque do Cocó³⁴, projeto esse de arvorismo e atividade de natureza e aventura que era realizado nos fins de semana. Cabe aqui uma reflexão em que o governo deixou de lado dois projetos com as mesmas características que atendiam todo estado, o Circuitos das águas e o Ceará Ventura, que percorriam o interior do estado e valorizavam as características geográficas locais em detrimento de realização de um projeto em Fortaleza realizado em um parque na área nobre da cidade. Mais uma vez as pessoas que tem menos acesso sendo preteridos pelo poder público. O PELC permaneceu em todo período.

³⁴ É o maior parque natural em área urbana do Norte/Nordeste e o quarto da América Latina, sendo o maior fragmento verde da capital cearense, com extenso manguezal e dunas milenares no entorno. Com mais de 2 km de trilhas interligadas, essa área é ideal para quem quer praticar esportes e contemplar a natureza. (SEMAC, 2024)

O projeto itinerante, esporte na minha cidade, então criado na gestão anterior e que tendia mais público entre os projetos realizados pela secretaria do esporte também deixou de ser realizado nesta gestão em 2017.

Quadro 42 - Atendimento Esporte participação e lazer 2015 a 2018				
Projeto	2015	2016	2017	2018
Viva +	700	2.016		
PELC	40.000	37.650	40.000	40.000
Esporte na minha cidade	15.000	9.000	522.400	
Lazer em ação	4.000	31.000		

Fonte: Elaboração própria

Com relação ao atendimento de público alvo tivemos uma constante nos atendimentos do PECL, mantendo praticamente inalterado durante todo o período. O projeto Viva + e o projeto Esporte na Minha Cidade e Lazer em Ação teve um salto quantitativo em seus últimos anos de execução, mas como foi dito, não tendo sua continuidade.

Para fechar a gestão com marca registrada de forma negativa, não encontramos a realização de curso de capacitação, algo que foram realizados nos dois governos Cid Gomes.

Quadro 43 - Gestão Pública por Resultados – GPR
Evolução dos Indicadores 2014-2018

Indicadores de Resultados Setoriais	2015	2016	2017	2018	Variação %
Público em eventos de esporte e lazer (nº)	1.914.603	661.840	143.202	109.047	
Pessoas beneficiadas em ações e equipamentos públicos de esporte e lazer (nº)	1.881.243	962.172	661.840	458.497	
Equipamentos de esporte e lazer (nº)	118	17	6	1	

Fonte: Secretaria do Esporte/Assessoria de Desenvolvimento Institucional (ADINS)

Fechando a análise do governo Camilo Santana I apresentamos um resultado tão negativo que nem os próprios indicadores não conseguiram mascarar o quanto as políticas públicas de esporte foram se perdendo pelo

caminho. Podemos considerar que os indicadores de resultado dessa gestão foram “ladeira baixo”

6.4 Equipamento da Secretaria Do Esporte

Neste estudo sobre equipamento vamos tentar fazer um panorama diferente, pois com as limitações de pesquisa e de obtenção de dados específicos não iremos tratar desses espaços por gestão como estamos realizando nos programas e projetos, mas fazemos uma descrição dos equipamentos esportivos e qual as características de seus atendimentos.

Nesse sentido iremos falar sobre os seguintes equipamento: estádio Castelão, Centro de Formação Olímpica, Autódromo e Vilas Olímpicas do Ceará (Vilas de Esporte).

Estádio Governador Plácido Castelo, conhecido como Castelão, está situado na Avenida Alberto Craveiro, sem número, no bairro Castelão. É o principal e mais avançado estádio do Estado do Ceará. Atualmente, tem capacidade para acomodar 60.326 espectadores e já sediou importantes eventos esportivos e culturais, como partidas da Seleção Brasileira de Futebol e a visita do Papa João Paulo II em 1980 durante sua estadia em Fortaleza.

Foi o então governador Plácido Aderaldo Castelo³⁵ quem deu início à construção de um Estádio Olímpico em Fortaleza em 1968. Na tarde de 11 de novembro de 1973, o então governador César Cals³⁶ inaugurou o estádio Castelão, com capacidade inicial para 70 mil lugares. Ceará e Fortaleza fizeram o jogo inaugural. Válido pelo Campeonato Nacional, o jogo terminou em de 0 x

³⁵ Conselheiro vitalício do Tribunal de Contas do Estado e Procurador Judicial do Estado do Ceará. Deputado Constituinte em 1935, elegeu-se deputado estadual para os mandatos de 1951 (suplência), 1955, 1959 (suplência), e 1963. Ocupou ainda o cargo de secretário de Agricultura e Obras Públicas. Fundou e exerceu a presidência do Instituto de Previdência do Estado do Ceará – IPEC. Governador do Estado do Ceará no período de 1966 a 1970. Quando governador realizou a obra de construção do Estádio do Castelão. (sefaz, 2024)

³⁶ Foi governador do estado do Ceará de 1971 a 1975. Ocupou em seguida o cargo de diretor de Coordenação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, função que exerceu entre 1975 e 1978. Filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), foi um dos principais articuladores da candidatura do general João Batista de Oliveira Figueiredo à Presidência da República em 1978, ano em que se elegeu senador indireto pelo estado do Ceará. (Memorial da eletricidade, 2024)

O, diante de um público pagante de 44.742 pessoas. O primeiro gol surgiu sete dias depois. No dia 18 de novembro de 1973, durante a partida entre Ceará e Vitória (BA), aos 22 minutos do segundo tempo, Erandy Pereira Montenegro, principal goleador do Ceará, assinalou o primeiro gol no Castelão.

No total, a Seleção Brasileira atuou sete vezes no estádio e o atleta Bebeto foi quem mais vestiu a camisa verde e amarela na Capital, em um total de três vezes. O confronto derradeiro, em 21 de agosto de 2002, terminou com a derrota por 1 a 0 para o Paraguai. (SESPORTE, 2024)

Palco da copa do mundo de 2014 o estádio castelão teve os holofotes voltado para ele quando o Brasil teve a confirmação de sua candidatura pela FIFA. Em 2011 se inicia a reforma para que ficasse “padrão FIFA”

Para realização da reforma e modernização do estádio Castelão, foi celebrado contrato que abrangia, além da reforma a gestão e operação do estádio pelo período de 13 de dezembro de 2010 a 13 de dezembro de 2018, o referido contrato teve custo total de R\$ 569.493.727,16 (quinhentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e dezesseis centavos). A empresa contratada foi a Arena Castelão Operadora de Estúdios S/A, 12.850.027/0001-52. Para a reforma do estádio foram utilizados recursos do tesouro estadual e recursos do BNDES por meio de contratação de financiamento. (Transparência, 2022)

Uns dos equipamentos mais importantes do estado, junto ao Castelão, temos o CFO – Centro de formação Olímpica. A criação do centro esportivo foi motivada pela vontade do Governo do Ceará de tornar o estado um grande polo de formação de atletas para o país. Dessa forma, buscava-se oferecer oportunidades de crescimento e integração social por meio do esporte, tanto para os atletas quanto para os habitantes do Ceará.

Finalizado em 2014 e entregue oficialmente em julho de 2018, o Centro de Formação Olímpica (CFO) está localizado ao lado da Arena Castelão, na Avenida Alberto Craveiro. O equipamento faz parte do mais moderno, tecnológico e inteligente complexo de excelência esportiva do Brasil.

A construção tem uma área total de 85.922,12m², abrigando 26 modalidades olímpicas e paralímpicas. Em sua estrutura, comporta o

maior ginásio esportivo do Brasil – o único retrátil, sendo de multiuso com capacidade de público para até 17.100 pessoas sentadas (modo jogo) e 20 mil espectadores (modo evento), bem como camarotes, bares, salão e sala tecnológica para transmissões. (SESPORTE, 2022)

Além disso, em sua estrutura possui ainda piscinas (olímpicas e de salto ornamental), campo de futebol, pistas de atletismo, BMX “bicicross” e skate, espaço com toda a aparelhagem para a ginástica olímpica, pista metálica de esgrima, áreas para lutas (boxe, luta olímpica, judô e etc.), quadras de vôlei de praia, tênis de saibro e de mesa. O Centro conta também com hotel, praça de alimentação e alojamento para até 248 atletas e heliporto para duas aeronaves.

O Custo da construção foi no valor de R\$ 264.714.316,10 (Duzentos e sessenta e quatro milhões, setecentos e quatorze mil, trezentos e dezesseis reais e dez centavos). Para esta obra foram utilizados recursos no valor de R\$ 196.888.393,14 (Cento e noventa e seis milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, trezentos e noventa e três reais e quatorze centavos) de recursos Federais e R\$ 30.217.048,68 (Trinta milhaes, duzentos e dezessete mil, quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos) de recursos Estaduais, além de R\$ 37.608.874,28 (Trinta e sete milhões, seiscentos e oito mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos) de recursos do BNDES (Transparência, 2022).

O custo mensal do equipamento é aproximadamente R\$ 176.000.00 (Cento e setenta e seis mil reais), custeado pela SESPORTE. A gestão do Centro de Formação Olímpica – CFO é feito por uma parceria público/privado, do Instituto Dragão do Mar – IDM, com recursos oriundos da Secretaria do Esporte do /Governo do Estado do Ceará.

Equipamento que faz parte do bojo de responsabilidade da SESPORTE, porém pouco aparece nas mídias e tem cobertura midiática abaixo dos outros equipamentos como castelão e CFO. O Autódromo Internacional Virgílio Távora está localizado município do Eusébio, Região Metropolitana de Fortaleza. Foi inaugurado em 12 de janeiro de 1969, com o Grande Prêmio Ministro Mário Andreazza. O vencedor da prova inaugural, após 65 voltas, foi o piloto da Bahia, “Lulu Geladeira”, com um Puma espartano.

Grandes nomes do automobilismo já competiram na pista do Eusébio como Emerson Fittipaldi e Nelson Piquet, respectivamente, bicampeão e tricampeão de Fórmula 1.

No ano de 1997, houve uma extensa renovação no circuito de corrida, viabilizada por um acordo de colaboração técnica firmado entre a Secretaria de Turismo Estadual, a Petrobras e a Federação Cearense de Automobilismo.

A reabertura aconteceu em 30 de novembro de 1997 com a realização da prova Seis Horas do Ceará. Com 237 voltas, a dupla Nelson Piquet e Ruyter Pacheco, do Distrito Federal, com um BMW, venceu a competição.

Especificações do Circuito do Autódromo: Extensão da pista: 3.000 metros; Largura da pista: 12 metros; Velocidade média: 140 kms; Número de curvas: 7 (sete); Quantidade de boxes: 32; Arquibancada interna: 1.500 pessoas; Arquibancada externa: 4.000 pessoas; Demais instalações: Torre de cronometragem com três andares; Secretaria de prova: Pódio, Sala de Imprensa, Sala de Direção de Prova, Sala de Comissários, Posto para Abastecimento e Parque fechado para Vistoria. (SESPORTE, 2024)

Principais provas e competições já realizadas: Grande Prêmio Ministro Mário Andreazza; 6 horas do Ceará; 3 Horas do Ceará; Arrancada; CTM2000; Endurance; Fórmula 3; Fórmula Ford; Fórmula Truck; Fórmula V1.8; Motovelocidade; Pick-up Racing; Stock Car; Super Turismo; Turismo.

Como equipamentos que tratam de esporte educacional e participação a SESPORTE administra as Vilas do Esporte e Lazer tem Com o intuito de promover e estimular a participação em atividades esportivas destinadas principalmente a crianças e jovens em ambientes estruturados e equipados com recursos para diferentes modalidades esportivas e de entretenimento, com o objetivo de proporcionar aos jovens novas oportunidades de vida por meio do esporte, da educação artística e de atividades culturais como dança e música. Como tratamos no primeiro capítulo, inicialmente inaugurada na década de 90 com o nome Vilas Olímpicas do Ceará, na gestão do Camilo Santana o nome então passou para Vilas de esporte e lazer.

6.5 Eventos Nacionais Internacionais Apoiados

Como fechamento das análises dos programas e projetos do período de 2007 a 2018 em relação a suas temáticas, natureza, abrangência e público alvo, agora iremos pontuar sobre os eventos nacionais e internacionais que a Secretaria do Esporte. Segue abaixo as realizações na primeira gestão Cid Gomes:

Quadro 44

Eventos nacionais e internacionais realizados ou apoiados - SESPORTE	
2007	Circuito Mundial de Vôlei de Praia Windsurf Brasil 2007 Circuito Mundial de Kitesurf Motocross Freestyle
2008	Circuito Mundial de Vôlei de Praia Wind surf Brasil Circuito Mundial de Kite surf
2009	Circuito Mundial de Vôlei de Praia Wind surf Brasil 2007 Circuito Mundial de Kite surf Jungle Fight Fórmula Truck Liga Nacional de Voleibol
2010	Circuito Mundial de Vôlei de Praia Wind surf Brasil Circuito Mundial de Kite surf
Total	16 eventos realizados ou apoiados

Fonte: Elaboração própria

Nesse período verificamos 16 eventos ao todo nos registros encontrados nos documentos de análise. Os eventos mais ocorridos neste período foi o Circuito mundial de vôlei de praia onde o Ceará possui destaque nacional, inclusive com medalhistas olímpicos.

Também com realizações anuais, a SESPORTE apoiou o Wind surf brasil e o Circuito mundial de kitesurf que já são bem tradicionais no estado por suas condições geográficas de sole vento em boa parte do ano, com destaques para estas modalidades as praias de Cumbuco, |Situado no Município de Caucaia e a praia de Jericoacoara, situado no município de Jijoca.

Com eventos de temáticas pontuais neste período tivemos a realização do *Motocross Freestyle*, realizados no estádio castelão e a Fórmula Truck, campeonato tradicional de caminhões, sendo realizado no autódromo. Ainda com apoio da SESPORTE tivemos jogos da liga nacional de Vôlei e o uma etapa do *JungleFigh*, importante evento de MMA.

Já no segundo Governo Cid Gomes tivemos praticamente uma queda no número de eventos apoiados ou realizados, que passou de 16 para 9 eventos, como apresentado no quadro abaixo:

Quadro 45

Eventos nacionais e internacionais realizados ou apoiados - SESPORTE	
2011	Circuito Mundial Kite surf Circuito Wind Brasil
2012	Circuito Mundial de Vôlei de Praia Circuito Mundial de Kitsurf Circuito Mundial de Wind
2013	Ceará World Cup Skate Board Mundial de Skate Street Brasileiro de Supercross
2014	Sem apoio ou realização
Total	9 eventos realizados ou apoiados

Temos a permanência do Circuito Brasil de Vôlei de praia, o Circuito Wind brasil e o Circuito Mundial de Kite Surf. Como novidades dessa segunda gestão Cid Gomes aparecem nas ações os eventos Ceará World Cup de Skate,

Mundial de skate street e o campeonato brasileiro de Bicicross. Em 2014 não tivemos apoio ou realizações, e como hipótese para tal, nesse ano tivemos a realização da Copa do Mundo no Brasil e com sede na cidade de Fortaleza, assim todas as atenções e esforços ficaram voltados para o megaevento esportivo, inclusive deixando os equipamentos esportivos principais a disposição da organização da FIFA.

Concluindo o período de estudo, chegamos ao período do Governo Camilo Santana I, onde logo analisando o quadro abaixo encontramos um desequilíbrio de ações nesse sentido: dois anos sem realizações e dois anos com números consideráveis de novos eventos. Lembrando que nesse período já passou a realização da copa do mundo no brasil e o CFO já está com sua construção finalizada, ou seja, encontramos condições consideradas favoráveis para as inclinações das políticas públicas no tocante os grandes eventos esportivos e valorização das grandes construções.

2015	Sem apoio ou realização
2016	Sem apoio ou realização
2017	UFC Fight Night Fortaleza Campeonato Brasileiro de Jiu Jitsu Pro & Nogi Liga Nacional Feminina de Handebol 2ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Bicicross Campeonato Brasileiro Interclubes Sub-16 de Atletismo Campeonato Brasileiro Paralímpico Outdoor de Tiro com Arco Campeonato Brasileiro Interclubes de Judô Sub 15 Campeonato Brasileiro de Damas Finais da Supercopa Brasileira de Voleibol Masculino e Feminino Circuito Nordeste de Futsal, Copa Internacional Cidade de Fortaleza Campeonato Brasileiro de Parabadminton
2018	Campeonatos Brasileiro e Cearense de Judô Veteranos Aberto de Tênis de Mesa Brasileiro de Jiu Jitsu, Festival de Atletismo Campeonato Norte e Nordeste de Muay Thai Nordeste de Jiu Jitsu Copa Deai de Karatê Campeonato Brasileiro de Seleções Feminino de Voleibol Sub 17 Pan Americano de Wrestling Mundial de Jiu Jitsu Pro & Nogi Norte/Nordeste de Atletismo Sub 16 Abudhabi Combate Club de MMA Copa Brasil de BMX 5ª Superliga de Boxe Supercopa Feminina de Voleibol Copa Internacional de Judô Cidade de Fortaleza MMA Norte/Nordeste II Edição dos Jogos Regionais das Olimpíadas Especiais Brasil Campeonato Brasileiro de Boxe Elite e Juvenil Masculinos
Total	28 eventos realizados ou apoiados

Neste caso não iremos listar os eventos ocorridos neste período, no entanto enfatizar que em 2007 a 2014, tivemos ao todo 23 eventos realizados e apoiados pela SESPORTE. Enquanto que de 2014 a 2018, 28 eventos, quase o mesmo quantitativo na metade de tempo do período anterior. De certo somos favoráveis ao desenvolvimento do esporte, inclusive o de alto rendimento como também reconhecemos a importância de um equipamento de excelência disponível para que o estado consiga atingir um potencial de excelência nas diversas modalidades possíveis.

Em contraponto a esse desenvolvimento, também enfatizamos que boa parte das inovações e realizações de programas projetos no âmbito educacional e esporte de participação e lazer foram preteridos neste período, causando um desequilíbrio na organização das ações desenvolvidos pela pasta do esporte.

7. FINANCIAMENTO E GASTO

Neste capítulo buscamos esgotar todas as variáveis possíveis de compreensão sobre o orçamento do governo do Estado do Ceará. Em análise mais ampla do financiamento e nesse movimento apresentar de forma clara e evidenciada a intencionalidade do governo em relação as políticas públicas de esporte do período de 2007 a 2018.

No capítulo anterior fizemos um apanhado de todas as ações, programas e projetos das políticas públicas de esporte no intuito de identificar os rumos e escolhas que o poder público direcionou no atendimento do público nessa área.

Segundo Carneiro e Mascarenhas (2020) a primeira etapa para compreensão dos gastos com o esporte deveria ser uma análise com documentos norteadores de planejamento da política e assim o fizemos. Na etapa anterior verificamos PPAs, Mensagens do governador, portal de contratos e planos de trabalho para indicar que ação são privilegiadas. Na estada deste capítulo iremos apontar quais as prioridades a partir da destinação dos recursos públicos para materialização de uma realidade esportiva.

Utilizando com base de orientação para organizar as categorias buscamos fundamentar nosso texto a partir das ideias de Boschett (2009) e Carneiro e Mascarenhas (2018) dos quais tratam de um norteamto de matriz de análise para políticas sociais (Boschett) e políticas públicas de esporte (Carneiro e Mascarenhas).

Nesse contexto de magnitude e direcionamento dos gastos é possível identificar os interesses econômicos e sociais Estado e de que forma o capital exerce influência nas dimensões diversas do esporte como também que agentes coadunam com a disponibilidade do próprio orçamento do Estado, fomentando uma relação clientelista não só do público alvo como também dos que se aproveitam do esporte para movimentação do capital.

Athayde (2012) argumenta que a faceta do ideário política faz jus a importância que o estado atribui ao esporte, pois seu potencial econômico possibilita a produção e acúmulo de capital de forma célere.

Ainda ao se debruçar ao orçamento das políticas públicas do esporte teremos a preocupação de não fazer uma análise puramente técnica, assim como Brettas (2012) destaca que muitos estudos sobre fundo público têm características meramente técnica dessa forma levando o pesquisador um olhar superficial no que constitui o processo de arrecadar e gastar por parte do Estado.

Para Brettas (2012) e Athayde (2014) essa suposta neutralidade pode enviesar o cerne do debate que neste caso se restringiria a enfatizar simplesmente na adequação de alocação de recursos públicos a fim de atender melhor o público alvo. Dessa maneira, sem neutralidade e análise puramente técnica, vamos considerar vários aspectos políticas durante a apresentação deste capítulo: a chegada da esquerda ao poder no Governo do Estado, os acordos políticos para a manutenção do poder, as influências dos megaeventos esportivos, neste caso copa do mundo de 2014 com sede em Fortaleza e por fim, a natureza do gasto no qual indique favorecimento a grupos privilegiados historicamente na consecução das políticas de esporte no Brasil e nos estados.

Dessa forma, partindo da hipótese de que a dificuldade pode ser suprimida com o “saber gastar” de forma eficiente, ou seja, administrar a escassez, o problema da tributação e do orçamento é destituído de seu conteúdo político. Ao contrário do que prega essa postura estéril, a forma como se organiza e distribui o fundo público é causa e consequência da luta de classes, podendo contribuir para produzir condições mais ou menos favoráveis para os trabalhadores. (Athayde, 2014. 638).

Para dar continuidade nesta parte que trata de financiamento faremos um preâmbulo no tocante a compreensão das partes que compõe o orçamento do estado e que particularidades o Ceará possui em relação a outros entes da federação.

O quadro descreve o ordenamento legal que hoje disciplina a composição do orçamento público do estado do Ceará.

Quadro 46 – composição do orçamento do estado do Ceará.

Recursos Ordinários	Regra geral são os Recursos de impostos e transferências de impostos de livre aplicação. Ou seja, os recursos ordinários correspondem aos recursos oriundos do Tesouro do Estado.
----------------------------	---

O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE)	É uma transferência federal – conhecida também como transferência constitucional – realizada pela União aos Estados e ao Distrito Federal, cujo objetivo é equalizar/equilibrar a capacidade fiscal das unidades federativas. Nessa transferência, os Estados recebem um percentual da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
Recursos Diretamente Arrecadados	Recursos provenientes da arrecadação de receita de serviços prestados pela Administração Pública. Recursos diretamente arrecadados pela Administração Indireta ou pelos Fundos, que estão vinculados a algum órgão ou programação. Ou seja, dizem respeito à arrecadação oriunda de órgãos da administração pública indireta que normalmente prestam algum serviço ou realizam alguma atividade vinculada.
Operações de Crédito não Condicionadas	Operações de Crédito são os ingressos provenientes da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas, internas ou externas.

Ainda tratando da estrutura de orçamento do estado o Ceará possui duas fontes de arrecadações estaduais específicas que compõe o orçamento da Secretaria do Esporte.

A primeira delas é o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, que é um Fundo de Gestão Especial, com a finalidade de subsidiar programas assistenciais e estruturantes do Governo do Estado do Ceará, mediante a aplicação de recursos, voltados para beneficiar toda a população pobre e extremamente pobre cearense, de modo a garantir-lhes acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos são aplicados exclusivamente em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço da renda familiar, combate à seca, e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida daqueles anteriormente referidos (SEPLAG, 2024).

Dentre os recursos financeiros que compõem Fundo, destaca-se, como único tributo, o Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual,

intermunicipal e de comunicação - ICMS, cuja parcela corresponde ao adicional de dois pontos percentuais (2%) nas alíquotas incidentes sobre produtos e serviços, conforme abaixo especificados, a saber:

- a) Bebidas alcoólicas - 27%;
- b) Armas e munições - 27%;
- c) Embarcações esportivas - 19%;
- d) Fumo, cigarros e demais artigos de tabacaria - 27%
- e) Aviões ultraleves e asas-deltas - 27%;
- f) Energia elétrica - 27%;
- g) Gasolina - 27%;
- h) Serviços de comunicação - 27%, exceto cartões telefônicos de telefonia fixa;
- i) Joias – 27%;
- j) Isotônicos, bebidas gaseificadas não alcoólicas e refrigerantes – 19%;
- k) Perfumes, extratos, águas de colônia e produtos de beleza ou de maquiagem, desde que o valor unitário da mercadoria seja superior a 50 (cinquenta) UFIRCEs – 19%;
- l) Artigos e alimentos para animais de estimação, exceto medicamentos e vacinas – 19%;
- m) Inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematocidas, raticidas, desfolhantes, dessecantes, espalhantes adesivos, estimuladores e inibidores de crescimento (reguladores) – 19%.

Este Fundo específico compõe parte do orçamento da SESPORTE e contribui bastante com o desenvolvimento de projetos e programas da secretaria e principalmente por que este recurso não pode ser gasto com a manifestação esportiva de alto rendimento e sim apenas com programas e projetos voltados para pessoas de baixa renda, geralmente o público alvo que permeia as ações de esporte educacional ou de participação.

E com uma função mais específica das características da SESPORTE também destacamos o Fundo de Desenvolvimento de Esporte e Juventude que, juntamente ao FECOP, reforçam o orçamento da secretaria do esporte no desenvolvimento de suas ações.

Criado pela complementar nº36 de 06 de agosto de 2003 e regulamento pelo Decreto nº27 de 07 de junho de 2004, dispõe que:

Art.1º. Fica criado o Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude com o objetivo de financiar:

I - a manutenção, conservação e reformas dos equipamentos esportivos;

II - a manutenção, conservação e reforma das vilas olímpicas e das praças desportivas pertencentes ao Estado do Ceará

Art.5º. - A aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude será da competência da Secretaria do Esporte e Juventude que os administrará, observadas as diretrizes do Conselho Gestor do referido Fundo

Art.2º. - Constituem receitas do Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude:

I - a parcela de arrecadação obtida com a ocupação dos equipamentos esportivos pertencentes ao Estado do Ceará;

II - os recursos decorrentes de convênios celebrados com a União, outros Estados e Municípios;

III - os recursos decorrentes de instituições lotéricas;

IV - os recursos decorrentes de contribuições e doações;

V - os recursos de dotação orçamentária;

VI - outras receitas que lhe sejam destinadas a qualquer fim

Neste capítulo especificamente foram realizados estudos de documentos que tratam dos gastos públicos de forma detalhada. Como fonte de pesquisa utilizamos espaços do portal da transparência do Estado do Ceará, e são vários, para retirar documentos oficiais que tratam do orçamento. Primeiro usamos o portal de convênios e contratos (tratamos de forma mais específica no capítulo 4) e retiramos todos os convênios e contratos da Secretaria do Esporte (2007 a 2018) e Secretaria Especial da Copa (2011 a 2015). Ainda neste portal foi possível apontar os gastos com servidores e terceirizados que atuam na Secretaria do Esporte.

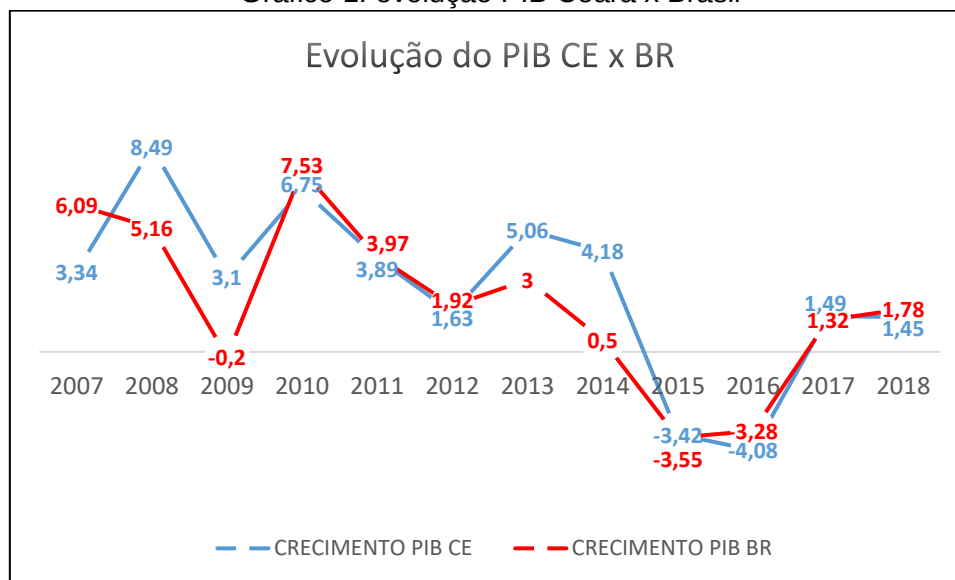
Para acrescentar nosso estudo buscamos no site da SEPLAG o espaço de execução orçamentaria que traz todo gasto do fundo público do governo do Estado do Ceará. Foram objeto de nossa coleta neste painel de execução orçamentaria: orçamento geral, orçamento e programa, orçamento por região, orçamento e fonte, orçamento e ação e orçamento, função e sub função.

Como o esporte não está descolado de outras políticas e sofre influências diretas do complexo que se configuram a este objeto, antes de adentrar na parte da SESPORTE propriamente dito, pesquisamos no site do

IPECE índices econômicos que trazem elementos para que possamos compreender melhor a evolução do orçamento neste período.

O gráfico x apresenta a evolução do PIB do Estado do Ceará em relação a evolução do PIB brasileiro no período de 2007 a 2018.

Gráfico 1: evolução PIB Ceará x Brasil



ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CE	3,34	8,49	3,1	6,75	3,89	1,63	5,06	4,18	-3,42	-4,08	1,49	1,45
BR	6,09	5,16	-0,2	7,53	3,97	1,92	3	0,5	-3,55	-3,28	1,32	1,78

Com relação a evolução do PIB do estado do Ceará verificamos que o melhor período do PIB foi de 2007 a 2010 onde o crescimento das riquezas do estado chegou a 8,49% em 2008 e em 2009 ainda que o país estivesse em crise o estado do Ceará apresentou um PIB positivo de 3,1%. Outro fator a ser levado em consideração é que mesmo com o PIB do Ceará e do Brasil em queda nos anos de 2011 e 2012 o estado do Ceará entrou na rota dos grandes eventos esportivos e destinou parte de seus recursos para a Copa do Mundo de 2014. Ainda com recuperação do PIB em 2013 e 2014 com 5,6% e 4,18% respectivamente, a destinação dos recursos públicos foram prioritariamente

destinados para atendimento dos anseios do capital de daqueles que usufruem de dos frutos desta destinação enviesada.

Agora numa análise mais detalhada do orçamento da SESPORTE e da SECOPA, apresentamos a evolução da sua composição financeira do período do estudo proposto.

Tabela 1 – Orçamento SESPORTE X SECOPA

ANO	ORÇAMENTO SESPORTE (R\$)	%	ORÇAMENTO ESTADO (R\$)	%	ORÇAMENTO SECOPA (R\$)
2007	20.302.897,67	0,20%	10.132.000.924,60	-	-
2008	43.033.739,73	0,33%	12.972.092.281,21	-	-
2009	56.729.674,87	0,35%	16.038.939.293,47	-	-
2010	104.382.543,09	0,56%	18.475.870.156,42	-	-
2011	316.416.640,85	1,73%	18.190.846.690,43	0,05%	9.489.000,00
2012	60.570.418,71	0,29%	20.589.665.695,98	1,26%	259.626.407,00
2013	92.574.714,24	0,41%	22.409.146.014,17	1,42%	320.255.605,96
2014	65.324.817,55	0,26%	24.815.705.878,04	1,29%	262.086.455,56
2015	113.795.430,35	0,46%	24.550.270.414,01	0,006%	170.471,42
2016	72.095.084,48	0,27%	26.134.198.987,64	-	-
2017	33.551.737,30	0,12%	27.337.216.963,92	-	-
2018	74.959.096,48	0,26%	28.362.275.750,42	-	-

Fonte: direta

Quando nos debruçamos sobre esta tabela e comparamos com o gráfico anterior de pronto podemos afirmar que o orçamento não depende exclusivamente apenas do desempenho do PIB do Estado pois ainda que nos anos de 2010 a 2012 tivéssemos uma queda de 7,53% para 1,92% o estado “achou” recursos suficientes para a realização da copa do mundo com uma das sedes aqui em Fortaleza. A vontade política e a força do capital contam muito da organização do fundo público.

De acordo com Athayde, Salvador e Mascarenhas (2015) a composição final do orçamento do ente federativo é constituída pelas disputas do legislativo e executivo, pois medida que o executivo planeje e elabora o

orçamento do governo, o resultado final sempre está condicionado a aprovado do legislativo. De certo no momento desta elaboração temos as negociações e tensionamentos da disputa do fundo público. Os autores destacam que as influências das classes presentes e representadas no Estado são responsáveis pelo produto final da disputa. Assim podemos considerar o que está representado no orçamento da SESPORTE e a SECOPA. A disponibilidade orçamentaria vai muito além apenas de um ajuste de alocação de recurso. Mas sim uma demanda do capitalismo que se materializa pela apropriação dos megaeventos esportivos.

Outro fator importante de observar é que mesmo com períodos de PIB positivo e com crescimento maior que o a variação do PIB brasileiro, o orçamento do esporte nunca chegou a 1%. Na verdade, a maior porcentagem encontrada nesse período foi em 2010 em que o orçamento da SESPORTE chegou a 0,56% do orçamento total do Estado. Vale ressaltar que em 2011, onde essa porcentagem chegou a 1,73%, porém no orçamento da SESPORTE encontrava-se já a primeira parcela da verba da construção do estádio castelão que não foi possível entrar no orçamento geral da SECOPA, pois ela foi criada no início de 2011.

Os documentos norteadores das Conferências nacionais de Esporte I e II disponibilizaram em seus documentos resultante dos debates nestes espaços a deliberação que os recursos destinados ao esporte e lazer dos Estado e Distrito Federal fossem vinculados a 1% do orçamento geral dos entes federativos (Ministério do Esporte, 2004, 2006) e na Conferência Nacional de Esporte II delibera para uma vinculação mínima de 1,5% para os Estado e Distrito Federal e 1% para os municípios. (Ministério do Esporte, 2010).

Partindo destes documentos balizadores, compreendemos que o Estado do Ceará chegou perto de cumprir essa orientação, pois nos anos de 2012, 2013 e 2014 tivemos uma porcentagem de orçamento de 1,26%, 1,42% e 1,29%, infelizmente essa realidade atendeu aos anseios da realização da copa do mundo de 2014 enquanto para o recurso da SESPORTE tivemos uma diminuição e oscilação em relação ao seu poder orçamentário.

Fazendo uma comparação com o estudo de Teixeira et al. (2018) que trata dos gastos do governo federal em relação à função desporto e lazer e

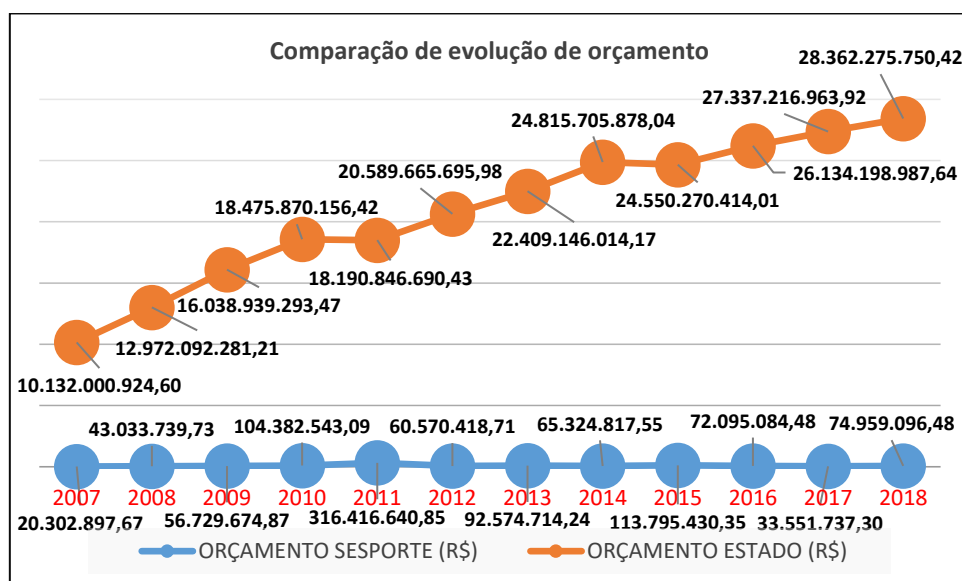
aponta a distribuição dos recursos, os autores enfatizam a ideia de “década perdida”, quando aponta o Ministério do esporte redirecionando o foco da sua função de promover uma política pública de esporte e lazer de forma mais ampla e pautados no esporte educacional e de participação e lazer, direcionam seus recursos para promover megaeventos esportivos e no bojo aumenta também os gastos em relação aos equipamentos esportivos e esporte de rendimento.

Talvez no Estado do Ceará não seria possível chama de “década perdida”, porém o que se percebe é que as forças do capitalismo de influenciar os processos decisórios em relação ao fundo público são bem eficazes a medida que em um Estado do Nordeste, como o Ceará, destina maior parte dos seus recursos disponíveis para a realização de um evento é por que a sua população não está sendo considerado protagonista.

Alertado por Brettas (2012) que enfatiza que olhar para o fundo público apenas de forma técnica seria ingenuidade e corroborado com a teoria de Estado de Mandel (1985) que atribui ao estado e função reprodutora e integradora do capital: ora quando disseminamos as políticas de esporte e lazer para a população caracterizando a função integradora, ora destinando maior parte dos recursos disponíveis da população para os megaeventos esportivos o estado está se caracterizando da sua função reprodutora do capital favorecendo meios de acúmulo e circulação capital por meio do Estado.

O gráfico abaixo representa a evolução apresenta a evolução do orçamento do Estado e a evolução do orçamento da Secretaria do Esporte. Podemos perceber que a evolução do orçamento do esporte e lazer não é proporcional a evolução do orçamento estadual nos trazendo a compreensão que não existe de fato uma preocupação com esporte e sim, a preocupação com os resultados que o capitalismo pode obter a partir dele, ou seja, a função social da política social de direito ao esporte fica em segundo plano em relação ao acúmulo e circulação do capital, contudo a valorização da monocultura esportiva: o futebol.

Gráfico 2



Fonte: direta

Inclusive, de acordo com PNUD (2017) o futebol não é mais a atividade física/prática corporal mais escolhida no país, perdendo para caminhada e a corrida. Ainda nesse sentido as pessoas mais beneficiadas com futebol são os homens e jovens, ficando em menor número desta estatística as mulheres e pessoas acima de 30 anos em geral (PNUD, 2017).

Quadro 47 - Comparação de Orçamento SESPORTE X SECOPA (R\$)

	2011	2012	2013	2014
SESPORTE	316.416.640,85	61.454.816,00	92.574.714,24	65.324.817,55
SECOPA	9.498.000,00	259.626.407,00	320.255.605,96	262.086.455,56

Fonte: direta

Mascarenhas (2016) aponta que o esporte no Brasil é evidenciado de duas maneiras em seu fundo público: por um lado o discurso de financiamento de práticas sociais esportivas mais inclusivas e acessíveis a população, que se concretiza de forma mais restrita, desfavorecendo as camadas mais vulneráveis da sociedade. Por outro lado, o Estado viabiliza condições favoráveis para realização dos megaeventos esportivos, em destaque no Estado do Ceará a Copa do Mundo de 2014.

O Ceará seguiu à risca a “cartilha” do governo federal em relação a sua alocação de recursos, pois de acordo com estudo de Mascarenhas (2016)

destaca que desde o governo de Fernando Henrique Cardoso chegando ao governo de Dilma Rousseff, foi observado uma tendência de gastos elevados em estrutura física para o esporte, de forma gotejada e pulverizada em inúmeras obras: quadras, praças, campos e quadras. A participação de emendas parlamentares servem de manutenção dos seus currais eleitorais de base do legislativo em seus estados e municípios.

Não apenas no esporte, mas visando ilustrar a teoria do Estado como reprodutor do capital buscamos um exemplo bem icônico para fundamentar nosso pensamento. Vamos então usar o setor de aviação para representar o mesmo que acontece no esporte, no caso nos grandes eventos esportivos.

De acordo com o portal de notícias do estado do Ceará em 2012 o setor de aviação iria receber 363 milhões para o desenvolvimento do setor aeroportuário. Desse período até a atualidade 10 novos aeroportos regionais no Ceará foram implantados nas suas regiões macroeconômicas.

A presidenta Dilma Rousseff anunciou nesta quinta-feira (20), em Brasília, investimentos na infraestrutura e qualidade dos serviços aeroportuários no Brasil. Estão previstos investimentos de mais de R\$ 7,3 bilhões na expansão da aviação regional. No Ceará, serão beneficiados nove aeroportos totalizando recursos de R\$ 363 milhões: Aracati, Canindé, Crateús, Iguatu, Itapipoca, Jijoca, Juazeiro do Norte, Quixadá e Sobral. As ações para a aeroportos integram o Programa de Investimentos em Logística, lançado em agosto para os setores ferroviários e rodoviários e, no início de dezembro, para a área portuária do País. (Ceará online, 2012)

Ainda continuando nossa busca na compreensão da forma que o estado preconiza na reprodução do capital e no favorecimento da circulação dos investimentos que beneficiam a acumulação de riqueza, encontramos uma matéria do portal do turismo brasileiro que mostra que em 2018 o Ceará foi o Estado Brasileiro que mais investiu no país.

Enquanto a maioria dos Estados investiu entre 2% e 5% do total de gastos do governo em 2018, o Ceará investiu cerca de 13%. De acordo com a economista Vilma da Conceição, especialista em política fiscal regional do instituto brasileiro de economia da fundação Getúlio Vargas (FGV), isso torna o Ceará o estado que mais investiu em relação a sua despesa primária total a afirmação aconteceu durante o décimo segundo fórum de debate do turismo realizado conjuntamente com observatório do federalismo brasileiro. (Portal do Turismo, 2018)

Em pesquisa no portal do IPECE verificamos que em 2018 o setor que mais o Ceará investiu foi em aeroportos e rodovias, para que em parceria com Governo Federal concretizar a finalização da construção dos 10 novos aeroportos regionais do Estado do Ceará. Fica então o questionamento: quem vai usufruir desses aeroportos? Essa política vai beneficiar grande parte da população ou um grupo restrito? Essa decisão de alocação de recursos atende as pessoas mais carentes e situação de vulnerabilidade.

Mas o enredo ainda continua, pois em 2018 o portal de notícias, Ceará em Revista, traz a seguinte matéria: “Anos após sua comentada inauguração com investimento milionário de R\$ 25 milhões de reais, aeroporto de Aracati segue sem voo comercial, podem crer, continua lá vendendo uma beleza que não existe. Em suas pistas nunca desceu sequer um teco-teco, após ser inaugurado”; (Ceará em Revista, 2018).

O final dessa “novela” já é de conhecimento daqueles que estudam a apropriação do capital pelos recursos e os investimentos do Estado. Em matéria veiculada pelo Jornal Diário do Nordeste no dia 23 de agosto de 2023 trata da concessão do Estado do Ceará em relação aos aeroportos.

O Ceará assinou nesta quarta-feira (23) um acordo para transferir a gestão de 10 aeroportos regionais do Interior à Infraero [...] segundo a vice-governadora Jade Romero, presente na assinatura, os aeroportos serão “ampliados, interligados e modernizados”. “10 aeroportos serão geridos pela Infraero para dar maior eficiência ao gasto público e melhorar as condições e linhas que fazem transporte”, pontuou, em coletiva após o evento. (Diário online, 2018)

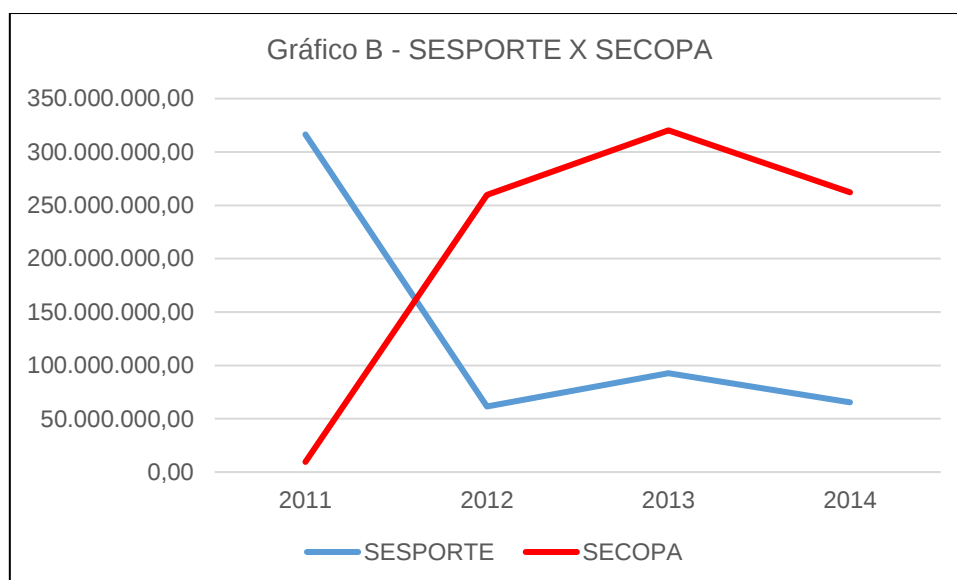
Sempre com discurso de modernização e melhor gestão, os recursos que deveriam ser destinados a maior parte da população e na melhoria de vida principalmente de quem mais precisa do Estado, o fundo público de forma sorrateira, porém as claras, vai se apropriando daquilo que deveria ser público e acaba se tornando privado. O capitalismo fagocitou o esporte e está fazendo bem o seu papel na apropriação da disputa do fundo público.

Voltando para a reflexão na parte esportiva, Veronez (2007) destaca que ainda que estudos demonstram uma carência em estrutura física esportiva adequada no país não é viável que o direcionamento dos gastos públicos em esportes seja voltado para esse fim.

Mascarenhas (2016) indica que em seus estudos de orçamento público do esporte, em 12 anos pelo menos dois terços dos gastos foram direcionados para obras de infraestrutura. “Ademais, como ME não é um “ministério de obras”, ou pelo menos não deveria ser, falta-lhe estrutura e pessoal para o acompanhamento e fiscalização dos projetos aprovados, o que tende a favorecer o desenvolvimento de irregularidades e ilícitos [...] (Mascarenhas, 2016, 976).

O Estado funciona como agente de desenvolvimento do capital que por sua vez torna o orçamento do esporte mais elevado, mas sob o contexto dos grandes eventos esportivos que o deixa subordinado aos setores da economia beneficiados. Sem a participação do Estado não seria possível garantir as condições favoráveis para a captação e realização de vários investimentos (Mascarenhas, 2016).

Gráfico 3



Fonte:

De acordo com Salvador (2012) o fundo público é tido como a capacidade do Estado de interagir com a economia por meio de suas diversas políticas e pelo seu orçamento público. Apontam Salvador e Teixeira (2014, p. 17):

Os gastos orçamentários definem a direção e a forma de ação do Estado nas suas prioridades de políticas públicas. Assim, torna-se premente ter a compreensão de como são estabelecidas tais parcerias, pois elas definirão os recursos financeiros que serão utilizados no âmbito do fomento para promover a política pública de esporte e lazer no Estado.

Em consequência o orçamento público representa a contradição existente nas lutas de classes. De um lado temos as classes populares buscando direcionar os recursos públicos para as demandas de suas necessidades mais básicas, geralmente organizadas em políticas sociais. Por outro lado, temos o tensionamento de agentes detentores dos meios de produção que por sua vez incentiva o desenvolvimento do capital financeiro e a participação no mercado. O neoliberalismo busca dirimir essa arena de disputa na construção de um estado mínimo, porém sempre tentando direcionar os recursos existentes do Estado em favor do capital.

O gráfico acima reproduz bem esse ditame onde os recursos destinados para a reforma do Estádio Castelão e a preparação para copa do mundo seja privilegiada dentro do fundo público. Em pesquisa no portal da transparência do governo do Estado obtivemos a informação que a construção do Castelão custou R\$ 569.493.727,16 (quinhentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e dezesseis centavos). Para a reforma do estádio foram utilizados recursos do tesouro estadual e recursos do BNDES por meio de contratação de financiamento. Atualmente o custo mensal de manutenção do estádio é de aproximadamente R\$ 710.000,00 (setecentos e dez mil reais), custeados por meio da SESPORTE. Isso sem contar com custos operacionais da copa do mundo, gasto com tecnologia da informação e outros setores da economia. Vale destaca que a **FIFA não entrou com contrapartida nenhuma para realização da copa do Mundo.** (Grifo nosso).

Quadro 48 - Demonstrativo de Gastos Secretaria Especial da Copa (R\$)

	2011	2012	2013	2014	2015
Orçamento	9.498.000,00	259.626.407,00	320.255.605,96	262.086.455,56	15.573.223,00
Contrato	1.294.025,72	832.075,25	755.874,24	29.077.344,20	488.840,88

Fonte: direta

O quadro apresenta os gastos com a copa do Mundo de 2014 pela Secretaria Especial da Copa onde a parte inferior representa os gastos com custos operacionais da Secretaria e o restante do orçamento é destinado para

infraestrutura física e logística da copa. Isso representa valores bem acima do orçamento disponibilizado pela SESPORTE no cumprimento de seus programas, projetos e ações.

Em resumo, o estado favoreceu ao endividamento, favoreceu ao crescimento aos juros da dívida, favoreceu ao mercado de construção, mercado de tecnologia, turismo, etc. Por fim ainda gerou um passivo de 710 mil reais de custos mensais com o equipamento.

Athayde (2014) em estudo dos gastos federais em megaeventos esportivos aponta que os dados obtidos representam que grande parcela do fundo público foi focalizado nos gastos dos grandes eventos esportivos. Além de favorecer o mercado imobiliário e empresas de construção civil (essas diretamente ligadas a execução desses projetos) esse direcionamento não deixa dúvida quais os projetos e ações são prioridades para o Estado.

Segundo Bracht (2005) a observância das prioridades do estado em relação aos gastos no esporte de participação e no esporte de rendimento é desvelador, pois constata que a função dos entes públicos nas sociedades capitalistas é fomentar a reprodução do capital, dessa maneira o olhar para o esporte se torna imprescindível a atenção do estado. Ainda assim se cria um ideário de comoção social em termos de importância desse tempo de investimento passando uma falsa sensação de pertencimento à população para esse tipo de evento.

Dessa maneira o Ceará seguiu os rumos da política federal. Matias (2013) destaca que nos primeiros anos do governo Lula houve um aceno ao desenvolvimento de políticas públicas de esporte mais balizados pelo caráter inclusivo e universal, respeitando o princípio de garantia do direito ao esporte, porém a médio prazo isso não se materializou. Podemos utilizar desta mesma premissa no Estado do Ceará, incline com um enredo praticamente similares.

Com a chegada da esquerda no governo do Estado, com Cid Gomes, e a própria criação de uma secretaria do esporte independente deu um animo de perspectiva para uma valorização das políticas de esporte, tanto em seu orçamento como na materialização de suas ações.

Enquanto a Constituição Federal de 88 em seu artigo 217 e inciso II, preconiza que os gastos com esporte e lazer sejam prioritariamente sua destinação em esporte educacional e esporte de participação, Isayana (2011) apresenta que é notório o desrespeito a esta premissa constitucional e em seu apanhado de vários estudos efetivados sobre o financiamento do esporte indicam que a prioridade do Governo federal, inclusive alguns estado, está voltada para o esporte de rendimento e infraestrutura.

A partir deste ponto iremos apresentar algumas categorias de estudo escolhidos pelo autor para melhor compreensão do estudo do fundo público e do orçamento do Secretaria de Esporte do Estado do Ceará.

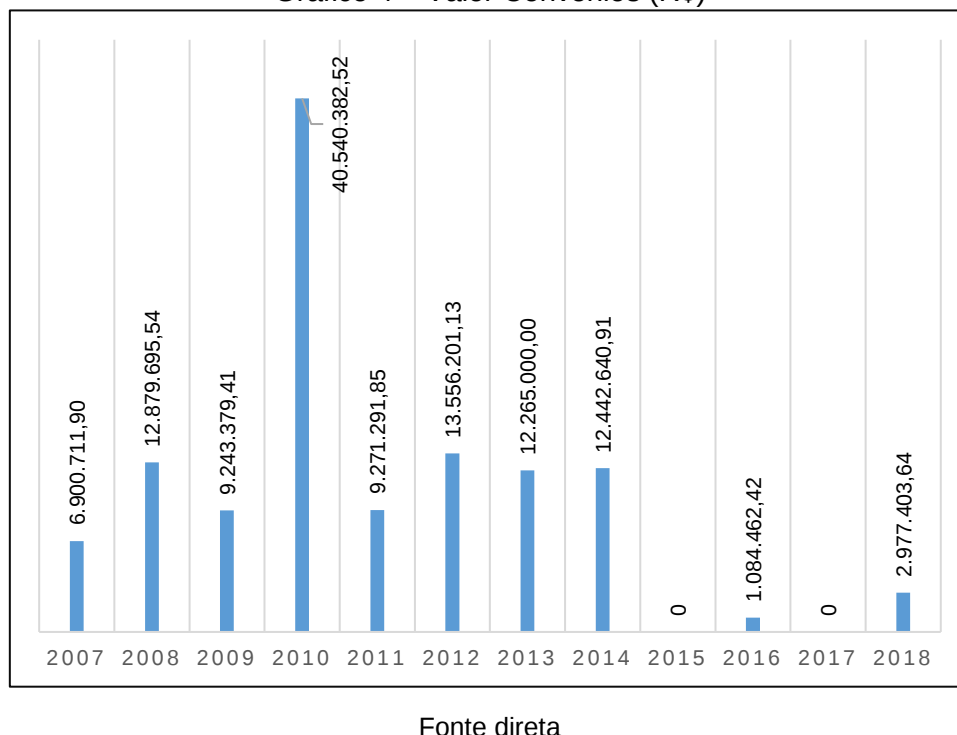
Quadro 49 - Demonstrativo de Valor Convênios (R\$)

Ano	2007	2008	2009	2010	Total
Convênios	6.900.711,90	12.879.695,54	9.243.379,41	40.540.382,52	
Ano	2011	2012	2013	2014	Total
Convênios	9.271.291,85	13.556.201,13	12.265.000,00	12.442.640,91	
Ano	2015	2016	2017	2018	Total
Convênios	0	1.084.462,42	0	2.977.403,64	

Fonte: direta

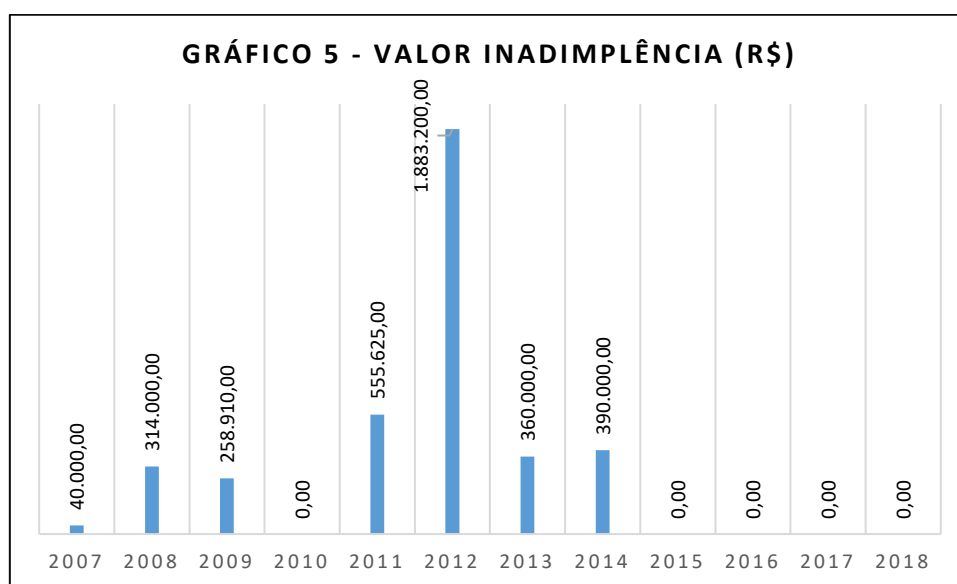
O quadro x apresente o volume gasto com convênio realizado pela Secretaria do Estado nas realizações de suas ações como também o apoio na realização de seus parceiros. A importância de se debruçar nos convênios é na possibilidade de identificar não apenas o volume das operações da SESPORTE, mas também identificar os grupos privilegiados por esses convênios. A frente apresentamos as modalidades e o volume de gastos identificando o movimento hegemônico e contra hegemônico no desenvolvimento das diversas modalidades contempladas com recurso público.

Gráfico 4 – Valor Convênios (R\$)



O gráfico x apresenta 3 momentos distintos: crescimento no volume de convênios no Governo Cid Gomes I, estagnação dos convênios no governo Cid Gomes II e praticamente um apagão no desenvolvimento dos convênios no governo do Camilo Santana I. esses convênios podem ser realizados com diversas entidades tais como: universidades, associações, federações, prefeituras, etc. Parte desse resultado pode ser explicado pelo movimento do PIB do estado do Ceará, porém evitando um olhar puramente técnico e apontamos diversas variáveis a seguir que podem elucidar os números apresentados.

Dessa forma o Estado transfere para um terceiro a capacidade de realização das suas ações tanto pela expertise da entidade como também pela falta de capacidade do próprio ente público de realizar suas ações pelos seus próprios agentes. Ou seja, se a SESPORTE tem 20 ou 30 eventos a realizar em um determinado ano a mesma não teria capacidade de execução com apenas seus agentes públicos, assim uma entidade parceria é chamada para conveniar e receber os recursos para execução da ação. Lembrando que ainda que a entidade se de direito privado a medida que ela recebe recursos públicos ela deve se orientar do ordenamento jurídico público que disciplina e orienta o gasto público com todos os seus princípios e impedimentos.



Fonte: direta

O gráfico x apresenta a inadimplência dos convênios realizados no período. Este fenômeno pode ser representado por diversos motivos: inabilidade da instituição parceria em prestar contas como também por qualquer desvio de finalidade da utilização do recurso público e não cumprimento das metas do plano de trabalho estabelecido. Lembrando que no período de 2007 a 2013, pela lei que disciplina os convênios, a Secretaria do Esporte tinha o poder discricionário de escolher os parceiros que poderiam conveniar, ou seja, não era obrigatório fazer um chamamento público para escolha da entidade.

Essa informação é relevante a medida que olhamos exatamente para o ano de 2010 onde tivemos mais de 40 milhões disponibilizados para a SESPORTE conveniar com seus parceiros, e conseqüentemente, nenhuma inadimplência em seus convênios. De certo isso chamou a atenção do Ministério Público e a Controladoria Geral do Estado que passou a acompanhar melhor a execução das ações da Secretaria do esporte e seus parceiros.

O resultado dessa força tarefa de acompanhamento e fiscalização das ações da SESPORTE foi exatamente um aumento da inadimplência dos convênios executados em 2011 e 2012 chegando a 1.883.200,00 de inadimplência na prestação de contas. Isso se deu por dois motivos: primeiro

houve um maior rigor nas prestações de contas exigidas aos parceiros, segundo que foi descoberto indícios de corrupção na execução de alguns convênios.

De acordo com o Portal G1 de notícias a SESPORTE é alvo de investigações por desvio de recursos de convênios no período de 2009 a 2013.

De acordo com o pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do MP-CE, a operação investiga o desvio de recursos públicos por meio de convênios celebrados entre a Secretaria do Esporte do Estado do Ceará (Sesporte) e associações esportivas, entre os anos de 2009 e 2013. A ação contou com o apoio da Procuradoria dos Crimes contra a Administração Pública (Procap) e Núcleo de Investigação Criminal (Nuinc) e das Polícias Militar e Civil. (Portal G1, 2016)

Conforme os membros do Ministério Público do Gaeco, a apropriação indébita de verbas públicas ocorria por meio da assinatura de contratos ou parcerias entre a SESPORTE e diversas instituições esportivas. O propósito desses acordos seria promover atividades de esporte e lazer voltadas para idosos e pessoas com deficiência, residentes em áreas carentes. As propostas dos convênios eram alteradas com o intuito de viabilizar pagamentos injustificados, sem a prestação dos serviços ou dos materiais supostamente adquiridos. De acordo com o Gaeco, os desvios podem atingir a quantia de R\$ 47 milhões. (Portal G1, 2016).

Como pesquisador de políticas públicas de esporte, lamentamos ter que se deparar com notícias como esta, pois no período de maior crescimento das políticas públicas do Estado do Ceará, parte desse crescimento foi atrapalhado por práticas de corrupção e desvio de recursos.

Retornando a observação ao gráfico de gosto com convênios percebe se que parte da estagnação não se deu apenas por variação do PIB ou capacidade fiscal do Estado. Tivemos irregularidades no caminho.

A partir de agora vamos apresentar de forma mais detalhada e pormenorizada de que forma se constituiu a execução desses convênios. As tabelas a seguir são relacionadas as entidades parceiras convenientes com a SESPORTE como também a natureza do gasto, configurando as escolhas das ações privilegiadas pela SESPORTE.

Nas seis tabelas a seguir o pesquisador separou quatro categorias de análise para uma melhor compreensão das entidades convenientes como

também a natureza dos convênios do período de 2007 a 2018. As categorias são: parceria com Universidades, parcerias com associações ou ONGs, parcerias com federações e parcerias prefeituras municipais do Ceará. As três primeiras tabelas correspondem ao quantitativo de entidades e as três seguintes correspondem ao volume de gasto com essas entidades.

Tabela 2 - Número de Convênios (2007 – 2010)

	Universidade ou Fundação	Associação e/ou ONGS	Federação ou Confederação	Prefeituras	Total
2007	6 (16%)	10 (27%)	18 (49%)	3 (8%)	37
2008	4 (4%)	26 (28%)	33 (35%)	30 (32%)	93
2009	3 (3%)	32 (35%)	37 (40%)	20 (22%)	92
2010	2 (1%)	28 (19%)	37 (25%)	79 (64%)	146
total	15	96	125	132	368

Fonte: direta

Em 2007 a SESPORT fez 6 convênios com a Universidade Federal do Ceará correspondendo a 16% de todos os contratos do período.

Já com Associações e ONG's, foram 10 convênios, correspondendo a 27% do total, sendo elas: Associação de Kitesurf do Ceara (2x), Associação Recreativa Esportiva para Crianças e Adolescentes (2x), Associação Leste Oeste de Surf Clube Pirambu, Boris Freires LTDA., Associação Cearense de Esportes Radicais, Associação Brasileira de Windsurfe, Associação Elis Gardênia e Associação dos Povos Indígenas do Ceara.

Com federações, ao todo, foram 18 convênios: Confederação Brasileira de Desporto Escolar (3x), Atletismo (3x), Federação Cearense de Karatê, Ciclismo, Parapente e Asa Delta, Desporto de Verão, Tênis, Tênis de Mesa Adaptado, Bicicross, Tênis de Mesa, Judô e Confederação Brasileira de Vôlei.

Ainda em 2007, três prefeituras foram contempladas: Prefeitura Municipal de Tauá, Quiterianópolis e Novo Oriente.

Percebe se que 2007 foi um ano bastante variado de parceiros, pois associações e federações de diversas naturezas foram contempladas com convênios da SESPORTE favorecendo a um distanciamento da monocultura do

esporte e garantindo a população uma maior variedade de repertório de práticas corporais disponibilizadas por meio do fundo público. Ter a universidade como parceria é uma fortaleza para a Secretaria do Esporte, pois a produção de conhecimento e formação de novos profissionais perpassa por suas dependências. Ainda em 2007 tivemos apenas 3% de parceria com prefeituras do interior do estado.

No ano de 2008, tivemos 4 convênios com a Universidade Federal do Ceará passando de 6% para 4% do total de convênios.

No mesmo ano, o número de convênios com as ONG's subiu de 10 para 26 sendo eles: Associação Cearense de Esportes Radicais (2x), Arte de Viver (2x), Boris Freires LTDA (3x), Associação de Surf do Estado do Ceará (3x), Associação de Kitesurf do Ceará (2x), Associação Judô Jairo, Associação dos Deficientes Motores, Associação de Voleibol de Jaguaribe, Liga Cearense de Arbitragem, Liga Cearense de Futebol Society, Associação Leste Oeste de Surf Pirambu, Associação Brasileira de Windsurf, Associação de Motocross dos Inhamuns, Associação de Veteranos de Basquete do Ceará, União dos Atletas Corredores de Rua, Arquidiocese de Fortaleza, Rotary Club de Iguatu, Associação Elis Gardênia e Firstlab Industria de Importação.

Em 2008 destacamos os esportes aquáticos com total de 7 convênios com a SESPORTE, sendo elas as modalidades mais contempladas no período.

Ainda em 2008 as Federações contempladas foram: Federação Cearense de Atletismo (8x), Confederação Brasileira de Triathlon (4x), Federação Cearense Parapente e Asa Delta (2x), Federação Cearense de Ciclismo, Federação Cearense de Futevôlei, Federação Cearense de Karatê (2x), Federação de Motociclismo do Estado do Ceará, Federação de Ciclismo do Estado do Ceará (2x), Federação Cearense de Tênis (2x), Federação Cearense de Kung Fu (2x), Federação Cearense de Taekwondo, Federação Cearense de Bicicross, Federação Cearense de Tênis de Mesa Adaptado, Federação Cearense de Pugilismo, Federação Universitária Cearense de Esporte, confederação Brasileira de Bicicross, Confederação Brasileira de Desporto Escolar e Confederação Brasileira de Voleibol. Destacamos as federações de atletismo e de triathlon que ficaram com quase metade dos convênios de federação nesse período.

As prefeituras contempladas em 2008: Prefeitura Municipal de Pacatuba, General Sampaio, Barroquinha (2x), Pacujá, Itapiuna, Forquilha, Sobral (2x), Groaíras, Pacoti, Tamboril (2x), Cedro, Paramoti (2x), Marco, Irauçuba, Capistrano, Itaiçaba, Limoeiro do Norte, Aratuba, Santa Quiteria (2x), Russas, São Gonçalo do Amarante (2x), Reriutaba e Novo Oriente.

Em 2008 os convênios com prefeituras saltaram de 3 para 30, chegando a 32% do total de convênios. A tendência do gasto ser voltado mais para o alto rendimento e equipamentos começa a ficar evidenciado nesse período.

Em 2009 os convênios com a Universidade Federal do Ceará caíram de 4 para 3 convênios, significando uma queda constante no passar dos anos.

Nesse período as associações ou ONG's contempladas foram 31, sendo elas: Ciranda da Vida (4x), Associação de Kite Surf do Ceará (2x), Associação dos Deficientes Motores (2x), Associação Cearense Master de Natação (2x), Associação Cearense de Esportes Radicais (2x), Firstlab Indústria de Importação (3x), Liga Cearense de Futebol Society (2x), Associação de Taekwondo, Associação de Surf do Estado do Ceará, Arquidiocese de Fortaleza (2x), Associação Cearense de Árbitros de Futsal, Liga Cearense de Futebol Amador, Boris Freires LTDA, Associação Judô Jairo, Associação Veteranos de Basquete do Ceará e Associação Cultural Ginga do Corpo.

Ciranda da Vida foi a entidade que mais conveniou com a secretaria do Esporte num total de 5 convênios. Essas informações de convênios com associações ou ONGs são importantes pois veremos que exatamente as entidades de desportos aquáticos como a ONG Cirando da Vida foram apontadas pelo Ministério público como responsáveis pelo desvio de recursos da SESPORTE.

Ainda em 2009 as Federações e Confederações conveniadas foram: Federação Cearense de Atletismo (5x), Federação Cearense de Voleibol (4x), Federação Cearense Universitária de Esporte (2x), Federação Cearense de Judô (2x), Federação de Ciclismo do Estado do Ceará (3x), Federação Cearense de Kung Fu (3x), Federação Cearense de Skate (2x), Federação Cearense das Ginásticas, Federação de Parapente e Asa Delta do Ceará, Federação Cearense

de Karatê, Federação Cearense de Bicicross, Federação Cearense de Futevôlei, Federação Cearense de Desporto de Verão, Federação Cearense de Pugilismo, Federação Cearense de Tênis, Confederação Brasileira de Skate, Confederação Brasileira de Desporto Escolar (3x) e Confederação Brasileira de Triathlon (3x).

Mais uma vez as Federações de atletismo e triathlon foram as mais contempladas pela secretaria do Esporte. Também identificamos um aumento no volume de convênios com federação que passou de 35% para 40% do total de convênios no período.

Com relação as prefeituras tivemos uma diminuição 30 para 21 convênios, sendo eles: Prefeitura Municipal de Porteiras (2x), Tarrafas, Umirim, Milhã, Orós, Croatá, Jaguaribara, Ipu, Irauçuba, Boa Viagem, Pacatuba, Palhano, Santa Quitéria, Mombaça, Capistrano, Camocim, Brejo Santo, São João do Jaguaribe.

Em 2010 identificamos apenas dois convênios com a Universidade Federal do Ceará que no período de 2007 a 2010 passou de 16% para 1%. A SESPORTE aponta para um distanciamento com a universidade no período de Cid Gomes I, lamentavelmente poderia ter sido fomentado um maior volume de parcerias já que com outras entidades esses números foram crescentes ou oscilou pouco em relação aos convênios com a universidade.

No mesmo período as associações conveniadas foram: Ciranda da Vida (2x), Liga Cearense de Futebol Amador (2x), Arquidiocese de Fortaleza (3x), Associação dos Deficientes Motores (2x), Associação de Surf do Estado do Ceará (2x), Associação Cearense Master de Natação (2x), Associação de Surf do Estado do Ceará (2x), Associação Cearense de Prancha e Vela (2x), União dos Atletas Corredores de Rua, Associação Cearense de Atletas, Associação Abraço Amigo, Associação Cearense de Esportes Radicais, Núcleo Cearense de Cavalo de Trabalho, Firstlab Industria de Importação, Boris Freires LTDA e Associação Brasileira de Windsurf.

Vale ressaltar que o número de convênios com associações ou ONGs caíram de 2009 para 2010 de 32% para 28%. Porém no gráfico apresentado, o ano de 2010 foi o ano que mais se gastou com convênios e isso se justifica pelo fato que muitas dessas entidades que desenvolviam projeto e programas da

SESPORTE tiveram aditivos nos seus convênios e não necessitaram um novo convênio, ou seja, não houve uma variação negativa de convênios em 2009 e 2010, mas sim acréscimo de convênios que já existiam em 2009 juntamente com novos convênios de 2010. Por isso os gastos tão volumosos nesse sentido.

Em 2010 foi mantido o mesmo número de convênios de 2009 (37), as federações contempladas foram: Federação Cearense de Atletismo (5x), Federação Cearense de Karatê (2x), Federação Cearense de Voleibol (3x), Federação Cearense de Kung Fu (3x), Federação Cearense de Judô (2x), Federação de Ciclismo do Estado do Ceará (2x), Federação Cearense de Bicicross (3x), Federação Cearense de Tênis (3x), Federação de Karatê Tradicional, Federação Cearense de Karatê Interestilo, Federação Cearense de Pugilismo (2x), Federação Cearense de Futsal, Federação Cearense de Skate, Federação Cearense das Ginásticas, Federação Universitária Cearense de Esporte, Federação de Parapente e Asa Delta do Ceará, Confederação Brasileira de Skate, Confederação Brasileira de Triathlon e a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (3x) . Nesse período podemos destacar as lutas que ficaram com 10 de uma totalidade de 37 convênios

Em 2010 tivemos um aumento exorbitante dos convênios com as prefeituras, que passou de 21 em 2009 para 78 em 2010, sendo contempladas: Prefeitura Municipal de Iguatu (2x), Icó (2x) , Limoeiro do Norte, Quixadá, Santa Quitéria, Granjeiro, Tejuçuoca, Paramoti, Banabuiú (3x), Assaré, Itaitinga, Caririçu, Deputado Irapuan Pinheiro (5x), Juazeiro do Norte, Ibicuitinga, Ibaretama, Paraipaba, Pacatuba, Cedro, Independência, Maracanaú (3x), Icapui (2x), Apuiarés, Frecheirinha, Reriutaba (2x), Quixeré (2x), Várzea Alegre, Quiterianópolis, Itapiuna, Fortaleza, Madalena, Ipaporanga, Salitre, Antonina do Norte, Abaiara, Tauá, Itapajé, Ipu, Penaforte, Capistrano (2x), Parambu, Jaguaribe, Alto Santo, Barbalha, Santana do Cariri, Camocim, Boa Viagem, Pindoretama, Sobral.

Fazendo as considerações do período de 2007 a 2010 em relação aos convênios realizados pela secretaria do Esporte podemos fazer alguns destaques:

Foi um período de crescimento do volume de investimentos nas ações esportivas que se iniciaram com volume de 6 milhões em 2007 e chegando a 40 milhões em 2010.

A diversidade de parceiros de natureza esportiva diferentes colaborou coma difusão de diversas modalidades esportiva que geralmente ficam de fora da agenda governamental: as atividades aquáticas, atividades de aventura, as lutas e atletismo foram exemplos de diversidade de ações realizadas em parcerias com a SESPOSTE.

Vale destacar que o crescimento do volume de entidades parcerias atuando juntos com a SESPORTE colaboram com a ramificação e aumento do raio de ação da secretaria em relação ao seu público alvo.

Sobre os convênios com as prefeituras tivemos um crescimento exponencial nos convênios que pularam de 3 para 79 no ano de 2010. Correspondendo a 64% do total também evidenciamos que no período eleitoral, tanto municipal como estadual esses números se elevam, confirmando assim a tese de que muitas dessas parcerias são frutos de emendas parlamentares que direcionam a bem feitoria nos seus “currais” eleitorais. Essa também é uma forma de afetar diretamente a distribuição do fundo público por que ao invés de estar se planejando para o atendimento da população no geral essas práticas acabam beneficiando grupos menores e numa perspectiva clientelista.

Fato negativo foi o distanciamento com a universidade que como produtora de conhecimento e profissionais poderia ter uma atenção maior por parte de poder público já que os recursos foram abundantes nesse período.

Na tabela abaixo iniciamos uma análise do período de Cid Gomes II seguindo a mesma lógica do período anterior buscando apontar as contradições e os avanços.

Tabela 3 - Número de Convênios (2011 – 2014)

	Universidade ou Fundação	Associação e/ou ONGS	Federação ou Confederação	Prefeituras	Total
2011	3 (4%)	38 (45%)	32 (38%)	11 (13%)	84
2012	0 (0%)	33 (40%)	24 (29%)	26 (31%)	83

2013	0 (0%)	8 (44%)	9 (50%)	1 (6%)	18*
2014	0 (0%)	2 (5%)	0 (0%)	36 (4%)	38
Total	3	71	65	74	223

Fonte: direta

Em 2011 tivemos três convênios com a Universidade Federal do Ceará, onde por um lado significa um avanço em relação ao período anterior que finalizou com apenas 1 convênio, por outro lado foi o último convenio realizado com a universidade no período estudado que compreende 2007 a 2018. A universidade foi parceira apenas 5 dos 12 anos estudado.

Já com associações ou ONG'S encontramos 38 convênios: Ciranda da Vida (2x); Associação Cearense de Desporto (5x); Associação Cultural Recreativa Esportiva do Ceará (3x); Liga Cearense de Futebol Amador (2x); Associação de Kitesurf do Ceará (3x); Associação de Surf do Estado do Ceará (3x); Liga Futsal de Fortaleza, Associação Cearense de Surf Universitário, Associação de surf de Paracuru, Associação Brasileira de surf Universitário, união dos Atletas Corredores de Rua (2x), Associação Cearense dos Atletas, Associação Brasileira de Windsurf (2x), Associação Abraço Amigo, Cerbero Motor Club, Núcleo Cearense do Cavalo de Trabalho, Associação de Veteranos do Basquete, Associação Desportiva Tiradentes, Associação Cearense de Prancha e Vela, Liga Horizontalina de Desportos, Associação dos Deficientes Motores, Projeto Família Saudável, Associação de Motocross dos Inhamuns, Firstlabe Industria de Importação.

Em 2011 destacamos novamente os esportes aquáticos que tiveram 10 de uma totalidade de 38 convênios.

Com 32 convênios, as Federações contempladas foram: Federação Cearense Universitária de Esportes, Federação Cearense de Voleibol (2x), Federação Cearense de Kung fu (3x), Federação Cearense de Tênis (3x), Federação Cearense de Skate (2x), Federação Cearense de Atletismo (2x), Federação de Tênis de Mesa do Ceará, Federação Cearense de Bicicross (2x), Federação de Ciclismo do Estado do Ceará, Federação de Triathlon (2x), Federação de Surf do Estado do Ceará, Federação Cearense de Futsal, Federação Cearense de jiu-jitsu, Federação Cearense das Ginásticas, Federação de Parapente e Asa delta do Ceará (2x), federação Cearense de

Karatê Interestilo, Federação Cearense de futebol Society, Confederação Brasileira de Desporto Escolar (2x), Confederação Brasileira de Skate (2x), Confederação Brasileira de Bicicross. Em destaque em 2011 o skate foi a atividade mais conveniada pela SESPORTE.

Em 2011 apenas 11 Prefeituras foram conveniadas: Prefeitura Municipal de Brejo Santo (3x), Prefeitura Municipal de Mauriti (2x), Prefeitura Municipal de Caridade, Prefeitura Municipal de Assaré, Prefeitura Municipal de Ibicuitinga, Prefeitura municipal de Pacoti, Prefeitura Municipal de Sobral e Prefeitura Municipal de Camocim. Com apenas 11 convênios, 2011 ficou bem distante dos números de 2010 que alcançou o montante de 79 convênios com prefeituras. Nesse período os recursos direcionados para parcerias de estrutura com prefeituras entra em concorrência com a disponibilidade de recursos para realização da copa do mundo de 2014.

A SESPORTE firmou 33 convênios com as seguintes associações: Associação Cultural Recreativa Esportiva do Ceará (4x), Ciranda da Vida (2x), Associação Cearense de Desporto (4x), Associação de Surf do Estado do Ceará(3x), Associação Cearense de Surf Universitário, Associação Independente Esporte Club, Instituto do Trabalho e Desenvolvimento Social, Associação Cearense dos Atletas, União dos Atletas Corredores de Rua, Liga Cearense de Futebol Amador (2x), Arquidiocese de Fortaleza, Cerbero Motor Club, Associação Cearense de Prancha e Vela, Associação de Kitesurf do Ceará, Associação Brasileira de Windsurf (5x), Associação Brasileira de Surf Universitário e Liga Esportiva de Santa Quitéria.

Em 2012 tivemos 24 convênios com Federações: Federação Cearense de Atletismo, Federação Cearense de Desporto Escolar (2x), Federação de Parapente e Asa delta do Ceará (3x), Federação Cearense de Kung fu , Federação Cearense de Voleibol, Federação Cearense de Futsal, Federação Cearense de Tênis, Federação Universitária Cearense de Esportes, Federação de Ciclismo do Estado do Ceará, Federação de Lutas do Estado do Ceará, Federação de Triathlon do Estado do Ceará (2x), Federação Cearense de Bicicross, federação de Jiu-jitsu do Estado do Ceará, Federação Cearense de Skate, federação de Karatê Tradicional do Ceará e Confederação Brasileira de Skate (2x).

Em 2012 os convênios com as prefeituras contempladas mais que dobraram passando de 11 para 26 no total, confirmando que em ano eleitoral o recurso aparece principalmente no formato de emenda parlamentar possibilitando seu direcionamento para o seu público específico.

As prefeituras contempladas foram: Prefeitura Municipal de Choró, Prefeitura Municipal de Caridade (2x), Prefeitura Municipal de Várzea Alegre (2x), Prefeitura Municipal de Assaré (2x), Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte (2x), Prefeitura Municipal de Acarape, Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira, Prefeitura Municipal de Milhã, Prefeitura Municipal de Jaguaratama, Prefeitura Municipal de Camocim, Prefeitura Municipal de Parambu, Prefeitura Municipal de Tauá (2x), Prefeitura Municipal de Assaré (2x), Prefeitura Municipal de Forquilha, Prefeitura Municipal de Capistrano, Prefeitura Municipal de Moraújo, Prefeitura Municipal de Penaforte, Prefeitura Municipal de Mauriti, Prefeitura Municipal de Altaneira e Prefeitura Municipal de Horizonte.

Chegamos em 2013, ponto chave da nossa análise dos convênios realizados pela Secretaria do Esporte. Ao verificar de forma minuciosa as entidades que conveniaram com a SESPORTE nos últimos 3 anos, praticamente as entidades se repetem. Tanto associações e federações são escolhidas de forma discricionária pela secretaria. Nesse período foi desencadeada uma força tarefa de investigação em todos os convênios da Secretaria do Esporte e por conseguinte algumas implicações.

Primeiro tivemos a solicitação de cancelamento de vários convênios que já estavam assinados e prestes a receber recurso da SESPORTE.

Em 2013 foram encontrados apenas 8 convênios com associações ou ONGs, porém com a adjudicação já realizada, todos os convênios foram cancelados e em 2013 a SESPORTE acabou não executando nenhum de seus convênios com essa categoria. As entidades impedidas de conveniar foram: Ciranda da Vida (5x), Liga Cearense de Futebol Amador, Associação Brasileira de Windsurf, Instituição Cultural Renato Pessoa e Instituição Vértice de Esporte.

De acordo com o portal G1 (2013) o Ministério público notifica SESPORTE a cerca de convênios suspeitos de desvio de recursos.

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) encaminhou, nesta quinta-feira (29), ofícios de notificação ao secretário do Esporte do Estado, Gony Arruda, e ao presidente da Associação Ciranda da Vida, Clidenor Santos de Souza. O órgão iniciou investigação contra a Secretaria de Esportes do Estado (SESPORTE) após identificar prestação de contas pendentes em convênios com a Secretaria, cuja inadimplência é superior a R\$ 7 milhões desde 2007. (Portal G1, 2013).

Após a solicitação do Tribunal de contas, foi determinada uma medida preventiva para que a Secretaria do Esporte não realize nenhum repasse para os cinco convênios firmados entre a SESPORTE e a Associação Ciranda da Vida.

Além de ter sido apontado pelo TCE, o Ministério Público de Contas (MPC) também encontrou irregularidades em um outro contrato firmado pela SESPORTE. Desta vez, a organização questionada é a Associação Cearense de Windsurf, que já foi beneficiada com aproximadamente R\$ 1,9 milhão do poder público desde 2007. De acordo com o MPC, existem suspeitas de que houve superfaturamento e questões relacionadas a licitações no acordo entre as entidades.

Dos 9 convênios, apenas 3 foram realizados por federações. A Federação Cearense Universitária de Esporte (3x) conseguiu realizar suas ações, porém a Federação Cearense de Skate, Federação de Surf do Estado do Ceará, Confederação Brasileira de Skate (2x) e Federação Cearense de Bicicross foram impedidas de continuar seus convênios.

Em 2013 tivemos apenas um convênio com a Prefeitura Municipal de Campos Sales. Em 2014 nenhuma federação foi contemplada para conveniar, apenas duas associações foram autorizadas a conveniar com a SESPORTE, sendo elas: Instituto Volta ao Caminho e Associação Cearense de Esportes Adaptados.

As prefeituras conveniadas em 2014 foram: Paraipaba (3x), Amontada, Icapui, Farias Brito (2x), Mauriti, Alcântara, São João do Jaguaribe, Altaneira (2x), Caridade (2x), Choró, Tamboril (2x), Itapajé, Aracati (2x), Capistrano (3x), Jaguaruana, Pentecoste, Pindoretama, Quixelô, Jaguaratama, Apuiarés (2x), Itapiuna, Tianguá, Jati, Brejo Santo e Fortim. Ressaltamos que a

intervenção das emendas parlamentares são destaques de direcionamento dos convênios com as prefeituras.

Em resumo, o segundo governo de Cid Gomes foi marcado pela corrupção e a diminuição dos investimentos na área de esporte. Se já não bastasse a disputa de recursos com o direcionamento para a copa do mundo, a SESPORTE ainda se deparou com os indícios de corrupção e vários impedimentos de continuar suas ações esportivas.

Para conhecimento do leitor estes fatos ainda perpassam em páginas policiais, inclusive no dia 8 de maio do corrente ano (2024) o portal G1 (2024) apresentou uma matéria que trata dos indiciamentos dos investigados desde 2010 onde seis pessoas ligados a entidades foram acusados pelo Ministério Público do Ceará de participação em um esquema criminoso de corrupção em processos licitatórios e desvio de verbas da Secretaria de Esporte do Estado (SESPORTE). A divulgação da acusação foi feita pelo próprio Ministério Público.

Nesse contexto que apresentamos o quadro de convênios de 2015 a 2018 que mostra uma realidade bem diferente dos anos anteriores. Vale ressaltar que além desse período ter sido o que apresentou menor desempenho do PIB do Estado a própria secretaria do Esporte passou por muitas instabilidades na qual resultou em cinco trocas de secretários de esporte. Podemos considerar que foi um período de apagão para as políticas de esporte do Estado do Ceará que também sofreu consequências da crise política sofrida pelo PT no governo federal. A tabela representa bem esse período;

Tabela 4 - Número de Convênios (2015 – 2018)

	Universidade ou Fundação	Associação e/ou ONGS	Federação ou Confederação	Prefeituras	Total
2015	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0
2016	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (100%)	4
2017	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0
2018	0 (0%)	2 (50%)	1 (25%)	1 (25%)	4
Total	0	2	1	5	8

Fonte: direta

Em 2015 e 2017 não foi apresentado nenhum tipo de convênio. Em 2016 tivemos apenas quatro convênios com a prefeitura frutos de emendas parlamentares, sendo elas: Groaíras, Altaneira, Alcântaras e Saboeiro.

Em 2018 apenas dois convênios com associação (Instituto Veredas da Cidadania e Associação dos Agricultores do Estado do Ceará). Nesse período apenas da Federação Cearense de Tiro foi contemplada e a Prefeitura Municipal de Várzea Alegre.

Após os episódios de corrupções narrados no texto, o próprio Governo do Estado tomou para si o problema e resolveu mudar a legislação estadual que trata dos contratos, convênios e congêneres.

A nova regulamentação dos convênios veio pela Lei Complementar nº 119 de 28 de dezembro de 2012 que dispõe sobre regras para convênios, instrumentos congêneres, termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação celebrados em regime de mútua cooperação pelos órgãos e entidades do poder executivo estadual.

Essa nova lei foi responsável por impedir novos convênios com a SESPORTE em 2013. Se antes a secretaria do Esporte poderia convidar qualquer entidade de sua vontade para firmar convênios, inclusive entidades que não tem proximidade alguma com a atividade fim proposta. A partir de então seria necessário seguir alguns ritos.

O primeiro requisito para conveniar com governo do estado seria realizando um cadastro prévio para validação de documentos e análise prévia da entidade. De acordo com o art. 5º “Fica instituído o Cadastro Geral de Parceiros, gerido pelo órgão central de controle interno do Poder Executivo Estadual, que conterá as informações necessárias à verificação da regularidade cadastral”. (Ceará, 2013).

Também será obrigatório a publicação do PMIS:

Art. 7º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS) é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas aos órgãos e entidade do Poder Executivo Estadual para que estes avaliem a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria. (Ceará, 2013).

De acordo com a Seplag (2016) a decisão de mudar as regras de parcerias com as entidades privadas seria uma forma de permitir controles maus atuantes na administração pública como também diminuir as distorções em relação as entidades convenientes que muitas vezes a sua área de atividade não tem congruência alguma com o objeto a ser realizado pela parceria, ou seja, muitas parcerias foram realizadas por conveniência e não por expertise para realização.

Para o esporte, o primeiro governo de Camilo Santana foi melancólico, pois durante muito tempo a SESPORTE era foco de evidência do Governo do Estado não apenas pela organização de sede de copa do mundo, mas por um período de grandes investimentos, pelas suas parcerias e programas e projetos em evidência.

Após essa análise dos convênios para verificação dos parceiros da SESPORTE, vamos nos debruçar sobre o direcionamento dos gastos. Se nas tabelas anteriores fizemos um estudo sobre quem recebeu, o foco agora é verificar quanto recebeu.

Segue abaixo a tabelas com gastos com convênio:

Tabela 6 - Gastos com Convênios 2007 – 2010 (R\$)

	Universidade ou Fundação	Associação e/ou ONGS	Federação ou Confederação	Prefeituras	Total
2007	4.433.966,40 (67%)	710.185,93 (11%)	977.221,06 (15%)	505.000,00 (8%)	6.626.373,39
2008	3.355.200,00 (27%)	2.309.206,44 (19%)	1.468.369,00 (18%)	5.284.234,05 (43%)	12.417.009,49
2009	1.169.000,00 (13%)	2.133.785,63 (23%)	2.840.934,95 (30%)	3.198.588,63 (34%)	9.342.309,21
2010	25.000,00 (0,1%)	2.516.701,82 (7%)	2.323.769,00 (6%)	31.330.777,73 (87%)	36.196.248,55

Tota	8.983.166,4	7.669.879,8		40.318.600,4	64.581.940,6
I	0	2	7.610.294,01	1	4

Fonte: direta

A tabela de gastos com convênios de 2007 a 2010 apresenta algumas particularidades. Inicialmente é importante ter cuidado quando nos debruçamos sobre o gasto e direcionamento do objeto estudado, pois ele pode transparecer incoerente. Por isso a necessidade de uma visão ampla e aprofundada desses gastos para que realmente haja uma compreensão do direcionamento nas ações esportivas.

Podemos destacar que existe uma diferença entre número de convênios e gasto com convênios: na tabela de número de convênios a universidade apresentou apenas 15 ações enquanto as associações e federações apresentaram 96 e 125 convênios respectivamente. Percebe-se que existe uma discrepância muito grande no número de convênios, mas na prática quando olhamos o volume do gasto percebe-se que a universidade com apenas 15 convênios obteve financiamento maior do que as associações e as federações respectivamente. Ainda que esse número de convênios com a universidade tenha caído a cada ano, ao final tivemos um gasto bem equilibrado em três categorias.

Analisando melhor os dados da pesquisa, nota-se que os gastos com a universidade são referentes a projetos mais perenes enquanto maior parte dos gastos com associações e federações são mais pontuais. Nesse quesito entendemos que a importância da diversidade de projetos e maior quantidade de parceiros traz um maior alcance em relação ao público-alvo hora nas ações mais duradouras como nas ações mais pontuais.

Também podemos enfatizar que por mais que a secretaria do esporte faça um esforço para promover uma política pública do esporte mais ampla e inclusiva, quando se trata de financiamento de equipamentos para prefeituras por meio de emendas parlamentares este gasto significa quase o dobro dos gastos referentes a universidade, associações e federações.

Tabela 7 - Gastos com Convênios 2011 – 2014 (R\$)

	Universidade ou Fundação	Associação e/ou ONGS	Federação ou Confederação	Prefeituras	Total
2011	10.000,00 (0,1%)	3.784.225,00 (49%)	2.336.128,00 (30%)	1.585.764,10 (21%)	7.716.117,10
2012	0 (0%)	6.154.000,00 (56%)	1.986.000,00 (18%)	2.918.237,00 (26%)	11.038.237,00
2013	0 (0%)	0 (0%)	835.000,00 (43%)	1.115.000,00 (57%)	1.950.000,00
2014	0 (0%)	292.400,00 (3%)	0 (0%)	8.422.953,88 (97%)	8.715.353,88
Total	10.000,00	10.230.625,00	5.157.128,00	14.041.954,98	29.419.707,98

Fonte: direta

No período do segundo governo de Cid Gomes percebemos que o momento da Secretaria de Esporte é outro. Podemos iniciar pelo número final de convênios que passou de 368 no primeiro governo para 233 no segundo governo.

Nesse período também verificamos o abandono do convênio com a universidade onde apenas 1 convênio foi firmado em 2011.

Quando tratamos de comparar os gastos com associações e federações percebe-se que houve uma mudança: de 2007 a 2010 os gastos entre as associações e as federações foram de forma equilibrada porém de 2011 a 2014 os gastos com as associações foram o dobro dos gastos com as federações porém é importante ressaltar que metade dos 10 milhões gastos com os convênios com associações ou ONGs foram pauta de investigação e provavelmente foram desviados durante a realização das ações juntamente com a secretaria do esporte.

Nessa tabela também apresentamos o primeiro legado da copa do mundo. No período de 2007 a 2010 os gastos com infraestrutura para as

prefeituras passaram de 40 milhões enquanto no período de 2011 a 2014 não chegou a 15 milhões, ou seja, não chegou nem na metade dos gastos do período anterior.

Entramos agora num dilema que é explicar para o leitor que muitas pesquisas já apontam que o governo federal e diversos Estados já direcionam seus gastos em maior parte para infraestrutura e o esporte rendimento, porém, no caso do Estado do Ceará o que nós temos é um avanço nos gastos com a infraestrutura, porém com um único evento esportivo que é a copa do mundo e diversas prefeituras deixaram de ser atendidos com infraestrutura para seus municípios.

Se o esporte educacional e esporte de participação precisa buscar seu espaço dentro do fundo público pois historicamente ele é direcionado para o esporte de rendimento e infraestrutura, então em período de megaeventos esportivos essa disputa se torna ainda mais desleal pois a própria infraestrutura interna do Estado perde espaço para o atendimento dos anseios do capital travestidos de benefícios que são passados a população na realização desses eventos.

Tabela 6 - Gastos com Convênios 2015 – 2018 (R\$)

	Universidade ou Fundação	Associação e/ou ONGS	Federação ou Confederação	Prefeituras	Total
2015	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0
2016	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	420.711,61 (100%)	420.711,61
2017	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0
2018	0 (0%)	2.727.694,00 (92%)	49.956,00 (2%)	199.753,64 (7%)	2.977.403,64
Total	0	2.727.694,00	49.956,00	620.465,25	3.398.115,25

Fonte: direta

Por fim, analisando o período do governo Camilo Santana I sobressalta aos olhos os números totais de convênio realizado nesse período: apenas 8.

Passamos de 368 convênios para 8 convênios nos últimos oito anos. Como foi dito anteriormente talvez não podemos considerar como uma década perdida, mas com certeza em uma gestão do esporte que dê certo não logrou êxito pois para todos os números que a gente observa não encontramos algo que possa ser exaltado em termos de avanços em política pública de esporte.

Como já enfatizamos anteriormente isso não ocorreu de forma isolada, mas por um conjunto de fatores que acarretaram esse resultado.

O primeiro deles é a disputa de recursos com a copa do mundo como também o fator corrupção que dificultou a forma de conveniar com os parceiros.

Para finalizar a análise desta tabela gostaria de alertar que quando se trata de infraestrutura e convênios com as prefeituras municipais, o desempenho desse período de governo foi bem abaixo governos analisados anteriormente porém precisamos fazer uma ressalva, essas análises realizadas anteriormente foram apenas dos convênios realizados pela secretaria do esporte, mais à frente fizemos uma análise dos contratos e percebemos que muitos dos convênios que eram realizados com as prefeituras agora eram realizados diretamente pelas respostas por meio de contratos, ficando a secretaria do esporte como responsável principal pela execução não mais atribuindo esta função a um parceiro conveniente.

Dessa forma o Ceará segue os passos do Governo Federal, pois de acordo com os estudos de Teixeira e Matias (2016), a predominância do esporte de alto rendimento é destacada tanto nas propostas como no financiamento, no entendo essa manifestação é restrita a apenas uma parte da sociedade que consegue participar desta manifestação. Na verdade essa predominância na parte de rendimento e equipamentos de infraestrutura beneficiam principalmente a empresas que trabalham com entretenimento, construção, materiais esportivos etc.

Tabela 7 - Natureza do Objeto 2007 – 2010

	Programa ou Projeto	Competição Esportiva	Apoio a Eventos Esportivos	Estrutura Física ou Materiais	Total
2007	11 (30%)	18 (49%)	5 (14%)	3 (8%)	37
2008	12 (13%)	31 (33%)	19 (20%)	31 (33%)	93
2009	14 (15%)	36 (39%)	22 (24%)	20 (22%)	92
2010	14 (10%)	33 (23%)	20 (14%)	79 (54%)	146
Total	51	128	66	133	368

Fonte: direta

Em 2007 tivemos sete programas ou projetos realizados: Vilas olímpicas 2x, jogos dos povos indígenas, projeto segundo tempo, projeto viva mais, projeto mão amiga, projeto escola aberta, jogos da felicidade, circuito das Águas e Ceará aventura.

Quando se trata de competição tivemos 18 ações esportivas sendo elas: jogos escolares 2x, jogos abertos, competição de futebol, vôlei, judô, bicicross windsurf, tênis de mesa, atletismo, tênis de campo, rally automobilístico, ciclismo, surf, karatê e skate.

Encontramos cinco eventos apoiados ou realizados pela secretaria do esporte. Conferência estadual do esporte, competição de atletismo 2x, competição de vôlei e esportes radicais.

Em relação aos convênios de infraestrutura em 2007 três ações foram realizadas. Dois estádios construídos e uma obra de drenagem no estádio Castelão.

Em 2008 o estudo apontou a realização de 12 projetos, 1 a mais que realizado em 2007 sendo que todos os projetos permaneceram e foi acrescentado o projeto bom de bola que por sinal se apresenta como uma exceção da regra pois o convênio com a prefeitura de Sobral não se trata exatamente de infraestrutura e sim um projeto esportivo para crianças e jovens.

Em 2008 a secretaria do esporte realizou 31 competições. Atletismo 2x, automobilismo 2x, kung fu 2x, vôlei 2x, ciclismo 2x, surf 2x, jogos abertos,

competição de esportes radicais, tênis de campo 2x, judô, triathlon 2x, pugilismo, bicicross, futebol, windsurf, kitesurf, futevôlei e karatê.

Quando se trata de apoio a evento esportivo ou concessão de passagem de avião, a Sesporte realizou 19 ações: atletismo 8x, triathlon 2x, karatê, kitesurf, taekwondo, tênis, kung fu, motociclismo, parapente, surf e basquete.

Estrutura de 2008: 9 estádios, 1 campo, 3 ginásios e 18 quadras.

Em 2009 a SESPORTE realizou 14 projetos sendo eles os mesmos 12 do ano anterior juntamente um projeto de ginástica rítmica e um projeto de futebol society, totalizando 14 ações.

Em 2009 foram realizadas 36 competições pela secretaria. Olimpíadas universitária, jogos paraolímpicos, jogos dos povos indígenas, jogos abertos e jogos dos servidores. Também tivemos competição de karatê 2x, vôlei 2x, ciclismo 2x, atletismo, taekwondo, surf, basquete, futsal, automobilismo, natação kung fu, judô, tênis de campo e futebol Society.

Apoio a eventos esportivos foram 22, sendo eles: evento de kung fu, triathlon, pugilismo, karatê, basquete basquete, atletismo atletismo, voleibol, capoeira, karatê, esportes radicais, triathlon, atletismo, bicicross, karatê, kitesurf, triathlon, atletismo, natação e ciclismo

Em 2009 tivemos 20 realizações para estrutura física: um complexo esportivo, um ginásio, tabelas de basquete e 17 quadras poliesportivas.

Em 2010 a secretaria do esporte manteve os mesmos programas e projetos.

Nesse período foram 33 competições realizadas ou apoiadas. Jogo dos servidores, karatê 6X, bicicross 2x, natação, ciclismo, beach tennis 2x, judô, surf 2x, windsurf 2x, kung fu 2x, boxe, skate 2x, vôlei 2x, vôlei de praia, automobilismo, atletismo, futebol, futsal e triathlon.

Apoio a evento foram 20: atletismo 4x, kitesurf 2x, basquete 3x, natação 2x, ciclismo esportes radicais, bicicross, tênis de campo, vaquejada pugilismo e judô. Também teve a realização da conferência estadual do esporte.

Estrutura em 2010 foi 1 vila olímpica, 1 praça esporte, 1 piscina, 1 pista de atletismo, 1 tabela de basquete, 7 ginásios, 22 estádios, 2 campos e 42 quadras.

Podemos apontar que o primeiro Governo de Cid Gomes foi bem abrangente e diversificado, consideramos que nesse período o esporte foi desenvolvido nas suas diversas manifestações como em diversas formas e modalidades.

Tabela 8 - Natureza do Objeto 2011 – 2014

	Programa ou Projeto	Competição Esportiva	Apoio a Eventos Esportivos	Estrutura Física ou Materiais	Total
2011	12 (14%)	36 (43%)	25 (30%)	11 (13%)	84
2012	10 (12%)	29 (35%)	18 (22%)	26 (31%)	83
2013	9 (50%)	7 (39%)	1 (6%)	1 (6%)	18
2014	1 (3%)	1 (3%)	0 (0%)	36 (95%)	38
Total	32	73	44	74	223

Fonte: direta

Em 2011 governo Cid Gomes II manteve os mesmos projetos que já eram realizados no período do seu governo anterior. Em 2011 as competições apoiadas ou realizadas foram: Beach tênis 3x, futsal 3x, tênis de mesa, surf 6x, futebol 4x, bicicross 2x, Kung Fu 2 x, skate 3x, triathlon 2x, karatê 2x, parapente, windsurf, atletismo motocross, vôlei 2x e basquete.

Em 2011 o apoio a eventos foram: futebol 2x, atletismo 5x, kitesurf 3x, bicicross 2x, boxe, vaquejada, surf, ciclismo, natação o windsurf, pilates 2x, automobilismo, jiu-jitsu, skate e ginástica rítmica. Em 2010 apenas 11 ações de estrutura. 1 estádio e 10 quadras.

Em 2012 foram 2 projetos a menos que em 2011, o financiamento das vilas olímpicas já não acontece mais por meio de convênio.

As competições de 2012 foram jogos paraolímpicos, jogos dos servidores, jogos abertos, jogos do município de Varjota, jogos abertos de Fortaleza, maratona aquática, competição de kitesurf, vôlei, ciclismo 2x,

parapente, jiu-jitsu, voo livre, windsurf 2x, futsal, beach tennis futebol 2x, bicicross 2x, triathlon, skate 3x, atletismo e karatê.

Os eventos apoiados de 2012. Evento de skate, regata de Jangada, evento de surf 2x, futebol 3x, atletismo 4x, automobilismo, basquete, kitesurf e windsurf.

Estruturas de 2012 foram: 1 piscina, 1 campos, 1 ginásio, 17 quadras e 6 estádios.

Em 2013 foram planejados 9 projetos sendo eles o esporte na minha cidade 2x, lazer no coco 2x, curso de capacitação, escola aberta, viva +, mão amiga e circuito das Águas. Lembrando que esses projetos não chegaram a ser realizados.

As competições realizadas foram: skate 3x, jogos abertos, bicicross, futebol e surf. Apenas 1 evento foi apoiado, porém não realizado. O evento era de kitesurf. E termos de estrutura apenas 1 realização foi realizada por convênio. Um estádio.

Em 2014 apenas o Projeto viva + foi executado. A competição conveniada foi os jogos paraolímpicos. Não houve apoio a eventos. Convênios de infraestrutura foram 36 convênios. 1 centro olímpico, 2 Campos, 1 piscina, 1 ginásio, 9 estádios e 22 quadras.

Percebe-se que nesse período houve uma tentativa de mandar as políticas públicas de esporte de forma diversificada e ampliada, porém a diminuição dos recursos e parceiros acabaram sufocando muitas ações que foram realizadas na gestão passada e acabaram sendo abandonadas pela Secretaria do esporte.

Tabela 9 - Natureza do Objeto 2015 - 2018

	Programa ou Projeto	Competição Esportiva	Apoio a Eventos Esportivos	Estrutura Física ou Materiais	Total
2015	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0
2016	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (100%)	4

2017	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0
2018	1 (25%)	2 (50%)	0 (0%)	1 (25%)	4
Total	1	2	0	5	8

Fonte: direta

Em 2016 apenas 4 convênios de estrutura física. 1 centro de cultura e 3 quadras. Em 2018 apenas 1 projeto esportivo chamado esporte comunitário. Ainda em 2018 encontramos 2 convênios de competição sendo 1 automobilístico e outro evento de futebol. De estrutura tivemos apenas o convênio de estádio de futebol.

Período de apagão e políticas públicas “ladeira” abaixo, com certeza esse período foi um período a ser esquecido ou tido como exemplo negativo. Assim como Athayde, Araújo e parreira Filho (2021) trata da década perdida e do lugar onde não devemos voltar, esse período ilustra bem esse pensamento.

Tabela 10 - Gastos 2007 – 2010 (R\$)

Ano	Programa ou projeto	Competição esportiva	Apoio a eventos esportivos	Estrutura física ou materiais	Total por ano
2007	4.723.175,74 (75%)	776.021,06 (12%)	398.000,00 (6%)	729.194,59 (12%)	6.282.173,39
2008	5.465.085,72 (44%)	1.093.669,72 (9%)	369.090,00 (3%)	5.489.164,05 (44%)	12.417.009,49
2009	3.565.814,68 (39%)	1.883.546,10 (21%)	661.210,00 (7%)	3.047.355,63 (34%)	9.081.155,49
2010	3.144.580,72 (9%)	1.325.590,10 (4%)	395.300,00 (1%)	31.330.777,73 (87%)	36.038.048,55
Geral	16.898.656,86	5.078.826,98	1.823.600,00	40.596.492,00	63.818.386,92

Fonte: direta

Com relação aos gastos gerais divididos por categorias escolhidos pelo autor percebe-se que os gastos com programas e projetos foram substanciais chegando ao montante de mais de 16 milhões nesse período.

Porém quando verificamos os gastos com competição esportiva e infraestrutura o valor ultrapassa os 45 milhões quando o triplo apresentado com programas ou projetos.

Matias (2016) já aponta que esse tipo de financiamento costuma ser para um público restrito e isso contribui não com as desigualdades como favorecimento aos grupos econômicos que se beneficiam das ações do esporte de rendimento e estrutura física.

Tabela 11 - Gastos 2011 – 2014 (R\$)

	Programa ou projeto	Competição esportiva	Apoio a eventos esportivos	Estrutura física ou materiais	Total por ano
2011	2.654.353,00 (34%)	1.473.400,00 (19%)	2.011.600,00 (26%)	1.677.009,10 (22%)	7.716.137,70
2012	2.015.000,00 (17%)	3.500.380,00 (30%)	2.654.620,00 (33%)	2.918.237,50 (25%)	11.697.490,50
2013	0 (0%)	835.000,00 (43%)	0 (0%)	1.115.000,00 (57%)	1.950.000,00
2014	292.000,00 (3%)	40.000,00 (1%)	0 (0%)	8.422.953,88 (96%)	8.754.953,88
Total geral	4.961.353,00	5.848.780,00	4.666.220,00	14.133.200,48	4.961.353,00

Fonte: direta

No período do governo Cid Gomes II seguimos a mesma lógica da análise do quando anterior. Ainda que se tenha gastos substanciais com programas e projetos o volume de gastos com competição e estrutura física chegam a quadruplicar se comparados.

Mesmo seguindo a lógica de gastos do período anterior, temos um fato novo a considerar. Os gastos que em programas e projetos somaram mais de 16 milhões de 2007 a 2010, no período de 2011 a 2014 não chega a 5 milhões. E os gastos com competição e estrutura caíram de 40 para pouco mais de 14 milhões.

Nesse mesmo período o orçamento da Secretaria Especial da Copa do Mundo chega a ter orçamento passando dos 100 milhões, corroborando com todos os estudos que apontam que em período de megaeventos esportivos, o capitalismo capta maior parte de fundo público e deixa a população que mais deveria ser atendida de fora da distribuição desses recursos.

Tabela 9 - Gastos 2015 – 2018 (R\$)

	Programa ou projeto	Competição esportiva	Apoio a eventos esportivos	Estrutura física ou materiais	Total por ano
2015	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0
2016	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	420.711,61 (100%)	420.711,61
2017	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0
2018	2.075.100,00 (70%)	702.550,00 (24%)	0 (0%)	199.753,64 (7%)	2.977.403,64
Total geral	2.075.100,00	702.550,00	0	620.465,25	3.398.115,25

Fonte: direta

Como já comentamos anteriormente nesse período tivemos um apagão da Secretaria do Esporte. Tivemos apenas 8 convênios. O gasto com programas e projetos foi referente ao esporte comunitário e a competição esportiva foi o financiamento da copa da reforma agrária. Para um governo que chegou a desenvolver mais de 14 projetos e 70 competições e apoio a eventos, realmente são números lamentáveis obtidos pela Secretaria do esporte.

Nesse período os gastos com estrutura física realizados por convênio também foram diminutos, bem aquém dos números encontrados anteriormente. Em relação aos três períodos analisados por seus convênios na secretaria do Esporte entendemos como períodos bem distintos: Cid Gomes I período de crescimento e diversificação das ações realizadas pela SESPORTE. Cid Gomes II período de estagnação e disputa do fundo público com megaevento esportivo. Período Camilo Santana I período de declínio das políticas de esporte, crise políticas e financeira.

Entretanto nossas análises não terminam por aqui, finalizamos a apresentação das realizações e gastos por convênios e a partir dessa parte fizemos uma descrição das realizações da SESPORTE por meio de contrato. A diferença básica é que por convênio a secretaria do esporte entrega a titularidade da ação para o conveniente e contrato a secretaria continua sendo titular da ação ainda que outra entidade seja beneficiada pela distribuição dos recursos.

Quadro C - Comparativo de Convênios e Contratos

Ano	Nº	Convênios (R\$)	Nº	Contratos (R\$)
2007	37	12.879.695,54	72	2.178.187,45
2008	93	9.243.379,41	124	13.474.963,91
2009	92	40.540.382,52	194	24.446.036,53
2010	146	9.271.291,85	169	29.547.674,84
Ano	Nº	Convênios (R\$)	Nº	Contratos (R\$)
2011	84	9.271.291,85	122	21.417.603,86
2012	83	13.556.201,13	117	20.934.501,46
2013	18	12.265.000,00	67	20.033.189,61
2014	38	12.442.640,91	71	16.724.404,29
Ano	Nº	Convênios (R\$)	Nº	Contratos (R\$)
2015	0	0	57	12.502.466,32
2016	4	1.084.462,42	40	11.186.813,18
2017	0	0	48	11.027.647,61
2018	4	2.977.403,64	55	9.591.810,87

Fonte: direta

Observando o quadro comparativo logo identificamos que houve uma certa estabilidade nos gastos com convênios nos governos Cid Gomes I e II, mesmo com um pico de gastos no ano de 2010 com mais de 40 milhões, a média de gastos oscilou de 9 a 13 milhões nesse período. De 2015 a 2018 tivemos números pífios de convênios.

Já em relação aos contratos verificamos um crescimento constante e linear. Apontamos os gastos com contratos que em 2007 eram de quase 3 milhões para picos de 20 milhões em 2013, após esse ano observamos o

orçamento de contratos em queda, porém com desempenho ainda melhor que convênios.

Quadro 59 - Gastos com Contratos 2007 – 2010 (R\$)

	Consumo	Permanente	Serviço	Ativ. Fim	Total
2007	21.608,99	216.957,29	118.618,29	102.859,47	2.178.187,45
2008	79.619,53	782.115,48	6.251.274,63	6.361.954,27	13.474.963,91
2009	146.388,05	411.762,97	7.448.044,54	16.439.840,97	24.446.036,53
2010	225.928,91	132.627,37	9.600.481,10	19.588.637,46	29.547.674,84

Fonte: direta

Em 2007 destacamos o crescimento no volume de gastos de verba de custeio e material permanente. Isso demonstra o crescimento e a modernização da secretaria do esporte citados no capítulo anterior com relação à evolução da sua estrutura física e organizacional.

Ainda em 2007 de atividade fim destacamos 3 contratos para emissão de passagens aéreas e de serviço destacamos contratação de empresa para realização de eventos e contratação de atleta consagrado pela mídia para representar a secretaria do esporte nos diversos eventos.

Em 2008 verificamos o aumento significativo nos gastos com serviço que encontramos contratos referentes aos serviços de TI e terceirizada para contratação de funcionários para atender ao aumento da demanda de trabalho da SESPORTE.

Com relação a atividade fim de 2008 encontramos 2 contratos de passagem de avião, 2 contratos de reforma das vilas olímpicas, 3 contratos para aquisição de material esportivo e de infraestrutura verificamos contratos para construção de 8 pistas de skate e 14 quadras de esporte. Vale ressaltar que as quadras de esporte construídas por meio de contrato são exclusivamente para escolas do ensino médio do governo do Estado do Ceará.

Em 2009 percebe-se que existe uma manutenção dos contratos de TI e de terceirizados para a Secretaria do Esporte. Porém na atividade fim encontramos um aumento na diversidade de atividades: 2 contratos de passagens aéreas, 5 contratos relacionados ao projeto Segundo Tempo, 3

contratos de construção da academia popular, conhecida nacionalmente com uma academia ao ar livre, como também 8 pistas de skate e 15 contratos para construção ou reforma de quadra esportiva.

Em 2010 já encontramos efeitos da copa do mundo onde contratos de tecnologia da informação foram aumentados como também encontramos um novo contrato de profissionais especializados em elaboração e acompanhamento de projetos para reforma do estádio Castelão.

Para atividade fim em 2010 foram mantidos os 2 contratos para passagens aéreas, 2 contratos para reforma das vilas olímpicas, 5 contratos para realização do Projeto Segundo tempo, 11 contratos para construção de pista de skate, 10 contratos para construção de quadra poliesportiva e por fim 1 contrato de construção de piscina no qual se configura como a novidade deste ano corrente.

Tabela 10 - Gastos com Contratos 2011 – 2014 (R\$)

	Consumo	Permanente	Serviço	Ativ. Fim	Total
2011	34.472,19	162.712,99	7.069.381,15	14.151.037,53	21.417.603,86
2012	107.749,52	146.901,82	5.813.411,11	14.866.439,01	20.934.501,46
2013	137.323,42	158.990,00	5.634.486,34	14.102.389,85	20.033.189,61
2014	144.696,61	19.611,92	5.625.613,42	10.934.482,34	16.724.404,29
Total	424.241,74	488.216,73	24.142.892,02	39.951.958,88	79.109.699,22

Fonte: direta

De 2011 a 2014 verificamos que houve uma estabilidade nos gastos com relação aos serviços principalmente no tocante a trabalhadores terceirizados das respostas equipe especializada nos cuidados com o Castelão e serviços de Tecnologia da Informação. Sim de 2007 a 2010 tivemos um período de modernização e crescimento da secretaria do esporte nesse sentido em 2011 e 2014 tivemos uma manutenção desse crescimento.

Em 2011, em relação à atividade fim, verificamos a existência de 1 contrato de passagens aéreas, 1 contrato de reforma das vilas olímpicas, 6 contratos de construção de pista de skate, 2 contratos de construção de quadra, 1 contrato de construção de piscina e como grande novidade da gestão encontramos 8 contratos de construção da praça da juventude.

De 2011 a 2014 verificamos uma queda nos gastos de material de consumo e permanente, da mesma forma que verificamos a estabilidade nos gastos com serviços, significando também uma manutenção do crescimento da demanda do desenvolvimento do esporte.

Em 2012 verificamos a manutenção de 2 contratos de passagens aéreas, 2 contratos de administração das vilas olímpicas que na gestão anterior era realizado por convênio com a Universidade e agora passa a ser administrada de forma direta pela SESPORTE. Ainda na atividade fim verificamos a existência de 3 contratos para aquisição de material para o programa Segundo Tempo, 1 contrato de empresa para organização de eventos, 4 contratos para construção de pista de skate, 1 contrato para construção de piscina e 9 contratos para construção da praça da juventude.

Vale ressaltar que a praça da juventude assim como as pistas de skate são fruto de emendas parlamentares que chegam na secretaria já direcionadas para o município correspondente no qual faz parte o público eleitoral político daquela indicação.

Em 2013 verificamos a manutenção do contrato de passagem aérea, 2 contratos de administração da Vila Olímpica, 4 contratos de realização do projeto Segundo Tempo, 1 contrato de realização de eventos, 1 contrato de construção de piscina e 8 contratos de praça da juventude. Vale ressaltar que em 2013 o projeto de construção de pistas de skate pelo Estado foi preterido.

Em 2014 verificamos que ao invés do programa Segundo Tempo, encontramos 7 contratos de realização do PELC, 1 contrato de realização de eventos, 1 contrato de compra de material esportivo diversos e apenas 1 contrato de administração das vilas olímpicas e 6 contratos de construção da praça da juventude. Houve a manutenção de contrato para passagens aéreas.

Tabela 11- Gastos com Contratos 2011 – 2014 (EQUIPAMENTOS) (R\$)

	2011	2012	2013	2014
CASTELÃO	21.920.492,83	21.920.492,83	21.920.492,83	21.920.492,83
CFO	-	-	68.594.644,55	68.594.644,55

Fonte: direta

Nesse período de 2011 a 2014 computamos o primeiro passivo da copa do mundo. Construir um estádio não era a única missão do estado para o desenvolvimento da copa do mundo, mas conseguir meios de manter toda estrutura construída no período pós copa do mundo. Aliás, pós copa não já que em 2011 a SESPORTE inicia um contrato de quase 22 milhões anuais com empresa especializada para acompanhamento da construção do Estádio castelão.

De acordo com Mascarenhas et. Al (2012) cooptou o direcionamento da agenda esportiva brasileira. Em consequência disso temos os contratos mais importantes e vultuosos do esporte voltado para a realização desses megaeventos no falso discurso de valorização do esporte e quando os recursos deveriam aumentar momento pós copa, o que aconteceu foi exatamente o contrário, pois o passivo pós copa também seria de responsabilidade do estado. (Carneiro, 2018).

Ainda podemos demonstrar na tabela que nos anos de 2013 e 2014 ainda entrou na conta do estado financiar a construção do centro de formação Olímpica.

Tabela 12 - Gastos com Contratos 2015 – 2018 (R\$)

	Consumo	Permanente	Serviço	Ativ. Fim	Total
2015	58.087,93	295,23	3.046.446,03	9.397.637,13	12.502.466,32
2016	23.412,82	1.750,00	4.076.034,05	7.085.616,31	11.186.813,18
2017	12.468,40	2.390,00	4.051.453,14	6.963.336,07	11.027.647,61
2018	33.835,58	11.036,50	8.669.226,94	877.791,85	9.591.810,87

Fonte: direta

Iniciamos a discussão dessa tabela apresentando um exemplo de inversão de prioridades em relação a equipamentos de alto rendimento. Essa relação se dá na coluna de serviços. De 2008 a 2014 a SESPORTE tinha contrato de 5 milhões de reais de vigilância armada para as Vilas Olímpicas do Ceará. Os convênios com a Universidade federal do Ceará eram de administração e realização das atividades esportiva que começou com 6 contratos em 2007 a foi chegando a 1 em 2014, depois transformado sua administração realizadas também por contrato.

A partir de 2015 o contrato com a segurança foi extinto como também o contrato de administração das Vilas olímpicas do Ceará. Apesar do nome as

Vilas olímpicas são equipamentos situados nas periferias de Fortaleza e município de São benedito e que atendem crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Por fim, as Vilas foram abandonadas pelo Estado.

Segundo matéria do jornal Diário do Nordeste no dia 14 de julho de 2015 aponta o descaso das autoridades em relação ao fato:

Muito se fala em olimpíadas no Brasil. Afinal, o Rio de Janeiro será sede dos jogos em 2016. O evento, onde quer que aconteça, mobiliza atletas de todas as partes do mundo, e se torna grande atrativo para investimentos por parte do poder público. Apostando na formação de novos atletas e incentivo da prática esportiva, foram instaladas, no Ceará, as Vilas Olímpicas. Um projeto que saiu do papel e ganhou a simpatia da população carente, mas que nos últimos anos está praticamente esquecido.

O jornal ainda faz uma alusão ao novo empreendimento do governo do estado e Secretaria do Esporte:

Diferentemente do novo investimento do Governo do Estado - Centro de Formação Olímpica do Nordeste, que está sendo construído vizinho à Arena Castelão, em Fortaleza - as Vilas Olímpicas teriam, em sua concepção original, um público-alvo majoritariamente carente. [...] Todas, sem exceção, apresentam estruturas danificadas, muito lixo acumulado e visível sinal de abandono. Este é o cenário atual dos cinco equipamentos (quatro na Capital e uma no Interior). O que antes era motivo de orgulho e satisfação para moradores das comunidades carentes virou preocupação, principalmente devido à insegurança, sujeira e risco de doenças. (Diário do Nordeste, 2015)

Durante o período de 2015 a 2018 os recursos que outrora eram destinados as Vilas Olímpicas do Ceará agora estão custeando a conta de companhia de eletricidade e água do CFO e Castelão que somados custam cerca de 3 milhões anuais para os cofres da Secretaria do esporte. Detalhe da pesquisa é que os custos do CFO iniciaram antes mesmo do equipamento ser inaugurado.

Continuando nossa análise dos contratos de 2015 encontramos 11 contratos de atividade fim sendo eles: 4 de realização do projeto Brincando com o Esporte, 2 contratos de passagens aéreas, 1 contrato de realização de evento de atletismo, 1 contrato de realização de jogos do município de Caucaia, 1 contrato de compra de material esportivo e 2 contratos de construção da academia ao ar livre.

Já em relação à atividade fim verificamos a existência de 2 contratos de passagens aéreas, 3 contratos para a realização do PEC, 7 contratos para a praça da juventude.

Em 2016 verificamos 12 contratos para atividade fim sendo eles: 2 contratos de passagem aérea, 4 contratos para realização do PELC, 1 contrato para realização de eventos e 5 contratos para a construção da praça da juventude.

Em 2017 no hall de atividade fim encontramos 12 contratos dos quais 3 são de passagens aéreas, 1 de realização de eventos, 4 são de realização do projeto Brincando com Esporte e 4 de construção da praça da juventude.

Vale ressaltar que o Projeto Brincando com o Esporte ficou no lugar do programa PELC em parceria com governo federal.

Tabela 13 - Gastos com Contratos 2015 – 2018 (EQUIPAMENTOS) (R\$)

	2015	2016	2017	2018
CASTELÃO	21.920.492,83	21.920.492,83	21.920.492,83	21.920.492,83
CFO	68.594.644,55	68.594.644,55		

Fonte: direta

Em 2015 a 2018 os gastos com os equipamentos se mantiveram sem nenhuma diminuição, um passivo que custará muito ao desenvolvimento as políticas públicas de esporte do Ceará. Segundo Reis (2018) e Silva et. Al (2021):

O direcionamento político que, pelo menos desde 2010, priorizou a realização dos megaeventos esportivos, exauriu-se juntamente com esses, cujos legados são altamente questionáveis. Entretanto, seus reflexos sobre a dimensão mais restrita das ações governamentais foram visíveis. Esse esgotamento do ciclo de grandes eventos esportivos no Brasil se associou no tempo histórico ao Golpe (jurídico-midiático-parlamentar) de 2016, engendrando interrupção, descontinuidade e fragilização da agenda esportiva.

O investimento estatal é essencial para compreender e analisar as prioridades das agendas governamentais e suas políticas sociais, revelando as escolhas feitas na distribuição de recursos e os interesses envolvidos. Isso ocorre devido ao fato de que o financiamento público é alvo de conflitos, sendo

moldado por interações políticas, ideológicas e de produção que influenciam diretamente as políticas e a competição por recursos públicos (Salvador, 2010).

Segue abaixo a tabela que apresenta gastos com recursos humanos da Secretaria do Esportes nos governos de Cid Gomes I e II e Camilo Santana I

Tabela 15 - Gastos com terceirizados 2007 – 2018 (R\$)

Ano	2007	2008	2009	2010	Total
Terceirizados			13.692.051,9	11.647.468,9	25.340.255,7
	1.675.923,04	3.723.634,04	9	9	8
	2011	2012	2013	2014	Total
	13.686.951,8	13.686.951,8	14.759.038,9	11.271.145,3	39.717.136,2
	9	9	5	7	1
	2015	2016	2017	2018	Total
	28.199.752,2	17.062.456,3	17.209.135,6	17.209.125,6	79.680.469,9
	5	8	8	8	9

Fonte: direta

De acordo com nossos estudos podemos afirmar que nos contratos de recursos humanos existem três períodos distintos dos governos avaliados para esta escrita.

O primeiro período do governo Cid Gomes verificamos um aumento de gastos com terceirizados prioritariamente por ventura do crescimento das políticas públicas de esporte nesse período como também no final desse período tivemos o implemento de serviços principalmente de tecnologia da informação para atendimento da copa do mundo.

Já no período do segundo mandato de Cid Gomes tivemos uma instabilidade dos gastos com terceirizado pois o aumento já teria acontecido no mandato anterior e a manutenção para receber o megaevento esportivo se manteve até 2014.

Por fim, no governo de Camilo Santana tivemos um aumento considerado em relação a terceirizados por dois motivos específicos: primeiro que a secretaria do esporte praticamente zerou o número de convênios

realizados e passou a concretizar suas ações por meio de contratos, ou seja, a partir disso tudo seria sua responsabilidade. Tivemos também o segundo motivo que foi a estruturação de profissionais que iriam trabalhar no centro de formação olímpica que gerou também um custo elevado ao Estado.

Esses períodos foram distintos, porém claros no entendimento do pesquisador que conseguiu evidenciar o momento de crescimento da secretaria do esporte, momento de estagnação e crescimento dos gastos com a copa do mundo e conseqüentemente o último período que marcou pelos efeitos pós eventos esportivos que promoveu uma diminuição dos custos do esporte e um passivo grande que o estado acabou abraçando por influência dos megaeventos esportivos.

Nosso entendimento corrobora com Mascarenhas (2016) que realizou um estudo no período de 2011 até 2017 e apresentou que as políticas esportivas no Brasil passaram por um período único, pois o país sediou grandes eventos esportivos, como os Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro (2011), a Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo FIFA (2014), e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro(2016).

Esse ciclo de megaeventos esportivos no país teve íntima relação com a proposta neodesenvolvimentista dos governos Lula e Dilma, pois coube ao Estado alinhar e agregar as estratégias para o desenvolvimento dos eventos, além de financiar grande parte das obras necessárias para sua realização e captar investimentos que garantissem rentabilidade de capital (MASCARENHAS, 2016).

Nesta parte do trabalho iremos nos debruçar sobre os programas dos períodos dos governos sugeridos neste estudo, porém no entendimento que programa aqui citado é como ele se apresenta no Plano Plurianual das gestões. No intuito de fazer um marco zero e poder comparar os avanços e limites, iniciamos apresentando com as políticas de esporte estavam apresentadas no período anterior ao estudo. Governo Lúcio Alcântara (2003 a 2006).

Os programas encontrados de 2003 a 2006 foram: Desenvolvimento do esporte escolar, rendimento, aventura e natureza, Desenvolvimento e gestão de políticas de juventude, Esporte de participação, lazer e parques esportivos,

Coordenação e manutenção geral – SEC e Gestão de tecnologia da informação – SEC.

Segue abaixo a organização dos programas de 2007 a 2018. Para melhor compreensão e análise o pesquisador agrupou as ações em cinco categorias para fazer uma comparação mais fidedigna em relação ao planejamento realizado pela SESPORTE.

Quadro 55 - Detalhamento dos Programas

Categorias	2007 a 2010	2011 a 2014	2015 a 2018
Esporte educacional	Esporte educacional	Promoção da juventude	Esporte e lazer para a população
Esporte de participação	Esporte de participação e lazer	Esporte - educação, participação e lazer	
		Equidade de gênero	
	Programa de atenção à pessoa com deficiência	Atenção à pessoa idosa	
	Programa de atendimento à pessoa idosa	Atenção à pessoa com deficiência	
Valorização do servidor	Igualdade étnico-racial		
Esporte de rendimento	Esporte de rendimento	Ceará no esporte de rendimento	Ceará no esporte de rendimento
Gestão e formação esportiva	Formação de educadores esportivos		
Equipamentos esportivos	Gestão de equipamentos e instalações esportivas	Infraestrutura esportiva e de lazer	
	Copa 2014		
Administração SESPORTE	Coordenação e manutenção geral - SESPORTE	Gestão e manutenção da SESPORTE	Gestão e manutenção da SESPORTE
	Gestão de tecnologia da		

	informação - SESPORTE		
--	--------------------------	--	--

Fonte: direta

Fazendo uma análise preliminar dos programas norteadores de planejamento nos períodos de 2007 a 2018, podemos considerar que ao compararmos aos programas de 2003 a 2006 percebemos avanços nas áreas em que os programas foram pensados, pelo menos no período de 2007 a 2014.

Se no governo Lúcio Alcântara (2003 a 2006) apresentamos 4 eixos específico do esporte sendo eles de esporte educacional, rendimento e aventura, esporte de participação e gestão para juventude (equipamentos), nos governos Cid Gomes I e II esses eixos se desdobraram em áreas específicas como: igualdade de gênero, igualdade racial, atenção a pessoa idosa e pessoa com deficiências.

Compreendemos que tais mudanças colaboram com as demandas da atualidade na qual os grupos marginalizados ou minorias devem ser atendidos a partir de suas particularidades. Neste caso consideramos avanços, contudo nas seções a seguir iremos verificar a concretização desse planejamento por meio de financiamento.

Já no governo Camilo Santana I detectamos que as alterações dos programas norteadores da secretaria regrediram bastante, pois apenas dois eixos específicos foram encontrados: esporte e lazer para a população e Ceará no esporte de rendimento.

Vale destacar que no período de no período de 2007 a 2010 foi incluído como temática dos programas um eixo de formação de profissionais que não teve continuidade nos outros PPAs.

Quadro T - Gasto por Programa 2007 a 2010 (R\$)

Categorias	Programas	2007	2008	2009	2010
Esporte educacional	Esporte educacional		5.473.515,81	17.982.439,00	14.781.490,00
Total Educacional			5.473.515,81	17.982.439,00	14.781.490,00
		10.036.750,00	4.080.253,96	7.065.154,83	6.206.000,00

Esporte de participação	Esporte de participação e lazer				
	Programa de atenção à pessoa com deficiência		130.000,00	80.000,00	80.000,00
	Programa de atendimento à pessoa idosa		30.000,00	80.000,00	80.000,00
	Valorização do servidor			40.000,00	20.000,00
Total participação		10.036.750,00	4.240.253,96	7.265.154,83	6.386.000,00
Esporte de rendimento	Esporte de rendimento	7.501.932,67	1.857.874,72	2.004.931,00	1.544.512,00
Total rendimento		7.501.932,67	1.857.874,72	2.004.931,00	1.544.512,00
Gestão e formação esportiva	Formação de educadores esportivos		90.000,00	1.070.000,00	6.808.160,00
Total gestão e formação			90.000,00	1.070.000,00	6.808.160,00
Equipamentos esportivos	Gestão de equipamentos e instalações esportivas		28.479.112,24	24.325.045,04	60.495.787,09
	Copa 2014			200.000,00	9.408.000,00
Total equipamentos			28.479.112,24	24.525.045,04	69.903.787,09
Administração SESPORTE	Coordenação e manutenção geral - SESPORTE	2.577.475,00	2.645.983,00	3.761.885,00	4.918.594,00
	Gestão de tecnologia da informação - SESPORTE	186.740,00	247.000,00	120.220,00	40.000,00
Total administração		2.764.215,00	2.892.983,00	3.882.105,00	4.958.594,00
Total do orçamento		20.302.897,67	43.033.739,73	56.729.674,87	104.382.543,09

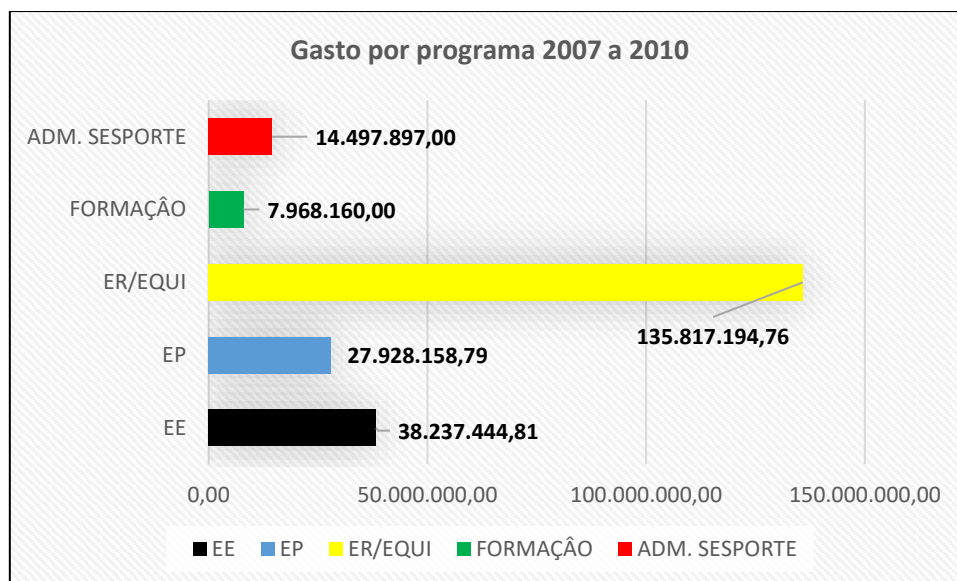
Fonte: direta

O quadro detalhado de gastos apresenta que nesse período a SESPORTE teve um gasto considerável esporte educacional, mais que o dobro do esporte de participação. Porém na mesma lógica das nossas categorias de análise: quando comparamos com esporte de rendimento e equipamentos, os gastos com esporte educacional e participação sempre fica abaixo.

Fato positivo foi a crescente dos gastos com formação de profissionais que saltou de 90 mil para mais de 6 milhões. Uma questão negativa

foi que por mais que tivesse eixos específicos, as inovações citadas nos linhas dos programas, eles se restringiram a apenas realização de eventos específicos e com gastos inexpressivos.

Sobre os gastos com a administração da SESPORTE consideramos que houve um aumento razoável dos gastos com pessoal acompanhados pelo crescimento da secretaria e sua modernização.



Fonte: direta

Numa análise mais geral do primeiro governo verificamos: (i) gasto de administração compatível com a evolução da Secretaria do Esporte, (ii) inovação do programa e gasto elevado com formação de profissionais de esporte; (iii) gasto com esporte educacional maior que gasto com participação; (iv) supremacia com gastos do esporte de rendimento e equipamentos esportivos. Nesse período o gasto com equipamentos foi “turbinado” principalmente por emendas parlamentares que foram abundantes nesse período sendo 2010 o ápice do gasto com 79 ações nesse sentido.

Quadro U - Gasto por Programa 2011 a 2014 (R\$)

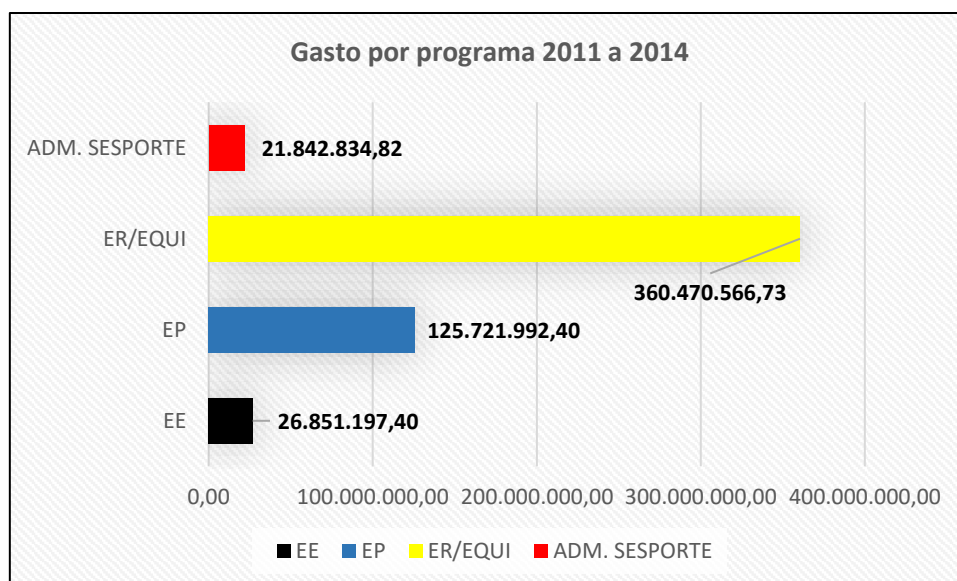
Categorias	Programas	2011	2012	2013	2014
Esporte educacional	Promoção da juventude	-	8.372.756,98	9.587.693,41	8.890.747,01
Total educacional		-	8.372.756,98	9.587.693,41	8.890.747,01

Esporte de participação	Esporte - educação, participação e lazer	27.055.581,00	35.276.267,53	25.752.301,65	36.497.842,22
	Equidade de gênero	-	0	0	0
	Atenção à pessoa idosa	130.000,00	130.000,00	160.000,00	100.000,00
	Atenção à pessoa com deficiência	130.000,00	130.000,00	180.000,00	140.000,00
	Igualdade étnico-racial	-	0	40.000,00	0
total participação		27.315.581,00	35.536.267,53	26.132.301,65	36.737.842,22
Esporte de rendimento	Ceará no esporte de rendimento	1.769.000,00	2.124.000,00	1.602.752,70	848.000,00
total rendimento		1.769.000,00	2.124.000,00	1.602.752,70	848.000,00
Gestão e formação esportiva					
total gestão e participação		-	0	0	0
Equipamentos esportivos	Infraestrutura esportiva e de lazer	35.695.870,00	9.182.932,27	50.096.289,84	13.028.467,86
	copa do mundo	246.123.254,06			
total equipamento		281.819.124,06	9.182.932,27	50.096.289,84	13.028.467,86
Administração SESPORTE	Gestão e manutenção da SESPORTE	5.512.935,79	5.354.461,93	5.155.676,64	5.819.760,46
total administração		5.512.935,79	5.354.461,93	5.155.676,64	5.819.760,46
total orçamento		316.416.640,85	60.570.418,71	92.574.714,24	65.324.817,55

Fonte: direta

No período de 2010 a 2014 tivemos uma inversão de gastos onde o esporte educacional foi mais priorizado que o esporte educacional, sendo gasto 4 vezes mais com desporto de participação ao esporte educacional. Os investimentos aos eixos especiais que permaneceram nesse PPA ainda se restringiram a eventos específicos e pontuais.

Nesse período foi incluído um programa destinado para copa do mundo onde o gasto em um ano representa mais que todo período e todos os programas juntos.



Fonte: direta

A análise do segundo Governo Cid Gomes ficou da seguinte forma: (i) abandono com gastos com formação de profissionais; (ii) aumento substancial no desenvolvimento do esporte de participação; (iii) investimentos pontuais nos programas especiais da SESPORTE; (iv) uma única parcela do programa copa do mundo sendo maior que todos os programas juntos em todo período.

Segundo Marchi Júnior e Almeida (2020), a Constituição Federal de 1988, prevê, prioritariamente, que os recursos orçamentários do ME sejam destinados ao desporto educacional e de participação, e, de forma específica, ao esporte de alto rendimento. No entanto, vê-se ainda uma preferência para esse último. Seguindo os mesmos caminhos do Ministério do Esporte a secretaria específica do Ceará entrou na rota dos megaeventos esportivos e do rendimento.

A compreensão de que analisar o financiamento da política esportiva é uma chave interpretativa importante para entender seus caminhos e prioridades, haja vista ser ele que possibilita sua materialidade (Carneiro; Mascarenhas, 2018).

Essa premissa faz jus as nossas análises, pois a medida que nos debruçamos nos volume e direcionamentos dos gastos, mas criamos o entendimento de como o capital se apropria do esporte e da mesma forma como

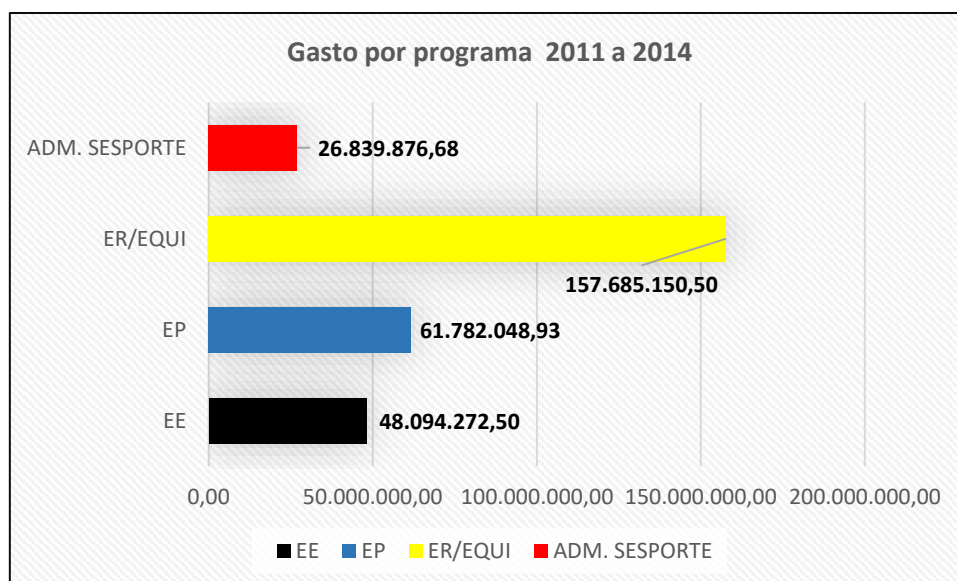
o estado serve de base para isso, ou seja, não existe um sem o outro, os dois estão no mesmo caminho.

Quadro V - Gasto por Programa 2015 a 2018 (R\$)

Categorias	programas	2015	2016	2017	2018
Esporte educacional	Esporte e lazer para a população	10.355.054,38	14.218.754,67	8.511.827,50	15.008.635,95
Esporte de participação		16.210.756,22	16.575.136,42	13.001.236,59	15.994.919,70
Esporte de rendimento	Ceará no esporte de rendimento	2.838.000,00	3.043.000,00	2.308.700,00	2.356.985,05
Equipamentos esportivos		78.632.836,75	31.497.643,39	2.884.857,21	34.123.128,10
Administração SESPORTE	Gestão e manutenção da SESPORTE	5.758.783,00	6.760.550,00	6.845.116,00	7.475.427,68
Orçamento total		113.795.430,35	72.095.084,48	33.551.737,30	74.959.338,97

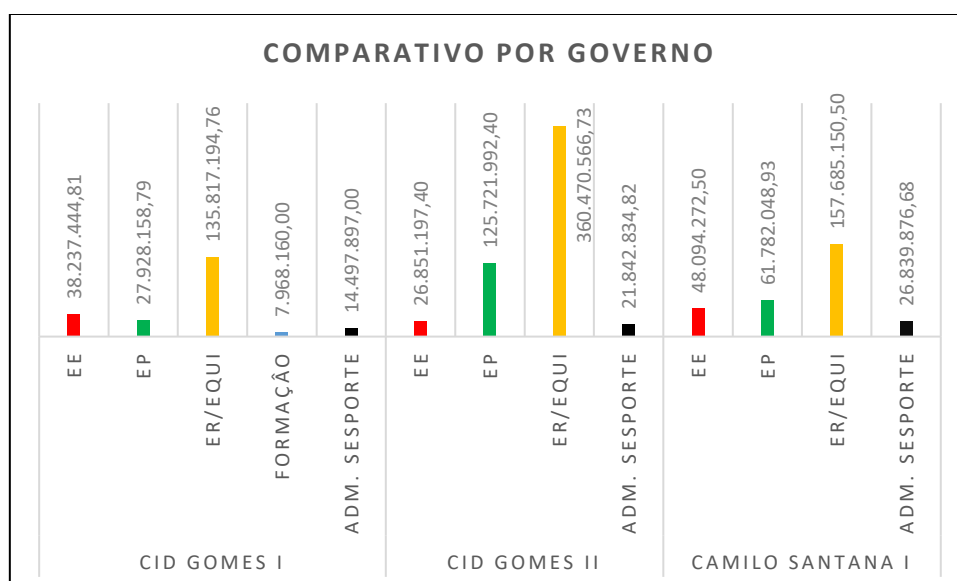
Fonte: direta

Sobre os gastos detalhados dos programas contidos no PPA do governo Camilo Santana verificamos que foram deixados de lado os programas que apontam ações para públicos específicos. Os anos de 2016 e 2018 houve uma recomposição orçamentária, mas voltado principalmente aos equipamentos esportivos.



Fonte: direta

A análise do primeiro Governo Camilo Santana ficou da seguinte forma: (i) houve um aumento no gasto com esporte educacional; (ii) diminuição drástica nos gastos de esporte educacional; (iii) tivemos diminuição dos gastos com rendimento e equipamentos, porém eles sempre são maiores que os gastos com outros programas. (iv) desvalorização dos programas para grupos específicos. Se compararmos ao período anteriores, voltamos à estaca zero em relação ao reconhecimento de direitos de grupos excluídos ou menos favorecidos.



Fonte: direta

Os dados acima apresentam um comparativo dos gastos totais dos 3 governos estudados e partindo dessa premissa vamos fazer algumas considerações.

Segundo Marchi Júnior e Almeida (2018), a carta magna de 1988 estabelece como prioridade a destinação dos recursos orçamentários do Ministério da Esporte para a manifestação voltada à educação e participação, e, mais especificamente, para o esporte de alto desempenho. Entretanto, percebe-se uma preferência ainda maior por este último.

No que tange aos Estados brasileiros, percebe-se que os direcionamentos da política esportiva seguiram elementos norteadores federais, ainda que os estudos apontem obstáculos na captação dos recursos em razão da dificuldade de construção de uma política esportiva nacional que efetivasse as ações das diferentes esferas do poder executivo sobre o esporte (Diniz; Silva, 2016).

De forma bem específica como apresenta os autores Athayde, Araújo e Pereira Filho (2021) em relação ao governo federal, no âmbito estadual o direito ao esporte que deveria ser garantido pelo poder público foi escanteado para um direcionamento dos recursos voltados para o mega esportivo como também em estrutura. No caso do Ceará não podemos considerar década perdida, mas sim podemos considerar governo perdido, pois na chegada de um governo progressista no poder o que se esperava era um avanço de fato nas políticas públicas de esporte voltados para a coletividade, porém o que prevaleceu foi a lógica da inversão de prioridades.

Marchi Júnior, Souza e Starepravo (2014) compreendem que os processos históricos, somados ao constante aumento de relevância social do esporte, acabaram por gerar uma relação de troca de favores entre os dirigentes políticos e os esportivos.

Por ser o esporte um ativo intangível de grande significado simbólico e comunitário, por reunir um grande número de pessoas de forma emocional e com uma atitude positiva em relação a ele, seu uso na política se mostra atrativo. O governo como um todo e cada representante político em particular, então, enxergam a oportunidade de se associar a entidades esportivas

privadas, fornecendo apoio financeiro e, em troca, recebendo benefícios como popularidade e votos.

Todo este financiamento público às instituições esportivas privadas e esporte de alto rendimento talvez não fosse necessariamente um problema se, de um lado, o Estado, por via do fomento direto, garantisse o esporte/atividades físicas enquanto “direito de cada um” e/ou, de outro, as entidades privadas oferecessem algum tipo de contrapartida social [...] as esportivas privadas, sobretudo das confederações, parece ter surgido de uma “política de compensação” em que o Estado, após ter centralizado para si todas as ações esportivas da sociedade, impediu que as primeiras se desenvolvessem de maneira autônoma. (Mascarenhas, 2016)

Dessa maneira encerramos a nossa reflexão acerca dos gastos com programas e enfatizando a citação que fala sobre a contrapartida da entidade e que de fato isso não ocorre. Tratamos bastante sobre copa do mundo e a entidade promotora não entrou com nenhuma contrapartida, ficou no lucro e por cima gerou um passivo para o poder público que será pago por muito tempos as custas da exclusão de quem deveria ser atendido pelo fundo público.

Quadro W - Gasto por Região (R\$)

Região	Cid Gomes I	Cid Gomes II	Camilo Santana	Total
RM DE FORTALEZA	89.599.596,85	399.424.641,33	247.001.060,39	736.025.298,57
LITORAL OESTE	10.627.692,59	9.531.376,29	2.585.061,30	22.744.130,18
SOBRAL / IBIAPABA	16.345.706,30	20.399.447,96	11.493.633,76	48.238.788,02
SERTÃO DE INHAMUNS	9.858.993,19	12.987.430,87	5.525.955,33	28.372.379,39
SERTÃO CENTRAL	12.002.148,01	13.656.723,99	3.591.988,00	29.250.860,00
BATURITÉ	3.802.401,69	7.111.417,27	2.081.843,00	12.995.661,96
LITORAL LESTE / JAGUARIBE	9.069.311,38	15.562.648,87	4.940.080,07	29.572.040,32
CARIRI / CENTRO SUL	20.519.323,09	25.172.421,17	9.407.427,22	55.099.171,48

ESTADO DO CEARÁ	52.531.657,26	31.040.483,60	7.774.299,54	91.346.440,40
--------------------	---------------	---------------	--------------	----------------------

Fonte: direta

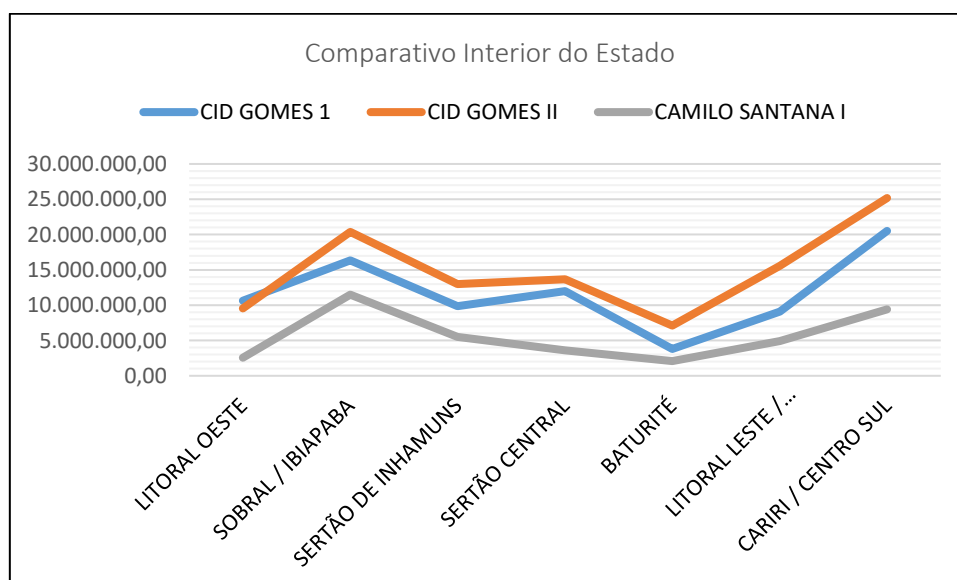
Quando analisamos o quadro com gastos por região podemos de cara logo apontar que a região metropolitana de Fortaleza foi a que mais recebeu investimentos, ela foi sede da copa do mundo como também recebeu a construção do centro de formação olímpica ao lado do estádio Castelão.

Também podemos considerar que por ser a região mais densa do Estado, merecia maior investimento em termos populacionais. Porém, nesse caso existe uma discrepância monumental entre os investimentos no interior do Estado quanto na capital.

A região do Cariri foi a que mais recebeu recursos no período estudado chegando a um volume de 55 milhões, entretanto Fortaleza contrasta de forma exorbitante o volume de investimento que recebeu passando dos 736 milhões.

Ainda se percebe que da mesma forma que aconteceu com os convênios e os contratos houve uma oscilação e diminuição dos recursos alocados quando comparamos os três governos.

Destacamos também que os gastos gerais com o governo do Estado também foram volumosos sendo que esses gastos são referentes a compra de material esportiva ou disponibilidade de núcleo esportivo que é gerenciado pela própria secretaria do esporte tais como: projeto Segundo Tempo e o PELC.



Fonte: direta

Quando olhamos para o gráfico verificamos duas grandes questões: primeiro que quando retiramos os gastos com a região metropolitana de Fortaleza como também os gastos gerais do Estado do quadro anterior é perceptível que no governo Cid Gomes 2 o interior do Estado teve um incremento de recursos maior que no governo Cid Gomes I. Isso demonstra que mesmo com os gastos com megaeventos esportivos e estrutura esportiva o interior foi contemplado de forma satisfatória no segundo governo desta pesquisa.

Talvez podemos considerar que tal fenômeno pudesse ocorrer pois no início do segundo capítulo tratamos da sistemática de controle do governo chamado MAPP, que em sua essência foi implantado para monitorar o resultado das secretarias do governo do Estado por meio dos indicadores escolhidos como também para tentar regionalizar os gastos de forma equilibrada gerando uma diminuição das desigualdades dos investimentos. Pelo menos nesse quesito apresentamos esse fator positivo.

Para finalizar a análise dos três governos também é notório que a região de Sobral e a região do Cariri foram as regiões que mais foram contempladas com os recursos disponíveis da secretaria do esporte, não obstante o governador Cid Gomes é proveniente da cidade de Sobral como também o governador Camilo Santana tem raízes familiares na região do Cariri, especificamente no município de Juazeiro do Norte.

Quadro X - Parceria com Governo Federal

Programa	Convênio	Período	Núcleos	Público		Valor
Segundo Tempo	053/2008	Julho 2008 a dezembro de 2010	233	20.000 crianças e adolescentes	2008	730.000,00
					2009	1.651.571,47
					2010	8.729.067,10
	758664/2011	Dezembro de 2011 a janeiro de 2015	466	46.000 crianças e adolescentes	2011	-
					2012	4.773.824,12
Programa Esporte e	792119/2013	Dezembro 2013 a	100	40.000 pessoas de todas as	2013	9.994.129,07

Lazer da Cidade		novembro 2016		faixas etárias incluindo pessoas com deficiência.	2014	9.088.870,71
					2015	28.073.505,65
Evento Brincando com Esporte	841294/2016	Dezembro 2016 a abril 2018	13	1300 crianças e adolescente	2016	4.435.190,83
					2017	858.111,87
					2018	24.345.647,17

Fonte: direta

Apresentamos aqui as parcerias com Governo Federal em nosso período de estudo. Podemos firmar que a parceria com o Ceará esteve presente em todo período. Todavia, a forma de olhar para os recursos é diferenciada, pois a análise não comporta por ano de gestão e sim por convênio realizado.

Em pesquisa com a ouvidoria setorial da SESPORTE fomos informados que houve 4 convênios com Ministério do Esporte, dos quais são mencionados no quadro. O Projeto Segundo tempo conveniou 15.154.462,69 milhões, o PELC conveniou 47.156.505,43 e, por conseguinte, o Brincando com Esporte repassou 29.638.949,87 milhões para a Secretaria do Esporte no período de estudo.

Na verdade, não encontramos documentos mais específicos em relação a execução desses convênios para avaliar algo mais substância, porém podemos afirmar que pela complexidade e amplitude de atuação, o PELC foi o que mais repassou recurso.

Quadro Y – Gasto SESPORTE 2007 - 2018

Total de gasto SESPORTE 2007 a 2018		
GASTO 2007 A 2018	EE	113.182.914,71
	EP	215.432.200,12
	ER/EQUI	653.972.911,99
	FORMAÇÃO	7.968.160,00
	ADM. SESPORTE	63.180.608,50
GASTO TOTAL		1.053.736.795,32

Fonte: direta

Ainda que os autores Mezzadri e Starepravo (2018) apontem que de um modo geral as pesquisas de financiamento no Brasil vêm crescendo, ainda

existe uma lacuna nos âmbitos estaduais e municipais, desse modo fizemos a tentativa de elucidar os caminhos que o Governo do Estado por meio de sua Secretaria do Esporte planejou e executou os recursos voltados para a política pública de esporte.

Também nas ideias dos autores, o Governo federal traz mais possibilidade de estudo por ter dados disponíveis para estudo. O Estado do Ceará também pode ser considerado um estado com transparência pública bem desenvolvida e possibilitou acolhida de todos os dados desenvolvidos nesta pesquisa.

Contudo, destacamos a importância de fazer uma análise quantitativa e qualitativa que possam extrair de uma forma mais aproximada da realidade as contradições, limites e possibilidades da política de esporte.

Dessa forma os pesquisadores possam apontar caminhos para uma nova agenda para os próximos anos da política de esporte lazer para o Brasil, Estados e Distrito federal.

7. GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Este capítulo tem como objetivos explorar a participação e controle social nas políticas de esporte do governo do estado do Ceará nos períodos de 2007 a 2018, nos governos de Cid Gomes I e II e no primeiro governo de Camilo Santana.

Temos a intenção de saturar todas as determinações que permeiam esse tema no intuito de compreender como o controle a participação social no Governo do estado e na Secretaria do Esporte se desenvolveu (evolução e regressão).

Para compreensão do objeto deste capítulo vamos transcorrer sobre desde a estrutura organizacional e jurídica do Governo do Estado do Ceará, perpassando pelos órgãos de controle e ferramentas de transparência chegando na estrutura organizacional da Secretaria do Esporte e suas inter-relações com seu público alvo.

7.1 Órgão de controle do governo do Estado.

Em 2003, o Poder Executivo do Estado do Ceará instituiu por meio da Lei nº 13.297/2003, seu órgão central de controle interno, inicialmente chamado de Secretaria da Controladoria (SECON). Ao longo dos anos, a **Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado** (Grifo Nosso) passaram por transformações, ampliando suas competências institucionais, abrigando hoje as ações dos sistemas governamentais de Ouvidoria, Controladoria e Auditoria Governamental. (CGE, 2024)

O Governo do Estado do Ceará tem ampliado e modernizado seu Órgão de controle e conseqüentemente suas ferramentas de atuação para facilitar tanto o controle como o incentivo a participação social da população.

Sua estrutura organizacional é regulamentada pelo Decreto nº 34.002, de 24 de março de 2021, tendo suas competências dispostas na Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018 e alteradas posteriormente pela Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023. A Lei Complementar nº 309, de 11 de julho de 2023 veio para reforçar o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, as competências e os valores da CGE, bem como o regime jurídico da Carreira de Auditor de Controle Interno do Estado, no esforço contínuo de atender às políticas e estratégias da ação governamental previstas nas suas atribuições. (CGE, 2024)

Essa desenvolvimento e modernização das ferramentas de transparência e de controle tem sido foco do escopo da CGE que por meio de suas ações vai promovendo um ambiente de busca na excelência por todos os órgãos da administração pública do Estado do Ceará. Inclusive essas ações contribuíram bastante para o desenvolvimento da pesquisa.

A Controladoria Geral do Estado não é uma secretaria que possui uma atuação restrita a suas instalações física, mas possuem uma agenda positiva que durante o ano todo vão buscando a participação de todas as secretarias no sentido de buscar uma melhoria continua e conjunta de todos que compõe o Governo do Estado.

Os eventos, além de promoverem a capacitação dos servidores atuantes nas áreas de controle, também visam nivelar as informações utilizadas pelos demais órgão e entidades do Estado.

Título: Eventos e ações anuais da CGE

Encontro estadual de controle interno	É realizado, anualmente, visando compartilhar e debater temas voltados para o aperfeiçoamento e a modernização dos controles na administração pública, contando com a participação de palestrantes convidados que expõem suas experiências e vivências em suas respectivas áreas de atuação.
Fórum permanente de controle interno	Com o objetivo de promover eventos para discutir temas relativos ao aperfeiçoamento dos controles internos da gestão pública, visando prevenir a recorrência de falhas operacionais que possam afetar o desempenho dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Ceará.
Reunião de rede de ouvidores	São promovidas reuniões periódicas sob a gestão da Coordenadoria de Ouvidoria com a Rede de Ouvidorias e a Rede de Acesso à Informação buscando promover a integração técnica e normativa, a padronização, sistematização e avaliação dos procedimentos de atuação entre as ouvidorias setoriais.
Encontros de Integração do S.C.I	Os Encontros de Integração do Sistema de Controle Interno visam compartilhar informações da CGE, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, e dar suporte à atuação das Assessorias de Controle Interno e Ouvidoria e demais responsáveis pelas atividades de

	controle interno nos órgãos e entidades do Poder Executivo.
Tira-Dúvidas Ouvidoria	Espaço de diálogo direto com a comunidade em geral e que agendado previamente, qualquer cidadão pode participar e tirar suas dúvidas ao vivo e diretamente com representantes da CGE
CGE Compartilha Itinerante	O CGE Compartilha Itinerante é um evento pensado para a apresentação de boas práticas, atualização de informações e orientações das áreas programáticas da CGE.

Fonte: direta

Além das ações e eventos que são desenvolvidos durante todo o ano pela Controladoria geral do Estado, a secretaria também desenvolveu ferramentas

Título: Aplicativos e serviços gerenciados pela CGE

CEARÁ APP	Aplicativo de serviços do Governo do Estado do Ceará desenvolvido para facilitar seu dia a dia. Com ele, você acessa serviço, emite certidões e boletos, cadastra-se em programas do governo, pode ser atendido online por profissionais especializados, entre outros.
ESP/CE Urgência e emergência	A Escola de Saúde Pública do Ceará disponibiliza uma ferramenta com orientações para a população em casos de urgência e emergência.
SACC	O Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios (SACC) é um sistema utilizado pelos órgãos e entidades estaduais do Poder Executivo, exceto sociedades de economia mista, no qual são cadastrados todos os contratos, convênios e instrumentos congêneres.
SIEC	O Sistema de Informações Estratégicas de Controle tem por objetivo disponibilizar consultas e painéis gráficos para prover informações gerenciais e estratégicas que possam auxiliar os gestores na tomada de decisão.
CGE Atende	O CGE Atende é uma ferramenta de gestão de demandas e suporte técnico aos sistemas corporativos da CGE. Os usuários poderão por meio dessa plataforma informar erros, solicitar correções ou propor melhorias para o e-Parcerias, SACC, e-PASF e Carta de Serviços ao Cidadão.
e-Parcerias	O e-Parcerias é o sistema de gestão das parcerias do Poder Executivo Estadual, por meio do qual os órgãos e entidades da administração pública estadual, assim como os parceiros, operacionalizam as atividades pertinentes ao processo de transferência de recursos financeiros por meio de convênios e demais instrumentos de parceria.
AVIA	O Sistema Integrado de Controle Interno – AVIA tem como objetivo dar suporte às atividades desempenhadas no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado, como o Programa de Integridade e as atividades do Plano de Ação para Sanar Fragilidades (PASF).
Ceará Transparente	O Ceará Transparente é um importante instrumento de Transparência das ações do Governo do Estado do Ceará. O Portal propicia ao cidadão, por meio de um único canal, o acesso didático e célere às principais informações do Governo do Estado do Ceará.

Ouvidoria	Crie uma manifestação para registrar uma sugestão, elogio, solicitação ou reclamação relativa ao poder público. Você também pode criar uma denúncia usando seu perfil ou de maneira anônima.
Acesso à Informação	Todos os cidadãos e cidadãs têm direito a solicitar o acesso a informações que, por alguma razão, não tenham sido disponibilizadas na página de transparência.

Fonte: direta

Para fundamentar nossos dados de capítulos anteriores fizemos a utilização das ferramentas descritas no quadro. Os principais utilizados fora: Portal da transparência, Ouvidoria e Acesso a Informação.

A Lei Estadual de Acesso à Informação, Lei nº 15.175/2012, institui como princípio fundamental que o acesso à informação pública é a regra e o sigilo a exceção. Sua sanção representa mais um importante passo para a consolidação do regime democrático e para o fortalecimento das políticas de transparência pública. A legislação estadual vem complementar, no âmbito do Ceará, a Lei Geral de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011. O Ceará para além da lei de acesso a informação no âmbito federal ainda constituiu instrumento legal estadual para fortalecer suas ferramentas.

De acordo com CGE (2024) a transparência ativa e passiva é a forma com que o cidadão tem de aproximar com os processos decisórios da gestão de tal forma a receber o resultado dessas decisões de forma célere e sem burocracia.

A mencionada Lei Estadual e o Decreto Estadual nº 31.199/2013 determinam um rol mínimo de informações que devem estar divulgadas proativamente (transparência ativa) nos sítios institucionais dos órgãos e entidades. As informações de interesse do cidadão que não estejam disponíveis na forma ativa, podem ser solicitadas.

Para transparência passiva o cidadão pode solicitar o que necessita saber em relação ao poder público. De acordo com a CGE (2016) a solicitação de informação não precisa ser motivada, ou seja, o solicitante não precisa justificar qual motivo das solicitações nem tão pouco o órgão público pode se recusar ou questionar a solicitação. Cada site deve seguir o manual da transparência onde os órgãos do governo recebem anualmente uma nota pelo

desenvolvimento da transparência em seu portal e são ranqueados pela atuação nessa área.

O manual apresenta 50 itens de orientação a serem seguidos para chegar a uma transparência de excelência, onde cada item equivale a 2 pontos, totalizando 100 pontos. Anualmente as secretarias e [órgão] são avaliados por seus respectivos portais. Os pontos que devem estar em cada site de secretaria são: Banner da LAI, estrutura organizacional, competências do órgão, endereço, telefone e horário de funcionamento, indicadores de resultados, convênios, despesas, despesa detalhada, licitações, contatos, informações de servidores, relação de informações, perguntas frequentes, sobre a LAI, relatório estatístico do SIC, composição do comitê setorial de informação, cartão de serviço ao usuário, avaliação dos serviços prestados, indicar responsável pela ouvidoria setorial, espaço de registro de manifestação e relatório de gestão de ouvidoria (CGE, 2014)

Ainda tratando de transparência passiva, o usuário necessita fazer um cadastro no portal de solicitações e no próprio portal ele indica como quer receber a resposta de sua solicitação de informação. O prazo definido por lei é 20 dias como tempo de resposta sendo prorrogáveis por mais 10, ou seja, 30 dias para receber sua resposta.

A recusa da informação pode acontecer em duas hipóteses: (i) se a informação estiver classificada como sigilosa, onde a CGE divulga na sua página o conjunto de dados protegidos por lei e um comitê gestor de informações se reúne periodicamente para analisar as informações sigilosas.

Para analisar as solicitações recebidas a CGE possui um comitê gestor e cada órgão possui um comitê setorial que verifica se a manifestação feita pelo usuário se trata de informação sigilosa. No momento da solicitação de informação o usuário pode encaminhar diretamente para secretaria na qual gostaria de saber alguma informação ou se caso não sabia em qual secretaria se encaixa a sua dúvida, a própria CGE após análise encaminha para o órgão corresponde a solicitação.

Em nossa pesquisa fizemos cerca 48 solicitações de informação para diversas secretarias correlatas a nossa pesquisa. Nossas solicitações seguiram o seguinte roteiro.

Título:

Secretaria	Informação Solicitada
SESPORTE	Funcionamento e gastos castelão Funcionamento e gastos CFO Participação de conselhos gestores Realização e documentos de conferencias Parcerias com Governo federal.
SEPLAG	Orçamento do estado Classificação do orçamento público Dados sobre o FECOP E Fundo da Juventude e Esporte
SEFAZ	Informações do PIB e porcentagem do orçamento SESPORTE
IPECE	Informações e dados sócio econômicos do Estado
CASA CIVIL	Realização de eventos esportivos correlatos Estrutura do governo Itinerante
STDS	Gestão de equipamentos esportivos

Fonte: direta

De acordo com algumas entidades que pesquisam e debatem transparência de governo, o Ceará possui lugar de destaque em abrir seus dados para sociedade:

O Governo do Ceará foi reconhecido novamente, em cenário nacional, pela transparência pública em sua administração. O Estado foi avaliado com o índice de 95,35% de transparência em pesquisa ligada ao Programa Nacional de Transparência Pública, promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Tribunal do Estado de Mato Grosso (TCE-MT, 2022).

O resultado da pesquisa, publicado no Radar da Transparência Pública, foi obtido por meio da avaliação de dados de transparência contemplando portais das unidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos órgãos do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública, das esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

No que concerne às esferas Estadual e Distrital foram avaliados os 27 Portais de Poder Executivo dos Estados e o do Distrito Federal. Na pesquisa

realizada este ano, o Governo do Estado do Ceará obteve a pontuação da categoria Diamante.

Como parte integrante da pesquisa lançamos mão da utilização do portal SOIF que também foi desenvolvido pela Controladoria Geral do Estado. O portal é utilizado para consulta de execução orçamentária. De acordo do a CGE (2016) a regra é depois de confirmada a despesa, cada secretaria tem 48 horas para registrar a despesa no portal.

Título: Painel SIOF de execução orçamentária.

SIOF - Consulta Execução Orçamentária

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Governo do Estado do Ceará

Período
Ano: 2024 ▼ Mês: Julho ▼
Atualizado em 16/07/2024 23:04:16 Relatórios Gerados: 355

Entidade
Secretaria: Selecione uma Secretaria ▼
Órgão: Selecione um Órgão ▼
Unid. Orçamentária: Selecione uma Unid. Orçamentária ▼

Funcional / Programática
Função: Selecione uma Função ▼ Subfunção: Selecione uma Subfunção ▼
Programa: Selecione um Programa ▼ Ação: Selecione uma Ação ▼
Região: Selecione uma Região ▼ IdUso: Selecione um Identificador de Uso ▼
Fonte: Selecione uma Fonte ▼ Subfonte: Selecione uma Subfonte ▼
Identificador de Exercício: Selecione um Identificador de Exercício ▼ Classificação da Ação: Selecione uma Classificação da Ação ▼

Despesa

A ferramenta apresenta os gastos detalhados e pormenorizados por categoria escolhida por quem consulta. Para o desenvolvimento de nossa pesquisa fizemos a pesquisa com as seguintes categorias: orçamento geral, orçamento por programa, orçamento e fonte, orçamento e região, orçamento e PPA, orçamento e plano de ação.

O sistema produz relatórios referentes a pesquisa nos formatos de Word, PDF e planilha de Excel. Dessa maneira conseguimos nos debruçar de forma bem detalhadas nos gastos da Secretaria do esporte no período de 2007 a 2018.

Outro portal que é foi muito útil para a pesquisa e se configura como uma grande ferramenta de controle social é o portal dos convênios e contratos. Neste espaço situado na página Ceará Transparente o usuário pode pesquisar

todos os convênios, contratos e congêneres executados por qualquer órgão que compõe a estrutura do Governo do Estado do Ceará.

Neste espaço também podemos encontrar os contratos de trabalhadores terceirizados, servidores público de carreira e licitações em andamento.

Título: Portal da transparência

Gerar planilha com os dados filtrados

Quantidade de convênios filtrados: 599

Valor atualizado dos convênios filtrados: R\$ 121.161.169,32

Data de assinatura	Nº SACC	Nº Convênio	Unidade	Conveniente	Objeto	Valor atualizado	Valor empenhado	Valor pago
10/12/2018	1068509	008/2018	SESPORTE	INSTITUTO VEREDAS DA CIDADANIA 18.447.576/0001-67	Rede de Esporte Comunitario	R\$ 2.075.100,00	R\$ 2.075.100,00	R\$ 2.075.100,00
18/10/2018	1062432	021/2018	SESPORTE	FEDERACAO CEARENSE DE TIRO 07.332.513/0001-49	Etaapa Nordeste da Copa Brasil de Comp...	R\$ 49.956,00	R\$ 49.956,00	R\$ 49.956,00
03/08/2018	1055129	004/2018	SESPORTE	ACACE ASSO CO DE COOP AGRIC	1? Copa Estadual da Reforma Agraria -...	R\$ 652.594,00	R\$ 652.594,00	R\$ 652.594,00

Cidade ON-LINE

Fonte: direta

Este espaço além de produzir relatórios em Excel do período e secretaria pesquisada, o usuário pode ter acesso ao número do contrato, termos do contrato digitalizado, plano de trabalho, extrato de pagamento, valores empenhados e pagos e termo de aditivo.

Na figura pode ser observado que quando pesquisa, por exemplo, os convênios realizados do período de 01/01/2007 a 31/12/2018 foi apresentado 599 convênios no portal, exatamente o quantitativo estudado para apresentação dos dados no capítulo anterior. Essas ferramentas de controle social são bem eficazes quando a população é capacitada para trabalhar e acompanhar as ações do Governo do Estado com essa ferramenta.

Fizemos esse mesmo exercício de pesquisa com contratos, trabalhadores terceirizados e servidores de carreira.

Ainda como parte dos serviços da Controladoria Geral do Estado temos as ouvidorias setoriais responsáveis em receber as reclamações, denúncias e sugestão dos usuários do Governo do Estado do Ceará.

A ouvidoria é um canal de participação e controle social responsável pela análise das manifestações relacionadas às políticas e aos serviços públicos prestados sob qualquer forma ou regime, com o objetivo de avaliar a efetividade e ao aprimoramento da gestão pública.

As manifestações podem ser realizadas por e-mail, telefone, portal da CGE e pessoalmente. Ainda que você faça cadastro, no próprio portal você pode solicitar sigilo ou anonimato caso seja realizado alguma denúncia ou reclamação. A Controladoria encaminha a sua manifestação sem revelar a identidade do solicitante.

Todos esses espaços de solicitação de informação ou ouvidoria servem de base para produção de relatórios anuais que trazem todas as manifestações realizadas em cada ano no Governo do Estado do Ceará. Em cumprimento aos Arts. 8º e 9º do Decreto 30.474, de 29 de março de 2011, é apresentado um relatório de panorama geral do resultado da atuação das atividades desenvolvidas no âmbito do Sistema Estadual de Ouvidoria no exercício de cada ano.

A Rede de Ouvidorias, regulamentada por meio do Decreto nº 30.938/2012, tem um papel importante nesse processo, a quem cabe atuar na apuração e resposta das manifestações apresentadas pelos cidadãos, e a partir desse contexto, são apresentadas recomendações a serem providenciadas no âmbito da Gestão do Sistema ou pelas respectivas setoriais. (CGE, 2016)

Em 2024 a rede de ouvidorias é formada pela CGE, enquanto coordenadora, e pelas 67 Ouvidorias Setoriais. As Ouvidorias Setoriais que compõem a Rede Estadual de Ouvidoria são divididas em três tipos, considerando a quantidade de manifestações recebidas no exercício.

Dessa forma, as ouvidorias que receberam até 300 manifestações no ano estão classificadas como Tipo 01, as ouvidorias que receberam entre 301 e 1.000 manifestações no ano, estão classificadas como Tipo 02 e as ouvidorias que receberam mais de 1.000 manifestações no ano estão classificadas como

Tipo 03. Segue o número de manifestações já divididas por categoria. Apesar de nosso estudo englobar o período de 2007 a 2013, apenas em 2014 a CGE passou a redigir relatórios gerais em relação aos seus números.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Insatisfação do cidadão	34.830	39.836	42.749	47.731	50.758
Solicitação de serviço	12.225	13.866	16.980	16.057	16.170
Contribuição do cidadão	7.751	9.819	10.084	9.648	9.159
Manifestação governo do Estado do Ceará	54.806	63.521	69.813	73.436	76.087

Fonte: direta

Compreendemos que a Controladoria Geral do Estado por meio de suas ações tem fomentado a participação da população no envolvimento do controle e participação social como também procura aprimorar constantemente suas ferramentas de atendimento ao usuário. Os relatórios produzidos pela CGE também contemplam indicadores de desempenho que aponta evolução ou não de determinada secretaria em relação a excelência no atendimento.

Situação	2014	2015	2016	2017	2018
Manifestações respondidas no Prazo	91,3%	86,2%	83,4%	80%	89,5%
Manifestações respondidas fora do Prazo	8,2%	11,9%	15,2%	18,8%	9,6%
Manifestações não concluídas	0,3%	1,6%	1,4%	1,9%	0,9%

Fonte: direta

Levando-se em consideração que a conclusão da manifestação contempla o prazo utilizado para apuração pela Setorial e o tempo que a CGE utiliza para validar e consolidar todas as respostas, antes do encaminhamento ao cidadão demandante, o tempo médio de resposta no ano de 2015 foi de 12 dias, enquanto que no ano de 2014 foi de 10 dias. Nos anos de 2016 e 2017 o tempo médio de resposta as solicitações foi de 14 dias.

De acordo com CGE (2018) em seus relatórios setoriais os principais fatores para o baixo índice resposta apontados pelos próprios servidores foram: (i) acúmulo de tarefas do servidor designado para enviar resposta; (ii) falta de sensibilização dos setores institucionais para fornecer informações, principalmente os setores que possuem mais solicitações para responder e (iii) o problema sazonal ocorrido no início do ano em virtude da mudança de gestão e exoneração de ouvidores que atuavam nas ouvidorias.

Por isso a importância do trabalho da Controladoria Geral do Estado em realizações de eventos e ações durante todo corrente ano. A lei de acesso a informação aponta que o poder público deve incentivar a participação social, por outro lado essa sensibilização também deve ocorrer no âmbito dos servidores, pois são eles que fornecem as informações aos usuários.

A figura do patrimonialismo ainda é muito forte e os servidores públicos necessita compreender que a transparência é fator fundamental para fortalecimento da democracia. De certo entendemos que o estado do Ceará está desenvolvendo bem suas ferramentas de participação.

Título: Número de reclamações da SESPORTE

	2014	2015	2016	2017	2018
Insatisfação do cidadão	84	60	88	58	57
Solicitação de serviço	29	33	23	42	42
Contribuição do cidadão	19	08	08	18	11
Manifestações SESPORTE	132	111	119	118	110

Fonte: direta

Desde quando os relatórios da CGE começaram a ser elaborados, a SESPORTE possui os números apresentados pelo quadro acima. De acordo com a classificação da CGE a ouvidoria setorial da Secretaria do esporte é do Tipo 1, pois recebe menos 300 manifestações anuais.

Dentre os números apresentados percebe-se que a menor frequência são as manifestações de contribuição do cidadão que nunca ultrapassa 20 chamadas. Ao tratarmos de disputa de fundo público e busca na garantia dos direitos, os números da SESPORTE ainda são tímidos principalmente quanto tratamos de milhões do orçamento e das inversões de prioridade.

Situação	2014	2015	2016	2017	2018
Manifestações respondidas no Prazo	87%	95%	94%	88,9%	87,3%
Satisfação com a resposta	83%	87%	84,4%	88,9%	66,7%
Tempo médio das respostas	18 dias	11 dias	14 dias	10 dias	17 dias

A controladoria Geral do estado do Ceará coloca como meta das ouvidorias regionais 92% de respostas dentro do prazo estabelecido. Apenas em 2015 e 2016 essa meta foi alcançada.

Logo após o recebimento da resposta o usuário responde um questionário avaliando a qualidade da resposta recebida. A SESPORTE manteve uma média acima de 80%, porém em 2018 a média caiu para 66%. Nesse quesito a CGE não impõe uma meta de satisfação pois entende que esse quesito é subjetivo a ponto de não poder atingir meta.

Com relação à média do prazo de resposta a Secretaria do Esporte mantém o prazo estabelecido que é de 20 dias para responder prorrogáveis por mais 10 dias.

Dentro dos relatórios que já mencionamos que são produzidos pela CGE, na parte final a controladoria aponta metas de melhoria para cada

secretaria alcançar no ano seguinte. Reconhecemos como avanço e a população em geral deveria se apropriar mais das ferramentas que compõem pilar importante para manutenção da participação e controle social.

Nessa perspectiva apresentamos a estrutura organizacional do estado e como ele se relaciona com público alvo. Também vamos apresentar ações concretas que colaboraram com a participação da sociedade na formação das políticas públicas do esporte e do Estado no geral.

7.2 Conferências Estaduais do Esporte

De acordo com Araújo (2016) no início do século XXI, o setor esportivo brasileiro passou a contar, ainda que tardiamente quando comparado a outras áreas sociais, com um importante mecanismo de democratização e de controle social das políticas públicas: as Conferências Nacionais de Esporte, realizadas nos anos de 2004, 2006 e 2010, durante o governo Lula.

A autora ainda aponta um caráter inovador devido ao seu desenho organizacional, com a realização de etapas municipais, estaduais e nacional, que possibilitava aos segmentos sociais a apresentação de suas demandas e propostas.

Quanto tratamos do Estado do Ceará, também encontramos 3 ações dessa natureza sendo elas em 2004, 2007 e 2010. Infelizmente no caso do Ceará obtivemos pouco documentos oficiais que tratem da realização dessas ações, se limitando nossa pesquisa neste quesito em algumas notícias em jornais como também caderno de participante. Com certeza a ideia da autora em termos de resultados dessas conferencias também podem ser pensados para o Estado do Ceará. Araújo (2016) alerta:

Entretanto, a importância e o potencial desses mecanismos para atendimento às necessidades sociais e garantia do direito constitucional ao esporte foram mitigados por um redirecionamento da agenda esportiva nacional. Essa reorientação, com enfoque nos grandes eventos esportivos, evidenciou-se na III Conferência Nacional de Esporte (CNE), no ano de 2010, que trouxe como slogan “Por um time chamado Brasil” e como tema “Plano Decenal de Esporte e Lazer – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”.

De acordo com Araujo (2016), o direcionamento do debate da III CNE para a elaboração de um Plano Decenal demonstrou a opção de deslocar o foco da consolidação do Sistema Nacional de Esporte (SNE), transferindo a centralidade da política para os megaeventos esportivos a serem realizados no país.

Para a autora, essa decisão política revela que o discurso de inclusão, democratização e universalização se configurou apenas como exercício de retórica ao não priorizar a materialização do SNE.

Em relação ao Estado do Ceará não temos registro dos participantes da III Conferência Estadual do Esporte nem tão pouco quem foram os delegados destinados a participação da conferência nacional. Entretanto os dados apresentados no capítulo de orçamento coadunam com as reflexões da autora como também de outros estudos. Como registro da realização da III Conferência Estadual de Esporte temos a matéria veiculada pela Secretaria do esporte no dia 29 de março de 2010.

A Secretaria do Esporte do Estado (Sesporte) promove nesta terça-feira (30), a partir das 14h30, o lançamento da III Conferência Estadual do Esporte. O evento tem como objetivo elaborar as políticas públicas que serão consolidadas no Plano Decenal do Esporte e Lazer, estabelecendo linhas estratégicas, ações, metas e prazos para o esporte e lazer no país nos próximos 10 anos. O evento funcionará como etapa preparatória para a III Conferência Nacional do Esporte, que acontecerá de 3 a 6 de junho, em Brasília. (SESPORTE, 2010)

Estudos de Araujo (2011), Castelan (2011), Bernabé e Starepravo (2015) localizam uma reorientação política da agenda esportiva em período anterior, simbolizada de forma mais aparente na mudança dos objetivos e deliberações das Conferências Nacionais de Esporte (CNEs).

Trata-se de um redirecionamento, caracterizada por um deslocamento do foco na construção de uma política nacional e uma organização sistêmica que orientasse a ação do Ministério do Esporte – presente nas duas edições de 2004 e 2006 – para a legitimação de uma planificação direcionada à promoção dos grandes eventos esportivos, consolidada na terceira e última edição de 2010.

De acordo com Castellani Filho (2019), essa alteração de rota explicitou o comprometimento do Governo Federal com os anseios do setor conservador do campo esportivo.

Nesse quesito o Ceará segue a risca o direcionamento das políticas de esporte, pois quando comparamos ao Governo Federal, também foi criado um ambiente de expectativa com a Chegada de Cid Gomes no Poder em 2007. Em seu primeiro mandato ainda verificamos um “flerte” com uma política de esporte mais inclusiva e universal.

Ainda no bojo da nossa pesquisa encontramos registros da realização da II Conferência Estadual do Esporte. Os registros não nos dão suporte para realizar uma análise de forma mais aprofundada sobre as discussões e os participantes, porém aponta sua realização pela Secretaria do Esporte. Vale ressaltar, como não houve um cuidado em guardar os documentos que tratam da participação da sociedade na elaboração das políticas públicas do esporte.

7.3 Governo Itinerante e Fórum de planejamento participativo.

O governo itinerante se configura como uma iniciativa do Governo do Estado em aproximar seus dirigentes da população. Seu funcionamento se configura da seguinte forma: toda última semana de cada mês o Governo do Estado e suas principais secretarias viajam para o interior do estado visitando 3 municípios diferentes em dias consecutivos.

No período da manhã a população é atendida pelas secretarias estaduais com os serviços específicos de cada secretaria e no período da tarde Governador faz uma plenária com a população em praça pública para dois momentos: primeiro ele anuncia os investimentos ligados ao município e a região correspondente e logo em seguida ele responde perguntas realizadas diretamente dirigidas a ele dos diversos temas do governo. Os secretários estaduais também acompanham esse momento e também auxiliam o governador nesse diálogo.

Em solicitação a Casa Civil do Estado do Ceará para obter dados mais específicos infelizmente não tivemos sucesso. Mais uma vez lamentamos

que quando a política apresenta meios de participação da população, esses dados não são guardados com sua devida importância.

Desta ação restaram apenas as notícias referentes aos encontros. Em matéria do dia 5 de abril de 2010 apresenta uma dessas ações.

O governador Cid Gomes e os secretários estaduais estarão nesta terça-feira (6) e quarta-feira (7) nos municípios de Penaforte, na Região do Cariri, e Orós, Centro-sul, respectivamente, durante mais uma edição do projeto “Governo Itinerante”. Na ocasião, serão anunciados investimentos para as regiões e prestados os mais diversos serviços à sociedade. O objetivo é aproximar a população dos dirigentes da administração estadual. Em Penaforte a instalação do Governo Itinerante acontecerá no S.A Clube (Av. Padre Cícero, S/N – Centro) e Orós no Ginásio de Esportes Aécio de Borba (Av. Gabriel Bezerra – S/N – Centro). (Casa Civil, 2010).

Esta ação perdurou até a gestão do Camilo Santana i, sendo que o nome passou de Governo itinerante para Governo na Minha Cidade e teve uma variação em termos de dias correspondentes e também a participação do governador que por vezes foi substituído ou pelo vice-governador ou presidente da Assembleia Legislativa. Com certeza essa foi uma ação que incentivou a participação da população, pois a debate veio bater na praça e na porta do município.

Por fim, dentro da estrutura de estado fomos pesquisar sobre o Conselho do Desporto do Estado do Ceará, sendo ele um órgão de deliberação coletiva de caráter consultivo, normativo e fiscalizador, em assuntos voltados à política de desenvolvimento do Esporte no Estado, vinculado à Secretaria do Esporte do Estado do Ceará (SESPORTE).

O Conselho do Desporto é constituído por 15 (quinze) membros efetivos e 15 (quinze) membros suplentes, sendo a maioria indicada por entidades representativas que atendem aos anseios da comunidade esportiva, abrindo vagas para representantes de vários setores da sociedade civil, além dos demais órgãos estaduais (SESPORTE, 2024).

Os conselheiros têm mandato de dois anos, sendo permitida apenas uma recondução. A eleição do presidente e do vice-presidente é feita em votação

aberta com a participação de todos os membros do Conselho (SESPORTE, 2024).

São competências do Conselho do Desporto:

- Conceder o certificado de Registro de Entidades Desportivas (CRED);
- Sugerir prioridades e oferecer subsídios técnicos para o Plano Estadual do Esporte;
- Recomendar prioridades ao plano de aplicação de recursos financeiros do Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude (FUNDEJ);
- Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos materiais e financeiros do Estado, destinados as atividades desportivas;
- Estimular e apoiar na formação dos Conselhos Municipais do Esporte;
- Estimular e apoiar no desenvolvimento dos Planos Municipais do Esporte;
- Estimular e apoiar na criação da lei do Fundo Municipal do Esporte;
- Realizar encontros, seminários e congressos visando à divulgação e promoção das ações do Conselho do Desporto do Estado do Ceará;
- Desenvolver outras atividades relacionadas ao Desporto.

O Conselho do Desporto possui reuniões ordinárias mensais e tratam de assuntos do cotidiano da Secretaria do Esporte. Na prática os conselheiros votam materiais relacionada as prioridades da secretaria, critérios de escolha do bolsa esporte e bolsa atleta, votam sobre a medalha de mérito esportivo.

Fazendo uma análise das atas de reuniões disponibilizadas pelo portal de transparência, não verificamos nenhuma ação referentes a estimular criação de Conselho Municipal nem Fundo Municipal de Esporte, ou seja, o Conselho mantém atividades apenas internas da Secretaria do Esporte necessitando avançar nas ações esportivas em nível municipal.

7.4 Ordenamento legal do Estado do Ceará.

No intuito de identificar que leis fazer parte do ordenamento legal esportivo do Ceará. Dessa forma pesquisamos no programa BELT – Banco de Leis Temáticas do Ceará.



Durante a pesquisa usamos as palavras chave abaixo e obtivemos um total de 190 leis temáticas do esporte.

Palavra chave	Nº
Academia	5
Atleta	9
Brinca	5
Campeonato	3
Capoeira	3
Club	8
Copa	18
desport	22
Educação Física	3
Esport	50
Federação	1
Futebol	4
Jogo	8
Kitesurf	1
Lazer	25
Olímpic	2
Recrea	20
Surf	1

Torcedor	1
Torcida	1
Total Geral	190

Quanto categorizamos as leis por governo, verificamos que Camilo Santana e Cid Gomes foram os governadores que mais legislaram com temática. Vale ressaltar que boa parte dessas iniciativas estão ligada a designação de nome de equipamentos esportivos e praças, mas devemos considerar algumas conquistas para o esporte.

Governo	Nº de Leis	%
Camilo Santana	76	40%
Cid Gomes	50	26%
Lúcio Alcântara	27	14%
Tasso Jereissati	26	14%
Ciro Gomes	2	1%
Gonzaga Mota	9	5%
Total Geral	190	100,00%

Destacamos essas leis relacionada ao esporte ainda que parte delas esteja fora de nosso escopo de pesquisa. Percebe-se que mesmo com um quantitativo considerável de 190 leis, as que realmente tratam estruturalmente algum benefício ao esporte não chega a 10% do total delas.

FORMA	CONTEÚDO	PERÍODO
Lei nº 9.108-a	Instalada a Fundação de Assistência Desportiva do Estado do Ceará - FADEC.	27/07/1968
Decreto nº 75.922	Institui a criação dos Centros Sociais Urbano	1/07/1975
Lei nº 12.961	Extinção FADEC	03/11/1999
Lei nº 13.297	Criação SEJUV	07/03/2003

Lei nº 13.875		Criação Secretaria do Esporte	07/02/2007
Decreto 29.217	nº	Aprova o regulamento da Secretaria do Esporte	07/03/2008
Decreto 27.276	nº	Dispõe sobre o Conselho do Desporto, define sua estrutura e dá outras providências.	11/12/2003
Decreto 31.774	nº.	Cria lei Estadual de Incentivo ao Esporte destinada à projetos esportivos e para desportivos dentro do Estado do Ceará.	04/03/2017
Lei nº 13.019		Estabelece os princípios acerca das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.	21/06/2013
Lei 280504		Criação do Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude	31.05.2004

No entanto podemos considerar que os maiores avanços do esporte no tocante ao seu ordenamento legal aconteceu a partir de 2003 com a criação da SEJUV, conselho do desporto, criação do fundo da juventude e esporte, criação da Secretaria do Esporte, etc. nesses últimos 20 anos o esporte teve uma legitimidade maior em relação a outros períodos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais desta pesquisa vamos considerar alguns entendimentos que representam nossos achados de pesquisa.

Primeiro a importância de realizar estudos aprofundados em relação às políticas estaduais sobre o esporte. É notório o crescimento de estudos com relação à política do governo federal, porém à medida que nos debruçamos sobre o governo federal precisamos compreender quais implicações perpassam pelos Estados e o distrito federal os direcionamentos dessa política.

Segunda questão sobre as políticas estaduais é a importância de um olhar sistêmico para política. Para fazer uma análise mais aprofundada relacionados aos impactos da política de esporte precisamos esgotar as variáveis que permeiam todo o contexto da política, inclusive os entrelaçamentos com a política federal.

No momento da avaliação da política quando tratamos de orçamento também precisamos ter o cuidado de não olhar apenas um lado do prisma pois teremos um resultado e que muitas vezes não condiz com a realidade do volume e direção dos gastos.

Outro fator fundamental para o desenvolvimento de pesquisas em relação a política pública de esporte estadual está exatamente na profundidade que o pesquisador consegue se aproximar dos dados da pesquisa.

O ente federativo precisa reconhecer que abrir e disponibilizar os seus dados de forma adequada favorecem a uma aproximação da sociedade e na pesquisa, daqueles que querem fazer algum tipo de crítica ou consideração e que esses estudos possam servir de referência futura para outros gestores possam subsidiar suas escolhas ou pelo menos saber quais caminhos não devemos voltar e cometer os mesmos equívocos.

Ainda que o resultante das políticas públicas de esporte do Estado do Ceará não apresente, neste estudo, um caminho de excelência em relação ao desenvolvimento das suas políticas, só em abrir os seus dados e aprimorar as suas ferramentas de participação já prenunciam a possibilidade de que outros atores possam sugerir melhorias e participarem do processo de planejamento

futuro de suas políticas públicas não só de esporte, mas de todas as áreas referentes ao fundo público.

Sobre a participação social verificamos que muitas ideias e ações foram incentivados pelo governo do estado do Ceará no período do nosso estudo. Verificamos o quanto que é importante essas ações para incentivo de toda a sociedade na aproximação do processo de tomada de decisão das políticas públicas.

Porém o percebido no estudo foi que as memórias dessas ações não são catalogadas e guardadas como outras ações desenvolvidas pelos órgãos que compõem o governo do estado do Ceará. Nem a Casa Civil nem a própria Secretaria do Esporte possuem memória de suas conferências e participação do Governo Itinerante na qual consideramos como principais instrumentos de participação popular. Seria necessário que os dirigentes dos entes públicos tivessem a consciência que a manutenção dessa memória é fundamental para criação de outras ações afirmativas nesse sentido.

Sobre a copa do mundo saltam os olhos a forma com que o capital se apropria do imaginário social do esporte e a partir disso ganha parte importante do fundo público.

Como apresentamos no estudo sobre o orçamento o Estado do Ceará ainda que com a diminuição do PIB e parte das suas receitas a realização da copa do mundo fez com que no período do estudo o orçamento destinado ao esporte ultrapassasse 0,5% durante três anos consecutivos. Esses recursos excedentes foram destinados para um evento particular onde a entidade promotora não entra com nenhuma contrapartida e por cima direciona como o estado de proceder com relação aos seus gastos públicos.

Sobre os gastos de infraestrutura. A influência das emendas parlamentares em demandar seus anseios particulares em detrimento a um orçamento mais robusto para o esporte é notória principalmente nos anos eleitorais o recurso que deveria ser destinado para o orçamento da secretaria do esporte e por meio de sua discricionariedade distribuir de forma equilibrada os recursos, os mesmos ficam concentrados no poder de escolha individual e particular de cada parlamentar.

Ainda no tema sobre estrutura física é interessante como os gestores tratam sobre as escolhas dos equipamentos, pois não conseguimos identificar um planejamento prévio voltado para a realidade local dos municípios. O que se tem é um equipamento privilegiado sendo replicado nos municípios de forma aleatória.

Verificamos que cada gestão teve uma preferência e a partir dela os municípios foram contemplados por exemplo com as pistas de skate ou com as praças de esporte. Não foi apresentado nenhum levantamento técnico para escolha como também não foi apresentado nenhum levantamento da demanda do município, ou seja, a identificação do que realmente o município precisa.

Por fim quando comparamos os três períodos estudados podemos considerar que: ainda que os governos façam parte da mesma composição política, da mesma identidade ideológica o que verificamos no esporte foram três momentos diferentes, anacrônicos e distantes.

Se no primeiro governo observamos o crescimento das políticas públicas de esporte e uma prática mais universal inclusive em seu segundo governo verificamos uma maior preocupação com megaevento esportivo e uma estagnação do desenvolvimento das políticas públicas de esporte o governo Camilo Santana um herdou um passivo complicado deixado pela copa do mundo e a construção do CFO com tudo enfrentou a maior crise política e financeira que o Brasil enfrentou nos últimos 20 anos.

A conclusão deste estudo é que os ganhos da classe trabalhadora e das camadas populares não são lineares, estamos constantemente numa disputa com o capital e com que a sua atuação retira do fundo público. Ainda que as condições objetivas nos apresentem um favorecimento para a construção de uma política pública universal e inclusive, devemos nos manter vigilantes e com a militância ativa pois ainda nos melhores momentos de desenvolvimento das políticas sociais e das garantias de direito ou capital sempre estará e juntamente com o estado garantir as condições favoráveis ao seu crescimento.

Fiquemos vigilantes de que o esporte possa ter o lugar de destaque, não como uma potência olímpica ou como campeão mundial, mas como um

espaço de que a população possa usufruir das suas práticas corporais garantidas pelo Estado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Silvia Cristina Franco; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; SILVA, Dirceu Santos. Produção científico-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. **Motrivivência**, v. 26, n. 42, p. 27-40, 2014.

ATHAYDE, P. F. A. **O ornitorrinco de chuteiras**: determinantes da política de esporte do governo Lula e suas implicações sociais. (Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Política Social). Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas – UnB. Brasília, 2014.

ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F.; FIGUEIREDO, P. O. F. N.; REIS, N. S. **O esporte como direito de cidadania**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 19, n. 2, abr./jun. 2016

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. A disputa pelo fundo público no âmbito do financiamento esportivo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, 2016.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; DE ARAUJO, Silvana Martins; DA SILVA PEREIRA FILHO, Ednaldo. DÉCADA PERDIDA DO ESPORTE: 10 ANOS PARA LEVAR O BRASIL AO “NÃO MAIS”!. **Corpoconsciência**, p. 110-130, 2021.

ATHAYDE, Pedro; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilásio. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 37, n. 1, p. 2-10, 2015.

BARRETO, Camila de Jesus; SILVA, Temistocles Damasceno; ANDRADE, Péricles Maia. Controle social no Estado da Bahia: uma análise sobre o Sistema Estadual de Esporte e Lazer. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v. 15, n. 2, p. 81-90, 2016.

BASSI, Marcos Edgar; DE CAMARGO, Rubens Barbosa. Participação e controle social no FUNDEF e no FUNDEB. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 2, n. 3, p. 105-118, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIER, Clerilei Aparecida et al. Participação cidadã na formulação da política pública do esporte catarinense. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, p. 759-775, 2016.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: CFESS/ ABEPSS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, p. 1-20, 2009.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí. 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado, estado-nação e formas de intermediação política** *Lua Nova*, São Paulo, 100: 155-185, 2017

BRITTO, Carlos Ayres. Distinção entre "controle social do poder" e "participação popular". **Revista de direito administrativo**, v. 189, p. 114-122, 1992.

BRITTO, Carlos Ayres. Distinção entre "controle social do poder" e "participação popular". **Revista de direito administrativo**, v. 189, p. 114-122, 1992.

CANAN, Felipe; MILANI, Fernanda Gimenez; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Considerações sobre o "fomento" ao esporte no Brasil. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport**, n. 1, p. 8, 2017.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva et al. A matriz de financiamento público federal do esporte no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência & Movimento**, v. 27, n. 4, p. 85-102, 2019.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva et al. Orçamento do esporte no governo Dilma: a primazia dos interesses econômicos eo direito escanteado. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 41, n. 4, p. 343-349, 2019.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; CASTELLANI FILHO, Lino. O desigual financiamento estadual e municipal das políticas públicas de esporte e lazer pelas diferentes regiões brasileiras. **Revista brasileira de estudos do lazer**, v. 8, n. 3, p. 1-17, 2021.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; DE SOUSA, Jonathas Carvalho; MASCARENHAS, Fernando. Transparência no esporte: o financiamento do esporte no Brasil ao longo de 2003 à 2022. In: **Congresso de Educação Física da UEG**. 2023. p. 186-193.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando. O Financiamento Esportivo Brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise1. **Coleção Educação Física**, p. 83, 2018.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 1990.

CARVALHO JÚNIOR, C. **Teoria do Estado**: O pensamento sobre o Estado no século XX.

CASTELAN, Lia Polegato. As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010). In: **Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**. 2011.

CEARÁ. Decreto nº 29.217, de 7 de março de 2008. Aprova o regulamento da Secretaria do Esporte (SESPORTE). **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, CE, 12 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.esporte.ce.gov.br/images/pdf/decreto29.217.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

CORRÊA, Amanda Jorge et al. Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro: mapeamento inicial do programa “Bolsa-Atleta”(2005-2011). **Pensar a prática**, v. 17, n. 4, 2014.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1999.

CRUBELLATE, João Marcelo. Participação como controle social: uma crítica das estruturas organizacionais flexíveis. **RAE eletrônica**, v. 3, 2007.

DA CUNHA BASTOS, Flávia. Apontamentos sobre a participação da sociedade no desenvolvimento de políticas de esporte no Brasil. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 1, n. 1, 2011.

DA SILVA, M. F.; BERTOLDO, E. **O conceito de política em Marx: análise de obras de 1843 a 1871**. Revista eletrônica arma da crítica ano 3: número 3. dezembro 2011.

DALMAS, Leandro Casarin et al. Financiamento do esporte no distrito federal: fontes, magnitude e direcionamento dos gastos de 2009 a 2019. **Movimento**, v. 29, p. e29035, 2023.

DE ALMEIDA, Bárbara Schaustek; JÚNIOR, Wanderley Marchi. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, v. 16, n. 4, p. 73-92, 2010.

DE ALMEIDA, Bárbara Schaustek; MEZZADRI, Fernando Marinho. Quadros conceituais em políticas públicas: aplicações e possibilidades para a área do esporte. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n. 1, p. 41-52, 2017.

DE ARAUJO, Silvana Martins. CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE ESPORTE: o debate sobre controle social.

DE ATHAYDE, PEDRO FERNANDO AVALONE et al. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS ESTADUAIS DE ESPORTE: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 30, n. 1, 2022.

DE CASTRO, Suélen Barboza Eiras; MEZZADRI, Fernando Marinho. Panorama das principais fontes de financiamento público para o esporte brasileiro. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)**, v. 10, n. 1, p. 33-52, 2019.

DE CASTRO, Suélen Barboza Eiras; POFFO, Bianca Natália; DE SOUZA, Doralice Lange. O financiamento do esporte de alto rendimento no Brasil: uma análise do programa “Brasil no Esporte de Alto Rendimento”(2004-2011) Elite sport funding in Brazil: an analysis of the program" Brazil in Elite Sport”(2004-2011).

DE JESUS BARRETO¹, Camila et al. A GESTÃO E O CONTROLE SOCIAL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER.

DE SOUZA, Tauan Maia. ANÁLISE DO FINANCIAMENTO DO ESPORTE E LAZER NA BAHIA: PRIMEIRAS IMPRESSÕES. **Índices para catálogo sistemático**, p. 46.

DOS SANTOS NASCIMENTO, Oromar Augusto et al. O Financiamento público estadual do esporte no estado de Goiás. **Pensar a Prática**, v. 23, 2020.

DOS SANTOS, Edmilson Santos et al. O financiamento do esporte e do lazer pelos municípios do estado do Mato Grosso de 2005 a 2008. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 22, n. 1, p. 49-68, 2019.

DOS SANTOS, Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega; PEREIRA, Márcio. Gestão municipal de esporte e participação popular Municipal sports management and popular participation. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 9, p. 87830-87847, 2021.

ELIAS, N DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa, Portugal: DIFEL, 1992

FERREIRA, Alan de Carvalho Dias et al. Financiamento do esporte paralímpico no Brasil: convênios. **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 22-36, 2018.

FIGUERÔA, Katiuscia Mello et al. Planejamento, ações e financiamento para o esporte em tempos de megaeventos. **Motrivivência**, v. 26, n. 42, p. 55-71, 2014.

FURTADO, Sabrina et al. O financiamento do esporte em Santa Catarina: o caso do FUNDESPORTE nos anos de 2011 e 2012. **Motrivivência**, v. 28, n. 47, p. 145-159, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRASSO, Rita Peloso; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Financiamento e políticas públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão no município de Santarém/PA (2005-2012). **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 25, n. 1, p. 151-167, 2017.

JUNIOR, Roberto Lião; SAMPAIO, Juarez Oliveira; BEHMOIRAS, Daniel Cantanhede. Controle social na perspectiva do Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Anais...**, p. 1-9, 2009.

LUCKAC'S, G. **História e consciência de classe**: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MALUF, S. **Teoria Geral do Estado**. 24 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 1998,

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7a. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARX E ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MASCARENHAS, F. **O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma**. Rev Bras Educ Fís Esporte, (São Paulo) 2016 Out-Dez;

MASCARENHAS, Fernando. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 30, n. 4, p. 963-980, 2016.

MATIAS, W. B., ATHAYDE, P. F. A., HÚNGARO, E. M., MASCARENHAS, F. **A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil**. Movimento, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 95-110, jan./mar. de 2015

MATIAS, Wagner Barbosa et al. A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 95-109, 2015.

MATTOS, M. G; JÚNIOR, A. J. R.; BLECHER, S. **Metodologia da pesquisa em educação física**: construindo sua monografia, artigos e projetos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira; Sergio Lessa. 1ª ed. 3ª reimp. São Paulo. Boitempo Editorial. 2009.

PEREIRA, Claudia Catarino et al. O financiamento do esporte no periodismo científico brasileiro: uma revisão sistemática. **Motrivivência**, v. 32, n. 62, 2020.

PNUD. Relatório nacional de desenvolvimento humano do brasil. Movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas. Brasília, 2017.

QUINAUD, Ricardo Teixeira; DE ALMEIDA, Bárbara Schaustek. Financiamento público no esporte: os repasses do Estado de Santa Catarina para projetos na Mesorregião Grande Florianópolis (2007-2014). **Pensar a prática**, v. 21, n. 2, 2018.

ROJO, Jeferson Roberto et al. The Production of Knowledge About Sport and Leisure Policies in Brazil: An Analysis of the Researchers and the Institutions. **Podium Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 8, n. 1, p. 128-139, 2019.

SASSEN, S. VIGEVANI, T. **El Estado y la nueva geografía del poder**. In. *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUC; Ed. Unesp; Bauru, EDUSC, 2004. p. 373 - 401

SILVA, Rodrigo de Bona da. Sociedade e Estado: Quem Controla Quem? Diferentes abordagens do controle social e a evolução das relações Sociedade-Estado. **Revista da Controladoria-Geral da União**, v. 8, n. 13, p. 404-423, 2016.

SOUZA., D. O. **Concepções marxistas de estado: similitudes e Diferenças entre Gramsci, Mandel e Mézáros**. Teoria e Sociedade nº 24 junho de 2016

STAREPRAVO, Fernando Augusto. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE**. 2007. p. 1-9.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; DE SOUZA, Juliano; JUNIOR, Wanderley Marchi. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento**, p. 233-251, 2011.

TEIXEIRA, Marcelo Resende et al. Esporte, fundo público e pequena política: os reveses de um orçamento (r) emendado. **Movimento**, v. 24, n. 2, p. 593-606, 2018.

TEIXEIRA, Marcelo Resende; MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernando. O financiamento do esporte olímpico no Brasil: uma análise do ciclo de Londres (2009-2012). **Revista de Ciencias Sociales (CI)**, n. 31, p. 86-110, 2013.

TOLEDO, Victor Miranda de. As ações coletivas como mecanismo de controle social no esporte. 2022.

TONET, I. A propósito de “Glosas Críticas”. In: **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. Por um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

UNGHERI, Bruno Ocelli; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Controle e participação social no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): reflexões sobre o papel e a atuação das instituições. **Movimento**, v. 26, p. e26055, 2020.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. O planejamento governamental e o orçamento do setor esportivo. In: **15º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2º Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. Goiânia: CBCE, 2007. p. 16-21.

VIEIRA, J. R. **Prefácio à obra A Constituição Burguesa – O que é o Terceiro Estado?** – Emmanuel Joseph Sieyès. Rio de Janeiro: Líber Juris, 1986, p. 27.